

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCA ARTESANAL MARINHA NA PARAÍBA:
REALIDADE E DESAFIOS

TESE DE DOUTORADO

Ismael Xavier de Araújo

Orientador: Prof. Dr. Roberto Sassi
Coorientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima

João Pessoa/PB
Março de 2017

A663c Araújo, Ismael Xavier de.
Comunidades tradicionais de pesca artesanal marinha na
Paraíba: realidade e desafios / Ismael Xavier de Araújo. - João
Pessoa, 2017.
203 f. : il. -

Orientador: Roberto Sassi.
Coorientador: Eduardo Rodrigues Viana de Lima.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN

1. Pesca artesanal marinha. 2. Gestão do mar. 3.
Processo de urbanização. 4. Atividades econômicas -
Diversificação. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 639.2.052.3(043)

**“Comunidades Tradicionais de Pesca Artesanal Marinha na Paraíba:
Realidade e Desafios”**

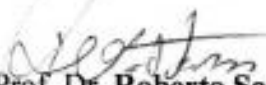
por

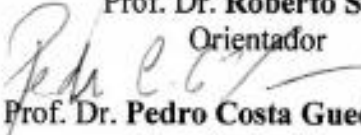
Ismael Xavier de Araújo

Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Geografia.

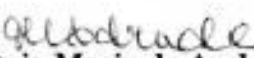
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

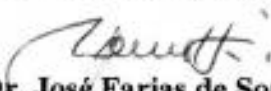
Aprovada por:


Prof. Dr. Roberto Sassi
Orientador


Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna
Examinador interno


Profª Drª Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Examinadora externa


Profª Drª Tânia Maria de Andrade
Examinadora externa


Prof. Dr. José Farias de Souza Filho
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Março/2017

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela oportunidade da vida

Agradeço aos professores Roberto Sassi e Eduardo Lima, pela atenção e contribuições que possibilitaram a construção deste trabalho

Agradeço ao professor Pedro Viana pela contribuição na qualificação e por aceitar estar também na banca da defesa da tese

Agradeço à professora Cristina Crispim pelas contribuições na banca de qualificação e por ter disponibilizado seu tempo também para participar da banca de defesa da tese

Agradeço à professora Tânia Andrade, por atender ao pedido de contribuir na banca de avaliação

Agradeço ao Curador do Meio Ambiente do Ministério Público da Paraíba, Dr. José Farias, por ter aceitado participar da banca de defesa e contribuir com esta discussão sobre os caminhos da pesca artesanal, das comunidades tradicionais e conservação do mar

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal marinha da Paraíba, que foram atenciosos e solícitos com relação a mim e a pesquisa, assim como também agradeço às agentes de saúde da família, do Posto de Saúde da Família (PSF) localizado na Praia da Penha, por terem gentilmente cedido dados para a construção deste trabalho

Agradeço a professora Maria de Fátima Rodrigues pelo incentivo desde os tempos da graduação em geografia e pela participação também nesta banca

Agradeço a minha avó Benedita Lacerda e minha tia Berismar Lacerda por me ajudarem desde tenra idade

Dedicatória

A MINHA PÉROLA, SOFIA ARAUJO!

***“Todo mundo pensa que a pesca artesanal é de um jeito, mas a pesca artesanal é de outro”
(Armador de pesca Iran, da praia de Tambaú).***

Resumo

Existe uma diversidade significativa de movimentos sociais, formando redes solidárias que precisam ser estudadas, fortalecidas ou mesmo criadas, no sentido de impedir que muitos territórios venham a sucumbir à força do capital e suas formas de se travestir no urbano, criando a falsa ideia de que os povos ou comunidades tradicionais são incompatíveis com o espaço urbano e sua urbanidade. O modelo urbano e sua complexidade, da maneira que alcança as comunidades tradicionais de pesca artesanal estão contribuindo para gerar o desinteresse do pescador artesanal pela atividade pesqueira e demais atividades relacionadas ao mar. A falta de planejamento e gestão das autoridades com a situação de moradia dos pescadores e sua situação de trabalho têm levado os pescadores e as autoridades a um imaginário de descrença nesta atividade econômica exercida há séculos na costa brasileira. A solução mais viável pode ser encontrada num sistema de gestão do mar, que contenha elementos que beneficiem os pescadores em suas diversas possibilidades de trabalho e renda relacionadas com o mar, notadamente o mar da costa paraibana. Neste sentido, na busca por fomentar uma discussão sobre um novo olhar em relação à pesca artesanal e os profissionais que a executam, se objetiva, de forma geral, propor um modelo de desenvolvimento da pesca artesanal marinha na Paraíba. Para tanto, a pesquisa é qualitativa por apresentar a forma materialista histórica de ver a realidade, o método de pesquisa Estudo de Caso, os procedimentos metodológicos e o instrumento de pesquisa entrevista são considerados os mecanismos mais satisfatórios para se chegar a uma verdade e consequentemente, a tese. Nesta perspectiva, algumas prioridades para a implementação da gestão da pesca são consideradas essenciais, como fábrica de gelo, subsídio para combustível, garantia de escoamento da produção, pequena empresa que beneficie a produção, como também implementação de pesqueiros para os pescadores, são alguns exemplos das reais necessidades dos pescadores artesanais da Paraíba. Como solução é possível discutir a criação de pequenos terminais pesqueiros por praias com maior concentração de pescadores, que serviriam como propulsores da pesca, ao mesmo tempo em que serviriam como espaços para beneficiamento e venda da produção, como também de fiscalização e formação para os profissionais no tocante à empoderamento, pesca, aquicultura e atividades ligadas ao turismo. Nesta perspectiva, a visão sobre a pesca artesanal é abrangida para a uma gestão do mar, pois aqui se considera que atividades econômicas devem ser diversificadas para garantir trabalho e renda ao longo do ano, assim como um modelo de gestão do mar deve propor o seu zoneamento, considerando áreas de pesca, mergulho, aquícolas e banhos, tanto nas praias como nos bancos de areais. A gestão do mar atrelada à territorialização das comunidades tradicionais de pesca tende a trazer uma organização e dinâmica ao setor da pesca artesanal e sua complexidade.

Palavras-chave: Pesca artesanal marinha, comunidades tradicionais, processo de urbanização, diversificação das atividades econômicas, gestão do mar.

Abstract

There is a significant diversity of social movements, forming networks of solidarity that need to be studied, strengthened or even created, in order to prevent many territories from succumbing to the force of capital and their ways of transcending the urban, Creating the false idea that traditional peoples or communities are incompatible with urban space and its urbanity. The urban model and its complexity, in the way that reaches the traditional communities of artisanal fishing are contributing to generate the disinterest of the artisanal fisherman for the fishing activity and other activities related to the sea. The lack of planning and management of the authorities with the housing situation of the fishermen and their work situation have taken the fishermen and the authorities to an imaginary of disbelief in this economic activity exerted centuries ago in the Brazilian coast. The most viable solution can be found in a sea management system that contains elements that benefit fishermen in their most diversified work and income possibilities related to the sea, notably the coast of Paraíba. In this sense, in the search for fomenting a discussion about a new look at artisanal fishing and the professionals who execute it aims, in a general way, to propose a model of marine artisanal fishing development in Paraíba. To do so, the research is qualitative because it presents the historical materialist way of looking at reality, the research method is case study, the methodological procedures and the research instrument interview are considered the most satisfactory mechanisms to arrive at a truth and consequently, the thesis. In this perspective, some priorities for the implementation of fisheries management are considered essential, such as ice factory, fuel subsidy, production outflow guarantee, small company benefiting production, as well as implementation of fisheries for fishermen, are some examples of the real needs of the artisanal fishermen of Paraíba. As a solution it is possible to discuss the creation of small fishing terminals on beaches with a greater concentration of fishermen, which would serve as propellants for fishing, at the same time as they would serve as areas for processing and sale of production, as well as inspection and training for professionals With regard to empowerment, fisheries, aquaculture and tourism-related activities. From this perspective, the vision of artisanal fisheries is Covered to the management of the sea, because it is considered here that economic activities must be diversified to guarantee work and income throughout the year, just as a model of management of the sea must propose its Zoning, considering areas of fishing, diving, aquaculture and bathing, both on the beaches and on the sand banks. The management of the sea linked to the territorialisation of traditional fishing communities tends to bring an organization and dynamics to the artisanal fishing sector and its complexity.

Keywords: Marine artisanal fishing, traditional communities, urbanization process, diversification of economic activities, management of the sea.

Lista de figuras

Figura 01 – Mapas de localização do estado da Paraíba no Brasil, e dos municípios visitados em relação ao Litoral Paraibano	52
Figura 02 - Praias visitadas ao longo da pesquisa	56
Figuras 03 e 04 – Imagens de parte do bairro da Penha	72
Figuras 05 e 06 – Imagens da localização dos aglomerados de moradias subnormais onde atualmente moram a maioria dos pescadores de Lucena e Tambaú	73
Figura 07 – Contraste entre casa de veraneio e de pescador	74
Figuras 08, 09 e 10 – Imagens da praia de Tambaú	81
Figuras 11 – Contraste entre moradias de pescadores e o padrão atual do bairro de Tambaú	82
Figura 12 – Gráfico da pesca extrativa marinha de peixes no biênio 2009 e 2010	95
Figura 13 - Total de habitantes do bairro da Penha	97
Figura 14 - Total de habitantes do bairro da Penha e sua divisão de acordo com o tipo de envolvimento com a pesca artesanal	98
Figura 15 - Escolaridade das pessoas envolvidas na pesca artesanal no Bairro da Penha	88
Figura 16 – Quadro do valor das importações e exportações de pescado no Brasil em 2009	107
Figuras 17, 18 e 19 - Momento da chegada de peixes vindos de outros estados para o abastecimento das peixarias da praia da Penha	111
Figuras 20, 21 e 22 - Caixa de marcha e casco de embarcação de 8,5m a espera de manutenção, e pequeno estaleiro na Penha	111
Figura 23 - Mapa do Brasil com as principais culturas aquícolas	131
Figura 24 – Quadro da produção de Pescado da aquicultura marinha por espécie	136
Figura 25 - Manutenção de gaiola flutuante de cultivo de beijupirá, na fazenda marinha de Itapema/SP	137
Figura 26 - Preferência por cultivos marícolas dos entrevistados envolvidos com pesca artesanal	139

Figuras 27, 28, 29 e 30 - Ambiente de estudos do pescador Reginaldo, em Baía da Traição	140
Figuras 31 e 32 – Pescador sobre pesqueiro recém criado	170
Figura 33 – Imagem de blocos de concreto embargados ao lado do Terminal Pesqueiro da Paraíba, que serviriam para formação de pesqueiros para pescadores	171
Figura 34 – Esquema prático para a gestão da pesca artesanal a partir da gestão do mar	194

Lista de tabelas

Tabela 01 - Peixes mais comuns e seus respectivos valores de venda (VV) – 2015	110
Tabela 2 - Alternativas por prioridades para a questão urbana em comunidades tradicionais de pesca artesanal	163
Tabela 3 - Prioridades dos Pescadores artesanais paraibanos para a gestão da pesca marinha no estado da Paraíba	168

Sumário

Agradecimentos	02
Dedicatória	03
Epígrafe	04
Resumo	05
Abstract	06
Lista de figuras	08
Lista de tabelas	09
Sumário	10
 Introdução	 12
 Capítulo I: Do espaço ao território tradicional no espaço urbano	 18
1.1. Introdução	18
1.2. O espaço e a geografia	19
1.3. O território e seu dimensionamento	23
1.4. Redes. Quais redes?	29
1.5. O espaço urbano	34
1.6. Comunidades tradicionais: para além do cenário de atraso e pobreza	39
1.7. Considerações finais	45
1.8. Referências bibliográficas	46
1.8.1. Legislação	50
 Capítulo II: Metodologia	 51
2.1. Localização e caracterização da área de estudos	51
2.2. Metodologia, tipo de pesquisa e método	53
2.3. Técnica, procedimentos e instrumentos de pesquisa	55
2.4. Referências bibliográficas	60
 Capítulo III: Pescadores artesanais e pressão imobiliária urbana	 62
3.1. Introdução	62
3.2. Processo de urbanização e mudanças no cotidiano dos pescadores artesanais	64
3.3. Pressão imobiliária em comunidades tradicionais de pescadores artesanais	68
3.4. Reflexões dos pescadores artesanais das praias de Lucena, praia de Tambaú e praia da Penha sobre a problemática urbana	70
3.4.1. Depoimento do presidente da colônia de pescadores de Lucena, Severino Amâncio (53 anos), sobre a praia de Lucena	73
3.4.2. Depoimento do pescador Claudemar (Vavá, 62 anos), sobre Tambaú	75
3.4.3. Depoimento do presidente da associação de pescadores da Penha, José Paulino (zeca, 46 anos), sobre a praia da Penha	76
3.5. Análise dos depoimentos dos senhores Cibil (praia de Lucena) e Vavá (praia de Tambaú)	77

3.6. Análise do depoimento do senhor Zeca	78
3.7. Depoimentos de pescadores que coordenam pescadores	80
3.7.1. Depoimento do armador de pesca Iran (59 anos)	80
3.7.2. Depoimento do mestre de pesca Manuel (67 anos)	81
3.8. Análise dos depoimentos dos senhores Iran e Manuel	82
3.9. Perspectivas para as comunidades tradicionais no cenário atual	83
3.10. Considerações finais	89
3.11. Referências bibliográficas	91
3.12. Legislação	92
Capítulo IV: A pesca artesanal e o bairro da penha em João Pessoa/PB	94
4.1. Introdução	94
4.2. Economia e Ideologia	99
4.3. O lugar da pesca artesanal na economia brasileira	103
4.5. Cenário da produtividade da pesca artesanal no bairro da Penha	108
4.6. Considerações finais	117
4.7. Referências Bibliográficas	119
Capítulo V: A maricultura nos olhares dos pescadores artesanais da Paraíba	122
5.1. Introdução	122
5.2. A aquicultura no mundo	125
5.3. A aquicultura no Brasil	129
5.4. A realidade socioambiental da Aquicultura	134
5.5. Panorama da maricultura no Brasil e na Paraíba	135
5.6. A aquicultura marinha nos olhares dos pescadores artesanais da Paraíba	138
5.6.1. A segurança e a aquicultura	142
5.7. Considerações finais	144
5.8. Referências Bibliográficas	146
Capítulo VI - Gestão da pesca artesanal ou gestão do mar?	150
6.1. Introdução	150
6.2. Planejamento e gestão	151
6.3. A gestão da pesca nos cenários internacional, nacional e estadual	155
6.4. Fatores para pensar a gestão da pesca na Paraíba	162
6.4.1. A questão Urbana	162
6.4.2. As ausências a serem consideradas numa possível gestão do mar	165
6.5. Gestão da Pesca ou do mar?	166
6.6. Em busca de uma gestão integrada do mar para além da pesca artesanal	174
6.7. Considerações finais	178
6.8. Referências bibliográficas	180
Considerações finais gerais: o que fazer e como fazer?	183
Apêndices	195

INTRODUÇÃO

No processo de avaliação dos recortes atualmente utilizados para o ordenamento da pesca marinha, destaca-se a necessidade de definir espaços, territórios e biomas de atuação da pesca, com olhar nas peculiaridades e características para o exercício profissional. Para tanto, deve-se partir por definir uma conceituação básica e um referencial metodológico para um melhor entendimento do processo de ordenamento e a definição das Unidades de Gestão (UGs). Portanto, incentivos e organização desse importante segmento em toda sua cadeia produtiva proporcionarão ganhos sociais e econômicos ao país (BRASIL, 2015).

Isso porque a atividade pesqueira ocorre dentro de um contexto de grande expansão populacional, sendo que dois terços da população brasileira vivem em áreas litorâneas, associada a intensas transformações na estrutura produtiva. São visíveis as transformações ocorridas nos anos recentes, tais como a ampliação de parques industriais, a expansão imobiliária, o avanço do turismo náutico (QUINAMO, 2006), despejos de esgotos no mar, sobrepesca e destruição de manguezais.

A diminuição na quantidade de pescados por causa da sobrepesca e da degradação ambiental e a ausência do Estado, assim como o processo de urbanização do Litoral Paraibano, inserido no contexto nacional brasileiro têm contribuído para gerar pressão imobiliária sobre as comunidades tradicionais, modificando-as. Esses são fatores a serem considerados para se diagnosticar os problemas existentes e apontar possíveis soluções e estratégias de ação, seja pelo poder público, organizações não governamentais, como também através de parcerias público-privadas.

As comunidades de pescadores artesanais no Brasil têm sido historicamente enfraquecidas politicamente e marginalizadas nos processos de tomada de decisão da gestão de recursos pesqueiros. Em muitos casos, tais comunidades necessitam passar por um processo de aprendizado na criação e na manutenção da gestão compartilhada (ALMUDI; SEIXAS; KALIKOSKI, 2009).

Devido à especificidade do trabalho e vida dos pescadores artesanais marinhos, Diegues (1999) entende que os pescadores, seu trabalho e suas comunidades devem ser analisados de forma diferenciada em relação às demais profissões. Isto por causa da sua lógica

e prática se darem em ambiente distinto, que neste trabalho faz referência ao mar. Esta relação entre trabalho e ambiente é marcada pela incerteza no tocante a produção e produtividade, como também pelo isolamento em relação ao continente, assim como em relação aos demais pescadores.

O esforço de desenvolver um trabalho sobre pescadores artesanais que seja geográfico, tendo como base a discussão sobre território, é motivado pelo interesse de ver profissionais de diversos campos do conhecimento se debruçando sobre esta temática que é significativa para a segurança alimentar de um país com grande quantidade de água disponível e profunda desigualdade social.

Este trabalho surge da necessidade de se lançar outros olhares científicos para analisar as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, neste caso, do Litoral Paraibano, Nordeste do Brasil, que já não são mais rurais, mas que ainda possuem vínculos com a pesca de forma direta e indireta. Nestas comunidades de pescadores artesanais, a pesca, para muitos, já não se apresenta como atividade econômica principal, e sim secundária, ou até esporádica.

Neste sentido, a discussão neste trabalho evolui considerando temas inter-relacionados que contribuem para compreender a temática e encontrar um caminho viável para que a pesca artesanal possa se desenvolver com qualidade. Tais temas são turismo, cultura, economia, pressão imobiliária e possibilidades de permanência dos pescadores em suas comunidades tradicionais. Assim, a intenção é gerar propostas que possam servir como soluções de cunho urbano para tratar de problemas que são urbanos, pois estas comunidades tradicionais atualmente estão inseridas neste contexto. O espaço se transformou e precisa ser visto a partir de outros olhares, principalmente no tocante ao planejamento e gestão de comunidades tradicionais. Assim como serão propostas algumas soluções para a pesca, no tocante a sua gestão e economia, para viabilizar esta atividade econômica no contexto atual, que se apresenta mais complexo.

A desorganização do setor pesqueiro tradicional contribui apenas para os interesses econômicos de poucas pessoas, as elites, que se beneficiam deste suposto caos. Neste cenário, há as comunidades tradicionais, muito pobres, e um sistema econômico capitalista agressivo, que se reproduz, se auto planeja e recebe incentivos do Estado, propiciando ao capital uma velocidade e força esmagadoras. É neste espaço de contradições socioespaciais que o pescador tradicional se encontra, marginalizado espacialmente, culturalmente, economicamente, socialmente e politicamente.

Por ser relevante para a geração de trabalho, renda e produção de proteínas, por movimentar uma cadeia produtiva e ocorrer em territórios em situação de ameaça ou já

esfacelados pelo capital, e por ser composta de uma rica cultura material e imaterial, como também por ter como uma de suas principais características as ausências, sejam de articulação política, seja do poder público, seja de propostas que venham a significar sair do quadro de profissões de apenas subsistência, a pesca artesanal merece ser discutida e novos olhares sobre a temática merecem ser postos e propostos.

Paulo Júnior; Xavier; Sassi (2012), estudando sobre gestão da pesca artesanal na Paraíba, ao entrevistar os sujeitos da pesquisa, que são pescadores, pesquisadores, técnicos e burocratas, destacaram as três alternativas que mais se sobressaíram em seu trabalho de dissertação de mestrado, sendo a alternativa gestão compartilhada a que mais se destacou. Em seguida os pescadores e pesquisadores elencaram a preservação das espécies como segunda alternativa mais relevante, e em terceiro lugar está o interesse na fiscalização e monitoramento das atividades pesqueiras.

Há uma necessidade evidente em encontrar mecanismos para dar visibilidade e alcançar empoderamento para trabalhadores que labutam de forma isolada, durante 03 ou 04 dias no mar, longe dos olhares da sociedade. Pelo ofício que exercem, os pescadores tem dificuldades de dialogarem entre si, mantendo um abismo nas possibilidades de gestão participativa que é histórico e remonta aos primeiros pescadores colonos, que se voltavam para o mar no sentido de evitarem se submeter aos interesses, mandos e desmandos dos latifundiários.

Neste sentido, seja pelo tipo de profissão, que atrai pessoas que gostam do mar, seja pela negação do trabalho, espaço e tempo relacionados às sociedades do continente, seja pela falta de escolaridade e oportunidade de emprego, a atividade pesqueira tende a persistir, mesmo que o pescado seja mais escasso, pois sempre haverá pessoas que terão interesse em abraçar o ofício, pelos motivos citados ou por outros motivos.

Desta feita, falar, neste contexto, em fim de pesca ou do pescador é negar a concretude do setor, mesmo com suas recorrentes crises, e dos sujeitos sociais envolvidos, agentes produtores de renda, alimento e emprego dentro de uma sociedade local e global. Negar o setor pesqueiro e o pescador, como também seu território, é ignorar uma parcela da sociedade brasileira (CARDOSO, 2001).

No sentido de entender de forma complexa esta parcela da sociedade brasileira, mais especificamente os pescadores artesanais marinhos do estado da Paraíba, um problema chama a atenção: como garantir que a pesca artesanal tenha continuidade de maneira que garanta qualidade de vida e de trabalho para o pescador? Para esta pergunta podemos considerar duas hipóteses: a pesca artesanal está fadada a continuar sendo uma atividade precária. A segunda

hipótese é: A pesca artesanal poderá ser exercida com dignidade desde que a atividade seja vista como parte de uma gestão do mar.

Na busca por fomentar uma discussão sobre um novo olhar em relação à pesca artesanal e os profissionais que a executam, se objetiva, de forma geral, propor um modelo de desenvolvimento da pesca artesanal marinha na Paraíba. Para atingi-lo, nos debruçamos sobre os seguintes objetivos específicos, que aqui surgem para responder ao motivo de produção de cada capítulo da tese e que dão subsídios à discussão. São eles: 1. Apreender a relação entre territórios e redes no contexto da manutenção da territorialidade das comunidades tradicionais de pesca artesanal marinha; 2. Demonstrar como se deu a elaboração desta tese ao tratar da metodologia; 3. Identificar os movimentos do capital e do Estado no processo de pressão imobiliária histórica sobre as comunidades de pesca artesanal; 4. Analisar de forma mais detida uma comunidade tradicional pesqueira urbana, que neste caso é a praia da Penha; 5. Identificar os desafios apontados pelos pescadores artesanais quanto à produção aquícola no mar; 6. Propor um modelo de gestão do mar que tenha a pesca artesanal como atividade interessante economicamente.

Para tanto, o primeiro capítulo trás à discussão os conceitos principais que permeiam este trabalho geográfico. São eles: espaço, território e redes. Assim, a discussão sobre espaço surge para apontar a categoria geográfica que passa a fazer parte do contexto deste trabalho, o território. Já a discussão sobre redes aparece para demonstrar o antagonismo entre redes do capital e as redes solidárias, considerando que disputam territórios e lutam por produções espaciais distintas, levando-se em consideração o espaço urbano como locus de moradia do pescador artesanal na atualidade.

No segundo capítulo está a metodologia. Nela está contida a opção política que permeia o trabalho, e a forma de interpretação da realidade, como também estão descritas as opções metodológicas frente ao cenário e os sujeitos da pesquisa, assim como os procedimentos utilizados ao longo deste trabalho, e também os instrumentos que auxiliaram no processo de coleta de dados qualitativos e quantitativos.

O terceiro capítulo surge para discutir e demonstrar que o tema pesca artesanal está para além do próprio mar e, portanto deve englobar também a costa, espaço onde habitam os pescadores, tendo em vista que no mar está o seu trabalho, e em terra seu espaço de moradia, convívio, lazer e descanso. É neste contexto que surge o terceiro capítulo, discutindo a situação atual das comunidades tradicionais de pesca artesanal dentro de um contexto urbano, sendo que esta discussão ocorre à luz da geo-história de três comunidades pesqueiras: praia de

Lucena, em município homônimo, ao Norte de João Pessoa; praia de Tambaú e praia da Penha, no município de João Pessoa, capital da Paraíba.

O quarto capítulo é um mergulho na realidade de uma comunidade tradicional de pesca artesanal, que já é urbana, a praia da Penha, onde são coletadas informações sobre a geo-história da pesca na Paraíba e como a Penha atual é fruto deste contexto geo-histórico, como também leva em consideração a produção pesqueira e as inquietações dos pescadores diante das questões econômicas, culturais e políticas.

O quinto capítulo busca traçar algumas considerações sobre a relevância da aquicultura para compor, junto com a pesca, a produção de pescado, onde se buscará garantir o suprimento da demanda crescente por proteína advinda do mar. Para tanto foram entrevistados pescadores da costa paraibana, de Pitimbu à Baía da Traição, servidores públicos e professores universitários envolvidos com a área.

O sexto capítulo surge como o ápice deste trabalho, pois nele se delineia a proposta, a tese em que se acredita ser possível trilhar um caminho seguro para os trabalhos em relação ao mar, após as discussões travadas, e à luz do que entendem os principais interessados, os pescadores artesanais da Paraíba, assim como seus colaboradores.

Quanto às considerações gerais finais, estas surgem como uma sistematização do que foi esmiuçado em cada capítulo, buscando interrelacionar as considerações finais que estão dispostas por capítulo, na busca de chamar a atenção para temas centrais da discussão, ao mesmo tempo em que aponta um caminho para a gestão do mar, considerando que a diversificação da atividade econômica se torna o norte para que os pescadores tenham qualidade no trabalho e na vida.

Bibliografia

- 1 - ALMUDI, Tiago; SEIXAS, Cristina Simão; KALIKOSKI, Daniela Coswig. **Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil**: avanços e desafios. In: Revista Ambiente & sociedade. Vol. 12, nº 1. Campinas Jan/June 2009. ISSN 1414-753X
- 2 - BRASIL. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**: 25 anos do gerenciamento costeiro no Brasil/ Flávia Cabral Pereira e Márcia Regina Lima de Oliveira, organizadoras. Brasília: MMA, 2015.
- 3 - CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais**: natureza, território, movimento social. Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Programa de Pós Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo. 2001. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-14012003-160032/pt-br.php>. Acesso em: 10/08/2016

4 - DIEGUES, Antônio Carlos. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Revista Etnográfica, Vol III (2), 1999, pp. 361-375. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf. Acesso em 13/12/2015

5 - JÚNIOR, Eugenio Pacelli Nunes Paulo Júnior; XAVIER, Josias Henrique de Amorim; SASSI, Roberto; ROSA, Ricardo de Souza. **Gestão da pesca artesanal na Costa da Paraíba, Brasil**: uma abordagem utilizando o Processo Analítico Hierárquico. Revista da Gestão Costeira Integrada 12(4):509-520 (2012). ; Doi: 10.5894/rgci352

6 - QUINAMO, Tarcísio dos Santos. **Pesca artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no complexo estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco**: o caso de Itapissuma. Dissertação de mestrado. UFPB/PRODEMA. Campos João Pessoa/PB. 2006. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4501>. Acesso em: 12/12/2016

CAPÍTULO I

DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL NO ESPAÇO URBANO

1.1. Introdução

As relações sociais se fundamentam nas disputas “entre opressores e oprimidos” (MARX; ENGELS, 2007). Isto implica em relações de poder. A partir deste raciocínio, podemos então formular a seguinte indagação: na condição de analistas do espaço geográfico, como podemos contribuir para uma investigação eficaz, que propicie uma análise que busque a eficiência de forma efetiva, ou o mais duradoura possível, se pensar de forma flexível?

Esta pergunta é fundamental para que se possa debruçar sobre a realidade da maneira mais inteligível possível. Tal realidade, para o geógrafo, se apresenta na materialização do espaço que é, em sua essência, político. Neste sentido é social, considerando que a política é a manifestação das necessidades sociais de proporcionar a busca pela liberdade. Sem deixar de considerar que uns acabam sempre tendo mais liberdades que outros.

Os que possuem maior capacidade de se territorializar, ou seja, de exercer o comando nas tomadas de decisões de um determinado espaço social, portanto geográfico, estão mais articulados em redes que podem ser do capital ou solidárias. Já as redes infraestruturais propiciam a propagação e circulação de ambas. Assim se inter-relaciona o binômio território-rede. Enquanto aquele é a materialização do poder, esta propicia sua exequibilidade ao tecer relações sociais ou propiciar suas tessituras.

Em busca de contribuir com a discussão a respeito da relevância da análise territorial para os estudos geográficos, o capítulo se apresenta subdividido em cinco partes: a primeira contém como se dá a lógica espacial para o geógrafo e como o território surge desta gênese. A segunda discute o território e como as redes fazem parte da cognição territorial. O terceiro tópico trás dois modelos de redes, atentando para a discussão sobre redes solidárias, movidas por movimentos sociais, em busca da construção de territórios voltados para os seres humanos, em detrimento do capital.

O quarto tópico dispõe sobre o espaço urbano e suas possibilidades de planejamento voltadas à valorização das relações sociais de forma mais justa e suas territorialidades, considerando os instrumentos da política urbana que tem como marco a Lei Federal nº. 10.257/2001, mais conhecida como estatuto das cidades.

Já o último tópico discorre sobre a relevância das comunidades tradicionais, com ênfase nas comunidades tradicionais de pescadores artesanais, e a necessidade de a sociedade interpretá-las como parte da cidade, na diversidade que a compõe. Nesta busca, dentre tantas relevâncias, se destaca a necessidade de se ver as comunidades tradicionais como capazes de trilhar seu desenvolvimento, no sentido de se desenvolverem de forma complexa, com participação do Estado e da sociedade, num processo dialético.

1.2 O espaço e a geografia

O espaço é geralmente visto como um termo geral e abstrato. Neste sentido, nele tudo está contido. Este termo pode significar desde um ambiente além do planeta terra como também um ambiente dentro dele. As possibilidades de utilização do termo espaço é diretamente proporcional à formação e interesse do profissional que o imagina e o delimita, podendo representar até um ambiente imaterial, como os espaços virtuais, denominados de ciberespaços.

É por causa deste conjunto tão abrangente de possibilidades que se faz necessário definir o termo espaço para o uso na ciência geográfica. Esta se propõe a estudar um espaço específico, o qual, em “Por uma geografia nova”, Santos (1986) denominou de “espaço social”, entendido pelo autor como uma “instância”, ou seja, algo que está acontecendo de forma contínua, processual, onde uma determinada sociedade se manifesta materialmente.

Neste sentido, o espaço testemunha as relações sociais entre si e com a natureza, explicitando ambientes sociais dinâmicos que são moldados de acordo com as relações de forças entre os sujeitos individuais e coletivos, empresas e Estado. Estas relações para o cientista devem ser entendidas como dialéticas, sendo consideradas sempre a partir da “contradição e contestação” (KONDER, 2006), num exercício contínuo impulsionado pela dúvida e busca constante de novas formas de interpretação da realidade.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é multidimensional, pluriescalar, ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação. As relações sociais, muitas vezes, realizam leituras espaciais que

fragmentam o espaço. Essas leituras espaciais fragmentadas promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão (FERNANDES, 2005).

No intuito de compreender um determinado espaço a partir de suas interrelações, numa perspectiva complexa, há de se considerar o espaço estudado como um ambiente onde há constante interação social, que gera produção, sendo assim espaço ativo. Esta produção é fruto de conflitos e que se for vista de forma parcial, tende a contribuir para o processo de marginalizações de informações no momento da análise, tais quais sejam as maneiras de se debruçar sobre o objeto.

Neste sentido, a totalidade do espaço deve ser uma preocupação inerente à análise espacial. Segundo os autores Moraes & Costa (1984), ao discorrerem sobre a relevância do espaço como primazia geográfica, salientam que a análise desta totalidade parte do “concreto”, entendido como a “síntese das diversas relações sociais.” Nesta perspectiva o concreto é o que está materializado, fruto do trabalho humano em movimento, e que de acordo com os autores “propicia o seu entendimento”.

Objetivando dissertar sobre o espaço social, ou seja, o espaço geográfico por excelência, Santos (1985), em seu conjunto de ensaios reunidos no livro “Espaço e Método”, delineia maneiras de se debruçar sobre a análise espacial. Para tanto, enumera cinco elementos para a interpretação do espaço. Como elementos podemos entender as unidades básicas de investigação, pois sem eles se torna inviável a cognição.

Para este autor tais elementos são: “os homens, as empresas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas”. Neste sentido, as pessoas animam as relações sociais, enquanto que as empresas, pessoas jurídicas que são, robustecem a capacidade de ação das pessoas que detém os meios de produção. As instituições, notadamente o Estado, tende a contribuir no processo de ordenamento do espaço, principalmente nos espaços legais.

O meio ecológico é o espaço constantemente transformado pela sociedade, por isto se torna geográfico. As infraestruturas consistem nas maneiras que as pessoas, empresas e instituições desenvolvem para facilitar a estadia e o transporte de pessoas, bens, serviços e informações. Segundo o autor, “Sendo intercambiáveis, são frutos de processos históricos”, de forma que a maneira que as infraestruturas estão postas está diretamente relacionada às bases sociais que foram se estabelecendo ao longo do tempo.

Santos (1999), ao dissertar sobre “A natureza do espaço”, alerta para a observância do geógrafo no tocante às “condições, circunstâncias e meio histórico” quando se discute um determinado espaço, pois “não se pode considerar processo, função, forma e estrutura

segundo um movimento linear”. Isto evita reducionismos, simplismos na interpretação da realidade do espaço delimitado como objeto de estudos. Desta feita, Milton Santos deixa claro que cada escala determinada para apreender a realidade possui suas características próprias, suas especificidades.

Para Corrêa (2006), o espaço, enquanto conceito-chave para a geografia é a forma concreta de manifestação de uma sociedade. “E por outro lado o espaço só se torna inteligível através da sociedade”. Neste sentido, afasta a dualidade entre espaço e sociedade ou mesmo outra dualidade entre espaço e tempo. Assim, estes de fato estão imbricados no social, moldando e sendo moldados nas construções cognitivas humanas, estando separados por uma questão didática, ou seja, na intensão de tornar compreensível o complexo.

O espaço social contém “traços” distintos e distintivos se juntando à forma mental “pura”, sem por essa razão, no entanto separar-se como um conteúdo exterior e acrescentado. Sua análise diz o que confere ao espaço uma existência concreta (prática) no lugar de deixá-lo na abstração (mental)... ... O sujeito, perfeitamente definido, nascido adulto e maduro como consciência de si, portanto um tanto e até certo ponto separado do “real” e do “mundo”, não compreende/percebe/apreende o “objeto”, o espaço, que não resulta de uma construção intelectual ou de uma elaboração do sensível, mas se dá em bloco, pureza supra-sensível, infinitude. Uma lógica não determina senão uma rede de relações, constitutivas do “objeto” (LEFEVBRE, 2006).

Assim, Henri Lefebvre, ao discutir a “produção do espaço”, argumenta que para compreender um “objeto” espacial se deve atentar para sua concretude, buscando evitar ficar apenas na abstração, na teoria. O raciocínio lógico para se apreender o espaço está no exercício da análise de suas relações sociais, imbricadas no objeto. Neste sentido, o espaço, como o próprio termo sugere, deve ser delimitado para a sua apreensão. Para tanto, este autor endossa a relevância das “figuras geométricas”, que delimitam objetos, e que contém e estão contidas em outras formas geométricas de acordo com as relações sociais, em suas diferentes escalas, analisadas pelo geógrafo.

A análise do espaço deve ser vista de forma contundente, pois há espaços que chegam a parecer idênticos ou bastante semelhantes, como os ambientes rurais e os camponeses que os habitam. Diegues (1999), discorrendo sobre a sócio-antropologia das comunidades de pescadores artesanais marinhos no Brasil, salienta:

Diferenciamos sociedades dos pescadores e sociedade camponesa, apesar de ambas estarem inseridas na pequena produção mercantil. Foi ressaltado o

particularismo da gente do mar, seu modo de vida específico marcado por práticas sociais e culturais diferenciadas. (Diegues, 1999, p. 371).

Para o professor Diegues, o espaço rural, em contraposição ao espaço urbano, possui diferenças que precisam ser salientadas e estudadas em suas essências. Uma diferença marcante consiste na população rural em si, onde pescadores artesanais devem ser analisados de forma distinta em relação às populações camponesas.

Mais especificamente, Diegues (1983), na obra *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, subdivide os pescadores em dois subgrupos, os pescadores-lavradores e os pescadores artesanais, onde caracteriza:

Pescadores-lavradores e pescadores artesanais fazem parte de um mundo ao mesmo tempo idêntico e diferente. Ambos são grupos sociais caracterizados pela dependência frente aos não-trabalhadores do mar – os comerciantes – e aos proprietários não-pescadores. Ambos são produtores independentes, mas ambos são sem poder, são grupos dominados. Ambos conservam ainda, em maior ou menor grau, a propriedade dos bens de produção e do saber-fazer/conhecer: uns mais vinculados à terra, outros mais vinculados ao mar (DIEGUES, 1983, p. 220).

Aparentemente, esta diferenciação de espaço dos pescadores-lavradores e pescadores artesanais não possuiria muita diferença, mas estas diferenças são bastante significativas na realidade concreta, pois os pescadores artesanais possuem, em grande parte, seu espaço de moradia já encravado nas cidades, por isto são urbanos, enquanto que os pescadores-lavradores moram ou em espaços rurais ou em espaços peri-urbanos, dando-os, por definição, formas diferenciadas de se debruçar entre uma e outra realidade, embora não possamos deixar de considerar, de forma relevante, seu ponto de convergência, espaço de trabalho e de estada, inclusive dormida durante cerca de metade dos dias da semana, o mar.

O espaço da pesca artesanal também pode ser desdobrado em subdivisões, em espaços menores, porém complexos, assim como estudou Fonseca et al (2015), ao se debruçar sobre o estudo de uma comunidade pesqueira em Rio das Ostras/RJ, tratando sobre o papel das mulheres na pesca artesanal marinha, onde expressa:

Há 50 anos, em Rio das Ostras, as mulheres participavam da atividade de pesca artesanal pescando (com seus maridos), remendando redes (do pai, irmão ou marido), limpando e salgando (escalando) o pescado, tarefas aprendidas através do convívio familiar que ditava qual o papel da mulher na família que exercia a atividade pesqueira. Enquanto os homens saíam para pescar (espaço público), as mulheres ficavam em terra (espaço privado)

exercendo outros tipos de tarefas, incluindo as domésticas (FONSECA et al, 2015, p. 236).

Neste sentido, o espaço da pesca artesanal também se subdivide em trabalhos desenvolvidos por pescadores e pescadoras. Esta divisão do trabalho por gênero se transformou e evoluiu em Rio das Ostras, de maneira que os trabalhos voltados para o espaço marinho foram sendo exercidos cada vez mais por homens e os trabalhos realizados na terra, relacionados ao lar, passaram a configurar como campo mais restrito de atuação das mulheres pescadoras, que atuavam também pescando.

O espaço, quando determinado e delimitado pelo pesquisador, pode representar formas de análises diferentes. Isto vai depender da forma de interpretação da realidade assumida pelo cientista. O espaço pode ser um lugar, quando o que importa apreender são as relações sociais concernentes à identidade dos sujeitos da pesquisa com o determinado lugar e entre eles. O espaço também assume forma de região, quando para ser interpretado interessa ao pesquisador entender o que torna um espaço homogêneo a partir das variáveis elencadas.

Sendo a base das relações sociais, o espaço também pode assumir a feição de território. Para tanto, passa a ser visto como ambiente onde há relações de poder. Quanto à discussão sobre território, Saquet (2013), discorrendo sobre “relações de poder e o significado do conceito de território”, expressa que o “poder é inerente às relações sociais, que substantivam as relações de poder”. Implica dizer que o poder é uma força social presente em todas as relações sociais, desde as relações entre Estados às efemérides do cotidiano.

1.3 O território e seu dimensionamento

Ao diferenciar o território do espaço, Raffestin (1993) deixa claro em sua obra intitulada “Por uma geografia do poder”, que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço”. O espaço consiste na matéria-prima do território. O espaço é “realidade material preexistente” onde o cientista se debruça para apreendê-lo. Ao se dedicar a compreender as relações sociais, o pesquisador tende a apreender as relações de poder. Daí surge o estudo territorial. Segundo este autor “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”, onde há pessoas físicas, jurídicas e Estado que emanam formas de autoridade e hierarquia.

Claude Raffestin (1993) defende uma geografia versada no território porque entende que “os sistemas de projeção de um determinado espaço ou de vários espaços não foram

suficientemente analisados sob o ângulo do poder”. O autor chama a atenção para a necessidade de se analisar os “objetivos intencionais” dos agentes econômicos, políticos e sociais, e suas “realizações”, no sentido de que quem intenciona e realiza geralmente é quem detém o poder sobre um determinado território.

Embora o território seja um espaço que tem como primazia às relações de poder, se deve notar que tal poder está sempre em disputa. Esta disputa, que gera campos de forças, pode aumentar ou diminuir as dimensões de um território. À expansão do território, Fernandes (2005) denomina de “territorialização”, enquanto que o espaço, a geometria em que o poder se propaga, é denominada de “territorialidade”.

Neste sentido, a propagação do poder de um determinado ente, seja pessoa física, jurídica ou o Estado, pode ser observada em sua elasticidade. Saquet (2003) escreve que para considerar a territorialidade se deve evidenciar “as dimensões sociais fundamentais de sua compreensão e constituição no real, sendo a economia, a política e a cultura” como imprescindíveis para acompanhar a dinâmica territorial, manifesta em sua territorialidade.

A observância destas dimensões se torna mais clara quando nos deparamos com os modelos econômicos de sociedades, que pela exigência por produtos de qualidade ou pela falta de recursos para adquirir um produto melhor, pode gerar uma barreira para a territorialização de uma empresa. Já no tocante aos modelos políticos, um grupo político ou partido pode não ascender ao poder ou mesmo permanecer nele dependendo das convicções de governo do povo. Quanto à cultura, esta pode implicar em portas abertas ou o inverso disto quanto a determinados hábitos ou vícios que possam vir a fazer parte de uma sociedade, o que tende a implicar na territorialização ou territorialidade do ente que deseja inserir novas manifestações culturais.

Raffestin (2008), dissertando sobre “a produção das estruturas territoriais e suas representações”, evidencia que a “produção territorial é um processo complexo” e sugere que a projeção ou aperfeiçoamento de um território depende de “planejamento”. Também considera que uma análise territorial mais detida deve considerar o “ator social”; seu trabalho; conhecimento e instrumentos de trabalho; suas intensões; a afetividade que o ator tem pelo ambiente em que vive; como o ator interage com o espaço; a ecologia do espaço; as dimensões sociais; o ambiente em geral; o território produzido pelo ator; e o conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território.

Com estas variáveis, Raffestin propõe, mesmo de forma “geral”, uma lógica para a obtenção de dados que venham a desvendar a realidade de forma material. Estas variáveis são uma forma de decomposição das três principais dimensões sociais, ou seja, ambiente cultural,

econômico e político. “Todas consideradas dentro de um período histórico delimitado”. Este autor pontua que o “território é um sistema material para usar porque foi construído com valor de uso”. Isto implica em o analista territorial atentar às mudanças no uso do solo, por serem materiais e expressarem um conjunto de intencionalidades e territorialidade.

Todavia, assim como a territorialização tem sido amplamente estudada, a desterritorialização também, considerando que quando um ente perde seu poder sobre um determinado território, outro ente ou mesmo outros entes passam a controlá-lo. Esta discussão também se torna central quando se discute território, pois de fato reconhecer as lideranças e como atuam implica em uma característica inexorável do espaço territorial.

Haesbaert (2002), ao estudar a possibilidade do “fim dos territórios” com o avanço do capital em forma de globalização, que facilita o controle de territórios distantes por corporações a serviço do capital, por causa do avanço da técnica, o que diminui as distâncias e otimiza o tempo, conclui que mesmo vários autores acreditem que o capital esteja corroendo “Estados-nações e diferentes grupos culturais, há um processo de resistência para manutenção de território e que nunca se falou tanto em território como nos últimos tempos”, mesmo considerando o surgimento de espaços considerados “não-lugares”, nas palavras de Auge (1992), por serem espaços descaracterizados em relação aos ambientes vizinhos, como um shopping, um aeroporto, uma grande indústria e suas vilas industriais.

Neste sentido Haesbaert ainda salienta que o “não-lugar” deve ser entendido de forma distinta da possibilidade de inexistência de um território num espaço dado. Assim, ao se reportar ao termo lugar, o observador deve apreender o meio a partir de “características mais subjetivas nas relações da sociedade com o seu espaço, relações de identidade”. No caso de um território, o que pode haver é uma “territorialidade cada vez mais múltipla, se redefinindo pela multiplicidade de identidades, relações e histórias que passam a incorporar” à medida que um determinado território se globaliza.

Sendo o território um espaço medido pelo poder convêm ressaltar que este termo deságua em outro mais amplo, a política, entendida, segundo Arendt (2002), como a arte de tratar da “convivência entre os diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. A política tem o condão de buscar satisfazer necessidades básicas como a paz e a liberdade, para que as pessoas possam prosperar, ou ao menos parte delas. Quem detém o poder, o detém e o faz por dever possuir o modelo político de organização territorial que interessa a maioria das pessoas. Isto sem entrar na discussão do autoritarismo, onde a forma de se impor é pelo poder unilateral, ou seja, que não advém do povo.

Por causa da complexidade do termo política, Maar (1986), ao discorrer também sobre política prefere falar de “políticas”. Neste sentido argumenta que o ato político é uma manifestação da sociedade e, como a sociedade vive em disputas, ao se reportar a política devemos identificar a quem esta manifestação política pertence e conseqüentemente a quem interessa. “Apesar da multiplicidade de facetas a que se aplica a palavra política”, uma delas se destaca, a política de Estado. Esta nem sempre satisfaz as reais necessidades da população do território nacional. Isto gera outras manifestações políticas, as dos movimentos sociais, que são variados em suas essências e intensões de territórios e territorialidades.

Nas conclusões de Souza (2006), sobre “autonomia e desenvolvimento territorial”, discutir o território e as territorialidades para além da discussão sobre “poder hegemônico” é buscar avançar na discussão sobre territorialização, pois se passa a discutir sobre “os grupos sociais específicos, as relações que mantêm entre si e os territórios e territorialidades próprios aos diversos grupos”.

Ainda segundo Souza (2006), isto implica em se debruçar de forma “estratégica sobre o desenvolvimento, que é um dos mais complexos, apaixonantes e polêmicos campos da teoria social lato sensu”. A autonomia em Marcelo Souza significa “a base do desenvolvimento”, sendo um processo de “auto-instituição”. Neste contexto, um grupo social ou uma comunidade se desenvolve quando possui as rédeas do seu território e uma territorialidade clara e objetiva.

Com relação às comunidades tradicionais de pesca artesanal, sua territorialidade, para a sociedade, por vezes não se faz tão perceptível no espaço. Todavia, o espaço que embora pareça fragmentado, por ser formado de borda continental e mar, para os pescadores artesanais marinhos é bem claro e lógico. Todavia, para a sociedade, isto não era claro num passado remoto, como também não o é na atualidade.

Com relação à falta de visibilidade social do território dos pescadores artesanais marinhos no passado, isto se deu porque suas moradias estavam localizadas nas praias de fazendas de senhores de engenho, depois passando a compor as terras dos herdeiros destes latifundiários, que usavam os serviços dos pescadores nas mais diversas atividades, como condição para que eles permanecessem nas praias dos pretensos donos latifundiários.

A territorialidade do pescador em relação ao mar também não era perceptível, tendo em vista a dimensão da costa brasileira e os pequenos botes que trafegavam e trafegam em busca do sustento das famílias destes trabalhadores, isto em uma atividade que até do ponto de vista da degradação ambiental não possui perceptividade pela sociedade, em contraposição

às atividades que não são de pesca artesanal, como o derramamento de óleo de um petroleiro ou o lançamento de esgotos urbanos.

Esta invisibilidade dos territórios das comunidades tradicionais de pesca também é a regra na atualidade, tanto em terra como em mar. Na terra, as casas de veraneio e os condomínios residenciais, assim como resorts, afastam, expulsam hora de forma lenta, hora de forma brusca, os pescadores de seus territórios tradicionais.

No mar e em seus ecossistemas correlacionados, a poluição, a pesca predatória, a destruição dos manguezais e a falta de políticas públicas eficientes dificultam a manutenção dos ambientes pesqueiros, o que tem contribuído para desmotivar pescadores e se desinteressarem pela atividade, assim como barcos industriais que passam próximo à costa, em zona que deveria ser exclusiva da pesca artesanal, com aparelhos de alta tecnologia, capturando cardumes e por vezes danificando as embarcações dos pescadores artesanais.

Neste contexto de invisibilidade social dos territórios de pesca, tanto do ambiente continental como do ambiente marinho, a antropóloga Maldonado (1993), estudando pescadores marinhos do estado da Paraíba, afirma a indivisibilidade do território dos pescadores artesanais, entendendo que para o pescador a contiguidade da terra e do mar são apreensíveis e passíveis de serem demarcados a partir de alguns fundamentos:

Esses fundamentos se estruturam através de confiança, cooperação, submissão voluntária, competição, igualdade, hierarquia, risco e sorte, e estão aqui representados e articulados na capacidade náutica dos pescadores (a marcação), na organização hierárquica do trabalho (a mestrança) e na existência de uma dinâmica específica de controle e de distribuição da informação, a que se tem chamado de segredo (Maldonado, 1993, 21).

Assim, a própria organização social voltada para o trabalho propicia, a partir de fundamentos postos pelos próprios pescadores, a organização social para a produtividade, o que leva a demarcação no espaço, da dimensão territorial necessária para o desenvolvimento da atividade, o que deve ser considerado na delimitação dos territórios marinhos de pesca artesanal.

Maldonado demonstra como os territórios da pesca artesanal podem ser demarcados pelo fato de os pescadores já o demarcarem com a “marcação”, que consiste em o mestre saber identificar onde estão os pesqueiros, espaços marinhos onde os peixes se concentram. Esta atividade é exercida pelo comandante da embarcação, chamado mestre, e suas demais atribuições como comandante, são denominadas pelos pescadores de mestrança. Já a

informação sobre o pesqueiro é guardada pelo mestre e só compartilhada com a tripulação no momento em que se chega ao pesqueiro, o que implica no segredo.

Em consonância com Maldonado, Cardoso (2001), em tese que trata sobre a natureza, o território e o movimento social dos pescadores artesanais marinhos do litoral brasileiro, fazendo uma comparação entre territórios de pesca artesanal em Ilha Grande/RJ e Camucim/CE, entende que “existem territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, territórios que podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático” (Cardoso, 2001, p. 80).

Isto porque os territórios se constituem nos ambientes utilizados pelos pescadores para o trabalho da pesca, assim como também faz parte deste território a praia, pois também é ambiente de trabalho, para embarque, desembarque, conserto de redes, como também, por vezes, espaço de venda do pescado. Esta territorialidade ainda se estende até suas moradias, sendo assim um território complexo, formado por ambientes de mar, transição e terra.

De acordo com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), ao tratar sobre território tradicional pesqueiro:

O território é de uso coletivo, onde há um conjunto de regras e de condutas vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais e abrangem os espaços terrestres, dos rios, lagos, lagoas e mar. O pescador e a pescadora não vivem apenas na água, precisam da terra e da água, tendo nessa interface o mangue e as matas ciliares, a floresta, importantes para a garantia do trabalho tradicional, construção de instrumentos de trabalho, artesanato, espiritualidade, mística e mitos (histórias, crenças, lendas) (MPP, 2012, p. 06).

Tendo como proposta principal a demarcação dos territórios de pesca artesanal, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais traduz, de forma complexa e direta, o conjunto de elementos e fatores que constituem um território tradicional de pesca, tanto focando o ambiente de trabalho, que pode ser o mar, o rio ou o mangue, como também destaca a necessidade da terra, espaço também de trabalho, mas assim como o mar, espaço que também compõe a dinâmica das manifestações materiais e imateriais.

As dinâmicas de manutenção e elasticidade territoriais, por serem objetivas, se dão através de redes, assim como através delas surgem os novos territórios e desaparecem outros. Haesbaert (2002) escreve que “território-rede é um binômio, somente podendo ser separados de forma analítica”, tendo em vista sua interrelação. As redes são formadas por linhas e nós. Ao entender como se organiza e se articula uma rede, o pesquisador encontra a lógica para a apreensão territorial.

1.4 Redes. Quais redes?

Para Haesbaert (2002), ainda discorrendo sobre o “binômio território-rede”, há dois tipos básicos de redes. “As funcionais ou instrumentais, voltadas para a eficácia do sistema capitalista, e as de solidariedade, sendo alternativas ao sistema dominante”. As primeiras geralmente representam estruturas para circulação de pessoas, mercadorias e serviços, como também tendem a desterritorializar grupos sociais. Já as segundas são formadas por movimentos sociais, que buscam lutar por direitos ou resistir contra grupos dominantes que impõem modelos políticos de exclusão social. Neste sentido, as redes sociais passam a formar territórios de inclusão social.

Haesbaert (2006), discorrendo sobre “desterritorialização, redes e aglomerados de exclusão”, mostra que quanto à economia de mercado, “em geral as redes, ao estimularem os fluxos e a extroversão, encontram-se a serviço da desterritorialização, principalmente quando trata da articulação com o circuito de fluidez do capital”. Todavia, dialeticamente, estas redes capitalistas que geram exclusão social, geram estímulo nos excluídos a lutarem e resistirem por seus direitos, produzindo outra dinâmica territorial. Daí o surgimento das redes de solidariedade, formadas pelos movimentos sociais.

O que define estas redes solidárias, nas palavras de Gohn (2005), ao discorrer sobre o “protagonismo da sociedade civil” é a forma como as pessoas de um território passam a se articular para lutar por melhores condições de vida e trabalho ou para resistir contra processos de perdas de território, como também para conquistá-lo ou mesmo ampliá-lo. Assim, as redes solidárias são “redes de relações, conjuntos de práticas (sociais, econômicas, políticas e culturais), articulações”. Estas articulações servem para reorientar as maneiras que o Estado, como referência principal, se reporta aos sujeitos sociais individuais e coletivos. Ao se organizarem, por se reconhecerem enquanto indivíduos que comungam da mesma situação vivida passam a ser sujeitos sociais, gerando ações coletivas, que passam a fazer sentido.

Neste processo, os indivíduos, de atores sociais – que ocupam diferentes lugares na estrutura social (como pais, trabalhadores, membros de alguma organização, movimento, partido, sindicato, religião etc.) – transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal (GOHN, 2005).

A este fenômeno social de organização, Maar (1986) chama de “conscientização”, que é intrínseca a atividade política, no “exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo”. O indivíduo passa a participar das

organizações sociais e a partir daí começa a se transformar, ou seja, se conscientizar politicamente. Nisto o sujeito se educa e passa a participar das lutas e resistências para promover territorialidade de forma processual, contínua.

Ao analisar as redes solidárias formadas pelos “movimentos sociais e a educação” desenvolvida no processo de práticas reivindicatórias e articulações políticas que os sujeitos individuais e coletivos tecem nestas redes, em obra também publicada em 2005, Maria da Glória Gohn observa que os “movimentos sociais ocorrem através de programas de educação popular formulados por agentes institucionais determinados” que comungam das mesmas ideias e por isto se sensibilizam com a situação dos sujeitos que lutam e resistem para manterem seus territórios. Estes agentes desenvolvem metodologias e fomentam intelectualmente os movimentos sociais, as igrejas, os sindicatos, as universidades, partidos políticos, ONGs e etc.

Assim se fortaleceram e fortalecessem movimentos sociais como associações de bairro, cooperativas e grupos específicos, como atingidos por fenômenos naturais e impactados por grandes obras governamentais ou mesmo por obras privadas que geralmente desterritorializam atores sociais que se veem na necessidade de se transformarem em sujeitos de suas próprias histórias.

Dentre os modelos de redes sociais mais complexos, devido à consciência política e organização dos sujeitos, podemos destacar dois: 1. O Movimento dos Sem Terra (MST); 2. Movimentos por Economia Solidária. O primeiro é uma organização social que existe desde a década de 1980. É um movimento que vai além da luta pela terra. Busca também condições dignas de moradia e trabalho após a conquista da terra. Além disso, também luta pelo domínio da informação e do conhecimento, formando intelectuais orgânicos e atualmente tem representação por todo país. Sua capacidade de organização e reinvenção tem contribuído para fomentar com métodos de lutas e resistências também movimentos sociais urbanos.

O segundo compreende vários grupos sociais distintos espalhados pelo país buscando desenvolver práticas econômicas e culturais diferentes da economia de mercado. Por economia solidária podemos entender:

O conceito de economia solidária se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003).

Os movimentos de economia solidária ocorrem no campo e na cidade, envolvendo produtores rurais e urbanos, pessoas que fazem aquisição de seus produtos, como também bancos populares criados para subsidiar produção e consumo, com moeda alternativa a do capital. Neste sentido, os movimentos sociais de economia solidária buscam disputar território com o capital, nas dimensões economia, política e cultura. As igrejas, as ONGs, as lideranças comunitárias, as universidades e institutos federais são seus principais parceiros.

As redes de economia solidária combatem/enfrentam o capital se mobilizando contra seus principais instrumentos, o lucro e a mais valia. A economia solidária procura sempre desenvolver sua moeda que circula sem explorar o outro ou sem especular. É uma rede perceptível em seu território, pois as casas de comércio que aceitam a moeda social e o banco social, além dos produtores que comercializam com moeda social e os consumidores que adquirem produtos e serviços com a moeda social, contribuem na expansão da territorialidade de um movimento social solidário.

Territórios, suas territorialidades e redes implicam em uma dinâmica cognitiva que tende a relacionar teoria e prática. Desta feita, identificar as linhas e nós de uma rede, espacializar seu território e analisar os caminhos que podem ser traçados para que os indivíduos se transformem em sujeitos sociais tende a proporcionar formas de pensar e analisar que venham a contribuir com estudos geográficos de qualidade, ao mesmo tempo em que oferece trabalhos materialistas e dialéticos para que os movimentos sociais possam aproveitar os conhecimentos produzidos e gerar novos conhecimentos com a contribuição daqueles.

Para Maar (1986), a fonte para a organização dos movimentos sociais e as redes que disseminam está em sentirem que “aquele movimento é verdadeiramente seu e que ele tira a sua força coletiva da participação e representação que confere a cada um em particular”. As sensações de pertencimento, de um objetivo ou objetivos para alcançar e a consciência do processo, também dependem de cada sujeito social, engajado nos movimentos sociais, sujeitos sociais coletivos capazes de se organizarem em redes, se territorializando em suas múltiplas possibilidades de territorialidades.

Ressalte-se que todo movimento social, para ser organizado, precisa, logicamente, de quem o organize. Sendo assim, precisa de um grupo de indivíduos que assuma a organização do movimento social. Historicamente, no Brasil, são as ONGs que tem trabalhado no sentido de nortear grupos populacionais que se organizam para lutar e resistir. Neste sentido, podemos entender que as ONGs são:

Um tipo peculiar de organização da sociedade. Trata-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas... ...exercem atividades na esfera pública, traduzindo interesses e demandas populares em arenas sociais de conflitos (GOHN, 2003).

As ONGs, organizações não-governamentais, são empresas privadas sem fins lucrativos, formadas com objetivos específicos por cidadãos que se organizam para pensar, agir e articular outras instituições e pessoas no sentido de, por vezes, formar território e tecer territorialidades através das redes sociais que formam.

As ONGs vieram ocupar espaços sociais que os sindicatos e as cooperativas não alcançaram por questões de finalidade destes ou por questões de interesse dos sujeitos sociais. Todavia estas organizações não-governamentais, ao contribuírem para a tessitura de territórios, por vezes passam a ter problemas de operação e operacionalização por falta de verbas.

Para resolver este problema, que por vezes chega a ser o motivo de extinção ou inoperância de ONGs, surgem em 1999, as OSCIPs, a partir da lei 9.790/1999. Estas são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Este modelo de organização pode receber dinheiro público e contribuir de forma mais efetiva para a formação de redes de solidariedade. Desta feita, ONGs podem se qualificar para OSCIPs. Esta lei vem ao encontro de uma necessidade da sociedade civil organizada, que vem a ser o financiamento público de atividades sociais que o próprio poder público não consegue executar, e que passa a ser executado em redes solidárias por organizações sem fins lucrativos.

Os movimentos sociais passam a articular melhor suas redes de solidariedade quando há organizações mais complexas como ONGs e OSCIPs, pois estas trazem consigo, geralmente, maior capacidade técnica e seus intelectuais orgânicos. Podendo então contribuir para territórios e territorialidades mais complexos e articulados no sentido de garantir espaços onde as tomadas de decisões sejam construídas a partir do interesse coletivo.

Outra forma de organização popular tem sido as cooperativas, que são empresas onde cada trabalhador tem uma parte igual a dos demais trabalhadores. Geralmente as cooperativas são organizadas pelos próprios trabalhadores, tendo como característica principal a ausência de um patrão que pratique a mais-valia. Neste sentido, a empresa é de todos e também tem a função social de estruturar redes solidárias.

Elas também ocorrem entre os pescadores artesanais, com a função de fortalecer, embora haja problemas em mantê-las funcionando. De acordo com pesquisas realizadas por Maldonado & Santos (2006), ao discorrerem sobre cooperativas de pescadores artesanais:

As cooperativas de pesca são, geralmente, conceituadas como sociedades de pessoas cujos objetivos precípuos são a compra em comum dos bens e serviços necessários à atividade profissional dos pescadores e também a venda em comum da produção dos associados. As ações voltadas para o combate da intermediação, principalmente a formação de cooperativas de comercialização, não levaram em consideração alguns pontos fundamentais. O pescador, por sua faina de pesca altamente fatigante, por sua relação com as coisas do mar em oposição às coisas da terra, não se considera um comerciante e, sim, um produtor (Maldonado; Santos 2006, p. 325).

Com relação à tessitura de redes sociais, o modelo cooperativista demonstra ser um dos mais benéficos, vantajosos para os sujeitos envolvidos no processo de construção de um modelo produtivo que é autônomo, que em sua lógica, possibilita comprar produtos a preços mais baixos, por ser comprado em maior quantidade, como também garantir o escoamento da produção devido a maior quantidade de produtos ofertados, o que faz tal oferta interessar a compra do pescado aos supermercados e ao governo.

Entretanto, a forma como foram construídas muitas destas cooperativas não possibilitou tempo suficiente para que os próprios pescadores e suas famílias se empoderassem do processo de tessitura da rede social, dos mecanismos de gestão do aparato empresarial, e também da definição das pessoas que iriam administrar a empresa cooperativista. Isto contribuiu para a falência de muitas destas iniciativas, ou a não apropriação do trabalhador pescador deste equipamento produtivo, o que dificultou a manutenção de territórios de pesca.

A construção de redes sociais para a pesca artesanal deve ser feita sempre de forma endógena, considerando os saberes e a forma de produzir dos trabalhadores pescadores, o que pode demandar, inclusive, tempo. Neste sentido, Alves (2014), estudando a organização e a produção da pesca artesanal em Vera Cruz (BA), expressa:

O pescador artesanal usando seu trabalho, a pesca, para estabelecer trocas, relações comerciais e também não comerciais, cria uma rede, um circuito produtivo de distribuição de pescado e entendemos que estes elementos irão dar a materialidade e organização de um espaço específico da pesca. Entretanto este “jogo” de relações podem camuflar diferentes conflitos entre eles e a exploração do pescador artesanal (ALVES, 2014, p. 05).

Assim, os nós que propiciam a existência de redes sociais, sejam em que nível de organização for, possuem o condão de apontar os caminhos necessários para o fortalecimento da organização e da produtividade, como diretrizes para o empoderamento das redes sociais da pesca artesanal.

Entretanto, a autora aponta para um fator crucial que deve ser considerado num contexto de fortalecimento de redes e seus territórios, os conflitos, os interesses que estão no amago destas relações, pois são estes conflitos e interesses que irão apontar os melhores caminhos a serem tomados, como também o momento que será implantado algum equipamento produtivo, assim como quem fará a gestão disso.

Num determinado espaço, redes podem ser destruídas, o que altera o território, e isto aparece com a modificação material do espaço. Neste sentido, as mudanças podem ser bem acentuadas, como ocorre com a modificação material na paisagem quando o espaço rural é alcançado pela cidade, ou mesmo quando a própria cidade se recria. Neste caso as redes geralmente são bastante afetadas, chegando a se desintegrarem, o que gera a oportunidade de outros agentes se apropriarem do espaço. Neste caso, os agentes do capital, que veem no espaço a possibilidade de potencializar as formas e funções, voltando-as para a acumulação do capital. Neste sentido, gerando redes para o capital.

Para Ana Fani Carlos (2005), ao dissertar sobre o “consumo do espaço”, neste caso espaço urbano, a apreensão de um determinado espaço, pelo capital, como valor de uso, o define como trocável, como mercadoria, desencadeando uma lógica diferente da existente até então. Neste sentido, o espaço passa a ser consumido a partir de uma nova ótica, o que implica na mudança das redes, do território, do espaço material.

A grande problemática que surge deste processo é a capacidade de reorganização das comunidades tradicionais, no intuito de formar redes solidárias capazes de resistir à pressão causada pelas mudanças físicas e sociais, capazes de lutar e resistir contra as formas de expropriação que o capital impõe.

Sendo assim, quando o rural se transforma em urbano e o campo em cidade, a sensibilidade em planejar as novas áreas urbanas deve compor a visão de quem pensa o espaço urbano, no sentido de garantir que os territórios existentes e suas redes sejam respeitados e readequados. Quando estes já estão destroçados antes mesmo do processo de urbanização, que o planejamento urbano possa contribuir para sua rearticulação, garantindo a autonomia nos processos de decisões diferenciados, considerando a heterogeneidade do espaço a partir dos seus territórios e redes.

1.5 O espaço urbano

Ao se tratar de espaço urbano e toda a sua complexidade, dois pontos de partida devem ser levados em consideração. O primeiro é que o espaço urbano é dialético, ou seja,

campo de contradições. E o segundo implica na semântica deste espaço urbano apreendido, onde o que interessa é o espaço que está dentro das cidades, ao invés de discutir, especificamente, uma hierarquia urbana, ou seja, relações entre cidades. Para isto, se deve considerar a dimensão de relações do espaço urbano nele mesmo.

Para o primeiro ponto de análise, podemos tomar como base de raciocínio o que escreve Corrêa (2002), em seu livro “O espaço urbano”, onde salienta que o espaço urbano, que é capitalista, é ao mesmo tempo “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas”. Sua concepção de fragmentação implica na segregação social que nele ocorre; já o fato de ser articulado se dá porque o capital une os fragmentos no sentido de possibilitar sua circulação, ou seja, circulação do capital; o reflexo deste espaço se dá por suas formas e manifestações do conteúdo; também é condicionante social, pois imprime ritmo de vida e trabalho, ao tempo que também torna a exclusão algo inerente; é simbólico, pois os símbolos representam manifestações, ideias e práticas relacionadas a realidade; e surge também como campo de lutas quando os indivíduos se tornam sujeitos de sua própria história.

Já o segundo ponto, que aqui se traduz em fundamento, é que o espaço urbano, no contexto da pesquisa, é o intra-urbano assim como entende Villaça (1998), pois de acordo com este autor, em seu livro “Espaço intra-urbano no Brasil, a redundância se faz necessária”, tendo em vista que a “maioria da literatura progressista chama de espaço urbano o processo de urbanização de uma região ou a interrelação das redes urbanas regionais”. Sendo assim, olhar para dentro de uma determinada cidade constitui o objeto de estudos da categoria espaço intra-urbano.

Fábio Villaça entende que destacar a dimensão do termo espaço urbano se faz necessário para não gerar confusão de interpretação nos estudos. A confusão seria, por exemplo, falar de espaço urbano sem estudar a cidade de seu perímetro para dentro, ou mesmo algumas zonas de uma determinada cidade. Esta preocupação se torna relevante para o autor quando ele analisa em seu trabalho que muitos textos que se dizem discutir o urbano por vezes se destinam a tratar de hierarquia urbana, ao invés de espaço intra-urbano.

Além de se observar que o espaço urbano é segregador e contraditório, o que é consequência da economia de mercado, e de se perceber que por vezes o termo urbano diz coisas distintas, outra questão central sobre os espaços urbanos é a forma de planejá-los. Sendo assim, quais as variáveis que deveriam ser centrais numa discussão sobre planejamento urbano? Para Maricato (2001), o planejamento urbano, que a autora entende e deseja que seja “inclusivo” deve estar focado em três fatores. São eles:

Encarar a gigantesca escala do problema da moradia, do transporte público e da sustentabilidade ambiental. Em particular o reconhecimento da moradia como questão central fundiária e imobiliária em qualquer plano urbanístico ou gestão urbana, revelando a iniquidade do urbanismo no Brasil, verdadeiro campo de “ideias fora do lugar”.

Neste sentido, o conceito de espaço urbano deve ir além de ser considerado como um espaço servido por infraestrutura e que busque espaços ambientalmente equilibrados, os quais, não se pode deixar de se considerar, e que já exigem bastante esforços por parte do Estado e da sociedade civil organizada. Para além disso, o espaço urbano é espaço de trabalho e vida, e a vida, para ser de qualidade, deve ocorrer em um espaço de moradia adequado. O que podemos considerar adequado, para além da sustentabilidade ambiental e da infraestrutura é a certeza da permanência no território por parte das famílias que habitam um determinado espaço urbano ou que venha a ser urbano.

Quando se fala atualmente em planejamento urbano, dentre os vários instrumentos da política urbana, o que mais se destaca é o zoneamento. Zonear significa ordenar. Este ordenamento, dirigido pelo Estado implica em planejar a ocupação dos espaços urbanos ou a manutenção das ocupações que já existem e que serão alcançados pelo urbano, assim como promover relocações de interesse público.

Para Maricato (2001), “o zoneamento pode contribuir para expandir o mercado habitacional e baratear o custo da moradia”. Neste contexto o Estado pode diminuir a segregação espacial a partir da destinação de áreas urbanizadas ou indicadas como zonas de expansão urbana pelo plano diretor municipal ou outra lei que indique o vetor de crescimento urbano.

Souza (2010), ao se referir ao zoneamento urbano, em seu livro “mudar a cidade”, propõe o termo “zoneamento de prioridades”, que significa direcionar recursos públicos para bairros de baixa renda, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais e favelas, ao invés de investir de forma praticamente única em ambientes de alto poder aquisitivo, como geralmente ocorre no Brasil.

O zoneamento urbano, como instrumento indispensável ao planejamento urbano, possui quatro fases: diagnóstico, análise, confecção dos relatórios e mapas, e produção de lei. Se estas fases considerarem a inclusão social, elas considerarão a diversidade social, cultural, economia e infraestrutura da cidade e de seus vetores de expansão.

A fim de contribuir com formas includentes de se pensar as cidades brasileiras, o Ministério das Cidades lançou em 2005 um guia para a implementação pelos municípios da

Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades. Nele, este órgão federal reconhece que o modelo de crescimento econômico dos países periféricos “gera conflitos de uso e potenciais permitidos” entre o capital e a população pobre (BRASIL, 2005).

A lei Estatuto das Cidades trás vários instrumentos para uma política urbana incluyente. Neste sentido, o Ministério das Cidades, em seu guia de implementação da referida lei, expressa que os instrumentos da política urbana objetivam “induzir” a ocupação de áreas urbanas de forma racional, minimizando a força do capital. Desta feita, são usados instrumentos como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) de forma progressiva no tempo, como também o direito de preempção, desapropriação com pagamento em títulos (Brasil, 2005), dentre outros.

Assim, podemos perceber que mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos governantes e a sociedade civil com relação à problemática urbana, a qual o capital contribui para agravar, há possibilidades legais, instrumentais, técnicas e filosóficas de desenvolver práxis sobre os cenários urbanos que, a princípio, parecem caóticos, mas que apenas tem a função de assumir a forma que interessa ao capital.

À medida que a cidade cresce, principalmente horizontalmente, alcançando os espaços rurais, torna-se imprescindível considerar as territorialidades que a cidade, ao alcança-las, tende a destruir. Perceber isto possibilitaria novas formas de o urbano englobar zonas rurais, considerando a história e a realidade destas comunidades, propiciando formas de inserção no urbano que considerem as tomadas de decisões das comunidades tradicionais. Reconhecer as comunidades tradicionais em territórios rurais propicia formas diferenciadas de o Estado fazer a inserção destas no espaço urbano.

Para Diegues (1983), ao discorrer sobre pescadores artesanais, em livro que compila experiências nas regiões, Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, assim como em países da África e Europa, escreve também sobre os pescadores urbanos. Neste sentido, expressa:

Para os pescadores artesanais a cidade é o mercado por excelência, onde dia a dia eles se defrontam com os atravessadores no momento de vender o peixe. É ali também que vão procurar o combustível, o gelo, o óleo. É ali que eles habitam também, geralmente em casas pobres, nos arredores da cidade, ou entalhados na área do porto... Os pescadores artesanais passam a integrar o meio urbano com os seus valores, os seus atrativos (DIEGUES, 1983, p. 221).

A cidade é um espaço complexo, que assimila os diferentes grupos sociais e comunidades tradicionais. Por conseguinte, assim também estão sendo absorvidas as

comunidades de pescadores artesanais. Todavia este processo de assimilação ocorre de forma desigual, quando a questão implica em onde morar.

Embora a pesca ocorra em ambiente distante da cidade, os demais elementos constituintes do trabalho e da vida ocorrem nela. As trocas comerciais e o onde morar já fazem parte do meio urbano e, com eles, os valores urbanos e seus atrativos, como expressa Diegues, salientando as mudanças nas formas de pensar e agir, que passam a alinhar com o imaginário urbano dos diferentes grupos sociais, o que contribui para a descaracterização da comunidade, inclusive por eles mesmos, o que facilita o processo de usurpação do território tradicional pelo capital.

Do ponto de vista do cotidiano dos pescadores e pescadoras artesanais em ambientes urbanos, Silva (2012), ao estudar os pescadores urbanos do município de Lucena/PB, com ênfase na história, cultura e caminhos e descaminhos trilhados por eles, escreve como uma de suas conclusões sobre esta temática:

Este cenário tal qual está, é a manutenção de um modo de vida precário, subordinado a regras e a uma organização distante e alheia a realidade socioeconômica vivida por essas comunidades de pesca artesanal. Um caminho que aponta para uma nova ótica e para mudanças talvez significativas, pode estar no projeto que visa transformar legalmente em território tradicional pesqueiro as localidades de pesca artesanal. Acreditamos que seja um caminho porque sendo legalmente reconhecidas como tal, essas comunidades não estarão somente à espera de políticas voltadas para a pesca artesanal no sentido econômico, mas terão a oportunidade de reivindicar direitos inerentes a grupos que possuem um modo de vida baseado em atividades primárias como o extrativismo e o cultivo (SILVA, 2012, p. 111).

Ao analisar estas comunidades tradicionais de pesca artesanal localizadas em ambientes urbanos, e ao concluir que estas comunidades se encontram excluídas socialmente no imaginário social e também em condições precárias, Silva aponta para um caminho cada vez mais considerado eficaz pelos autores aqui citados ao longo do trabalho, como linha de planejamento e ação a ser percorrida pelo Estado e sociedade, a construção de territórios para as comunidades tradicionais que se encontram em meio urbano, como forma de dar visibilidade social e assim ocorrer a promoção de desenvolvimento humano nestas comunidades de pescadores artesanais que atualmente possuem status de bairros urbanos.

Ao planejar espaços urbanos, se deve levar em consideração comunidades tradicionais que já foram alcançadas pelo urbano e que ainda podem contribuir, com sua diversidade em relação ao intra-urbano. A composição da heterogeneidade do urbano deve ser entendida

como maneira de contribuir de forma significativa para a inclusão social, nos enfoques da moradia, do trabalho, da renda e da qualidade de vida.

1.6 Comunidades tradicionais: para além do cenário de atraso e pobreza

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Instituto de Pesquisas Espaciais Aplicadas (IPEA), ao elaborar um relatório sobre povos e comunidades tradicionais, elenca algumas comunidades tradicionais que existem no Brasil, a exemplo das comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos e pescadores artesanais (IPEA, 2012). O IPEA considera que estas comunidades têm como características sua “diversidade sociocultural, uma multiplicidade de comportamentos, saberes, línguas e expressões, crenças e modos de vida” que devem ser compreendidos e respeitados.

Pereira e Diegues (2010), ao refletirem sobre a possibilidade da conservação ambiental a partir das comunidades tradicionais, entendem que tais comunidades possuem saberes “técnicos sobre a natureza e seus saberes sobre o sobrenatural”, que são multiplicados oralmente pelas gerações de forma contínua e sucessiva, e que estes saberes estão diretamente relacionados com seus territórios.

Brandão (2010), ao discorrer sobre a lógica das comunidades tradicionais, encontra nelas aspectos comuns, mesmo com a diversidade existente entre elas: a relação com a natureza; a noção de território onde se reproduzem seu modo de vida; a história que remonta gerações; a importância dada a atividades de subsistência, mesmo que a comunidade já mantenha relações de mercado; a reduzida acumulação de capital; a importância dada às relações familiares, de compadrio e de amizade nas relações de trabalho; as simbologias características; a tecnologia tradicional e baixo impacto ambiental; o poder político incipiente; a auto-identificação ou identificação por outras pessoas ou grupos.

Neste sentido, ao elencar as características acima observadas por Carlos Rodrigues Brandão, podemos fazer as seguintes reflexões: a relação das comunidades tradicionais com a natureza contribui para manter os ambientes salubres e preservados. A noção de território possibilita a governança local de um determinado espaço, contribuindo para facilitar a manutenção deste espaço pelo Estado, pois a comunidade tem interesse em encontrar caminhos para o desenvolvimento junto com o Estado.

O aspecto história da comunidade implica em contribuir para reforçar o ordenamento territorial e contribuir para diagnosticar as vocações socioeconômicas da população do

território. Quanto às atividades de subsistência e sua relevância para a comunidade, estas propiciam pontos de partida para que a produção se torne mais arrojada, potencializando-as. Isto tende a contribuir para que a comunidade possa adquirir mais riquezas e demonstrar sua viabilidade frente ao capital, que teima em desterritorializá-las.

Já as relações de trabalho baseadas em relações familiares e de amizade contribuem para facilitar o desenvolvimento de atividades produtivas com custos iniciais menores, tendo em vista que as relações de confiança diminuem as especulações próprias das relações capitalistas. Neste sentido, a comunidade tende a se ajudar, como por exemplo, em métodos de mutirão.

Quanto às simbologias, servem para reforçar a unidade da comunidade, onde as formas de pensar, acreditar e agir coincide. Com relação às tecnologias tradicionais, esta é uma característica que deve avançar no sentido de avanço tecnológico dialogado com às comunidades, pois isto tende a ser desenvolvido de forma sustentável, o que implica em fazer com que as comunidades avancem tecnologicamente.

No caso do poder político incipiente, este é um ponto a ser diagnosticado e, junto com a comunidade, desenvolver empoderamento capaz de materializar no território a pujança política da comunidade, para que a autodeterminação, ou seja, a autonomia possa ser exercida de maneira eficaz, e não apenas de maneira fictícia, ou mesmo de forma nenhuma.

Quanto à auto-identificação, para que seja consciente e contundente, a comunidade precisa sentir que não sofrerá represálias de grupos e elites dominantes, pois um processo de emergência social por vezes não ocorre ou ocorre com décadas de atraso devido às formas cruéis adotadas por elites dominantes para a manutenção da comunidade tradicional submersa socialmente, no sentido de não poderem exigir seus direitos de cidadãos.

Para Montenegro (2012), ao discutir o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais, no sentido de articular e orientar discursos sobre a temática entende que a lógica da tradicionalidade constitui “história, afetividade e identidade”. Todavia tem como fundamento “o conflito”. Este permeia o imaginário comunitário e seu território, tendo em vista que as lutas e resistências são o que tem permitido a permanência no território.

Nesta perspectiva, o conflito se torna característica, aspecto, pois forja a história, o território, o imaginário e as possibilidades de manutenção do espaço tradicional. Desta feita, o conflito propicia discutir os arranjos sociais, econômicos, conjunturais e estruturais, ao se analisar uma comunidade a partir dos conflitos que permitiram encontrar pontos de convergência social.

Estas características, peculiares das comunidades tradicionais, ao serem visualizadas, tendem a contribuir para a tomada de decisão do Estado, seja em qual for o nível de diálogo, municipal, estadual ou federal, para a abertura de possibilidades no sentido de contribuir para a autonomia e a liberdade, com a abertura de canais de empoderamento, onde o retorno para o Estado é sentido com o desenvolvimento local.

Do ponto de vista das conquistas políticas das comunidades tradicionais, se destaca o Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Este dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Entre seus princípios estão o respeito, o reconhecimento por parte de toda a sociedade, e a visibilidade destas comunidades. Quanto ao conceito que define povos e comunidades tradicionais, este decreto expressa que são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

O conceito deste Decreto Federal procura dar conta da definição das comunidades tradicionais a partir de suas principais características. Mas trás uma forma contemporânea de ver estas comunidades, ao considerar que as inovações podem ocorrer nas comunidades, contribuindo para desqualificar uma visão de senso comum disseminada no imaginário social de que estas comunidades são apenas de atraso. O entendimento de que a comunidade pode se desenvolver inclusive tecnologicamente dá aos seus habitantes a possibilidade de serem vistos como sujeitos que devem se desenvolver, sem a obrigação de se manterem atrasados para que continuem sendo considerados tradicionais.

Dentre estas comunidades tradicionais, aqui se destacam as comunidades de pescadores artesanais, mais especificamente os pescadores marinhos, que tem sofrido forte processo de pressão por parte do capital imobiliário, o que, via de regra, historicamente, tem pressionado seus territórios, prejudicado suas economias e contribuído para o desinteresse pela atividade por parte dos próprios pescadores, dos quais muitos deles passam a migrar para atividades profissionais urbanas, quando o urbano se aproxima da comunidade ou quando a engloba.

Para Diegues, Vasconcelos e Sales (2007), ao delinearem “alguns aspectos relevantes sobre a pesca artesanal costeira” do Brasil, eles consideram que “a pesca artesanal não é

homogênea e uma definição acurada de seu significado tem que levar em conta a diversidade regional”. Estes autores exemplificam esta diversidade levando em consideração questões relacionadas ao modo de vida, a cultura em si, pois o *modus vivendi* das pessoas em um país com dimensões continentais varia bastante, até mesmo quando se considera o que seria uma mesma categoria de comunidade tradicional.

Além disto, os diferentes tipos de peixes e frutos do mar e seus ecossistemas, a ancestralidade, as crenças e o cotidiano fazem desta especificidade de comunidades tradicionais, os pescadores artesanais, e mais especificamente, os pescadores artesanais costeiros marinhos, heterogêneos, ao considerar o estudo por região como afirmam os autores acima.

Há também de se salientar que há diferenças numa mesma costa, do ponto de vista até mesmo do território municipal, quando se considera a diferença entre pescadores estuarinos e pescadores marinhos, que desenvolvem suas atividades em ritmos e tempos diferentes, como também em ambientes distintos e que não podem ser confundidos.

Para fins de políticas públicas, o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, produzido para orientar quais comunidades tradicionais que tem direitos a programas sociais, como também ensina a preencher o cadastro do Ministério do Desenvolvimento Social para tal, conceitua pescadores artesanais como aqueles que labutam na atividade de pesca “por meio de conhecimento tradicional, repassado entre familiares, e há utilização sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais” (Brasil, 2012), sem distinção do ambiente em que pesquem, ou seja, marinho, estuarino, fluvial, açudes e barragens.

Rodrigues & Giudicea (2011), discorrendo sobre a “pesca marinha artesanal”, entendem que as duas principais características desta atividade, que a faz “uma atividade econômica ímpar, é a exploração extrativista e o ambiente de incertezas”. Esta afirmação está alicerçada no fato de ser uma atividade econômica primária e por estar relacionada a algumas incertezas com relação à quantidade de peixes em determinada área de pesca, como também às incertezas relacionadas às intempéries do clima e do tempo.

Tais incertezas tem gerado o desinteresse pela atividade por parte dos jovens de várias comunidades tradicionais de pesca alcançadas pelo espaço urbano, que preferem a segurança de um emprego onde se receba um salário fixo ao invés da incerteza do valor que será recebido em um mês de trabalho no mar.

Colaço & Sparemberger (2010), ao discorrerem sobre comunidades tradicionais, alertam para a relevância de propiciar a estas comunidades “a capacidade de exercerem sua

criatividade” no tocante a evolução tecnológica, pois ainda segundo estas autoras “os sistemas culturais são dinâmicos” e não devem estar fadados a se manterem no atraso para garantir sua condição de tradicional.

Nesta perspectiva, as diretrizes desenvolvimento local integrado e acesso a novas tecnologias passam a ser um imperativo para que as comunidades tradicionais de pesca possam exercer suas atividades de forma a garantir sua permanência no território com dignidade, considerando autonomia, trabalho, renda e moradia, e daí compondo um cenário com as demais dimensões humanas, como o lazer, que para o pescador também está diretamente relacionado com o seu ambiente de trabalho. Neste sentido escreve Monteiro, a partir de estudos sobre pescadores artesanais urbanos:

A realidade da pesca artesanal no litoral nordestino, sobretudo em áreas urbanas, encontra-se fortemente marcada pela intervenção de modos de produção capitalista que, cada vez mais, cerceiam as comunidades tradicionais de suas práticas sociais. Entre essas práticas, trabalho e lazer se apresentam como dimensões estreitamente relacionadas, evidenciando nuances peculiares na relação com essas duas esferas da vida cotidiana (MONTEIRO, 2007).

O processo de avanço do espaço urbano, ao alcançar as comunidades de pescadores artesanais, implica em processo de desterritorialização destas por parte do capital, que também impõe restrições ao uso do até então espaço de trabalho, renda, lazer e vida. As pressões: imobiliária, da cultura urbana, das novas possibilidades de trabalho e novas perspectivas trazidas pelo urbano, em sua complexidade, ou tendem a desmantelar a comunidade pela força do capital, geralmente com a ausência do Estado, ou tendem a tornar desinteressante para o próprio pescador e pescadora se manter na atividade econômica, migrando para outras atividades e até mesmo outras partes da cidade.

Nisto o capital se aproveita para desqualificar a existência de comunidades tradicionais de pesca, o que facilita a nova configuração socioespacial dos novos espaços urbanos e o contínuo avanço do capital e a saída das comunidades pela força da economia de mercado ou pela incredulidade dos pescadores na qualidade de vida com a chegada do urbano.

Embora esta incredulidade por parte dos pescadores, que desemboca no desejo de sair do território em desterritorialização, seja também fruto da força do capital, este tipo de êxodo por vezes é confundido como um desejo que parte do interesse dos próprios pescadores tradicionais, quando o que realmente ocorre é a falta de condições de resistir ao capital e a um modelo urbano que marginaliza a comunidade tradicional.

Para evitar tais impactos, o urbano deve ser visto como uma nova reordenação do espaço que venha para contribuir no processo de emergência da comunidade tradicional, valorizando sua relevância e dispondo de equipamentos urbanos, tecnologias e arranjos locais que contribuam para que tais comunidades potencializem sua capacidade de promover trabalho, renda e qualidade de vida de forma integrada, onde tanto a população tradicional se beneficie como também a sociedade em geral que compõem o mosaico urbano.

Isto implica em entender as comunidades tradicionais como territórios de possibilidades, ao invés de vê-las como territórios fadados ao desaparecimento por serem espaços de pobreza e exclusão social. Para tanto, o planejamento do espaço deve considerar sua heterogeneidade e buscar contemplar as comunidades tradicionais existentes. Isto posto como forma de desenvolvimento integrado para todos os envolvidos no mosaico urbano, trazendo formas mais evoluídas de pensar o urbano e seu zoneamento do que meros aspectos técnicos, como se nos espaços e territórios não houvesse histórias, pessoas, emoções e possibilidades.

Os espaços geográficos, vistos pela ótica do poder, se tornam imediatamente territórios. Estes possuem suas geometrias animadas por pessoas, sujeitos sociais. Por isto devem ser considerados nos planejamentos urbanos, como também em seus vetores de crescimento, de expansão da malha urbana. O planejamento por parte do Estado se torna então contundentemente necessário.

Todavia, “não basta pensar e planejar. É preciso executar. Com as bases conceituais e empíricas em mãos é hora de operacionalizar os recursos disponíveis para que os objetivos propostos sejam atingidos” (CIRIBELI; PIRES; BRAGA, 2005). Isto implica em trazer à realidade o que se planeja ao ponto da exequibilidade, pois um planejamento precisa ser, acima de boas ideias, estratégico, e isto se torna possível a partir do interesse também das comunidades envolvidas. Objetivamente, o que deve interessar ao Estado é o que de fato interessa à comunidade.

Isto de fato ocorrendo, as comunidades tradicionais tendem a contribuir para o desenvolvimento do município em um mosaico social que permita a reprodução desta comunidade, como também o fortalecimento do município, possibilitando alternativas ao processo de pressão do capital, que tem como meta sempre concentrar riquezas, o que dialeticamente, tende a empobrecer a maioria dos sujeitos.

Há ferramentas de gestão eficientes que são usadas atualmente tanto nos setores públicos como privados, que devem ser adotadas pelo poder público no trato das comunidades tradicionais, buscando emergi-las socialmente, fomentá-las financeiramente e empoderá-las

politicamente, no sentido de entendê-las como territórios que contribuem com o desenvolvimento integrado do espaço urbano e municipal como um todo, numa visão que proporcione a gestão estratégica voltada às comunidades tradicionais nos territórios urbanos, ou seja, para beneficiá-las.

Galindo (2004) entende que a “gestão estratégica pressupõe o estudo e aplicação de modelos que possam auxiliá-la no balizamento das tomadas de decisões”. Neste sentido, gerir de forma estratégica implica em desenvolver métodos que possam contribuir no sentido de tomar as melhores decisões possíveis.

Observando esta visão organizacional empresarial do ponto de vista do poder público, aplicada ao planejamento e gestão estratégicos de áreas urbanas ou de vetores de urbanização municipal, podemos considerar que o poder público deve utilizar de ferramentas utilizadas pelo capital no sentido de garantir a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios, com modelos, instrumentos e ferramentas que possibilitem a melhoria da qualidade de trabalho e vida dos trabalhadores que produzem para o país.

Acelerar, de forma estratégica, a capacidade das comunidades tradicionais de se reorganizarem em seus territórios a partir de redes de solidariedade, de maneira a garantir maior produtividade em consonância com os saberes tradicionais e suas inovações, ao mesmo tempo em que garanta a emergência social, podem contribuir para a permanência do território tradicional e fortalecimento de suas redes de solidariedade.

1.7 Considerações finais

O território é um espaço de conflitos por diversas formas de poder que expressam diferentes intencionalidades. Sua hierarquia dependerá da capacidade de organização em redes capitalistas e solidárias. Neste universo de disputas, a observância nas dinâmicas das territorialidades exercidas pelo capital e pelas redes de solidariedade contribui para que o geógrafo possa identificar, no concreto, o seu espaço para a cognição.

Neste sentido, o analista pode passar do campo da identificação para a capacidade de propor, para além das análises estéreis, formas de organizações solidárias que se manifestam no território a partir dos movimentos sociais, contribuindo na discussão de como, onde e quando decisões precisam ser tomadas para que as forças dos movimentos sociais aí presentes, em suas intencionalidades e necessidades possam autogerir seu território.

Quanto às redes, sejam infraestruturais, sejam do capital, sejam sociais, são a manifestação material de como o território está organizado e por quem está ordenado, de

quem detém o poder e como se encontra a hierarquia territorial. Identificar quem toma decisões em espaços de poder, como estas decisões afetam a sociedade e como a sociedade se organiza, ou ao menos deveria se organizar para alcançar o direito à autonomia e tomar suas decisões são caminhos indispensáveis na análise territorial.

A geografia, como ciência voltada ao planejamento espacial, considerando este espaço um ambiente político e por isto espaço social, caracterizado por disputas para o controle territorial, deve se reforçar das temáticas territoriais e das territorialidades que engendram e da busca pelo empoderamento social a partir da análise dialética das redes de solidariedade, no sentido de fortalecer as intencionalidades movidas pelas necessidades dos sujeitos sociais.

Atualmente, os movimentos sociais são a forma mais evoluída encontrada pela sociedade civil para lutar e resistir contra a força do capital e dos processos de desterritorialização que a economia de mercado impõe. Nesta perspectiva, os trabalhos geográficos devem considerar a existência dos movimentos sociais em suas redes, como também suas ausências, propondo suas organizações e manifestações para garantir a autonomia e a liberdade.

O espaço urbano não deve anular as comunidades tradicionais, e sim buscar potencializá-las, pois o urbano é em si um mosaico e, portanto heterogêneo e, por conseguinte, o planejamento público, sendo estratégico deve ser capaz de identificar as heterogeneidades existentes e as que estão por vir à medida que o urbano avança. Para tanto há vários instrumentos da política urbana capazes de contribuir com a operacionalização destas reflexões, como por exemplo o zoneamento e o direito de preempção.

As comunidades tradicionais podem continuar contribuindo para a diversidade, como também para a geração de trabalho e renda, a partir de uma visão voltada para enxergar e refletir sobre estes espaços, que formam territórios urbanos e marinhos que devem ser fortalecidos por redes de solidariedade, de forma que a autonomia seja fruto de um processo participativo, ao mesmo tempo em que sejam demarcadas no urbano e no marinho, e a elas propiciadas tecnologias desenvolvidas de forma endógena com cooperação governamental e não-governamental, o que tende a garantir maiores índices de qualidade de vida e produtividade, garantindo a condição de tradicional, porém desenvolvido e integrado.

1.8 Referências bibliográficas

1 - ARENDT, Hannah. **O que é política?** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2002, ISBN 85-286-0640-6.

2 - AUGÉ, Marc. **Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Papirus, Campinas, 1994. ISBN 85 308 0291-8

3 - ALVES, Taíse dos Santos. **Da organização a produção do espaço pesqueiro: a pesca artesanal em Vera Cruz (BA)**. IN: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: de 10 a 16 de agosto de 2014. ISBN: 978-85-98539-04-1. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404407921_ARQUIVO_Artigocbg_taise.pdf. Acesso em: 10/09/2016

4 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. 2010. Acesso em 15 de outubro de 2015. <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>

5 - BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de cadastramento de grupos: populacionais, tradicionais e específicos**: cadastro único para programas sociais. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2012.

6 - BRASIL, **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana – 3ª ed. Brasília; Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

7 - CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-14012003-160032/pt-br.php>. Acesso em: 07/08/2016

8 - CIRIBELI, João Paulo; PIRES, Vanessa Aparecida Vieira; BRAGA, Marcelo José. **Do pensamento estratégico à gestão estratégica: um ensaio teórico sobre a origem e a evolução da estratégia empresarial**. VII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2005. Disponível em: http://www.convibra.org/upload/paper/adm/adm_1391.pdf. Acesso em 05/01/2016

9 - COLAÇO, Thais Luzia; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. **Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 207-230, jan./jun. 2010 ISSN 2179-345X

10 - CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2006, ISBN: 85-286-0545-0.

11 - CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. Ática, São Paulo, Brasil, 2002. ISBN: 85-08-0302609.

12 - DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ática, São Paulo, Brasil. 1983.

- 13 - DIEGUES, Antônio Carlos. **A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), pp. 361-375. 1999. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf. Acesso em: 17/ 09/ 2016
- 14 - FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 8, nº. 6, p. 14-34, Jan/Jun. 2006.
- 15 - FONSECA, Marília; ALVES, Fátima, MACEDO; Márcio Chagas; AZEITEIRO, Ulisses M. **O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras, RJ, Brasil**. Journal of Intergrated Coastal Zone Management/ Revista de Gestão Costeira Integrada, 16(2):231-241(2016). Disponível em: http://www.aprh.pt/rgci/pdf-593_Fonseca.pdf. Acesso em: 12/10/2016
- 16 - GALINDO, Alexandre Gomes. **Introdução aos fundamentos do pensamento estratégico empresarial**. Macapá, 2004. ISBN: 85-904123-1-8. Disponível em: <http://www.ceap.br/artigos/ART27082009164925.pdf>. Acesso em: 10/10/2015.
- 17 - GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3ªed. Cortez, São Paulo, Brasil, 2003. ISBN: 85-249-0649-9.
- 18 - GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. Cortez, São Paulo, Brasil, 2005, ISBN: 85-249-1104-2
- 19 - HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2006, ISBN: 85-286-0545-0.
- 20 - HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. CONTEXTO, São Paulo, Brasil, 2002, ISBN: 85-228-0343-9.
- 21 - IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros**. 2012. Acesso em 15 de setembro de 2015. http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409_relatorio_com_unidades_tradicionais.pdf
- 22 - KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo, Brasil, 2006, ISBN: 85-11-01023-8.
- 23 - LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em 22/08/2015.
- 24 - MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. Brasiliense, São Paulo, Brasil, 1986.

- 25 - MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo, ANNABLUME, 1993. ISBN: 85-85596-08-2
- 26 - MALDONADO, Fabiana. SANTOS, Antônio Carlos dos. **Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavourar, v.8, n. 3, p. 323-333, 2006.
- 27 - MORAIS, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço**. HUCITEC, São Paulo, Brasil, 1984
- 28 - MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Boitempo, São Paulo, Brasil, 2007, ISBN: 978-85-85934-23-1.
- 29 - MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil, 2001. ISBN: 85-326-2633-5.
- 30 - MONTEIRO, Sandoval Villaverde. **A pesca artesanal nas praias urbanas de Natal: trabalho, lazer e práticas culturais**. I Reunião Equatorial de Antropologia e X Reunião de Antropólogos Norte-Nordeste (Anais). Aracaju: UFS, 2007. Disponível em: <http://pesca.iff.edu.br/nucleos/nordeste-03/ArtigoMonteiro.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2015.
- 31 - MONTENEGRO, Jorge. **Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado**. Revista okara: geografia em debate, v.6, n.1, p. 163-174, 2012. issn: 1982-3878 João Pessoa, pb, dgeoc/ccen/ufpb – <http://www.okara.ufpb.br>
- 32 - PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/16054/13504>. Acesso em 10 de outubro de 2015.
- 33 - MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras: **Cartilha para trabalho de base da campanha pelo território pesqueiro**. 2012. Disponível em <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro.pdf>. Acesso em 10/10/2015
- 34 - RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, Brasil, 2008, ISBN: 978-85-7743-XXX-X.
- 35 - RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma geografia do poder**. Ática, São Paulo, Brasil, 1993, ISBN: 85-08-04290-6
- 36 - RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICEA, Dante Severo. **Pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso de conceição de vera cruz, BA**.

Cadernos do logepa, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 115-139, jul./dez. 2011. issn: 2237-7522 dgeoc/ccen/ufpb – www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa

37 - SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 3ª ed. HUCITEC, São Paulo, Brasil, ISBN: 85-271-0371-0.

38 - SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. HUCITEC, São Paulo, Brasil, 1986.

39 - SANTOS, Milton. **Espaço e método**. Nobel, São Paulo, Brasil, 1985, ISBN: 85-213-0294-0.

40 - SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3ª ed. Outras Expressões, São Paulo, Brasil, 2013, ISBN: 978-85-64421-24-0

41 - SILVA, Suana Medeiros. **Pesca Artesanal: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena (PB)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba, Campus João Pessoa/PB. 2012. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/5820>. Acesso em 10/08/2016

42 - SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David. (org). A outra economia. Veraz, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2003, ISBN: 85-88687-04-6

43 - SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2010. ISBN: 978-85-286-0856-4.

44 - SOUZA, Marcelo José Lopes de Souza. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2006, ISBN: 85-286-0545-0.

45 - VASCONCELOS, M.; DIEGUES, A. C.; SALES, R. R. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**. 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/SEAPRelatorio.pdf>. Acesso em 02/11/15.

46 - VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, São Paulo, Brasil, 1998. ISBN: 85-85445—75-0.

1.8.1 Legislação

Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Disponível on-line em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível on-line em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2.1. Localização e caracterização da área de estudos

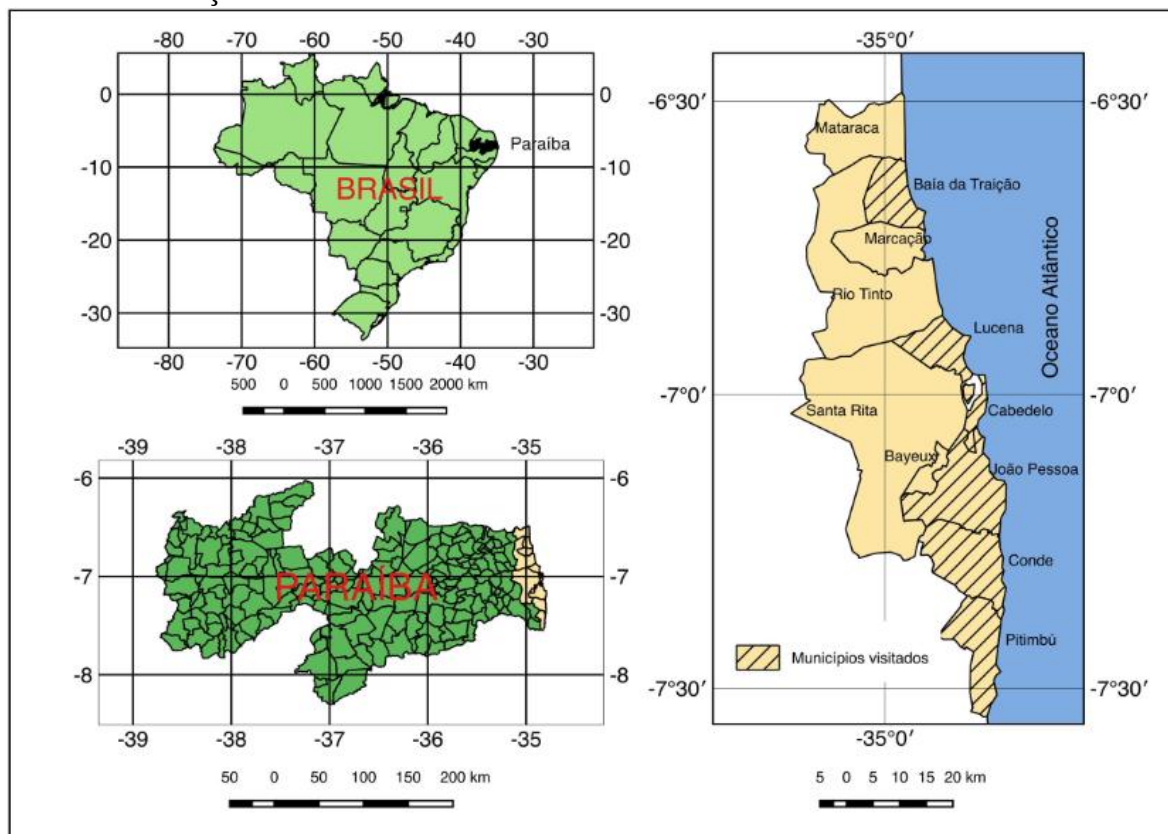
O Estado da Paraíba está localizado no Leste da Macrorregião Nordeste do Brasil. A Paraíba faz divisa com o estado do Rio Grande do Norte, ao Norte; ao Sul faz divisa com o estado de Pernambuco. Ao Leste com o Oceano Atlântico e ao Oeste com o estado do Ceará.

A Paraíba possui quatro mesorregiões, sendo Litoral Paraibano, Agreste, Borborema e Sertão. A Mesorregião onde ocorreu a pesquisa é o Litoral Paraibano, que possui 5.253,5 Km², o que representa 9,3% do território do estado da Paraíba. Sua costa possui 117 km de extensão, o que representa apenas 1,6% da extensão do litoral brasileiro, que possui 7.367 Km. A Mesorregião do Litoral Paraibano é subdividida em quatro microrregiões. Todas foram visitadas durante os trabalhos de campo.

Os municípios visitados são costeiros, pois esta pesquisa busca contribuir com a pesca marinha, sendo todos os pescadores entrevistados ocupados com este ofício, tendo esta atividade como meio de renda principal ou secundário. Neste sentido, não foram entrevistados pescadores que só trabalham em estuários, ou apenas em rios, ou lagos, lagoas ou barragens.

Quanto aos municípios visitados e seus respectivos índices de desenvolvimento humano, que levam em consideração o nível de desenvolvimento da população por município, considerando os indicadores escolaridade, expectativa de vida e distribuição de renda, temos: na Microrregião do Litoral Sul foram visitados os municípios de Pitimbu (IDH = 0,57) e Conde (IDH = 0,618). Na Microrregião de João Pessoa, foram visitados os municípios de João Pessoa (IDH = 0,763), Cabedelo (IDH = 0,748) e Lucena (IDH = 0,584). Na Microrregião do Litoral Norte foi visitado o município de Baía da Traição (IDH = 0,581) (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013). (Figura 1).

Figura 01 – Mapas de localização do estado da Paraíba no Brasil, e dos municípios visitados em relação ao Litoral Paraibano.



Fonte: IBGE (2016); Ismael Araújo

As praias da Paraíba estão assentadas sobre formações arenosas holocênicas do último período de transgressão-regressão marinha, com altitudes de até 06m. Seus sedimentos são formados por areias quartzosas finas e médias. O clima é Tropical Litorâneo Úmido, com chuvas de outono a inverno, precipitação de 1800 mm/ano e umidade relativa do ar em torno de 76%. As correntes marinhas são de Sudeste-Noroeste e a plataforma continental possui em torno de 30 km na costa do estado da Paraíba. Há uma linha off shore, de arrecifes de corais intermitentes e paralela há costa numa distância em média de 800m (CARVALHO, 1982).

Na costa paraibana são bastante perceptíveis os paredões abruptos argiloso-arenosos denominados de falésias. Elas limitam as formações geológicas Baixada Litorânea e os Baixos Tabuleiros Costeiros, que adentram ao continente numa extensão que vai até 40 Km para o interior do estado. Quando as falésias estão em contato com o mar, sofrendo processo de erosão marinha, a partir do solapamento dos sopés das falésias e consequente desmoronamento por gravidade, estas são denominadas de falésias vivas. São chamadas de falésias mortas os paredões abruptos que não estão sendo erodidos pelo mar.

A Baixada Litorânea é composta basicamente por três formações geomorfológicas. São os Cordões Litorâneos, os Terraços Costeiros e as Restingas. Os Cordões Litorâneos são faixas de praia que praticamente desaparecem, ou mesmo chegam a desaparecer nas marés altas, quando estas tocam às falésias vivas. Os Terraços Costeiros são mais amplos e inclusive seu uso do solo atual é urbano, geralmente com bairros nobres. As Restingas são formações fluvio-marinhas com cerca de 8.000 anos. A mais extensa, na Paraíba, está ocupada pelo município de Cabedelo.

Os manguezais também surgem de forma significativa na costa paraibana, formados por um solo lamoso composto por silte e substâncias orgânicas em decomposição, e vegetação típica destes ambientes lamacentos, inundados nas marés altas, formando uma paisagem diferenciada e um ecossistema relevante para a vida marinha.

2.2. Metodologia, tipo de pesquisa e método de pesquisa

A metodologia compreende a forma como o pesquisador caminha para chegar à verdade, mesmo que seja momentânea e conseqüentemente superável. Podemos subdividir a metodologia em método de interpretação da realidade e método de pesquisa, isto porque as pessoas veem o mundo de diferentes formas.

E dependendo como um pesquisador entende o mundo, daí virá a complexidade de sua cognição, composição de variáveis e conseqüentemente suas descobertas. Já o método de pesquisa implica na maneira como se dá a parte concreta da pesquisa, ou seja, maneira de estar em campo e procedimentos utilizados, assim como os instrumentos que o pesquisador entende ser necessários para se coletar os dados que contribuirão para se alcançar a verdade.

Neste trabalho é adotado o método de interpretação da realidade denominado materialismo histórico. Triviños (1987, 23), ao tratar sobre pesquisa em ciências sociais, e nesta discussão tratar sobre as diferentes formas de interpretação da realidade, afirma que o materialismo é uma forma de interpretar a realidade “que se apoia na ciência e reconhece como essência do mundo a matéria que é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis”.

Considerar a matéria, seja ela natural ou artificial, como anterior a consciência contribui para, a partir da matéria, tecer a lógica da realidade que se produziu a princípio em forma de natureza e com o passar do tempo vem sendo transformada pelas sociedades a partir de suas relações com o meio ambiente e entre si enquanto sociedade, tendo em vista os

processos históricos que animam as sociedades e, dentro desta perspectiva histórica, as contradições sociais.

Podemos entender a maneira materialista de ver as sociedades como a mais refinada porque permite chegar a conclusões alicerçadas em processos históricos e na análise de contradições, sendo a história e a contradição o prisma das relações sociais, ocorrendo em processos. Assim, a possibilidade de se chegar a conclusões que possibilitem proposições robustas e em consonância com a realidade se torna mais potente, pois surgem saturadas de cotidiano, ou seja, de vida e trabalho.

Ainda de acordo com Triviños (1987, 117), uma visão de mundo baseada no materialismo histórico desemboca no tipo de pesquisa qualitativa, pois este tipo de pesquisa está diretamente relacionado a “ênfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural – dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer através da reflexão a realidade para transformá-la em processos contextuais”.

Assim, podemos compreender que pesquisar de forma qualitativa é entender que os dados coletados tem a ver com o que as pessoas pensam e desejam para as suas vidas, de forma individual ou coletiva, e que o que dizem está saturado de história dentro de uma lógica cognoscível, ao mesmo tempo em que estes dados devem ser analisados de forma crítica e que a finalidade de um pesquisador qualitativo é contribuir com suas reflexões ou até mesmo ações, para uma realidade que contemple os interesses das pessoas sem discriminação.

Chizzotti (2014; 29), ao discorrer sobre pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais, expressa que:

Diferentes tradições de pesquisa invocam o título qualitativo, partilhando o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas. Opõem-se, de modo geral, à pesquisa quantitativa enquanto esta recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização, pressupondo um modelo único de investigação, derivado das ciências naturais, que parta de uma hipótese-guia, só admita observações externas, siga um caminho indutivo para estabelecer leis, mediante verificações objetivas, amparadas em frequências estatísticas.

Assim, o professor Antônio Chizzotti expressa o tipo de pesquisa que se caracteriza como qualitativa ao balizar a razão, a liberdade e a vontade das pessoas como relevantes para uma discussão qualitativa, pois estas emanções humanas dão sentido ao trabalho e a vida,

dando-lhes o significado e guiando os novos passos daqueles que se propõem compreendê-los e tomar decisões junto com os sujeitos da pesquisa no sentido de contribuir na proposição de sociedades mais justas.

Já na segunda parte da citação está o motivo principal, as características relevantes que faz a distinção entre a pesquisa qualitativa, aqui adotada neste trabalho, em relação à pesquisa quantitativa: esta usa dados numéricos e valores como únicas formas de dar validade a uma pesquisa científica. E isto deixa as análises humanas e sociais com grandes deficiências quando se faz necessário tomar decisões a respeito de comunidades tradicionais, grupos sociais ou mesmo a sociedade em seus contextos, justamente por deixar de levar em consideração que por vezes os resultados das pesquisas deixam de lado o mais relevante, que vem a ser o interesse dos sujeitos e coletivos sociais.

Um dos métodos consagrados da pesquisa qualitativa e que é utilizado neste trabalho é o Estudo de Caso, que segundo Marconi & Lakatos (2011, 276) “é um levantamento com mais profundidade, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa visando apreender um determinado caso”, que pode estar relacionado a um sujeito social, um grupo humano, comunidades tradicionais, dentre outros.

Na visão de Chizzotti (2014, 135), o método de pesquisa Estudo de Caso tem como objetivo “alcançar um conhecimento mais amplo, resolvendo dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores”. Ao verticalizar o conhecimento sobre um determinado tema, o Estudo de Caso busca, em última análise, proporcionar subsídios para a tomada de decisões.

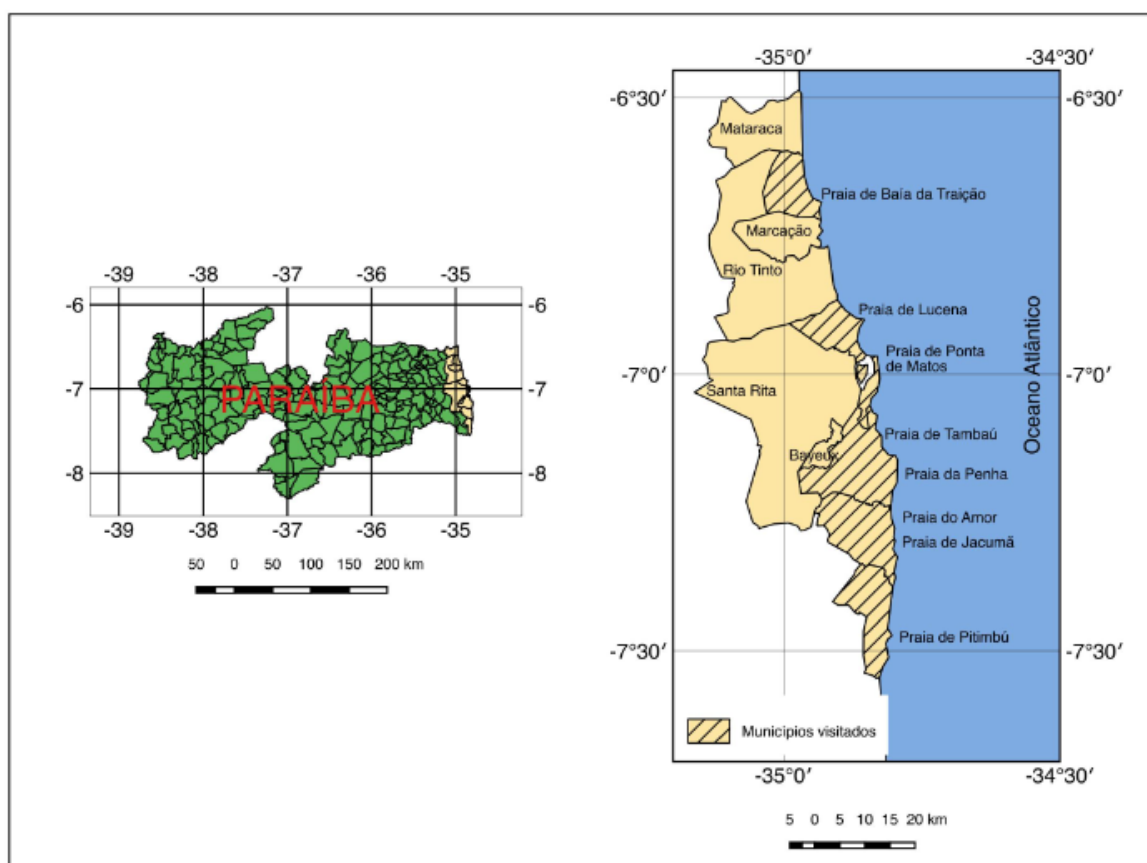
A complexidade de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista o Estudo de Caso como método, supõe, como está escrito nos parágrafos superiores e como também surge nos próximos parágrafos, que a compreensão do caso específico deste trabalho, que vem a ser entender, analisar e fazer proposições em relação à pesca e às comunidades tradicionais de pesca artesanal, que os procedimentos e instrumentos da pesquisa sejam delineados, como está na essência do Estudo de Caso, na medida em que se desbrava o objeto de estudos.

2.3. Técnica, procedimentos e instrumentos de pesquisa

Concomitante às leituras de literaturas específicas sobre pesca, comunidades tradicionais, espaço urbano e urbanização, cultura, economia e ambiente, foram feitas visitas em algumas comunidades tradicionais de pesca artesanal da Paraíba durante os anos de 2013 a 2016, dentro de um processo que iniciou em três comunidades de pesca (Praia da Penha, Praia

de Tambaú e Praia de Lucena) e que depois se estendeu para mais 05 comunidades (Praia de Pitimbu, Praia de Jacumã, Praia do Amor, Praia de Ponta de Matos, Praia de Baía da Traição) perfazendo um total de 08 praias ao longo do litoral paraibano, sendo entrevistados em momentos distintos da pesquisa 53 pescadores e 05 profissionais professores e técnicos que trabalham com a pesca na Paraíba (Figura 02).

Figura 02: Praias visitadas ao longo da pesquisa



Fonte: IBGE; Ismael Araújo

À medida que foi ocorrendo o aprofundamento da pesquisa, os diálogos informais foram dando espaço a entrevistas semi-estruturadas, no total de 04 entrevistas e um questionário que foram fomentando com dados primários as discussões dos capítulos, que também possuem discussões embasadas em bibliografias e dados secundários.

O parâmetro que definiu a escolha dos entrevistados foi a indicação pelos próprios pescadores, a princípio lideranças, sobre quem deveria ser entrevistado consequentemente, o que contribuiu para a garantia de entrevistas que propiciaram melhor conhecimento sobre a realidade, devido ao conhecimento e envolvimento dos sujeitos da pesquisa sobre a pesca. Já o parâmetro que balizou o número de entrevistados foi o fato de as respostas começarem a se

repetir com semelhança, inclusive nas palavras e formas de os sujeitos da pesquisa se expressar com relação à realidade, tanto nos seus aspectos positivos quanto em seus aspectos negativos.

Esta técnica de pesquisa se chama Snowball Sampling, que traduzindo para o português se chama Amostragem por Bola de Neve, e significa uma técnica de amostragem de um dado fenômeno a partir de indicações de pessoas chave, ou seja, que detém conhecimento sobre a área de saber e que conhecem outras pessoas que também os detém, por isto indica-as.

Biernacki & Waldor (1981, p. 141), ao discorrerem sobre Amostragem em Bola de Neve, salientam que esta técnica “é aplicável quando o foco de estudo é de um assunto sensível, possivelmente, relativo a um assunto mais restrito e, portanto, requer a indicação de pessoas para localizar outras pessoas relacionadas”. Neste sentido, é uma técnica não probabilística, pois o que realmente interessa ao pesquisador é entrevistar e questionar pessoas que tenham real envolvimento com o tema.

Isto é relevante nesta pesquisa sobre pescadores artesanais, pois muitas pessoas que se dizem pescadores artesanais não são de verdade, pois apenas usam este argumento para terem direitos a benefícios sociais. Com a indicação por parte de pessoas com muitos anos de pesca, é possível garantir que todas as pessoas entrevistadas venham de fato contribuir com a pesquisa por serem de fato pescadores.

A primeira entrevista semi-estruturada (apêndice 1) surge para fomentar com dados primários o terceiro capítulo, que discorre e reflete sobre a pressão imobiliária em comunidades tradicionais de pesca artesanal. O que motivou a escolha das comunidades da Praia de Lucena, Tambaú e Penha para promover o diálogo sobre a temática foi o fato de duas delas já terem sido removidas e por isso podem servir como referência para o que pode vir a acontecer com a Penha e com as demais comunidades que ainda persistem.

Esta primeira entrevista semi-estruturada tem 23 perguntas gerais e tem como finalidade ampliar o conhecimento do pesquisador sobre o trabalho, a vida e como se veem os pescadores artesanais. Ela está subdivida em quatro partes: a primeira trata de dados pessoais dos sujeitos da pesquisa; a segunda parte busca compreender o que significa a pesca para o pescador do ponto de vista econômico, religioso (com relação ao sagrado) e político; a terceira parte busca saber como o pescador percebe a pressão imobiliária sobre as comunidades tradicionais; a quarta parte tem como objetivo apreender como o pescador vê o futuro, tanto no sentido de construí-lo como no sentido de esperar que aconteça.

Esta primeira entrevista foi aplicada em pessoas consideradas referências em suas comunidades. Isto por terem a vida dedicada à atividade pesqueira e por estarem envolvidas

ainda com a pesca no momento da pesquisa. Na praia da Penha, o entrevistado foi o presidente da Associação dos Pescadores da Praia da Penha, o senhor Zeca. Em Tambaú, após duas tentativas de entrevistar o presidente da colônia de pescadores, outros pescadores indicaram o armador de pesca Iran, que cresceu trabalhando com pesca e até a atualidade ainda possui barco em Tambaú, além dos cursos de pesca que já fez. Em Tambaú também foi entrevistado o pescador Claudemar, que cresceu em Tambaú e depois foi morar na comunidade São José. Ainda em Tambaú foi entrevistado o mestre de pesca Manoel, que ainda mora com a família no bairro de Tambaú, na Av. Olinda. Em Lucena foi entrevistado o presidente da Colônia de pesca de Lucena, o senhor Severino, que tem toda sua história de vida também relacionada com a pesca.

Estes 05 sujeitos da pesquisa foram entrevistados mais de uma vez, o que caracteriza, segundo Taylor e Bogdan (2008;112), “entrevista em profundidade”, que implica em dialogar de forma mais extensa com alguns sujeitos mais relevantes, por suas atividades e comprometimento que, neste caso, é com a atividade pesqueira. A entrevista em profundidade gera uma maior relação de confiança entre entrevistador e entrevistado, e também contribui para o pesquisador apreender mais sobre a realidade estudada.

Após analisar a situação de trabalho e moradia de três comunidades tradicionais da Paraíba, surgiu a necessidade de conhecer mais especificamente uma comunidade tradicional de pesca, o que gerou o capítulo 4. A comunidade escolhida para tal foi a Praia da Penha, porque já havia aproximação do pesquisador desde o início da pesquisa quando foi aplicada a primeira entrevista, e por ser uma comunidade que vem sofrendo, de forma mais incisiva, há 40 anos, os efeitos, principalmente os negativos, do processo de urbanização brasileiro.

Para fomentar de dados primários o capítulo 4, que trata sobre a pesca artesanal e o bairro da Penha, foi elaborado um questionário (apêndice 2) para informar dados pessoas das pessoas relacionadas com a pesca no Bairro, como também dados financeiros.

Para o levantamento dos dados estatísticos, os dados utilizados foram cedidos pelos Agentes de Saúde do Posto de Saúde da Família, localizado na Penha de Cima. Os agentes levantam dados em períodos de um mês, no intuito de alimentar o sistema de informação nacional do Ministério da Saúde, denominado Sistema Nacional da Atenção Básica – SIAB.

Este é um sistema idealizado pelo governo federal para agregar e para processar as informações sobre a população visitada pelos agentes de saúde, usando 08 tipos de fichas (questionários) de acordo com os conjuntos de informações necessárias. Estas informações são recolhidas em fichas de cadastramento e de acompanhamento e analisadas no sistema nacional a partir dos relatórios de consolidação dos dados. Os relatórios que o SIAB emite

permitem conhecer a realidade social e sanitária da população acompanhada, avaliar a adequação dos serviços de saúde oferecidos e readequá-los conforme haja necessidade.

O questionário produzido por nós pesquisadores foi entregue aos agentes de saúde após permissão da Secretaria de Saúde de João Pessoa e gentileza dos agentes de saúde em preencher o questionário e nos entregar no prazo de um mês e meio. O motivo de escolher os agentes de saúde para pedir a colaboração com a disponibilização de dados é o fato de serem profissionais que conhecem todos os moradores e possuem praticamente todos os dados pedidos no questionário, além de outros dados. Dados mais específicos sobre rendas e benefícios foram levantados no período em que os agentes de saúde foram a campo por força do ofício e gentilmente contribuíram com a pesquisa, mostrando com nomes e números todas as pessoas que trabalham com pesca na praia da Penha.

Durante a espera dos dados do questionário preenchidos pelos agentes de saúde municipais, foi aplicada a segunda entrevista semi-estruturada (apêndice 3) da pesquisa, entre 13 pescadores da praia da Penha, onde alguns também são peixeiros, ou seja, possuem um ponto de vendas de pescado. A escolha dos pescadores entrevistados teve como critérios considerar os mais atuantes de acordo com a opinião do presidente da Associação de Pescadores da Penha, o senhor Zeca.

As perguntas foram voltadas para a produção e venda de pescado na praia da Penha, forma como os pescadores se veem e veem possíveis lideranças, assim como perguntas relacionadas aos rendimentos financeiros, peixes mais pescados e o turismo nas piscinas naturais. As perguntas desta segunda entrevista semi-estruturada tem relação direta com as respostas da primeira entrevista que mais se sobressaíram, que foram levantadas no terceiro capítulo, e foram motivadas pela necessidade de aprofundar informações numa comunidade específica e a dinâmica da pesca destes pescadores artesanais marinhos urbanos.

Já o capítulo 5, que trata sobre a maricultura nos olhares dos pescadores artesanais da Paraíba, tem seus dados primários produzidos a partir da terceira entrevista semi-estruturada (apêndice 4), direcionada para saber dos 58 sujeitos entrevistados, entre pescadores, técnicos e professores, do litoral Norte ao Sul da Paraíba, (quais suas preferências no que tange a maricultura?). A motivação desta pergunta está no fato de os pescadores demonstrarem interesse por diversificar suas atividades marinhas com o cultivo de animais e plantas aquáticas, embora isso de fato ainda não ocorra.

Os dados primários do capítulo 6 foram produzidos a partir de duas entrevistas semi-estruturadas que foram produzidas a partir da soma dos resultados das entrevistas anteriores, principalmente dos capítulos 03 e 04, pois com a repetição dos problemas elencados pelos

pescadores e sujeitos envolvidos com a pesca surgiu a necessidade de priorizar as demandas para que possam ser postas em prática a partir de um futuro planejamento governamental, de preferência na esfera municipal, tendo em vista que muitos problemas aqui vistos podem ser resolvidos na esfera local, sendo que se deve considerar as três esferas administrativas da federação.

Para a produção das tabelas de prioridades para a pesca artesanal da Paraíba, foram considerados dois aspectos fundamentais discutidos neste trabalho: o espaço urbano onde estão assentadas as comunidades tradicionais da pesca artesanal; e o que é necessário para motivar e impulsionar os pescadores artesanais em seu ofício, considerando a complexidade do trabalho que vai além da atividade de se deslocar ao mar para pescar.

A pergunta norteadora para que os sujeitos da pesquisa respondessem em ordem de prioridade a entrevista sobre espaço urbano e sobre a estrutura pesqueira necessária foi a seguinte: sabemos que há várias necessidades, mas que todas não podem ser resolvidas de uma só vez. Sendo assim, qual a ordem de prioridade para atender às necessidades urbanas e de pesca?

Os resultados, da forma que foram tabulados e comentados a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa, que sempre foram além de uma simples enumeração, serviram para demonstrar que a solução para a pesca artesanal não está contida apenas nela mesma, nem tão pouco na manutenção da forma que a pesca, o pescador, o mar e as comunidades tradicionais são vistos e imaginados na atualidade.

Para tanto, alguns dados quantitativos foram levantados, sem deixar de levar em consideração, o que serve para as reflexões que precedem e sucedem os números frios, as respostas, comentários e reflexões qualitativas dadas pelos sujeitos da pesquisa, que ajudaram a compor este cenário a partir de suas principais demandas.

2.4. Referências bibliográficas

1 - Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso: 12/12/2016

2 - BIERNACKI, Patrick; WALDOR, Dan. **Snowball Sampling**: problems and techniques of chain referral sampling. In: Sociological Methods & Research, vol. 10, Nº 2, November 1981.p. 141-163. Disponível on-line em: http://sites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic536746.files/Biernacki_Waldorf_Snowball_Sampling.pdf. Acesso em: 30/08/2016.

- 3 - CARVALHO, Maria Gelza R. F. de. Estado da Paraíba: classificação geomorfológica. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1982.
- 4 - CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6ª ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil. ISBN: 978-85-326-3390-3
- 5 - MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. Atlas, São Paulo, Brasil, 2011. ISBN: 978-85-224-6625-2
- 6 - TAYLOR, S.J.; BOGDAN Robert – **La Entrevista em Profundad**. In: Secretaría de Educación y Cultura de Chihuahua (Org), Métodos Cuantitativos Aplicados 2. pp. 100-132. Centro de Investigación e Docencia, Chihuahua, México. 2008. Disponível on-line em: <http://ulloavision.org/archivos/antologias/meto2.pdf>
- 7 - TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, São Paulo, Brasil, 1987. ISBN: 85-224-0273-6

CAPÍTULO III

PESCADORES ARTESANAIS E PRESSÃO IMOBILIÁRIA URBANA

3.1. Introdução

Dentre as atividades relacionadas ao setor primário da economia, a pesca chama a atenção por apresentar a possibilidade de se retirar dela o sustento ou parte dele em qualquer período do ano e a partir de saberes específicos dominados, via de regra, pelos trabalhadores pescadores que labutam em um determinado ambiente aquático.

Mathiesen (2012) salienta que a “atividade pesqueira tradicional proporciona emprego para mais de 90% dos pescadores de captura do mundo, e sua importância para a segurança alimentar, e para a mitigação e prevenção da pobreza vem sendo cada vez mais estudada”. Os estudos sobre a pesca artesanal geralmente estão concentrados no âmbito da antropologia, que busca interpretar o *modus vivendi* dos pescadores no seu trabalho e cotidiano. Entretanto, a geografia, do ponto de vista do planejamento, também busca contribuir com o conjunto da produção científica neste setor.

Nas palavras de Lackey & Nielsen (1980), “a pesca compreende uma atividade de exploração dos recursos biológicos da hidrosfera, considerando os componentes biológicos aquáticos, o meio físico-químico aí existente e a sociedade, de forma sustentável ou predando”. Urbistondo (2001) entende que de “forma artesanal, a pesca tem como objetivo grande variedade de espécies de peixes, moluscos e crustáceos. São usados diferentes artes de pesca. Geralmente a atividade ocorre em zonas próximas à costa, de pouca profundidade”. Os barcos dos pescadores artesanais tem geralmente até 12 metros de proa a popa, sendo os mais comuns de 07 metros, e são tripulados geralmente por até 03 pessoas, que compreendem o capitão da embarcação, denominado mestre, e dois ajudantes, que podem ser aprendizes ou mesmo profissionais.

A lei federal brasileira nº 11.959/2009, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, define pesca como toda a operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. Por sua vez, recursos pesqueiros são os animais e vegetais hidróbios passíveis de exploração,

estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura. Ainda de acordo com este dispositivo legal, pescador artesanal é o trabalhador que pratica diretamente a pesca profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Neste tipo de atividade extrativista voltada para o comércio, onde o pescado geralmente é repassado para um intermediário, a acumulação de capital praticamente inexistente, de maneira que a pobreza, a baixa escolaridade e a falta de financiamentos públicos e privados são características marcantes no perfil dos trabalhadores que atuam nesta atividade do setor primário da economia.

Isto também implica em moradias de baixo padrão de renda, tornando-os mais vulneráveis a remoção pelo poder público ou compra da casa do pescador por pessoas com poder aquisitivo elevado ou grupos econômicos que se interessem pelo espaço litorâneo que os pescadores estejam ocupando, no sentido da apropriação do capital, que atualmente compreende a construção de condomínios residenciais fechados ou de lazer, hotéis, resorts, restaurantes, dentre outros equipamentos urbanos que interessam ao capital.

A literatura científica sobre os pescadores artesanais os classifica como camponeses e trabalhadores do mar. Também surgem textos que mostram os pescadores artesanais como apenas trabalhadores do mar. Na pesca artesanal brasileira, a única evolução marcante nas últimas décadas foi na utilização da embarcação, que avançou de jangada e barco a vela para barco a motor, na década de 1960, o que contribuiu para o aumento da produção do pescado e maior mobilidade do pescador. O que é escasso na literatura sobre pescadores artesanais é uma discussão sobre sua situação de moradia quando do avanço da urbanização sobre estas comunidades tradicionais, e proposições a este respeito.

Nos últimos 40 anos, o crescimento urbano acelerado das cidades brasileiras vem alcançando e englobando muitas comunidades de pescadores, transformando o rural em urbano. Isto demanda novas formas de entender a complexidade desta atividade econômica e, ainda mais relevante, a complexidade do modelo de interpretação desta realidade, considerando as mudanças na forma e função destas comunidades tradicionais, o que contribui para proposições que venham analisar o tema pescadores artesanais, de maneira mais específica, ou seja, mais direcionada para as suas realidades atuais.

Há muitos espaços geográficos que ainda formam comunidades tradicionais, compondo espaços de moradia, de trabalho e vida, reproduzindo relações sociais, culturais e econômicas que precisam, além de serem investigadas e diagnosticadas, serem também

levadas à discussão no plano de estratégias de ação municipal, a fim de fazer frente ao processo de modificação do lugar de trabalho e vida, que prejudique a reprodução do trabalhador pescador, e de suas necessidades, o que implica também analisar o processo de mudanças nos padrões de geração de emprego e renda da comunidade, como também do espaço de moradia, à medida que o urbano e a especulação imobiliária passam a compor o cotidiano.

Este capítulo segue o seguinte raciocínio: entender como o processo de urbanização brasileira modificou e vem modificando o cotidiano de comunidades de pescadores artesanais; entender o porquê da pressão urbana sobre estas comunidades; para daí então poder sugerir algumas diretrizes que venham a se desdobrar em estratégias de ação de acordo com os dados aqui coletados e os argumentos postos, considerando as falas de sujeitos sociais que vivenciam as realidades destas praias.

Neste contexto analisar o processo de urbanização e pressão imobiliária sobre as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, com ênfase nas Praias da Penha e Tambaú, em João Pessoa, e em Praia de Lucena, em município homônimo, no sentido de entender como o processo de urbanização brasileira modificou e vem modificando o cotidiano de comunidades de pescadores artesanais. Como também compreender os motivos da pressão urbana sobre estas comunidades tradicionais para então abordar diretrizes que venham a se desdobrar em estratégias de ação para a permanência das comunidades tradicionais, frente ao capital imobiliário.

3.2. Processo de urbanização e mudanças no cotidiano dos pescadores artesanais.

Com o avanço das cidades, muitas comunidades tradicionais, como por exemplo, de pescadores, foram englobadas pela malha urbana, implicando na remoção de comunidades de pescadores, ou até mesmo sua pulverização, ou seja, dispersão na cidade, causada pela relocação encampada por pessoas que se diziam donas de faixas litorâneas, destinando os terrenos onde ficavam as moradias dos pescadores para loteamentos imobiliários voltados para casas de veraneio. Este fenômeno foi bastante representativo no litoral paraibano a partir da década de 1970.

Mesmo com isto, a atividade pesqueira ainda continuou sendo a ocupação de muitos trabalhadores, mas a partir daí, muitos pescadores se viram em uma nova condição, a de moradores urbanos. Neste caso, em duas situações distintas, ou morando em casas localizadas há alguns quarteirões do mar, ou pior, residindo em aglomerados de moradias subnormais,

termo mais conhecido no Brasil por comunidades ou favelas, ou mesmo, em muitos casos, nas duas condições ao mesmo tempo.

Desta forma, padrões de moradias seculares deixam de existir em meses para dar lugar a outra estrutura, a outro ritmo, trazendo consigo novas características de vida no que se torna urbano, onde em vários casos o único padrão que se aprofunda é a pobreza, além da negação pelo capital de o trabalhador permanecer morando na praia e ter a possibilidade de, num futuro próximo, o pescador e sua família firmar parcerias com empresários, ou mesmo o poder público, diversificando sua fonte de renda com atividades voltadas ao turismo e a cultura, como parte integrante de uma comunidade tradicional, por isto diferenciada, oferecendo serviços culturais diferenciados em relação ao que os grandes equipamentos turísticos propiciam.

Os grandes equipamentos turísticos geralmente propiciam espaços semelhantes em todo o mundo. Este é caracterizado pela ausência de diferenciação histórica e cultural em relação aos espaços ao redor, portanto, sem identidade. Estes espaços desprovidos de um contexto local, geralmente seguem padrões arquitetônicos internacionais, descontextualizados da localidade que está inserido. Tudo isto em oposição ao ambiente tradicional, espaço histórico, cultural, onde há relação de identidade entre os habitantes e o espaço.

Estas modificações são mais perceptíveis quando o campo, o rural se transforma em urbano, ou quando o urbano se aprimora em detrimento do rural. Para Lefebvre (2001), o campo possui “sacralização”, enquanto que a cidade possui uma “racionalidade”. A produção agrícola/pesqueira faz nascerem produtos e obras espaciais. Esta obra emerge de um espaço que se modifica lentamente, que em princípio está relacionado às comunidades tradicionais que a ocupam através de uma sacralização que é a seguir profanada, modificada pela cidade e pela vida urbana, que dissolvem essa sacralização, transformando-a, com o tempo, em racionalidade.

Esta sacralização é aqui entendida como relação de respeito e ética por parte do pescador com o ambiente de praia e com o mar, como também com sua comunidade, que vai se modificando a ponto de se transformar de forma complexa a partir dos novos arranjos espaciais e culturais do espaço urbano, de moradia e até mesmo de localização e distância que são submetidos pelos grupos econômicos, que buscam ocupar os espaços que antes eram do pescador, chegando ao ponto de famílias de pescadores virem a não se interessar mais por este ofício.

Nesse sentido, para Santos (2008), o “próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez, ou seja, contribui para tornar os espaços mais caros e cobiçados,

estimulando a especulação e fomentando a produção de espaços vazios dentro das cidades”, o que contribui para que o capital pressione as comunidades tradicionais de pesca, ou seja, através da força do setor imobiliário, pelo encantamento do pescador no sentido de vender a sua casa e ir morar em áreas mais afastadas da costa, o que o prejudica quanto às potencialidades de sua atividade junto a outras atividades econômicas, como turismo, serviços culturais, dentre outros.

Assim, o pescador, transformado em morador urbano, passa a assumir posições diferenciadas nas formas de pensar e agir, pois o modelo espacial que passa a existir ao seu redor e dentro de sua comunidade, a saber, o urbano, muda seu cotidiano e, até mesmo, contribui para direcioná-lo a trabalhar em outras atividades econômicas, pois estas passam a se multiplicar no novo cenário socioeconômico de moradia.

Desta feita, esta vida urbana, com sua poluição e ocupações irregulares em áreas ambientalmente impróprias, prejudicam a produção pesqueira, o que impele o pescador e seus filhos para outras atividades econômicas, onde a pesca, em muitos casos, passa a ser atividade econômica secundária, e não mais principal, o que vai afastando do ofício as gerações seguintes.

Com a mudança nos padrões espaciais e a complexidade das novas possibilidades de trabalho, as necessidades dos indivíduos da comunidade tradicional se multiplicam, surgindo necessidades criadas, ou seja, que não são básicas, como é básico comer, beber, morar, dormir bem, dentre outras. As necessidades criadas trazem desejos de possuir melhores roupas, calçados, veículos, eletroeletrônicos e etc. Daí o interesse por outras fontes de renda que passam a concorrer com a pesca, o que consiste no fetiche da mercadoria.

Segundo Marx (1996), “o fetiche da mercadoria é a relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à religião”. Isto porque para Marx a religião é um produto da mente humana e por existir apenas no mundo do imaginário humano, é criação do cérebro, sendo e permanecendo imaterial.

Isto Karl Marx chama de fetichismo, que impregna nos objetos produzidos pela sociedade e que logo se transformam em mercadorias. Esse fetichismo produzido pela mente humana, a partir da produção das mercadorias implica em valorar e cobiçar produtos que passam a gerar satisfação e até mesmo a sensação de felicidade ao possuir uma determinada mercadoria, como também ter acesso a um determinado serviço.

Com isto, objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses

trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca, quando se atribui valor.

Para tanto, o tempo de trabalho no mar, como pescador artesanal, com o decréscimo do pescado nas últimas décadas, não passa a ser mais tão vantajoso para o pescador que reside em área urbana, do que outras atividades relacionadas ao espaço urbano, como os serviços de pintura, marcenaria, vigilância de bens e valores, jardinagem, caseiro, garçom e etc. Assim, para consumir a mesma quantidade de produtos, ou até mais, a renda da pesca e o tempo para obtê-la se tornam desvantajosos em relação a outras atividades econômicas. Assim, Lefebvre (1991) propõe o conceito de:

Sociedade urbana que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade. Isso, por conseguinte, não tira o valor de outra caracterização crítica da realidade contemporânea como, por exemplo, a análise da sociedade burocrática de consumo dirigido. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, "o tecido urbano", não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo.

Este conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo é percebido na diferenciação dos ritmos de trabalho e vida destes espaços diferenciados. Também são observados nos desejos de consumo, que se aguçam quando a aglomeração de pessoas é maior. No espaço urbano, a maior circulação de informação e de transportes facilita a capacidade de manobrar/ditar/dirigir o que a sociedade de massa deve consumir.

Esta imposição das elites para as massas implica na necessidade de analisar de forma atenta quais são as mudanças que estão ocorrendo nas comunidades de pescadores artesanais que por algum motivo, ainda estão emersas em áreas urbanas e não foram, ao menos por enquanto, relocadas de alguma maneira pela força do capital, para dar lugar a empreendimentos imobiliários. Capital este que, como criador de necessidades, dentro da lógica do fetiche da mercadoria, também cria até mesmo o interesse do pescador, desavisado ou desiludido, de sair do ambiente de praia para morar em outras partes da cidade, muitas vezes, longe do seu lugar de trabalho, o mar e a praia.

3.3. Pressão imobiliária em comunidades tradicionais de pescadores artesanais

O crescimento urbano no Brasil foi e ainda é pautado na edificação de áreas em saltos. Estes saltos obedecem à lógica da especulação imobiliária, onde há descontinuidades no processo de urbanização, a fim de que os espaços deixados vazios entre uma faixa urbana construída e outra, possam valorizar com o tempo, à medida que a infraestrutura, os serviços público e privados, e a circulação de pessoas e mercadorias valorizem ainda mais os vazios urbanos.

A partir da proliferação do automóvel para a classe alta e classe média alta, no final da década de 1970, em João Pessoa, e do aumento de coletivos nas linhas de ônibus, atrelada a política habitacional de construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda, no período ditadura militar (1964-85), a cidade começou a se expandir rapidamente.

Este modelo de expansão rápida ou “urban sprawl” como citado por Ojima (2007), surge em meados da década de 1960 no Brasil, e expressa o crescimento descontrolado das aglomerações urbanas norte-americanas, principalmente pela dispersão do padrão suburbano de urbanização. Tal processo ocorreu, nos Estados Unidos, com maior evidência no período pós-segunda guerra mundial, onde a população americana, de maior poder aquisitivo, buscou nas áreas mais afastadas dos centros das cidades melhor qualidade de vida.

O termo “urban sprawl indica crescimento exagerado da cidade a partir de práticas como a produção de subúrbios, condomínios horizontais fechados e conjuntos habitacionais populares, localizados nas franjas ou bordas urbanas” (Ojima, 2007), distantes da mancha consolidada, infraestrutura da cidade, e tem como objetivo beneficiar os donos dos terrenos localizados nos vetores de crescimento urbano da cidade, quando vendem suas glebas por preços mais elevados do que o que realmente valeriam na cotação de mercado.

No caso da cidade de João Pessoa, a cidade nasceu às margens do rio Sanhauá e cresceu em direção às praias marítimas. A partir da década de 1970, as elites buscaram nas proximidades das praias, lugares afastados das classes menos favorecidas, ao mesmo tempo em que buscaram também estabelecer moradias, num primeiro momento, de segunda residência, iniciando um processo inexorável de adensamento urbano nestes espaços.

Além de se afastarem dos despossuídos, as elites também buscavam usufruir dos ambientes naturais de praia, os quais sempre foram vistos como espaços de lazer. Neste momento histórico, o espaço de lazer temporário passou, gradativamente, a ser espaço perene

de lazer e vida, donde também era como ainda é relevante o contato com a natureza em nossa cultura.

Santos (2008) afirma que a natureza, hoje, é um “valor, e, em termos de processo histórico, ela é social”. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados naturais. Essa valorização incide de modo importante sobre as zonas costeiras dos países periféricos e tropicais.

Saliente-se que estas praias ensolaradas são produtos de venda fácil para quem tem poder aquisitivo, mercadorias valorizadas para as elites do país e populações dos países temperados e frios. Esta questão implica em uma possibilidade de desenvolvimento, no sentido de multiplicar os postos trabalho e renda, de forma direta ou indireta, ao mesmo tempo em que dialeticamente, tende a gerar impactos negativos se não forem coordenados por uma gestão pública capaz de tratar de temas ligados às comunidades tradicionais.

Enfatize-se que o processo de urbanização, quando chega a uma comunidade de pescadores, não tira deles o caráter de comunidade tradicional. Daí a possibilidade de direcionar políticas públicas nesta perspectiva para que os trabalhadores pescadores possam permanecer em suas moradias históricas a partir de uma releitura deles por eles mesmos devidamente interpretada pelos próprios pescadores além de técnicos e cientistas, analisando e propondo possibilidades, contando com a colaboração do poder público, tendo em vista a relação de desvantagem socioeconômica destas comunidades em relação ao capital, pois este tem maior poder de articulação e reinvenção.

Para proteger as comunidades tradicionais, inclusive comunidades de pescadores foi promulgado no Brasil o Decreto Federal Nº 6.040/2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que no Art. 2º de seu anexo, expressa como objetivo geral promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos.

Embora todas estas dimensões estejam contempladas no objetivo geral deste Decreto, que insere os pescadores artesanais como comunidade tradicional, esta lei ainda carece de atenção por parte do poder público, que não possui a mesma velocidade de ação dos grupos capitalistas, que reinventam formas de se apropriar das terras que interessam à acumulação de capital, de acordo com o tempo e os espaços propostos pelas elites.

Desta feita, historicamente as comunidades de pescadores são extintas pelo capital imobiliário, através da expulsão dos pescadores da faixa de praia pelos pretensos donos de

faixas litorâneas, seja pelo Estado, que reloca estes trabalhadores para áreas mais distantes da praia, seja por grupos empresariais que chegam com recursos financeiros suficientes para comprarem, paulatinamente, a preços baixos, as moradias precárias dos pescadores.

Atualmente, é o Decreto Federal Nº 6.040/2007 que surge como instrumento jurídico norteador para garantir que o pescador permaneça em faixa de praia, pois considera Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Assim como entende que Territórios Tradicionais são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

O reconhecimento de que há uma comunidade tradicional em ambiente de vetor de crescimento urbano contribui para que uma determinada comunidade que passa a ser urbana ou que já o seja possa permanecer em seu território, tendo em vista que a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania, considerando, dentre outros princípios, o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, o que implica na permanência no território de trabalho, moradia e vida, como expressa a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

3.4. Reflexões dos pescadores artesanais das praias de Lucena, praia de Tambaú e praia da Penha sobre a problemática urbana

Lefebvre (1999), ao tratar da problemática urbana, considera relevante “discernir tipos de urbanização e dizer no que se tornaram as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas pela explosão da cidade antiga e pela urbanização generalizada”. Tais formas, funções e estruturas do urbano seguem, via de regra, a lógica do capital e podem esclarecer para o analista quais os processos que se delineiam no terreno.

Nesta perspectiva, Santos (1985) entende que “a mutação cria uma nova urbanização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas”. Ao nos depararmos com a observação da estrutura social, percebemos como esta se dá em processos. Estes podem ser percebidos em um corte temporal

e espacial, no sentido de desenhar, desenvolver uma lógica que torne a realidade inteligível o mais próximo possível de sua totalidade social, no sentido de compreender as práticas sociais no meio urbano.

Assim, segundo Harvey (2005), “Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido”. Isto porque as relações sociais são pautadas pelas elites que buscam dar fluidez ao fluxo do capital, que para exercer suas funções de controle e hegemonia, criam e recriam relações sociais e espaços urbanos hora homogêneos, hora heterogêneos, tendo como objetivo principal a concentração de riqueza de uma minoria em detrimento da maioria e de seus interesses.

A pressão imobiliária urbana que ocorre na Praia da Penha e em seus contornos acontece devido ao processo de periferização das classes mais abastadas, pois a área central (o centro da cidade), à medida que vai aumentando sua dinâmica econômica em comércio e prestação de serviços, deixa de ser confortável como moradia para as elites. Assim, podemos entender que “a elite, a partir do momento em que se inicia o processo de centralização das atividades comerciais e prestações de serviços, começa progressivamente a abandonar suas residências centralmente localizadas, indo residir na periferia”. (CORRÊA, 2002).

Quando consideramos a moradia, sempre se leva em consideração, de forma automática, a localização e a vizinhança. Isto implica em conforto, em qualidade de vida e até mesmo de trabalho, como também no deslocamento. “Esta diferença reflete em primeiro lugar um diferencial no preço da terra – que é função da renda esperada – que varia em função das amenidades e da acessibilidade” (CORRÊA, 2002). Além de os ambientes de amenidades serem espaços apreciados para a moradia, também o são para o lazer e entretenimento.

As faixas de praia no Brasil, assim como em diversos países pelo mundo, são procuradas para nelas serem construídos equipamentos turísticos e de entretenimento, voltados para os mais abastados, não só da cidade e da região, mas também de qualquer lugar do planeta. Desta forma, uma área de praia, na cultura da população litorânea do Nordeste brasileiro, implica em espaço de amenidades, ou seja, possui humidade agradável, propicia a facilidade do banho de mar, sol, espaço natural que culturalmente serve ao lazer e entretenimento, a atividade física e contemplação.

Num primeiro momento, comprar terrenos ou moradias numa comunidade de pescadores pareceria desinteressante para o capital, mas ao contextualizar a realidade especulativa do espaço urbano em que está inserido, por exemplo, o Bairro da Penha e sua comunidade de pescadores (figuras 03 e 04), ou seja, em um espaço que já é urbano e para

além disto, zona destinada ao turismo pelo Plano Diretor Municipal, mostra a posição estratégica para o capital imobiliário em relação ao Bairro da Penha e seus arredores.

Neste contexto, as terras urbanas que hoje estão em posse dos pescadores caracterizariam o espaço de pior localização desta zona costeira para se adquirir imóveis, tendo em vista que neste espaço vivem pessoas de baixo poder aquisitivo. Todavia, terrenos ao redor do bairro estão loteados para condomínios residenciais de alto padrão, hotéis e equipamentos de lazer e entretenimento, o que torna estes terrenos ao redor bem mais caros, gerando pressão imobiliária sobre o bairro da Penha.

Figuras 03 e 04 – Imagens de parte do bairro da Penha



À esquerda, vista de parte da Comunidade de Pescadores Artesanais da Penha. À direita, vista do padrão das moradias dos pescadores. Fonte: Ismael Araújo.

Desta feita é nos espaços aparentemente desinteressantes para o setor imobiliário, onde é possível se realizar lucros mais vultosos. A localização é sempre relativa e, sendo assim, é possível relativizar espaços considerando suas características atraentes. Dependendo do que se venha considerar quando da valorização de uma área, aspectos como segregação socioespacial e lazer tendem a interessar pessoas abastadas, o que desperta o interesse do capital imobiliário em ir pouco a pouco se apoderando de determinado espaço.

Do ponto de vista comparativo com outras comunidades de pescadores do estado da Paraíba, podemos observar que a história de apropriação de comunidades de pescadores pelo capital imobiliário, como vem ocorrendo na Praia da Penha possui características semelhantes com o que já aconteceu na década de 1970 em Tambaú, praia central de João Pessoa, atualmente com sua orla ocupada por hotéis e prédios residenciais que servem a pessoas com alto poder aquisitivo;

Isto também ocorreu em Lucena, município que atualmente tem a sua orla ocupada por casas de veraneio, pousadas e loteamentos. Naquele momento histórico, ou seja, década de

1970, nos dois casos (Tambaú e Lucena), pessoas mais abastadas compraram casas e terrenos onde moravam os pescadores, de pessoas que se consideravam donas destas terras. O saldo social é a atual situação de moradia destes pescadores, que estão, em grande parte, no aglomerado de moradias subnormais São José, entre os bairros nobres de Tambaú e Manaira em João Pessoa; e na “comunidade” Carrapeta, em Lucena (figuras 05 e 06).

Figuras 05 e 06 – Imagens da localização dos aglomerados de moradias subnormais onde atualmente moram a maioria dos pescadores de Lucena e Tambaú



A imagem aérea à esquerda mostra o deslocamento dos pescadores de Tambaú para a comunidade subnormal São José, em João Pessoa. A imagem à direita, mostra o deslocamento dos pescadores da praia de Lucena para a comunidade subnormal Carrapeta, em Lucena. Fonte: Pescadores de Tambaú e Lucena.

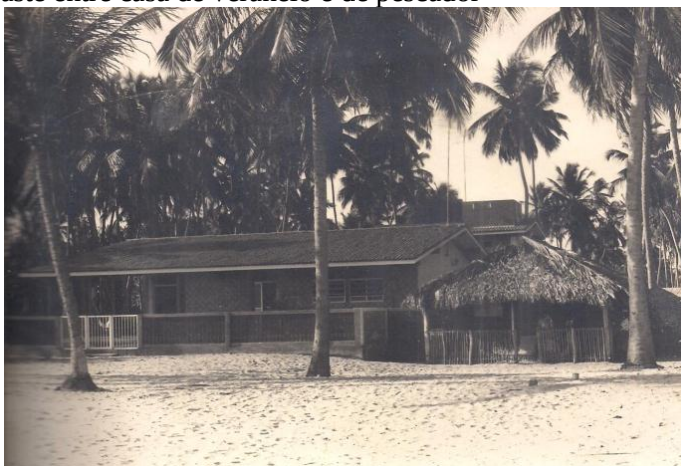
Para entender como foi o processo de relocação ao qual os pescadores da Praia de Lucena e da Praia de Tambaú foram submetidos, tanto pelo poder público como pelos capitalistas pretensos donos destas terras praianas, vejamos os depoimentos de pescadores das duas praias, como também o depoimento de um pescador da Praia da Penha, aonde o processo de urbanização da área, que vem ocorrendo há algumas décadas, passa a comprometer a permanência dos pescadores. Com isto, objetiva-se compreender o processo de expropriação que ocorreu no passado com os pescadores de Lucena e Tambaú, e como está ocorrendo atualmente com os pescadores da praia da Penha.

3.4.1. Depoimento do presidente da colônia de pescadores de Lucena, Severino Amâncio (53 anos), sobre a praia de Lucena:

Morei na beira da praia. Os proprietários davam um canto na beira da praia quando se pedia um pedaço de chão. Terreno de praia até a década de 1970 não tinha valor. Entre os

pescadores se dizia que quem vivia em Praia era aratu¹. A maioria dos pescadores recebeu terreno em troca para sair da praia. Quando moravam na praia, os pescadores não tinham permissão de construir casas de alvenaria. Viviam em casas de palha e chão batido (figura 07).

Figura 07 – Contraste entre casa de veraneio e de pescador



Casa de palha de um pescador ao lado de uma casa de veraneio, de alvenaria, em 1980, no município de Lucena. Fonte: Ana Cornélio Madruga

Hoje, a pressão é sobre as caixas² dos pescadores: os veranistas não querem que os pescadores façam caixas em frente às suas residências.

A pesca como atividade principal gera apenas um salário mínimo (R\$ 678,00 reais, o que equivale, em 13/04/2014, a \$312,44) por mês, em média. Muitos pescadores hoje já deixam de pescar para fazer outras atividades que sejam mais lucrativas. A pesca como primeira atividade só daria certo com embarcações mais apropriadas. Hoje em dia o pescador tem medo de mandar o filho para o mar. A situação do pescador é penosa, pois é difícil de viver. Se eu pesco e tenho filho, eu não quero que ele vá para o mar. Hoje em dia tem muitas profissões, muitas possibilidades.

Essa pesca que temos aí não dá pra tirar mais de um salário mínimo por mês. A gente pesca, no máximo, a vinte milhas, muitas vezes em barcos pequenos, de até 08 metros, para ir num dia e voltar no outro. Não temos dinheiro para melhorar nosso trabalho. O governo oferece empréstimos, mas não temos como fazer empréstimos porque não temos como dar garantias, pois não temos bens.

¹ Este caranguejo também é chamado de Maria Farinha. Tem coloração branca e amarelada, e tem como habitat as areias de praia.

² Palhoça que serve como depósito para armazenamento de apetrechos de pesca dos pescadores. As caixas são construídas nas areias de praia pelos pescadores. Exemplos de petrechos de pesca são: rede, jangada, linha, anzol e canoa. Há algumas décadas os pescadores moravam em palhoças semelhantes às caixas.

3.4.2. Depoimento do pescador Claudemar (Vavá, 62 anos), sobre a praia de Tambaú:

Tambaú começou a crescer a partir de 1955. Até aí só existiam pescadores na praia. O hotel Tambaú, construído em 1978, atraiu o crescimento. A caiçara dos pescadores ficava onde fica o hotel Tambaú. Eu cheguei em 1966. Neste ano Tambaú já estava loteado até o que hoje é a Avenida Rui Carneiro. Esta avenida ainda não existia nesta época.

Os pescadores moravam na atual Av. Franca Filho, no atual bairro de Manaíra, e na Avenida Olinda, que fica em frente ao hotel Tambaú.

Em 1967 fizeram uma Vila dos Pescadores, perto da Capital Fiat, na Avenida Rui Carneiro. Fica na Avenida Sapé. Na época, o governo fez cerca de 65 casas. Hoje, pescador na Vila, não tem mais de 10 pessoas. A maioria dos pescadores que receberam as casas morreram. Os filhos foram vendendo estas casas e dos que ficaram, quase nenhum trabalha com a pesca atualmente.

Toda vida o poder público mudou como bem queria o lugar do pescador morar, e pescador é bicho besta, tudo aceitava. E também quando se dava ao pescador uma casa de alvenaria pra ele deixar a de palha, quem é que não queria? O negócio do pescador mesmo é ter a beira da praia dele e um lugar pra botar a família.

Hoje a beira de praia é do turista, mas na minha época, a beira de praia, todo mundo sabia que era do pescador. Lugar de pescador é na beira da praia. Atualmente, a maioria dos pescadores mora na comunidade São José, e o restante em bairros pobres da cidade.

Nossa caiçara está ao lado do hotel Tambaú, mas hoje eu não tenho coragem de ficar na caiçara a partir das 21h, pois é muito perigoso. A caiçara era onde ocorria o lazer do pescador. Onde ele bebia com os amigos, onde ele botava a rede e dormia quando vinha cansado do mar.

A maioria dos pescadores de hoje são os filhos dos pescadores velhos. Já os pescadores de hoje não querem seus filhos pescando. Daqui a duas gerações praticamente não haverá mais pescador. A pescaria é incerta. Somente se o filho não quiser estudar é que ele vai virar pescador. Eu tenho um filho pescador, mas eu não queria isso para o meu filho. E tenho certeza que ele não quer isso para o filho dele.

Da minha época pra hoje, já diminuiu cerca de 70% do número de pescadores e não está recompondo. Estão vindo pescadores de outros lugares.

3.4.3. Depoimento do presidente da associação de pescadores da Penha, José Paulino (Zeca, 46 anos), sobre a praia da Penha:

Tem pessoas que já estão pensando em vender suas casas, porque a pesca já não tá tão boa. Pescador também está mais escasso. Hoje o pescador também é pedreiro, pintor, trabalha na construção civil. Também tem pescador que hoje é funcionário público. Pescaria é hoje e não amanhã, e o pescador não vai deixar a família passar fome. Tem que pescar cerca de 20 dias em média por mês para lucrar um salário mínimo.

Na Penha ainda uns 100 pescadores. O número de pescadores vem caindo nos últimos anos. Dá muito pouco peixe por causa da poluição e pesca predatória. O mangue do Rio do Cabelo foi extinto para fazer condomínio fechado. Este condomínio destruiu o estuário. O rio chegava a 3m de profundidade, na década de 1980. Era um estuário grande. Não existe mais. Os peixes precisam de estuários para se reproduzir. Os caranguejos precisam de mangues.

Onde havia um bar conhecido como Forró da Penha hoje é um restaurante que veio de outro país. Este restaurante já comprou três casas e certamente vai comprar mais. Estas casas eram de pessoas que não tinham vínculo com a pesca. Os bares compravam pescado aos pescadores. O restaurante compra apenas aos atravessadores. Muitas pessoas que moram no centro de João Pessoa passaram a conhecer a praia da Penha por causa desse restaurante. Embora a Penha seja tão perto, muitas pessoas não conheciam.

O pescador nato não pensa em sair da praia, a não ser para o cemitério. Mas quem tem a pesca como um divertimento, estes não veem problema em vender. Há umas 30 famílias que vivem entre o mar e uma atividade econômica no continente. O restante tem a pesca como diversão, passatempo.

As nossas mulheres já trabalham como empregadas domésticas nos condomínios, também como babás, como também no Centro da Cidade, pela facilidade de transporte.

Como a Penha é um lugar sossegado, muitas pessoas vêm atrás de casas para morar. Às vezes são famílias atrás de casas para usar como segunda residência, para ter uma casa na praia.

Quando vêm cursos oferecidos pelo governo, são de dois dias. Isso é muito pouco. Também ensinar o pescador a pescar é difícil, é como querer botar um bode dentro d'água. É querer ensinar um padre a rezar a missa. Isso não ajuda. A Professora Cristina Crispim vem fazendo um trabalho sério conosco, nos ensinando a não degradar a natureza. Isso nos é útil. Vem nos ensinando como repovoar de caranguejo o Rio Aratu, que é aqui próximo da Penha; vem nos ensinando a criar ostra. Mesmo assim, ainda precisamos de mais coisas porque isso

ainda não é suficiente. Quem não quer uma vida melhor? Ainda haverá pescador trabalhando na construção civil e em outras atividades.

Quanto à vinda dos condomínios fechados para o nosso redor, é bom, porque aí a gente tem mais facilidade de escoar a produção. Nosso medo é nos tirarem daqui, nos remover para longe da praia.

3.5. Análise dos depoimentos dos senhores Cibil (praia de Lucena) e Vavá (praia de Tambaú):

Podemos observar nas falas dos senhores Cibil e Vavá que o terreno de praia, tanto em Lucena como em João Pessoa, há algumas décadas atrás praticamente não tinha valor econômico. À medida que os terrenos começaram a se valorizar, porque passaram a surgir interessados em comprar terrenos para veraneio, num primeiro momento, e depois para moradia como primeira residência, os pescadores foram removidos da beira de praia para dentro do continente.

À medida que estas áreas, até então rurais, passaram a serem urbanas, os pescadores passaram pouco a pouco a perder a identidade com o ambiente de seu ofício, a praia, e depois o mar, considerando que ao serem relocados para conjuntos habitacionais ou mesmo aglomerados de moradias subnormais (favelas), muitos pescadores passaram a exercer outros ofícios.

Nas falas de Cibil e de Vavá também aparecem às características da moradia do pescador neste período. Eram casas de palha, geralmente em sítios de coqueiros, onde os pescadores não tinham direito de fazer melhoramentos nas palhoças, no sentido de transformá-las em casas de alvenaria, ou mesmo de taipa.

O motivo é que mesmo naquela época, com os terrenos de praia ainda sem valor, estes terrenos já eram entendidos pelos proprietários como reserva de mercado, como também, a terra, no Brasil, historicamente, serve para perpetuar poder nas mãos de seus donos, que passam a ter o controle social dos moradores.

O processo de remoção dos pescadores dos ambientes de praia foi tão marcante nas praias de Lucena e Tambaú que Cibil relata que os veranistas em Lucena não querem que uma caiçara seja construída em frente às casas de veraneio; enquanto que em Tambaú o pescador Vavá diz, de forma saudosa, que a praia era do pescador, mas hoje a praia é do turista.

Cibil e Vavá também comentam sobre a relação do Estado com os pescadores. Ambos expressam que as ações do Estado historicamente não beneficiam os pescadores. Até hoje, o Estado não procurou garantir o território tradicional de pesca, o que se verifica nas relocações e dispersão dos pescadores, que o poder público participou de forma ativa ou passiva.

Com relação à permanência dos trabalhadores da pesca artesanal nesta atividade, o Estado também não tem criado mecanismos efetivos para que o pescador possa se adequar às novas exigências da atividade, tão penalizada pela poluição, falta de capacitação adequada e efetiva, e falta de subsídios que verdadeiramente contribuam para a melhoria na qualidade de vida do pescador, ou mesmo a falta de acesso aos subsídios, pois o pescador não tem o que dar de garantia para ter direito aos empréstimos.

Por causa de todas estas dificuldades dos pescadores que deixaram de viver em ambientes rurais para serem e viverem em ambientes urbanos, dispersos e emersos nas possibilidades de trabalho e estudos no espaço urbano, Cibil e Vavá deixam claro que não querem que seus filhos e netos sejam pescadores. Pois o que ganham com a pesca durante um mês de trabalho dificilmente passa de um salário mínimo. Como diz Cibil, o mar é perigoso. Como diz Vavá, o trabalho do pescador é muito difícil. Sendo assim, a cidade passa a propiciar o emprego desta mão de obra em outras atividades econômicas, escasseando cada vez mais o número de pescadores.

3.6. Análise do depoimento do senhor Zeca

Observamos quase todos os mesmos aspectos de precariedade do trabalho e vida do pescador na comunidade de pescadores tradicionais da Penha: baixa renda, destruição do estuário e do manguezal para dar lugar a moradias de alto padrão, poluição do mar e pesca predatória.

Quanto à chegada de condomínios de alto padrão e hotéis nos arredores da Praia da Penha os pescadores veem este tipo de urbanização esperançosos de venderem por preços melhores o pescado, mas como historicamente as comunidades de pesca são relocadas, eles têm receio de serem expulsos da praia por algum governo que queira favorecer grupos econômicos do ramo hoteleiro.

Todavia, o que vem ocorrendo de fato é a compra de imóveis na comunidade de pescadores pelo capital comercial e por pessoas que não possuem dinheiro suficiente para

comprar uma casa em um condomínio fechado, mas que tem interesse de ter uma moradia em ambiente de praia.

Isto ocorre porque há muito mais dinheiro circulando em João Pessoa atualmente do que há quatro décadas atrás. E a Praia da Penha se tornou um enclave de possibilidades de aquisição de imóvel relativamente barato em uma faixa de praia onde os terrenos estão muito valorizados, por estar na zona turística delimitada no plano diretor do município de João Pessoa.

Assim, o capital vem se reinventando e as comunidades excluídas passam a sofrer pressão tanto do capital como do Estado capitalista, como também omissão deste, que não busca desenvolver políticas públicas que contribuam efetivamente para que comunidades tradicionais se mantenham em espaços que passam a se valorizar economicamente.

O pescador que atualmente reside na Penha é um pescador diferenciado em relação ao que aí habitava há 40 anos atrás, pois este pescador é urbano, ou seja, tem acesso a informação e também tem proximidade de bens e serviços que deseja consumir, considerando que vive em uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”, como afirma Henri Lefebvre (1991).

Isto implica em o pescador começar a exercer outras atividades produtivas em detrimento da pesca, visto que pescar é considerado por eles um trabalho penoso e que não rende mais de um salário mínimo por mês. Assim, o pescador passa a desejar bens e serviços que ele não pode adquirir com a atividade pesqueira, por render pouco e também por esta renda ser incerta.

A implicação direta disto é a diminuição do número de pescadores, que preferem receber até mais de um salário mínimo em atividades urbanas relacionadas à construção civil, como também a prestação de serviços nos condomínios, como vigilante, jardineiro, caseiro e etc. As mulheres destes pescadores também deixam de se ocupar em atividades relacionadas com a pesca, passando a desempenhar serviços de babá, diarista, empregada doméstica, dentre outras atividades.

Discutir o processo de reordenamento urbano na Praia da Penha e seus arredores, como também em qualquer outra comunidade tradicional compreende, antes de tudo, discutir desenvolvimento em sua essência, pois surge uma questão: como garantir que o planejamento numa perspectiva de desenvolvimento acompanhe a velocidade do avanço imobiliário, no sentido de garantir a permanência e manutenção de uma comunidade tradicional, de forma a estar inter-relacionada com este processo, e não apenas ser marginalizada e retirada pela força e complexidade do capital imobiliário em suas múltiplas dimensões?

3.7. Depoimentos de pescadores que coordenam pescadores

3.7.1. Depoimento do armador³ de pesca Iran (59 anos)

Tenho um barco e pesco há mais de 40 anos. Nos últimos anos vem diminuindo o número de pescadores. Os pais não querem que seus filhos pesquem. Antigamente os pescadores eram donos da praia. A especulação imobiliária foi retirando os pescadores da praia.

É mais vantagem o pescador ter sua mulher trabalhando de doméstica e ele trabalhando de vigia do que passar quatro dias por semana no mar. Escolhemos a equipe do barco pela relação de confiança. 90% dos pescadores moram na favela São José.

Aqui em Tambaú há cerca de 30 barcos e em cada um trabalham 03 pescadores. O mestre⁴ de pesca e dois ajudantes, geralmente profissionais da pesca. A nossa caiçara, que é o lugar onde os pescadores colocam petrechos, já foi relocada várias vezes para partes diferentes da praia!

Nós não somos vistos como prioridade pelos governos. Nossa caiçara não tem nem banheiro e não dá mais para fazer necessidade aqui pela beira da praia, pois esta praia já está totalmente ocupada por casas, prédios e pessoas (figuras 08, 09 e 10). Fui secretário da colônia e todo mundo acha que a pesca é de um jeito, mas a pesca é de outro.

A pesca é desorganizada, pois não há controle efetivo dos órgãos federais e estaduais responsáveis. Há pessoas que se beneficiam desta falta de controle Estatal e do analfabetismo do pescador. Isso também contribui para o quadro de desorganização do setor pesqueiro artesanal do Brasil. Recursos federais são investidos, mas são mal administrados. A cada ano que passa diminui a quantidade de peixes. Como vai organizar uma categoria em que os trabalhadores são analfabetos?

³ Armador de pesca é a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, apresta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira, pondo-a ou não a operar por sua conta (Lei Federal 11.959/2009).

⁴ O mestre é o capitão de pesca. Por isso é a pessoa que possui autoridade frente aos outros pescadores por ser ele a pessoa que detém mais conhecimentos e os segredos da pesca. O mestre faz a mediação tecnológica entre a terra e o mar (Maldonado, 1993; Diegues, 1983; Forman, 1970).

Figuras 08, 09 e 10 – Imagens da praia de Tambaú



À esquerda, botes ancorados em Tambaú. Ao centro, em primeiro plano, uma jangada, e mais adiante, parte do Mercado de Peixes e do Hotel Tambaú. À direita, paisagem da praia de Tambaú, destacando o Centro Turístico de Tambaú. Fonte: Ismael Araújo.

3.7.2. Depoimento do mestre de pesca Manuel (67 anos)

Aqui em Tambaú há uns 40 anos, havia uns 60 profissionais de pesca, que sabiam fazer tudo, desde lidar com os petrechos de pesca, como também localizar os melhores lugares de pesca no mar. Estes são os MESTRES, comandantes dos botes. O mestre tem que saber de tudo, de proa à popa da embarcação. Havia cerca de 120 ajudantes muito bons.

Hoje tem muitos pescadores “pega na rua”⁵, ou seja, sem qualificação para trabalhar no mar. Os jovens de hoje não sabem amarrar um anzol, ancorar o barco pra pescar ou mesmo trabalhar com outros acessórios de pesca. Nossos barcos são compostos de tripulação formada pelo Mestre e mais dois ajudantes. Tá difícil arrumar gente qualificada para ajudar. Atualmente só há cerca de 20 Mestres aqui em Tambaú.

Ainda moro aqui em Tambaú, na Avenida Olinda, e não tenho interesse de sair daqui. Este terreno é da família. Minha mãe ainda é viva, tem 83 anos. Eu sou o mais velho. Tem 06 casas aqui neste terreno e todos são familiares. Há muitos construtores querendo comprar nosso terreno (figura 11). E não queremos vender. Se sairmos daqui, vamos pra favela, e você sabe o que tem na favela: muita droga e violência.

Meu pai era pescador e teve quatro filhos. Destes quatro filhos, três são pescadores. Eu tenho dois filhos e um é pescador. Com relação aos meus outros dois irmãos que são pescadores, um tem um filho que não é pescador e o outro tem dois filhos que também não são pescadores. O pescador não quer que seu filho siga esta profissão.

⁵ Pega na rua é uma expressão idiomática brasileira que significa: pessoa sem qualificação; pessoa sem condições para desempenhar uma determinada função ou atividade.

Figura 11 – Contraste entre moradias de pescadores e o padrão atual do bairro de Tambaú.



Imagem de um sobrado e de uma casa. Ambos de baixo padrão econômico, no terreno da família do Mestre de Pesca Manuel, na Avenida Olinda, no bairro de Tambaú.

Fonte: Ismael Araújo

3.8. Análise dos depoimentos dos senhores Iran e Manuel

O armador de pesca Iran e o mestre de pesca Manuel também salientam a diminuição do número de pescadores nas últimas décadas. Deixa claro que os pescadores não querem que seus filhos trabalhem na pesca e que não há organização nesta atividade econômica em todos os níveis de produção e também governamentais relacionados. Eles também salientam que os pescadores apenas possuem condições financeiras para morar em favelas.

Iran salienta a dificuldade de se organizar uma atividade produtiva composta por analfabetos e semianalfabetos. Além de destacar o fato de a atividade pesqueira tradicional não ser vista como prioridade pelo governo. Como também os trabalhadores nela envolvidos.

O mestre Manuel chega a fornecer dados a partir de sua memória quanto à diminuição da quantidade de mestres de pesca nos últimos 40 anos. Segundo Manuel, a queda no número destes profissionais é de 66%.

No bojo do processo de urbanização de Tambaú, que teve como uma de suas consequências à diminuição do número de pescadores profissionais sejam mestres ou ajudantes, podemos perceber este decréscimo no número de pescadores na árvore genealógica da família do senhor Manuel, onde seu pai gerou quatro filhos, dos quais três são pescadores. Todavia, dos 05 netos do pai do mestre Manuel, filhos dos três irmãos que são pescadores, apenas 01 é pescador.

A permanência do mestre Manuel na Avenida Olinda, no bairro de Tambaú, atualmente com o metro quadrado supervalorizado, se dá por questões de laços parentais. O desejo de a família permanecer unida é bem maior do que um possível interesse em vender o terreno e dividir o dinheiro entre os familiares. É perceptível também a consciência da perda na qualidade de vida se venderem o terreno, pois dali sairiam para um conjunto habitacional periférico ou para uma favela. O que não é da vontade da mãe de seu Manuel e nem dos três irmãos que são pescadores.

3.9. Perspectivas para as comunidades tradicionais no cenário atual

A discussão sobre desenvolvimento passa pela questão do direito a permanecer residindo no lugar de vida e trabalho dos ancestrais, mesmo que esteja ocorrendo uma migração da força de trabalho tradicional para outras atividades econômicas. Discutir desenvolvimento também é tratar sobre onde morar, o que implica em onde viver e trabalhar.

O urbano não deve cercear a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios. O urbano traz problemas e conflitos de todos os vieses sociais, econômicos e culturais, mas também traz possibilidades que precisam ser postas em discussão e análise. Daí a necessidade de se analisar o pescador artesanal também pelo viés da moradia.

Portanto, para discutir desenvolvimento, na perspectiva de Sachs (2008) partamos do seguinte pressuposto:

O desenvolvimento é um conceito multidimensional. Os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras); o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescente.

A solidariedade no desenvolvimento tem o condão de interrelacionar sociedade civil e grupos econômicos de forma a garantir que economicamente todas as pessoas que vivem num ambiente urbano possam obter melhorais econômicas, de trabalho e de vida. Isto se torna possível desde que haja planejamento por parte do Estado, visando considerar as pessoas que habitam um determinado espaço e suas especificidades.

Na visão de Franco (2002), ao discorrer sobre “desenvolvimento local integrado”, o Estado deve investir no ser humano, no social. Este investimento tem como objetivo “estratégias políticas de empoderamento das comunidades”, tendo em vista que são as decisões políticas que irão permear os caminhos da prática, do tornar possível. Isto perpassa o morar e o trabalhar, pois são elementos básicos do ser humano.

No tocante à interação de diferentes interesses e modos de trabalho e vida em espaços urbanos, a reflexão sobre a cidade deve ser concebida como sistema. Tal sistema urbano é ao mesmo tempo, e de forma indissociável, social e ambiental. A cidade é um sistema, no qual cada indivíduo ou grupo social, cada rua ou bairro é interdependente do todo e seu ordenamento deve ocorrer de forma planejada e estratégica. A visão não sistêmica ou fragmentada da cidade impacta a sociedade civil de forma contundente, distorcendo a visão da essência dos problemas sociais e ambientais, assim como suas possíveis soluções.

Menegat & Almeida (2004) consideram que tal “impacto tende a ser visto como um problema anônimo, acidental, extra-social e próprio da cidade”. Também é visto como um problema pertencente sempre ao outro, tornando o sistema urbano-social-ambiental uma visão particionada da realidade. E estas formas fragmentadas de pensar geram métodos fragmentados de agir, o que implica em ciclos viciosos de atraso e marginalização para comunidades tradicionais.

Em 2009, foi promulgada a lei 11.959/2009, que dispõe sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca. O art. 7º desta lei fala em proteger áreas pesqueiras, mas não diz como fazer. Mesmo que dissesse, o que seria um grande avanço na política pesqueira, isto só asseguraria locais aquáticos passíveis de ocorrência de recursos pesqueiros.

Recursos pesqueiros são os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa, como também pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura, o que não implicaria na manutenção das comunidades tradicionais na orla marítima, ou seja, em seus lugares historicamente construídos.

A Organização Não-Governamental Caritas Brasileira, ligada à igreja Católica, vem articulando a discussão sobre demarcação das terras das comunidades de pescadores, a fim de que estas não sejam esbulhadas pelo capital imobiliário, pela ação negativa do Estado sobre estas comunidades e pela omissão deste. Este processo está ainda na fase de mobilização de pessoas e instituições, inclusive estaduais e federais de educação. Na Paraíba ele ainda inexistente, sendo mais significativo no Sudeste, mesmo sendo uma boa proposta.

A Cáritas Brasileira tem mobilizado pescadores e pescadoras do Brasil. Com relação a esta temática, objetiva arrecadar mais de 1 milhão de assinaturas para um projeto de lei que vise regularizar os territórios destas comunidades tradicionais. Para articular e mobilizar os pescadores e as pescadoras estão sendo realizadas caravanas pelas regiões do Brasil. Os militantes que compõem as equipes das caravanas buscam informar e mobilizar comunidades pesqueiras, com a finalidade de articular e organizar os pescadores e pescadoras para empoderá-los dos seus direitos de identidade cultural, de pesca, de moradia e de ir e vir, enfrentando os desafios de permanecer em seus territórios.

Um dos grandes desafios da demarcação é não gerar leis que prejudiquem uma determinada região ou localidade, como vem acontecendo em alguns casos relacionados às comunidades quilombolas e indígenas, quando a normatização da terra comunal e a desintrusão⁶ tem gerado vários problemas econômicos e sociais, tanto para estes povos, como para empreendedores, além de grupos econômicos de investidores.

Uma questão deve então ser levantada na discussão da demarcação: como a comunidade tradicional está se relacionando com o município e como, historicamente, os capitalistas se relacionam com estas comunidades? O tratamento das questões municipais deve ocorrer à luz da gestão estratégica de dimensão municipal e de forma integrada, tendo em vista estratégias de produtividade para as diferentes localidades municipais, com a valorização das manifestações culturais, o que tende a aumentar à autoestima dos sujeitos locais e contribuir para a geração de emprego e renda, equidade no acesso aos serviços públicos e a realização da justiça ambiental e social, tendo em vista a complexidade cultural de vários municípios brasileiros.

Destacando o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, incisos XXII e XXIII, onde é garantido o direito à propriedade, mas esta deve cumprir sua função social, ou seja, não apenas servir a interesses particulares, mas em consonância com os interesses coletivos a partir do diálogo entre a prefeitura municipal, demais poderes e a sociedade, através de estudos técnicos desenvolvidos pela prefeitura e propostas elaboradas pela comunidade e, também, de forma articulada, as comunidades e grupos de interesse do entorno.

Esta relação entre poder público e participação comunitária significa um avanço no sistema democrático representativo do Brasil, onde apenas os estudos técnicos não bastam, mas se faz necessário escutar os munícipes e dialogar com eles em seminários temáticos onde

⁶ Desintrusão é a retirada de pessoas de raça ou etnia distinta do grupo social, étnico ou comunidade tradicional que ganhou o direito ao território.

se discutem os problemas e as soluções para os próximos anos, com metas para cerca de “dez anos”, como propõe o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001).

Devido a sua capacidade de organização e operacionalização, o município possui condições de enfrentar a problemática do desenvolvimento, pois é parte planejadora e operante do Estado na dimensão local, devendo contar com sua população para dialogar sobre suas necessidades básicas e criadas. Desta feita, é no âmbito municipal que se pode, de forma sistêmica e sistemática, formar a sociedade para o desenvolvimento, pois seus munícipes conhecem, no cotidiano, os problemas municipais e, de maneira mais prática, também tem condições de tecer melhores comentários sobre possíveis soluções.

O município carece de planejamento participativo, empoderamento e fiscalização popular, instrumentos que disciplinem a sua expansão urbana, sua estrutura fundiária e pressão sobre a natureza, levando em consideração os aspectos culturais locais, as limitações ambientais e o controle do mercado imobiliário, ao mesmo tempo em que deve se voltar para uma gestão voltada para a convergência das diferentes atividades produtivas, potencializando-as e contribuindo para que tenham eficácia.

Assim, o que se quer propor são estratégias de complementaridade entre os diferentes grupos e classes que habitam o lugar, ou seja, estratégias voltadas ao desenvolvimento humano, preservação ambiental e empoderamento comunitário, o que tende a contribuir no processo de interação e integração entre os diferentes interesses econômicos em um determinado espaço.

Isto implica em reconhecer e desenvolver formas que atenuem as desigualdades sociais e o convívio entre grupos sociais e econômicos, que certamente continuarão em eterna disputa por causa do modelo econômico, mas não necessariamente que um venha sucumbir frente ao outro.

O decreto federal nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, deixa claro em um de seus princípios que mesmo em um espaço urbano, os direitos de uma comunidade tradicional de permanecer no lugar devem ser mantidos.

Assim, diz este documento legal que a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas, é princípio que deve contribuir na condução do planejamento de um determinado espaço. Isto tende a contribuir para o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, que é outro princípio do decreto supracitado.

Outro princípio do referido decreto que aqui deve ser mencionado é o da preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade. Sabe-se que muitas comunidades tradicionais estão em intensa transformação em suas manifestações culturais, por serem espaços em que os sujeitos passam a desempenhar atividades urbanas e a pesca começa a deixar de ser uma atividade econômica procurada e exercida pelos moradores do lugar.

Todavia, é justamente nas manifestações culturais materiais e imateriais da pesca que esta atividade pode ainda perdurar, considerando que muitas pessoas, principalmente turistas, amantes dos passeios náuticos ou pescadores amadores, podem pagar para contemplar e participar do modo de trabalho e vida do pescador artesanal, que deveria ser assessorado por órgãos do governo como secretaria de turismo, secretaria de desenvolvimento social, secretaria de meio ambiente e etc, assim como instituições de apoio ao empreendedorismo, como é o caso, no Brasil, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O Sebrae é uma entidade privada sem fins lucrativos. Promove desenvolvimento a partir da capacitação de pessoas. Existe desde 1972 e objetiva orientar empreendedores para potencializar os negócios dos micro e pequenos empresários, o que engloba os referidos pescadores artesanais.

No entanto, incentivar a valorização da cultura dos pescadores por eles mesmos não é tarefa fácil, pois a baixa escolaridade, a atividade penosa, a baixa renda e a forma desdenhosa que a sociedade e o Estado tem se relacionado com os pescadores artesanais, historicamente, tem contribuído para que eles mesmos se vejam com baixa auto-estima.

Há também grande desconhecimento do Estado e da sociedade do que vem a ser o acervo cultural material e imaterial que eles possuem. Os pescadores não reconhecem suas práticas cotidianas de trabalho e vida como elementos ainda, até certo ponto, diferenciados, mesmo já estando inseridos numa realidade urbana. Pois o ofício é diferenciado. O que seria produto passível de também gerar renda para estes trabalhadores do mar.

Além destes aspectos culturais e socioambientais que podem contribuir para o empoderamento da comunidade tradicional de pesca artesanal, como também contribuir para sua permanência e aumento da renda, se deve fazer a fusão desta discussão com um diálogo que é imprescindível na realidade atual da comunidade tradicional e que geralmente não aparece nas discussões sobre o tema: as questões urbanísticas inerentes a uma comunidade tradicional que já está há décadas em um espaço urbano.

O reconhecimento da comunidade tradicional de pesca artesanal pelo poder público e pela sociedade se torna imprescindível para que outros benefícios sejam alcançados pela comunidade. É imprescindível que os pescadores que ainda vivem do trabalho artesanal possam agregar valor a suas atividades, podendo o espaço de trabalho e vida deles se transformar num ambiente de visitação turística e educacional, ao invés de ocorrer o que historicamente ocorre, que é a venda das moradias pelos próprios pescadores, ou mesmo a relocação destes trabalhadores pelo Estado, além da relocação ou despejo por pessoas que se dizem donos das terras. O que é costumeiro se ver é o pescador e sua residência como problemas, e não como parceiro que pode contribuir com o desenvolvimento turístico do lugar.

Para fins do Cadastro Único e retirada de benefícios sociais, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania entende que “a atividade da pesca artesanal envolve os trabalhos de confecção e de reparos de artes e instrumentos pesqueiros, também chamados de petrechos, os reparos em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” Brasil (2012). Isso significa que as famílias que tiram o seu sustento de atividades acessórias relacionadas à pesca artesanal também podem ser identificadas como famílias de pescadores artesanais. Embora toda essa riqueza cultural não seja entendida como tal por eles mesmos, além de que o Estado não dá a devida atenção para isso.

Ainda para a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania “a pesca como profissão, caracteriza-se como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permite ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador” (BRASIL, 2012), dando ao pescador uma identidade própria, corroborando com a condição de seu espaço ser entendido como comunidade tradicional e sua atividade passível de lhe dar o sustento adequado, desde que haja políticas produtivas urbanas e econômicas voltadas para isto.

Há vários instrumentos de política urbana e econômica que podem contribuir para a manutenção de uma comunidade tradicional em seu lugar secular de trabalho e vida, como: 1. Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) de poluidores e degradadores com cláusulas que contemplem o fortalecimento da educação e cultura da comunidade tradicional inserida no contexto; 2. Devolução de áreas verdes urbanas não consolidadas ou degradadas; 3. Promoção, para a comunidade tradicional afetada, de cursos com carga horária condizente com o tema abordado, palestras e oficinas voltadas para o empreendedorismo e associativismo, considerando aspectos ambientais e demais temas relacionados às novas relações de vizinhança, objetivando desenvolver parcerias; 4. Direito de preempção da administração pública pela esfera competente (prefeitura), de imóvel localizado em área de

comunidade tradicional, considerando, se não a sua demarcação, sua localização em espaço considerado historicamente de comunidade tradicional, para fins de construção de equipamento público ou construção/melhorias de moradia para outras famílias de pescadores, garantindo que o espaço permaneça ocupado por famílias que se relacionam com as atividades pesqueiras.

Outros instrumentos de valorização da comunidade tradicional em espaço urbano também podem ser considerados, como por exemplo, a inserção, de maneira obrigatória, nos relatórios antrópicos para licenças ambientais de grandes empreendimentos, de modo que sejam levadas em consideração suas formas de participação na cadeia produtiva, e como tal empreendimento pode interagir economicamente com a comunidade tradicional, propondo a criação de parcerias.

As comunidades de pescadores localizadas em áreas urbanas devem ser entendidas como espaços turísticos, o que demanda atenção especial dos Ministérios do Turismo, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento; Ministério do Desenvolvimento Social, entre outros.

Quanto a questão da valorização cultural, “a valorização do patrimônio cultural material e imaterial como indutor para as sociedades deve observar a construção de inventários culturais, poderosos instrumentos de análise urbana de forma sistêmica” (Rolnik & Pinheiro, 2008), beneficiando estas comunidades e contribuindo para o aumento da renda familiar, como também sinalizando onde devem ser construídos equipamentos urbanos como mercado de peixe, espaço cultural da pesca e da vida marinha e etc. que venham contribuir para a visibilidade da comunidade tradicional, sendo entendida com um espaço que deve fazer parceria com os ambientes ao redor, deixando de ser vista apenas como uma área a ser removida, como historicamente tem ocorrido.

3.10. Considerações finais

A Gestão Costeira Integrada deve considerar o processo de urbanização sobre as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, pois o afastamento destes trabalhadores das praias, como também a não valorização da atividade pesqueira e de sua complexidade cultural, contribuem para a diminuição do número e da qualidade destes profissionais, relevantes para a segurança alimentar.

Nesta perspectiva, a análise das comunidades de pescadores tradicionais deve contemplar estudos sobre equipamentos urbanos e instrumentos de política urbana

significativos para os pescadores, que venham assegurar a visibilidade e permanência destes trabalhadores em seus espaços geográficos.

Embora o urbano traga consigo mudanças que contribuem para as transformações no imaginário social e no espaço físico das comunidades, isto não tira delas o direito de se autodeclarem como comunidades tradicionais e obterem do poder público e da sociedade em geral seu reconhecimento.

Tal reconhecimento implica em interrelacionar teorias e práticas do urbano em comunidades tradicionais que podem colapsar ou se recriar a partir do imaginário urbano e sua complexidade. Dentro da heterogeneidade do espaço urbano se deve considerar mais uma diferença em seu cenário, esta constituída pelos pescadores artesanais.

Historicamente os pescadores artesanais não foram percebidos como comunidades que podem contribuir no desenvolvimento urbano, como também os poderes públicos não percebiam o inverso, ou seja, que o urbano pode contribuir para o desenvolvimento de comunidades tradicionais. O saldo disto tem sido a relocação, o medo dela ou mesmo o pauperismo social. Nestes três casos, eles não se auto excluem. Pelo contrário, se complementam e passaram a fazer parte do cotidiano destas comunidades.

Todavia, há uma diferença perceptível nas formas de usurpação dos territórios tradicionais dos pescadores por parte do capital. No caso de Tambaú e Lucena, há 40 anos os pretensos donos das terras de praia trocavam terrenos em solos passivos de alagamento e enchentes, como também áreas de encostas, para que os pescadores deixassem as praias e os terrenos pudessem ser vendidos aos veranistas e pessoas que transformariam estes terrenos de praia em primeira residência.

Na atualidade, como vimos na praia da Penha, a maneira de apoderação do capital é mais sutil, mais pulverizada. Surge a partir das compras das residências, uma a uma, para a construção de equipamentos turísticos, como restaurantes, ou mesmo a partir da compra da casa pela classe média que não tem condições de adquirir terrenos em condomínios fechados das redondezas. Nestes dois casos, a recriação do capital se mostra mais operante do que a capacidade de atuação do Estado frente às consequências perversas postas pelo capital.

Saliente-se que atualmente há vários instrumentos políticos e econômicos que podem fazer parte do planejamento urbano para que as comunidades tradicionais possam se fortalecer com a chegada do urbano, ao invés de sucumbir a ela. Todavia, são instrumentos que tendem a gerar pressão, lobby por parte de empresários do setor imobiliário, interessados nos terrenos das comunidades tradicionais. Entretanto, propostas bem estruturadas pelo poder público municipal, também podem gerar interesse de parceria de empresários com comunidades

tradicionais, ou até mesmo, e melhor, empoderamento destas comunidades a ponto de construírem suas próprias propostas e se tornarem sujeitos de suas próprias histórias.

3.11. Referências bibliográficas

- 1 - BRASIL. **Guia de cadastramento de grupos:** populacionais, tradicionais e específicos: cadastro único para programas sociais. 101p. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. 2012. CDU 304:398.1(81), Disponível on-line em: www.mds.gov.br/.../2_Guia%20dos%20Povos%20MDS%2026x20cm%20.pdf.
- 2 - CORRÊA, Roberto Lobato (2002) - **O espaço urbano**. 96p, Ed. Ática, São Paulo, Brasil. ISBN: 85-08032609.
- 3 - DIEGUES, Antônio Carlos (1983) - **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. 287p, Ática, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/prof%204.pdf>.
- 4 - FRANCO, Augusto de (2002) - **Pobreza e desenvolvimento local**. 336p, ARCA sociedade do conhecimento, Brasília, Brasil. ISBN: 85-88699036.
- 5 - FORMAN, Shepard (1970) - **The raft fisherman**. 158p, Bloomington, Indiana University Press. E.UA. ISBN: [253-39201-2](https://www.indiana.edu/~libweb/monographs/253-39201-2).
- 6 - Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (org) (2009) - **Métodos de pesquisa**. – UAB/UFRGS, SEAD/UFRGS. – Universidade Aberta do Brasil, Secretaria de Educação a Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Brasil. ISBN 978-85-386-0071-8
- 7 - HARVEY, David (2005) - **A produção capitalista do espaço**. 252p. Annablume, São Paulo, 2005. ISBN: 85-74194964.
- 8 - LACKEY, Robert.Thomas; Nielsen, Larry (Orgs) (1980) - **Fisheries Management**. 422p. Oxford: Blackwell. ISBN: 0632006153.
- 9 - LEFEBVRE, Henry (1991) - **A vida cotidiana no mundo moderno**. 216p. Ed. Ática, São Paulo, Brasil. ISBN: 85-08037929
- 10 - LEFEBVRE, Henry (1999) - **A revolução urbana**. 178p. Ed. UFMG, Belo Horizonte, Brasil. ISBN: 85-70411952.
- 11 - LEFEBVRE, Henry (2001) - **O direito à cidade**. 145p. Centauro, São Paulo, Brasil. ISBN: 85-88208121.
- 12 - MARX, Karl (1996) - **O Capital. Crítica da Economia Política**. O Processo de Produção do Capital. 482p. Livro Primeiro, Tomo 1. Série Os Economistas. Editora Nova Cultural, São Paulo, Brasil. ISBN: 85-351-0831-9.

- 13 - MATHIESEN, Árni (Org) (2012) - **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. 231p. Departamento de Pesca y Acuicultura de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Roma, Itália. ISBN: 978-92-5-307225-5. Disponível on-line em: <http://www.fao.org/docrep/016/i2727s/i2727s.pdf>
- 14 - MALDONADO, Simone Carneiro (1993) - **Espaço e indivisão na pesca marítima**. 194p. ANNABLUME, São Paulo, Brasil. ISBN: 85-85596-08-2.
- 15 - MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (2004) - **Sustentabilidade, democracia e gestão ambiental urbana**. IN: Menegat, Rualdo (org), desenvolvimento Sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre, pp.171-194, Editora da UFRGS, Porto Alegre, Brasil. ISBN: 85-7025766X.
- 16 - OJIMA, Ricardo (2007) - **Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos**. *Revista brasileira de estudos populacionais*, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. São Paulo, Brasil. ISSN 0102-3098. Disponível on-line em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n2/06.pdf>
- 17 - ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo (Org). **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos**. 160p. Ministério das Cidades; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Brasília, Brasil. 2004. Disponível on-line em: <http://www.sehac.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=151304>.
- 18 - SACHS, Ignacy (2008) - **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. 151p. Garamond, Rio de Janeiro, Brasil. ISBN: 85-761704X.
- 19 - SANTOS, Milton (1985) - **Espaço e Método**. 88p. Nobel, São Paulo, Brasil. ISBN: 85-21302940.
- 20 - SANTOS, Milton (2008) - **A urbanização brasileira**. 176p. 5ª ed., 1ª. reimpr. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. ISBN: 97-88S31408601.
- 21 - Urbistondo, José Antônio Alarcón (2001) - *Inventario de la Pesca Artesanal en España Mediterránea (2000-2001)* 45p., Centro Oceanográfico, Málaga, Espanha. http://www.faocopemed.org/old_copemed/en/activ/research/artfsh.htm. Acessado em novembro de 2014.

3.12. Legislação

- 22 - **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada no Diário Oficial da União de 05 de outubro de 1988. Disponível on-line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/caonstituicao.htm
- 23 - Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Disponível on-line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
- 24 - Lei Federal Nº 11.959, de 29 de julho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras**, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei

nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível on-line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm

25 - [Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Disponível on-line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm.

CAPITULO IV

A PESCA ARTESANAL E A COMUNIDADE TRADICIONAL EM AMBIENTE URBANO

4.1. Introdução

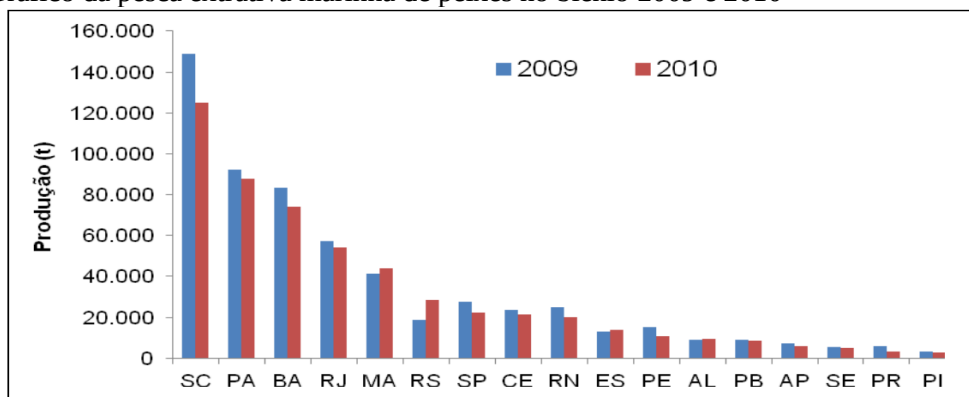
Considerando a pesca e a aquicultura, a produção mundial de pescado em 2009 atingiu cerca de 146 milhões de toneladas. Em 2009, os maiores produtores foram a China, com cerca de 60,5 milhões toneladas, a Indonésia com 9,8 milhões toneladas, a Índia com 7,9 milhões toneladas e o Peru com cerca de 7 milhões de toneladas. O Brasil produziu cerca de 1.240.813 toneladas, o que significa 0,86% da produção mundial, ficando em 18º lugar na produção mundial. Na América do Sul, o Brasil está em 3º lugar, sendo o Peru o 1º colocado e o Chile em 2º lugar (BRASIL, 2012).

A produção de pescado, no Brasil, no ano de 2011 foi de 1.431.974,4 toneladas, quando houve um aumento de aproximadamente 13,2% em relação a 2010. A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por 553.670,0 toneladas (38,7% do total de pescado), seguida pela aquicultura continental (544.490,0 toneladas, 38,0%), pesca extrativa continental (249.600,2 toneladas, 17,4%) e aquicultura marinha (84.214,3 toneladas, o que representa aproximadamente 6%). Em 2011, a região Nordeste continuou registrando a maior produção de pescado do país, por região, com 454.216,9 toneladas, respondendo por 31,7% da produção nacional. As regiões Sul, Norte, Sudeste e Centro-Oeste registraram 336.451,5 toneladas (23,5%), 326.128,3 toneladas (22,8%), 226.233,2 toneladas (15,8%) e 88.944,5 toneladas (6,2%), respectivamente.

Sem levar em consideração os crustáceos, como as espécies de camarão e lagosta, e levando em consideração as espécies de peixes, as mais capturadas são a sardinha-verdadeira, sendo a que apresentou o maior volume de desembarque, com 75.122,5 toneladas em 2011, resultando em um acréscimo de cerca 21% em relação a 2010. A segunda espécie de peixe mais capturada em 2011 foi a corvina, com 43.369,7 toneladas. O bonito-listrado surgiu como

a terceira espécie de peixe mais capturada, com 30.563,3 toneladas, representando um aumento de 48% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2011), como pode ser visto na Figura 12:

Figura 12 – Gráfico da pesca extrativa marinha de peixes no biênio 2009 e 2010



Fonte: Brasil (2011, p.21)

Podemos observar no gráfico a cima que o maior produtor de peixes do Brasil é o estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil. O segundo maior produtor é o estado do Pará, localizado na região Norte do país. Em terceiro está o estado da Bahia, na região Nordeste do país, e em quarto lugar se encontra o estado do Rio de Janeiro, no Sudeste brasileiro. A Paraíba se encontra em 13º lugar no ranking nacional, um pouco atrás de Alagoas, também no Nordeste do País, e a frente do Amapá, na região Norte.

Dos nove estados Nordestinos, o estado da Paraíba é o penúltimo em produção de peixes, à frente apenas do estado do Piauí, que possui o menor litoral do Nordeste. A Paraíba tem o segundo menor litoral do Nordeste. Dos quatro maiores produtores de pescado desta macrorregião do Brasil, três estão no litoral norte da região. São os estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, respectivamente. Destes, apenas a Bahia se localiza ao Sul da região Nordeste (IBGE, 2010).

A Lei Federal nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, e que regula as atividades pesqueiras, descreve pesca como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, sendo estes os animais e vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura. As atividades pesqueiras estão divididas em comercial e não comercial. As atividades comerciais são a pesca artesanal e a pesca industrial. As atividades não comerciais são a científica, a amadora e de subsistência.

Neste capítulo, como em todo o trabalho, se discute a pesca artesanal, as possibilidades de diversificação da atividade econômica, e o espaço de moradia dos profissionais que atuam nesta atividade, ou seja, a comunidade tradicional de pesca. A comunidade tradicional de pesca é o espaço que historicamente habitam os profissionais que há gerações se dedicam a atividade pesqueira, onde se pode observar um acervo de cultura material e imaterial, relacionadas a esta atividade socioeconômica.

É considerada atividade pesqueira artesanal, para os efeitos da lei supracitada, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. A pesca artesanal é praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Enquanto que a comunidade tradicional de pesca é o lugar que os pescadores habitam. Neste caso, o espaço urbano bairro da Penha, em João Pessoa/PB.

A pesca artesanal tem como forte característica econômica a divisão da produção por partes no sistema de divisão por meia, ou seja, metade da produção pertence “ao barco”, ou melhor, ao dono da embarcação, por ser o meio de produção e ainda por oferecer o rancho (alimentação), o combustível e os petrechos de pesca. E a outra metade pertence ao pescador.

Na Penha, a arte de pesca mais comum é a linha, e cada peixe fígado é marcado pelo pescador, ou seja, um corta parte do rabo, outro marca perto do olho, outro marca a barbatana e etc. E assim cada profissional tem como saber o peixe que pescou e ficar com a metade de seu trabalho, que depois, quando chegar ao continente, os identificará pelo tipo de marca que fez no peixe e ficará com a metade de sua produção.

Quanto a sua localização e caracterização, o bairro da Penha está localizado no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Fica ao Sul do ponto mais oriental das Américas, a Ponta do Seixas. Está a 14 km do centro da cidade de João Pessoa (7°09'56.75"S e 34°47'52.60"O.). Faz limite ao Norte com o Bairro Ponta do Seixas e com o Parque Natural Municipal Cabo Branco. Ao Oeste se limita com condomínios fechados de alto padrão e com zona de amenização ambiental, onde o tipo de investimento permitido é de condomínios ecológicos, que neste caso, significa também condomínios de alto padrão. Ao Sul se limita com zona turística e de eventos, onde já foi construído centro de convenções. Ao Leste faz limite com o Oceano Atlântico.

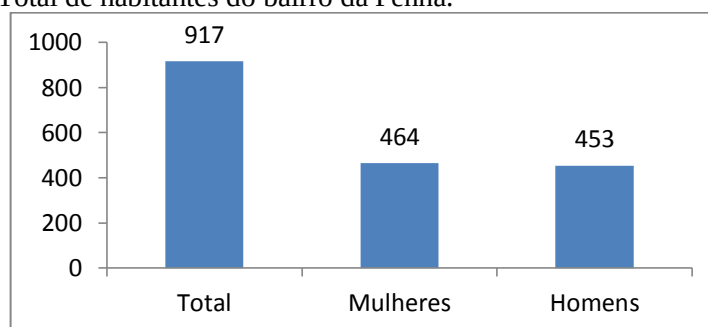
A Penha está localizada na área de expansão urbana municipal. Como se pode perceber no parágrafo anterior, o bairro da Penha é um enclave de baixo poder aquisitivo

rodeado por construções de padrão médio alto e de alto padrão. A comunidade tradicional de pescadores artesanais da Penha está cercada por uma urbanização de médio e alto padrão.

O bairro da Penha está dividido em 04 partes. Penha de Baixo, em terraço costeiro. Penha de Cima, Vila dos Pescadores e Loteamento Nossa Senhora da Penha, localizados nos Baixos Planaltos Costeiros. As ocupações atuais sobre os Baixos Planaltos Costeiros, referentes à Penha de Cima e Vila dos Pescadores, datam de meados da década de 1950. Os pescadores dizem que na Penha de Baixo, os seus avós falavam que seus avós já haviam nascido ali, o que remonta à época que o Brasil era colônia de Portugal. O Loteamento Nossa Senhora da Penha é recente. Data da década de 1980.

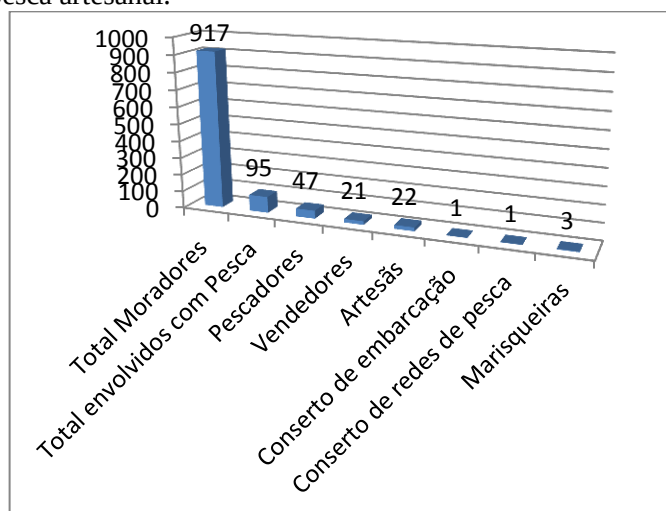
A população do bairro da Penha é de 917 pessoas (figura 13), havendo 11 mulheres a mais do que homens, segundo os dados do Sistema de Atenção Básica do Ministério da Saúde, que é atualizado a cada mês, pelos Agentes de Saúde, que alimentam o Sistema de Atenção Básica. Deste total, 95 pessoas no bairro ainda trabalham com a pesca artesanal de forma direta ou indireta (Figura 14). São pescadores, vendedores de peixes, artesãos, marisqueiras e pessoas que consertam redes ou barcos. O nível de escolaridade é baixo, onde mais da metade dos envolvidos com a atividade pesqueira possuem, no máximo, 09 anos de estudos, que corresponde ao ensino fundamental completo (Figura 15).

Figura 13 - Total de habitantes do bairro da Penha.



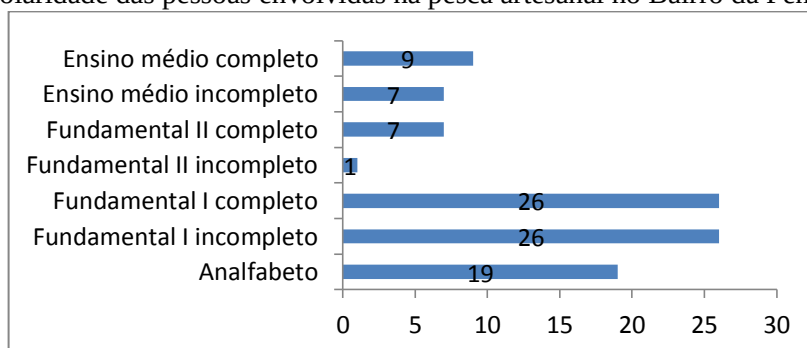
Fonte: Sistema de Atenção Básica do Ministério da saúde (2014).

Figura 14 - Total de habitantes do bairro da Penha e sua divisão de acordo com o tipo de envolvimento com a pesca artesanal.



Fonte: Sistema de Atenção Básica do Ministério da saúde (2014).

Figura 15 - Escolaridade das pessoas envolvidas na pesca artesanal no Bairro da Penha



Fonte: Sistema de Atenção Básica do Ministério da saúde (2014).

Sendo assim, este capítulo busca identificar e analisar os fatores históricos que moldaram e moldam o quadro social e econômico da pesca artesanal na Paraíba, com ênfase na praia da Penha, bairro de João Pessoa onde residem pescadores artesanais urbanos, no intuito de buscar maneiras de diversificar as atividades relacionadas ao mar.

Neste sentido, entender como a economia é afetada pela ideologia é um fator preponderante para compreender este cenário da pesca artesanal, pois a economia se comporta de acordo com a oferta de recursos naturais, como também a maneira que estes recursos são interpretados pelas elites, e como estas elites disseminam suas interpretações para as massas sociais.

Mesmo com os números da produção pesqueira se mantendo estáveis, e até mesmo evoluindo para melhor, o aumento do esforço de pesca para pescar muitas vezes menos, aliado a outros fatores, como a pesca predatória; a forma que historicamente os pescadores artesanais são vistos e tratados pelas elites do país, que influenciam o poder público e as

necessidades das massas; como também as novas ofertas de emprego ou ocupação, notadamente nos espaços urbanos; vem contribuindo para afastar os pescadores artesanais desta profissão. Neste contexto social e econômico, a pesca artesanal foi ocupando um lugar específico dentro da economia paraibana. Lugar este que precisa ser compreendido no intuito de propor caminhos para que esta atividade possa continuar gerando ocupação e renda.

A análise da cadeia produtiva da pesca no bairro da Penha também tende a contribuir para a identificação das potencialidades e dos gargalos no trabalho e na produção, como também a análise dos fatores sociais e econômicos que influenciam para o avanço ou declínio de uma atividade econômica, tendo como objetivo geral, identificar os fatores sociais e econômicos que venha a possibilitar o avanço da pesca artesanal na Praia da Penha, atrelado a diversificação de atividades relacionadas ao mar.

Os objetivos específicos são: identificar os fatores históricos que contribuíram para o quadro atual da pesca artesanal; Analisar a situação atual social e econômica da pesca artesanal na Praia da Penha; e por fim, traçar um cenário para os pescadores artesanais que contribua para a manutenção da atividade e da diversificação das atividades marinhas, gerando emprego e renda para a família do pescador. Neste contexto, o primeiro passo é considerar a relação entre economia e ideologia.

4.2. Economia e Ideologia

A economia estuda como as sociedades administram recursos escassos para produzir bens e serviços e distribuí-los entre diferentes indivíduos. Sistematiza-se a partir de dois enfoques: a microeconomia, que analisa como as famílias, as empresas e o setor público tomam decisões, ou seja, como interagem os agentes econômicos. A macroeconomia estuda as variações no emprego, valor da moeda e o produto total da economia. Neste sentido, analisa os fenômenos que afetam a economia como um todo (MOCHÓN, 2007, p. 16).

Uma tomada de decisões com relação às perguntas em que e quando gastar ou investir está sempre relacionado à cultura das pessoas, sejam pertencentes a uma família, sejam lideranças empresariais ou mesmo autoridades públicas. Todavia, de acordo com o poder que detém o indivíduo chefe de família, o líder de uma empresa ou conglomerado, como também uma autoridade pública, terá delineamentos variados em um cenário econômico, onde o cenário traçado sempre está, historicamente, voltado para atender as elites.

A maneira como as sociedades produzem seus meios de existência depende da natureza e dos meios de existência encontrados. Todavia, não se deve considerar esse modo

de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. “A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem” (MARX; ENGELS, 1998, p.14), de onde exprimem suas culturas materiais e imateriais.

A produção e reprodução da vida, do cotidiano, e a construção da cultura ocorrem a partir das relações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do homem pelo homem. Estas relações e suas condições levam à construção de uma ideologia, que é determinada por essas condições de existência. “Conhecer esse sistema é necessário para que se compreenda o desenvolvimento de uma cultura” (TEIXEIRA, D.; DIAS F. 2011, p. 120), e a partir daí, entender dialeticamente porque pessoas de diferentes classes e grupos sociais almejam consumir os mesmos bens e serviços. O que implica, em análise mais prolongada, no que se oferta e no que se consome numa dada economia.

Sob este prisma, a ideologia implica em consciência equivocada da realidade. Esta forma equivocada de interpretar a realidade pela sociedade tem a função de fazer com que os indivíduos interpretem o real a partir do enfoque dos grupos econômicos dominantes. “A ideologia utiliza as ferramentas manipulação e propagandismo objetivando persuadir e dissuadir pessoas mergulhadas em outros modelos culturais” (MARX, K.; ENGELS, F. 1998), considerando que é a partir da produção econômica e da reprodução da força de trabalho que os grupos sociais desenvolvem suas culturas, e por conseguinte, suas necessidades econômicas.

Nesta perspectiva, mesmo com atividades produtivas e poderes aquisitivos diferentes, os diferentes grupos sociais, classes sociais e povos tradicionais se veem desejando consumir os mesmos bens e serviços, como também considerando como legítimos os posicionamentos das forças políticas locais, que produzem e reproduzem a forma como as massas devem pensar e agir. A massificação de uma cultura de desejos iguais para classes e grupos sociais diferentes, como também para povos tradicionais que possuem culturas específicas, subordina as necessidades básicas e criadas do lugar aos interesses econômicos e políticos das elites.

Desta feita, as comunidades tradicionais, onde estão enquadrados os pescadores artesanais sempre viram seus interesses e suas culturas marginalizados perante os interesses econômicos e políticos das elites brasileiras’. Estas sempre atrelando a concentração de poder à concentração de terras. Estas terras mudaram de função à medida que estas elites mudaram

suas patentes de governo. Neste sentido, podemos analisar a evolução das formas de poder das elites latifundiárias e assim compreender a marginalização do setor pesqueiro nacional e, dentro deste contexto, na Paraíba, e mais especificamente, no município de João Pessoa, capital do estado.

Donos de terras, coronéis e políticos foram e são manifestações sociais e econômicas das mesmas oligarquias que se mantêm de geração a geração em diferentes esferas de governo. Assim, os donos de terras receberam status de coronéis de exército por lei criada em 1831 e extinta em 1922, e cada um poderia ter uma força paramilitar com tantos homens quanto pudessem pagar. Com a extinção da guarda nacional, os soldados que dela faziam parte se transformaram em jagunços, ou seja, homens pagos por um latifundiário para defender, pela força, os interesses destes donos de terras.

Com o advento da república, em 1889, estes coronéis foram se transformando nos políticos de suas regiões, e encontraram no voto de cabresto a forma ideal para manterem o poder sobre a terra, as pessoas e a política. Este tipo de voto significava desvirtuar a democracia a partir do voto forçado em um político indicado pelo latifundiário, onde este político geralmente era alguém da família do coronel ou alguém da confiança dele.

Atualmente, o quadro político estadual ainda é alternado pelas famílias latifundiárias que tem mais força em suas microrregiões e mesorregiões. E os quadros políticos locais são organizados a partir destes políticos destas famílias de expressão estadual. Como não há pessoas nestas famílias ligadas a pesca artesanal, esta atividade econômica e os trabalhadores que nela labutam não são visualizados e representados.

Na situação de moradores de condição em ambientes de praia por causa dos latifundiários, aos pescadores artesanais lhes sobrou serem contados em Distritos de Pesca, a partir de 1846, que em 1912 deram lugar às Colônias de Pesca. Uma das principais funções das colônias era matricular os pescadores profissionais e, de acordo com a necessidade da Marinha de Guerra da época, esta os formaria para os quadros militares. De certo que também houve o interesse de alguns governantes em organizar os pescadores para saírem da situação de exploração que sempre foram acometidos pelos atravessadores, todavia, muitas colônias, com o tempo passaram a ser administradas por estes, o que comprometeu ao longo do tempo, ainda mais, a situação econômica dos pescadores artesanais.

Atualmente, o processo de urbanização vem corroendo estas comunidades com todos os elementos e fatores da complexidade de um espaço urbano, ou seja, com sua urbanidade. Algumas já se dissolveram e deram lugar, num primeiro momento, a casas de veraneio e, em seguida, a casas de primeira residência. Buscando melhorar suas condições econômicas e

também dos seus filhos, os pescadores artesanais estão pouco a pouco abandonando a profissão e buscando atuar em outros ofícios.

Isto se deu também porque a partir da década de 1970, muitos herdeiros de terras, na condição de empobrecidos ou mesmo desinteressados por empreendimentos rurais, ou por causa de movimentos sociais no campo, que lutavam pela posse de terras em que trabalhavam, venderam suas terras para especuladores imobiliários urbanos, que quase sempre conseguiram expulsar as famílias de pescadores artesanais pela força, ou através de acordos desvantajosos para estes.

Assim, o pescador, transformado em morador urbano, passa a assumir posições diferenciadas nas formas de pensar e agir, pois o modelo espacial que passa a existir ao seu redor e dentro de sua comunidade, a saber, “o urbano, muda seu cotidiano e, até mesmo, contribui para direcioná-lo a trabalhar em outras atividades econômicas, pois estas passam a se multiplicar no novo cenário socioeconômico de moradia” (ARAÚJO; LIMA; SASSI, 2014). Esta vida urbana, com sua poluição e ocupações irregulares em áreas ambientalmente impróprias, prejudicam a produção pesqueira, o que impele o pescador e seus filhos para outras atividades econômicas, onde a pesca, em muitos casos, passa a ser atividade econômica secundária, e não mais principal o que vai afastando do ofício as gerações seguintes.

Neste processo histórico, onde num primeiro momento o pescador artesanal viveu em espaço rural, geralmente trabalhando exclusivamente no mar e complementando sua dieta com o produto do seu roçado, participou do processo de organização da economia nacional servindo como morador de condição e fornecedor de proteína animal a baixos preços, onde o principal beneficiado sempre foi o atravessador, figura esta que compra a produção dos pescadores e estoca até chegar à quantidade em quilogramas ou toneladas que fica acertada entre atravessador e compradores.

Num segundo momento, o atual, agora transformado em morador urbano, todavia ainda em situação de pobreza, o pescador busca o assalariamento na intenção de melhoria da qualidade de vida a partir de trabalhos que lhe garantam maior segurança física, por ser em terra, e segurança social, por ter os direitos sociais garantidos por causa do trabalho com carteira assinada, ou por causa do trabalho como prestador de serviço em órgão público, ou como estatutário.

Neste prisma, a maneira que a economia brasileira foi sendo organizada, historicamente, contribuiu apenas para manter submerso economicamente, socialmente e culturalmente o pescador artesanal que, diante do quadro ideológico atual, os pescadores não veem perspectivas em torno de melhorias em suas condições de trabalho e vida, o que implica

em buscar outras atividades econômicas no intuito de subsistência, como também em se enquadrar no modelo de vida urbana e de seu pacote cultural pronto, ideologicamente arquitetado para as massas urbanas.

É comum ver pescadores artesanais com várias proposições indicando quais os melhores caminhos para que esta atividade econômica permaneça frente à complexidade do mercado. Todavia, um conjunto de medidas que signifiquem política econômica eficaz para enfrentar a problemática da pesca artesanal passa por algumas variáveis que merecem reflexão. Inclusive a própria forma do pescador artesanal se autoanalisar, como também a maneira que a atividade pesqueira artesanal e sua produção são geridas pelo Estado e reguladas pelo mercado, o que implica em fatores a serem discutidos ao se tratar da economia da pesca artesanal.

4.3. O lugar da pesca artesanal na economia brasileira

Desde o início do processo de colonização portuguesa no Brasil, a pesca artesanal sempre esteve em situação de marginalização econômica, política e social. Este processo histórico de marginalização desta atividade econômica e das pessoas que a exercem se deu dentro de sucessivos contextos históricos pelos quais as elites coloniais, nacionais e locais desenvolveram suas ideologias e práticas políticas no intuito de concentrar riqueza e manter o poder.

A compreensão da realidade atual da pesca artesanal, de sua pobreza e falta de empoderamento social está relacionada às maneiras que outras atividades econômicas foram se desenvolvendo e seus respectivos representantes foram concentrando riqueza e mantendo os investimentos de capitais financeiros e capitais sociais nas atividades econômicas de destaque, tanto para o cenário internacional, como nacional.

O processo de organização política e econômica do território brasileiro, desenvolvido pela coroa portuguesa ocorreu numa perspectiva de exportação de açúcar para a Europa, produzido a partir do cultivo da cana-de-açúcar. No Velho Continente este produto tinha valores elevados, o que despertou a necessidade dos senhores de terras da colônia Brasil para desenvolverem esta atividade.

A partir da necessidade das elites coloniais de organizar o litoral do território para a exportação, os primeiros núcleos de importância para a reprodução econômica foram originados pela produção da cana-de-açúcar. Esta produção monocultura, objetivando o mercado externo, propiciou o desenvolvimento da agricultura de subsistência como também da pesca artesanal, sendo formas de abastecimento alimentar interno. Para o interior, o

destaque era a criação de gado, que se iniciou também como atividade marginal e aos poucos foi se organizando e desenvolvendo pujança econômica e política.

As formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina, o açucareiro e a pecuária bovina, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira, e conseqüentemente, a paraibana. Estas duas atividades produtivas tendiam a preservar sua forma original, seja nas etapas de expansão, seja nas de contração. O crescimento de ambas era extensivo, mediante a incorporação de terras e de mão-de-obra. “Nestes modelos produtivos, o pagamento de baixos salários ou mesmo a ausência de pagamentos tornava os setores resistentes às oscilações de mercado” (FURTADO, 2009, p.61), propiciando suas continuidades.

As comunidades que não foram absorvidas pela agricultura canavieira e que se encontravam em áreas intersticiais, se dedicaram à produção de gêneros de subsistência como a farinha de mandioca, o peixe e o camarão e outros produtos destinados ao consumo interno. Daí surgiu a atividade pesqueira. Porém, mesmo diante do imenso litoral que se apresentava como uma porta aberta para o mar, ou seja, para a atividade pesqueira, não houve, em nenhum momento, grande interesse nesta atividade por parte das elites. “A pesca e o pescador sempre estiveram marginalizados no processo de expansão de nossa economia” (SILVA, 1986, p.29).

Neste setor da subsistência colonial também estava inserida a pecuária. Ela também se destinou a satisfazer as necessidades alimentares da população. Apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, a pecuária foi atividade secundária e acessória. “O seu lugar foi de segundo plano, subordinando-se às atividades principais da monocultura açucareira” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 25).

Mesmo iniciando como atividade acessória, a pecuária se desenvolveu e passou a ser a principal atividade econômica do interior do Nordeste. A ponto de constituir civilização diferenciada em relação ao Litoral. O Leite, o queijo, o couro e a carne bovina contribuíram na diversificação da dieta na colônia e posteriormente na república.

A tração animal bovina, para tracionar carroças e moinhos de engenhos, também deu relevância à criação de gado. Os carros de boi, ou seja, as carroças, e os moinhos de engenho movidos pela tração deste animal eram muito comuns. A cana-de-açúcar no Litoral e a pecuária no interior, num percurso de mais de 500 anos, salvo alguns períodos curtos de tempo, sempre foram as duas atividades econômicas mais rentáveis do setor primário paraibano.

Esta assertiva contribui pra refletir sobre o lugar da pesca artesanal na Paraíba. Isto porque o pescado, durante a colônia e até cerca de 50 anos atrás era abundante. A pesca de vara, de linha e de rede, no litoral, nos rios e lagoas, dava aos envolvidos nesta atividade a garantia da ingestão de proteínas animais suficientes. Como também a pesca do camarão tanto de rio como de mar, que eram acessíveis e abundantes.

A abundância do peixe, do marisco e do camarão atraia as pessoas que não se enquadravam no ritmo de vida e trabalho da cana-de-açúcar ou da criação bovina. Já a pecuária necessita de tempo maior para dar retorno para o consumo de proteína, o que foi tornando a atividade mais rentável, por seu valor agregado em forma de tempo.

O governador da Paraíba durante a invasão holandesa ao Nordeste da colônia Brasil, Elias Herckmans, ao escrever uma descrição geral da Paraíba, em 1639, destacou a presença de pescadores em todo litoral da Paraíba, como também a produção de tainha, dizendo que a praia, em toda a sua extensão era ocupada por pescadores que viviam exclusivamente da pesca. Herckmans destacou a pesca da tainha, de agosto a fevereiro e março. Descreveu que “se salgava o peixe e se punha a secar ao sol”.

Ainda salientou que todos os moradores do litoral da Paraíba se alimentavam de peixe, e sem isto os engenhos não teriam acesso a proteínas animais suficientes. Herckmans, ao escrever sobre a Paraíba à Holanda, também destacou a grande quantidade de mariscos nos mangues, escrevendo aos holandeses, “ser verdade, o mito que se disseminava na Europa, que no Brasil, as ostras davam até em árvores” Herckmans (1886, p. 257). Neste caso, ele se referia aos mariscos grudados nas raízes suporte dos manguezais, que emergem na maré baixa.

Sendo assim, a pesca não teve relevância na economia do Brasil. A abundância de peixes, mariscos e camarão no mar e nos rios do Brasil, com consequente acesso fácil, fez desta atividade economicamente desinteressante, considerando a relação oferta e demanda. Além do pescado, a mandioca e sua farinha, o milho e as favas, ou seja, os feijões compreendiam a dieta básica dos despossuídos. O fato de atingir os seguimentos populacionais menos abastados durante séculos desmotivou os empresários do ramo de alimentos a investir na pesca artesanal, no intuito de desenvolvê-la e torná-la atrativa.

A situação de exclusão social que sempre esteve submetido o pescador artesanal pode ser destacada na Missão do Cruzador José Bonifácio, organizada pela Marinha do Brasil e comandada por Frederico Villar, que entre 1919 e 1923 matriculou cerca de 100.000 pescadores pelo litoral do país, tentando organizá-los em cooperativas. A intensão era fortalecerlos politicamente para que pudessem se livrar do geleirol, capitalista, que

hierarquicamente abaixo dos donos de terras, que também são historicamente os políticos, controlava os pescadores e os reduzia a situação análoga a de escravos, fornecendo-lhes os meios de subsistência para o trabalho, e recebendo em troca a produção pesqueira (SILVA, 1986, p.41).

Nesta perspectiva, os pescadores funcionavam para os latifundiários como sujeitos moradores de condição, ou seja, pessoas que forneciam peixes e desenvolviam serviços que interessassem aos donos das terras, onde em troca, os pescadores se mantinham morando em casas de palha nas praias, sem ter o direito de fazer casa de alvenaria, porque lhes era negado pelos latifundiários, que sempre tiveram a terra como fonte e fator de poder.

Esta insegurança na moradia também contribuiu para aumentar a condição de pobreza dos pescadores artesanais, pois a moradia própria e de qualidade nem poderia, ao menos, ser almejada por estes trabalhadores. Na atualidade, embora não seja a situação do bairro da Penha, ainda há casos em que donos de terras, por vezes ainda chamados de coronéis pelos moradores mais antigos, buscam impedir a construção da moradia 100% de alvenaria. E quando alguns pescadores levantam suas moradias de alvenaria, os donos das terras vão à casa do trabalhador, ou mandam chamar, para dizer que permitem o melhoramento da casa, todavia procuram deixar claro que o terreno não pertence ao pescador.

O pescador, utilizado por vezes como prestador de serviços variados para os latifundiários, por receio de ser expulso da terra se não os cumprissem, também viu o produto de sua pescaria sendo desvalorizado frente ao consumo de peixes importados. Mesmo o Brasil tendo uma vasta quantidade de espécies de peixes, muitos deles considerados nobres, a cultura das elites coloniais portuguesas prevaleceu no país, e o peixe que passou a interessar aos brasileiros foi um peixe estrangeiro, o bacalhau.

Desde a chegada do bacalhau ao Brasil, junto com a família real, em 1808 e até a Segunda Guerra Mundial, o bacalhau era um produto de baixo preço, mesmo importado da Noruega. A Segunda Guerra Mundial gerou escassez de comida e o preço do bacalhau subiu bastante, “se tornando um peixe destinado ao consumo de classes altas. E também no Brasil o consumo popular de bacalhau foi confinado às festas religiosas mais tradicionais, como a Páscoa e o Natal” (LOPANE, 2014, p.11). Além do bacalhau, outro peixe bastante apreciado no Nordeste também é importado, o salmão. Ambos estão na lista dos pescados mais importados que chegam ao porto do estado vizinho à Paraíba, Pernambuco, como podemos observar na Figura 16.

Figura 16 – Quadro do valor das importações e exportações de pescado no Brasil em 2009

Produtos	Brasil			
	importação		exportação	
	valor (US\$)	peso (kg)	valor (US\$)	peso (kg)
Pescados	675.113.505	217.388.006	194.664.106	37.239.725
Peixes	639.277.805	203.807.399	81.704.609	20.071.808
Bacalhau	200.600.606	35.165.345	57.851	11.750
Salmões	156.072.941	36.051.256	-	-
Filés de peixe, congelados ou secos	186.494.613	66.876.977	2.149.275	249.416
Demais peixes	59.871.481	32.486.693	61.972.512	17.747.172
Trutas	4.426.708	1.249.049	5.475	116
Filés de peixes, frescos ou refrigerados	2.522.973	319.486	4.225.136	537.444
Sardinhas	29.071.914	31.624.154	19.780	4.897
Peixes ornamentais vivos	179.814	8.537	7.106.534	96.594
Atum	23.354	11.292	3.049.271	707.009
Surubins	350	500	-	-
Pargos	7.801	9.910	2.359.268	497.390
Tilápias	5.250	4.200	759.507	220.020

Fonte: Miura, 2012.

Mesmo com toda a diversidade da fauna marinha do Brasil, a balança comercial desta atividade econômica é desfavorável para o país. E por questões culturais, o que desencadeou investimentos econômicos neste aspecto, são os peixes bacalhau e salmão, de águas estrangeiras, que se destacam na importação destes produtos para o Brasil. Isto demonstra a falta de incentivo e investimento histórica que caracteriza o setor pesqueiro nacional. Notadamente a não valorização do produto da pesca artesanal, para o qual falta atenção por parte dos governos em suas três esferas federativas.

O principal produto pescado importado pelo Brasil, em 2011, foi o bacalhau (Gênero *Gadus*), originário principalmente da Noruega, sendo Portugal o segundo maior fornecedor. Houve um crescimento nas importações do bacalhau, passando de 43 mil toneladas, em 2010, para mais de 45 mil toneladas em 2011, representando uma elevação de 6%. Em termos de valor, o crescimento foi de aproximadamente 11%, passando de US\$ 292 milhões em 2010 para mais de US\$ 323 milhões em 2011.

Em relação às importações de pescado, os meses de março e novembro foram os dois períodos em que as importações apresentaram os maiores volumes no ano de 2011. Observa-se um crescimento de 82% em valor (US\$) no trimestre terminado em março, fenômeno que se deve à ocorrência da Semana Santa no mês de abril. É um período em que a demanda por pescado se acentua por conta da substituição do consumo de carnes vermelhas por pescado durante a quaresma, além disso, há um movimento intenso por parte do comércio, em especial no atacado e no varejo supermercadista, para o abastecimento do mercado interno por meio das importações. Nesse sentido, por conta da ausência natural de alguns peixes, que não são

capturados nem cultivados no Brasil, muitas espécies de pescado vindas de fora ganham maior destaque nas importações desta época, como bacalhaus, salmões e filés em geral, com crescimentos expressivos em alguns casos (BRASIL, 2011).

Com mudanças nas políticas de incentivo ao consumo de pescado, que incluiria a propaganda para que se consuma pescado nacional, como também empréstimos com maior prazo de carência, e subsídios para a aquisição de barcos e equipamentos tecnológicos, como também capacitação para utilizá-los, além do incentivo ao surgimento e fortalecimento de cooperativas ou empresas públicas que poderiam beneficiar o pescado em forma de filés, poderíamos começar a delinear novas possibilidades de melhoria para a pesca tradicional, no sentido de dar um salto qualitativo e abrindo a possibilidade para diversificação na produção, como também na mudança de status de uma atividade artesanal que também possa beneficiar seus produtos, como também a aquisição e orientação adequada para usos de alguns barcos industriais.

Isto deve ser considerado se levarmos em conta que a única grande evolução tecnológica que houve na pesca artesanal no Nordeste foi a aquisição de barcos a motor, que são os modelos atuais, entre as décadas de 1960 e 1970, que em média tem de 06m a 09m de proa a popa, não servindo para navegar em águas profundas, ou seja, após a plataforma continental.

E com a sobre-exploração do pescado realizada na plataforma continental da Paraíba, como em praticamente todo país, a pesca industrial, que ocorre após a plataforma, em mar aberto, poderia impulsionar qualitativamente e quantitativamente a pesca no estado, considerando que atualmente são barcos industriais de outros estados que exploraram as águas marinhas em latitudes que coincidem com a Paraíba. Este diagnóstico, aliado a outros problemas que serão expostos a seguir, tem prejudicado o potencial produtivo da pesca na Paraíba e, conseqüentemente, no bairro da Penha, que precisa ser gerida de forma que considere a diversificação das atividades econômicas marinhas em benefício do pescador.

4.5. Cenário da produtividade da pesca artesanal no bairro da Penha

A discussão sobre uma determinada atividade econômica passa por alguns fatores impactantes: a cadeia produtiva; as atividades alternativas; a forma como o Estado se posiciona com relação à atividade econômica em tela; e a organização política dos profissionais envolvidos. Estes fatores contribuem para indicar os aspectos na produção que são positivos, os negativos, as tendências da atividade e ainda, a proposição de um cenário futuro.

Seguindo esta linha de raciocínio, comecemos pela cadeia produtiva. O conceito de cadeia produtiva foi desenvolvido como instrumento de visão sistêmica, onde os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final. Sendo assim, entes públicos, privados e mistos se dedicam, em suas especificidades, a alguma função produtiva direta ou a processo relacionado à produção, tendo como fim a comercialização, os fluxos de materiais, de capital ou de informação.

Os componentes que determinam a especificidade da cadeia produtiva para a pesca artesanal são: combustível, alimentação, petrechos, consertos de embarcações e reposição de peças; a propriedade da embarcação; a extração do pescado e frutos do mar; e a peixaria (imóvel onde o peixe e frutos do mar são comercializados). Nestes, os produtos que serão comercializados e consumidos são especificados (peixes com valores variados, moluscos e crustáceos). Neste trabalho se busca mencionar também as relações dos pescadores com as formas de financiamento e subsídios. E um componente que não aparece na Penha, mas que deve ser salientado: a indústria de beneficiamento.

Estes componentes demonstram conectividade, uma vez que decorrem de um enfoque sistêmico. Reforçam a ideia central da teoria geral de sistemas, de que os fenômenos sociais, econômicos, físicos, biológicos são sistêmicos e que o enfoque sistêmico é uma das boas ferramentas disponíveis no método científico para aumentar a compreensão isolada e interativa desses fenômenos (CASTRO, A.; LIMA, L. 2002).

Um dos aspectos marcantes de um empreendimento, seja ele qual for, é sua capacidade de diversificar sua oferta de produtos. Isto permite condições para o trabalhador e para o empreendimento de superar os períodos de crise para algum tipo de produto ou serviço. Sendo assim, se faz necessário discutir cadeia produtiva linear, mas também outros produtos que venham compor a renda do empreendimento que se caracteriza por principal, a pesca artesanal. Nesta perspectiva, para se pensar a pesca artesanal se deve ir além do peixe e dos frutos do mar.

O extrativismo de pescado é feito com embarcações a motor que variam entre 06 metros e 09 metros. Nestas embarcações, a tripulação é composta geralmente por três profissionais de pesca. Onde um é o mestre, que sabe conduzir a embarcação, como também lidar com os apetrechos e sabe onde provavelmente estão localizados os cardumes, ou seja, os pesqueiros.

Segundo o pescador Daniel (2015), da praia do Seixas, “uma embarcação de 09 metros transporta 1.500 Kg de gelo, alimentação para 07 dias no mar, mais 200 litros de óleo diesel,

para que não falte combustível no deslocamento em busca das áreas de pesca”. Este investimento custa em torno de R\$1.500,00. Os pescadores consideram 300 kg de peixe como uma boa pescaria. Na fala do pescador e dono de peixaria na Penha, Josinaldo (2014), “na época do meu pai há 30 anos, em um dia, a 01h da praia, era possível pescar cerca de 300 kg. Atualmente o deslocamento é de 05h até chegar aos conjuntos rochosos onde os pescadores sabem que provavelmente haverá cardumes”.

Segundo o pescador Carlos (2014), da praia da Penha, “um pescador que vive exclusivamente da pesca, se dedicando, tem rendimento mensal girando em torno de R\$ 1.300,00 por mês.” De acordo com relatos dos pescadores da praia da Penha, os peixes mais comuns nestas águas, por quantidade capturada (tabela 01) são:

Tabela 1 - Peixes mais comuns e seus respectivos valores de venda (VV) - 2015

Peixe	Nome científico	VV do pescador para a peixaria	VV na peixaria para o consumidor
Arabaiana	<i>Elagatis bipinnulata</i>	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Seringado	<i>Mycteroperca spp</i>	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Cioba	<i>Lutjanus analis</i>	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Cavala	<i>Acanthocybium solandri</i>	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Dourado	<i>Coryphaena hippurus</i>	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Dentão	<i>Lutjanus jocu</i>	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Garajuba	<i>Caranx chrysos</i>	R\$ 10,00	R\$ 19,00
Chicharro	<i>Trachurus lathami</i>	R\$ 10,00	R\$ 19,00
Cabo duro	---	R\$ 10,00	R\$ 19,00
Peixe rei	<i>Atherinella brasiliensis</i>	R\$ 10,00	R\$ 19,00

Fonte: Pescadores artesanais da praia da Penha (2015)

Por causa da diminuição no número de pescadores nos últimos anos na praia da Penha, devido ao processo de urbanização, o qual gerou variedade de ocupação em atividades econômicas, além do desinteresse na pesca por causa da falta de incentivos e investimentos privados e públicos, como também o aumento no esforço de pesca para muitas vezes pescar menos, a produção pesqueira na Penha não supre as demandas do mercado local, que é suprida com a vinda de peixes (figuras 17, 18 e 19) de outros estados do Nordeste. Segundo o dono de peixaria Josildo (2014):

Apenas cerca de quinze por cento do produto de minhas vendas representa o peixe pescado na Penha. Este percentual diminui para oito por cento no inverno, quando o mar se encontra com ondas maiores e grande quantidade de sedimentos em suspensão, prejudicando a visibilidade dos pescadores e dos peixes. Para suprir a demanda são encomendados peixes que vem dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Chegam às peixarias na quarta feira,

enquanto que os pescadores da Penha geralmente chegam ao continente da sexta para o sábado. O rendimento mensal para o peixeiro gira em torno de R\$ 10.000,00 por mês. (Josildo, Praia da Penha/JP, 2014).

Figuras 17, 18 e 19 - Momento da chegada de peixes vindos de outros estados para o abastecimento das peixarias da praia da Penha.



Nas três imagens, da esquerda para a direita, podemos observar: na figura 17 a vista da Vila dos Pescadores, no Bairro da Penha/JP/PB; na figura 18 vemos exemplares de pescada amarela, e na figura 19 vemos cioba, ambos vindos de outros estados para garantir o atendimento ao consumidor.

Fonte: Ismael Araújo (2014).

Quanto ao crédito para custeio da produção, se tornam insuficientes, se considerarmos os custos com a manutenção das embarcações (Figuras 20, 21 e 22). Neste sentido, o pescador Carlos (2015) discorre:

Os empréstimos para a pesca artesanal tem valor máximo de R\$ 5.000,00. Este valor não dá para manter os custos de um pescador que possui embarcação de pesca. Como exemplo se pode citar o valor de uma caixa de marchas nova, que custa R\$ 16.000,00 ou mesmo o custo para cobrir com fibra um barco de 09 metros, onde o valor a desembolsar é de R\$ 10.000,00. Na comunidade há um terreno com um galpão improvisado que serve como estaleiro. Atualmente, apenas para retirar uma embarcação do mar para fazer reparos, que precisa de trator, custa em média R\$ 1.000,00. (Carlos, Praia da Penha/JP, 2015).

Figuras 20, 21 e 22 - Caixa de marcha e casco de embarcação de 8,5m a espera de manutenção, e pequeno estaleiro na Penha.



Da esquerda para a direita, vemos na figura 20 caixa de marchas de um barco de pesca. Na figura 21 vemos embarcação de pesca com casco precisando de revestimento de fibra. Na figura 22, observamos pequeno estaleiro na praia da Penha.

Fonte: Ismael Araújo (2014).

Além das dificuldades para contrair empréstimos para alavancar a produção há também a falta de subsídios para esta atividade econômica que é muito sensível pela incerteza de sua produtividade. Para o caso da pesca de lagosta há o defeso de 06 meses, onde o governo federal repassa 01 salário mínimo por mês (R\$ 724,00 o que corresponde há \$248,46 em 15/11/2014) ao pescador de lagosta embarcado, ou seja, atrelado a um barco de pesca que seja registrado para a pesca da lagosta. Isto ocorre porque a lagosta precisa de um período, que coincide com o verão, para repor seus estoques e evitar colapso na produção.

Já o pescador de peixes embarcado em embarcação com licença para pesca de peixes, não possui subsídio que garanta compensar períodos de entressafra. Este período coincide com o inverno, quando o pescador vê sua produtividade cair acentuadamente devido às características que o mar assume, como já foi escrito, onde grande quantidade de sedimentos em suspensão e ondas altas dificulta a atividade.

A assistência governamental à pesca da lagosta e a falta de assistência à pesca de peixes inflaciona o preço de uma embarcação licenciada para a pesca de lagosta, que chega a ter valor três vezes maior que uma embarcação licenciada para a pesca de peixes. Um subsídio que já foi discutido entre pescadores artesanais e governo foi sobre o valor do óleo diesel, mas a burocracia dificulta o acesso.

Ainda discorrendo sobre os pescadores artesanais e o governo, os pescadores dizem que representantes do governo somente costumam aparecer em épocas de campanha eleitoral. Neste sentido, pessoas ligadas à secretaria da pesca do estado reúnem pescadores para fazer promessas eleitorais e pedir votos, fragilizando a organização política dos pescadores, que não veem entre os habitantes do bairro alguém que seja capaz de ser a liderança política, no intuito de buscar melhorias para estes profissionais e sua atividade econômica, embora alguns grupos menores consigam apontar um ou outro pescador como possível liderança.

Os pescadores imaginam que para ser liderança política tem que ter vários anos de estudos em escola de ensino formal. Isto dificulta que se chegue num consenso entre eles para que se escolha uma liderança na e da comunidade. Assim, historicamente os pescadores contribuem para eleger lideranças políticas que não os representam. Usam expressões como:

Qual pescador aqui tem estudos para ser liderança política? Os pescadores não tem valor. Aqui é tudo atrasado. Já tivemos uma cooperativa que funcionou apenas dois anos, entre 2002 e 2003. Mas tudo foi sumindo. Houve uma organização e investimento. Empréstimos para a compra de barcos, carro e freezer, mas tudo acabou. (Antônio, praia da Penha/JP,2014).

A sede da colônia de pesca da qual a praia da Penha faz parte está localizada na praia de Tambaú, a 06 km de distância. A relação entre pescadores e colônia tem se resumido aos atos de receber carteira de pescador artesanal e informações prestadas sobre cursos e eventos ligados a pesca. Em outra expressão que chama a atenção para entender a forma de pensar sobre sua realidade, o pescador Carlos (2015) indagou: “e pobre tem direito a nada?”.

As dificuldades enfrentadas pelos pescadores vão além de um estado estacionário da atividade da pesca artesanal. Este além tem significado declínio do interesse pela atividade, como se escuta nos relatos dos pescadores que nos últimos 40 anos houve diminuição de pelo menos 60% dos profissionais envolvidos na atividade.

Isto ocorre pela falta de incentivo governamental e pela falta de interesse em se manter numa atividade econômica perigosa e incerta, em relação às diversas atividades que surgem no cenário urbano, pelo qual os pescadores foram alcançados, na perspectiva que foram alcançados pela urbanização, o que lhes propicia ocupação em diversas atividades econômicas disponíveis na cidade e que tem rendimento similar ou até melhor, quando se faz comparação com o tempo e risco de trabalho no mar, e quando se relaciona a questão custo/benefício da pesca artesanal com várias atividades urbanas.

Outro problema atrelado à profissão de pescador artesanal que não possui programas específicos é o caso das doenças adquiridas na atividade, como doenças de pele que são comuns, como também doenças nos olhos, ambas geralmente provenientes da exposição prolongada aos raios solares. Há também doenças de pele que surgem nos pés por causa do tempo elevado em que os pés dos pescadores ficam molhados. Estes fatores também influenciam nas finanças do pescador, inclusive abreviando sua idade produtiva ou pior, sua vida.

No sentido de diversificar a renda advinda da pesca artesanal, familiares de pescadores estão fazendo cursos de artesanato. Após aprender a fazer o artesanato, as pessoas, que geralmente são mulheres, também estão recebendo aulas de valoração da produção, objetivando aprender a calcular o custo para confeccionar e o lucro que deve ser auferido da venda dos objetos feitos a partir de escamas e peles de peixe, como bolsas, arranjos de flores e biojóias, que são bijuterias feitas a partir destas partes dos peixes. Estes cursos são promovidos pelo PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) criado pelo Governo Federal em 2011, onde professores se inscrevem para ministrar aulas de acordo com suas habilitações.

Com relação às vísceras dos peixes pescados, ainda não há uma forma de aproveitamento na comunidade. Estas vísceras, como também a cabeça do peixe, chegam a

compor cerca de 40% da massa do pescado e poderiam ser aproveitadas para fazer ração. Se houvesse técnicas e equipamentos acessíveis na comunidade para produzir a farinha de peixe para ração animal a partir das partes supracitadas, provavelmente também se poderia fazer o filé de peixe a partir de peixes menores ou que possuem muitas espinhas, como é o caso do peixe serra.

Atualmente, apenas as vísceras da Cavala e do Xaréu são aproveitadas, pois servem para fazer picadinho, prato típico que parece com picadinho de bode. Esta iguaria, quando pronta, é chamada de caldeirada, por ser feita em um caldeirão onde se adicionam verduras e temperos a gosto.

Outra forma de diversificar a atividade produtiva da pesca, historicamente praticada na Penha, mas que atualmente não vem sendo mais desenvolvida pelos pescadores artesanais é o passeio para as piscinas naturais formadas por arrecifes de corais sobre arenitos e que se encontram entre 800m a 1000m da costa. Segundo relato do pescador artesanal Carlos (2015):

Nós que somos nativos não temos mais direito a usufruir das piscinas naturais. Levávamos os turistas e banhistas para as piscinas naturais e fazíamos o pirão de peixe. Agora está proibido. Nossos barcos tem licença para pescar e não tem para conduzir passageiros. Tem catamarã fazendo agora este trajeto. Nós chegamos primeiro que os catamarãs. A gente descobriu estes cantos e não podemos ir. Até se a gente for às piscinas com nossos barcos para levarmos os familiares num dia de lazer, somos multados (Carlos, praia da Penha/JP, 2015).

Nesta fala, o que se observa é a perda de um mercado em ascensão no mar da Penha, a saber: o transporte de passageiros turistas e banhistas para os arrecifes de corais e que já vinha sendo praticado há décadas na praia da Penha pelos pescadores artesanais, que recebiam dinheiro por fazerem este passeio e ainda agregavam valor vendendo peixes e frutos do mar prontos para o consumo aos grupos de pessoas que transportavam.

A atividade de transporte marítimo, como está na fala do pescador, só pode ser feita por embarcação licenciada. Todavia, era feita pelos pescadores até surgir interessados com catamarã neste mercado. Desorganizados por não ter uma instituição que os represente de forma eficiente, os pescadores veem estar cada vez mais distante a possibilidade de voltar a fazer tal atividade, que agora, apenas seria possível se houvesse programas governamentais com subsídios que os treinassem e financiassem barcos de passeios para garantir que os pescadores continuassem desenvolvendo uma atividade histórica e que agora estão impedidos.

Ainda com relação às piscinas naturais há outro problema para os pescadores que também impacta em sua economia, que é a limpeza do barco. De acordo com o pescador Carlos:

Nós íamos para as piscinas naturais para limpar o barco. Não usamos produtos químicos. É para tirar as ostras e o lodo. Mas quando os turistas chegam acham que isto é sujo. E aí prejudica os nossos barcos, pois se formos fazer esta limpeza na beira da praia, porque tem que fazer em canto raso, aí o barco vai quebrando por causa das ondas do mar. Nós sabemos nos movimentar sobre os arrecifes de corais. Mas agora somos impedidos de fazermos o que sempre fizemos. E tudo que acontece é sempre considerada nossa culpa. Pobres pescadores! (Carlos, praia da Penha/JP, 2015).

A manutenção do casco da embarcação é uma atividade frequente para o pescador. Esta atividade exige cuidados, pois deve ocorrer em ambiente adequado para não prejudicar a embarcação, que pode gerar um custo elevado com o reparo, se for danificada. Os pescadores encontram dificuldades para manter suas embarcações, quando a solução poderia ser uma plataforma no mar para a limpeza do casco, o que contribuiria para evitar problemas de ordem econômica para os profissionais da pesca. Ou transformar esta atividade que parece ser suja para o turista, em produto de serviço cultural para o turista que está na piscina natural e que pode aprender com o pescador ao invés de vê-lo como incômodo.

Neste contexto, mesmo a duras penas a pesca artesanal ainda continua se mantendo, mas esta atividade pode ser substituída por outras para quem a pratica por não haver motivação por parte dos pescadores para permanecerem na atividade. Neste sentido, se faz necessário rever as leis, as instituições e a capacidade de organização da categoria, considerando que esta atividade contribui para a segurança alimentar e geração de emprego e renda em uma economia nacional que não tem pleno emprego e que também não se dispõe a isto por ser de mercado.

Neste sentido, ao fazer uma análise da realidade da pesca artesanal, podemos nos acostar nas palavras do historiador Ferguson (2013, p. 114), em livro intitulado “A grande degeneração”, ao escrever que um país chega ao estado estacionário em sua economia, conforme afirmou Adam Smith, quando suas “leis e instituições degeneram a tal ponto que a elite especuladora domina o processo político e econômico”. A regulamentação se torna incompatível a ponto de aumentar a fragilidade do sistema. A sociedade civil se transforma em apenas espectadora entre os interesses corporativos e um Estado inoperante, ineficiente e alheio às necessidades reais de sua população.

No caso da atividade pesqueira artesanal, a fase estacionária já foi ultrapassada pela fase de declínio da atividade. Atualmente não podemos considerar que está ocorrendo ainda um declínio no setor pesqueiro de forma geral, em sua produtividade, embora os estoques de pesca já se encontrem no limite, principalmente na plataforma continental. Como também provavelmente já não há muito a explorar nas águas profundas das águas marinhas nacionais. O que se diz aqui é que há um comportamento econômico de declínio da atividade pesqueira artesanal quando o comportamento dos profissionais envolvidos no setor é de falta de interesse na atividade, não havendo reposição na quantidade de mão de obra pelas gerações subsequentes.

Isto gera degeneração econômica, política e social para o setor. Mais especificamente, neste caso, da atividade pesqueira como a conhecemos. Neste condão, observamos que a falta de representatividade dos envolvidos na atividade da pesca artesanal, falta esta que é histórica, dificulta, por vezes a conquista de benefícios para os pescadores e, por conseguinte, para a atividade pesqueira.

Temos como exemplo uma discussão que se estende há anos e que o governo não toma medidas, como a criação de atratores de peixes, ou seja, recifes artificiais, conhecidos entre os pescadores como pesqueiros, inclusive para gerar outro tipo de serviço ligado ao mar, como atividades de mergulho e que a família do pescador artesanal poderia ser beneficiada através de cursos para explorar esta atividade, que tende a ser sustentável.

Se houvesse uma política pública para a implantação de pesqueiros, isto geraria outra discussão relevante, que seria um zoneamento para ordenar as zonas de pesca e zonas de mergulho, pois os pescadores relatam descontento por mergulhadores afugentarem peixes de pesqueiros. O que vemos na prática é pescadores criando seus próprios pesqueiros para sobreviver. Por vezes, isto ocorre com materiais impróprios, pois um pescador artesanal pesca em cerca de quinze pesqueiros para manter uma renda satisfatória.

Como tem sido discorrido aqui, produzir exige diversificar. É assim que as empresas se transformam em empreendimentos maiores. Guardadas as devidas proporções, para empreender na pesca artesanal, se faz necessário repensar a pesca artesanal a partir das novas condições postas em um cenário de moradia urbana e que também é turístico.

Desta forma, a comunidade deve receber atenção especial para que se adeque às leis e as regulamentações institucionais, ou para que as leis se adequem às suas reais necessidades, no sentido de a comunidade tradicional não perder a capacidade de competir com quem chega para explorar recursos que pertencem em primeiro lugar a própria comunidade, que por ser tradicional, ou seja, desenvolver um tipo de atividade há séculos, neste caso, a pesca artesanal,

se caracteriza também como ambiente turístico por sua cultura material e imaterial, além dos seus atrativos naturais. Mas a ausência de incentivos governamentais, de organização e autoestima complementa um cenário que nos pescadores se manifesta como falta de perspectivas para continuar na atividade pesqueira.

O sentimento entre os pescadores é de desânimo, e a característica do Estado é de uma estruturação que está em leis, mas não chega à comunidade. O que chega à comunidade com relação às leis é sua parte severa, ao invés de seus benefícios. Com relação ao capital, este se multiplica como tem feito há séculos, passando ao largo da pesca artesanal e, quando é o caso, passando por cima desta atividade econômica e de quem pratica sem levar em consideração sua relevância para a geração de emprego e renda e para a segurança alimentar, a qualidade nutricional a ela pertinente, e ao turismo em suas múltiplas possibilidades.

4.6. Considerações finais

Podemos considerar dois níveis hierárquicos de organização política dos pescadores artesanais: as colônias e as associações. Estas geralmente mais próximas dos pescadores que aquelas, pois as associações podem ser criadas por comunidade, enquanto uma colônia geralmente representa várias comunidades. A forma como as associações de pesca artesanal estão desenvolvendo suas atividades políticas, sem apoio junto aos poderes executivos e legislativos, dificulta suas operacionalizações dentro de uma democracia representativa, de acordo com o modelo político brasileiro.

O processo de organização da categoria deve ser endógeno. Mas isto também se torna difícil quando os pescadores consideram o fato de pensar que um pescador, de mesmo nível escolar é incapaz de assumir a representatividade de forma satisfatória, o que implica na manutenção da situação de ausência de representante, como também não há movimentação dos governos, a partir de servidores que dialoguem com as comunidades tradicionais, no sentido de empoderá-las para isto.

O incentivo a pesca artesanal deve ser levado em consideração pelos seguintes motivos: geração de trabalho e renda; Circulação de dinheiro em uma cadeia produtiva que emprega milhares de pessoas de forma direta e indireta; Garantia de um produto de qualidade, devido a maior facilidade de fiscalizar a captura do produto no país e seu beneficiamento, ao contrário da dificuldade de acompanhar a sanidade da produção quando ela é importada, principalmente quando levamos em consideração que muitos pescados procedem de países de outros continentes.

O aumento no número de consumidores de pescado no país está ocorrendo graças ao avanço das importações e aquicultura, quando deveria ocorrer também graças a projetos estruturantes, que garantissem o processo de empoderamento dos pescadores e contribuíssem no processo de organização de uma classe historicamente alijada de seu potencial produtivo, se voltando agora seus profissionais para outras atividades, agora urbanas, por causa de gargalos em sua cadeia produtiva.

Outro problema grave é a visão historicamente distorcida da sociedade que entende irrelevantes a pesca e o pescador, aliada a forma negativa como os pescadores passaram a se perceber a partir da leitura que a sociedade faz destes profissionais.

Entre a produção do pescado e sua venda ao peixeiro ou atravessador, se percebe a ausência de meios de produção que agreguem valor aos seus produtos. O peixe é pescado e vendido, quando poderia ser filetado se houvesse cooperativa de beneficiamento ou empresa, de preferência, sem fins lucrativos para isso. Ao se tratar o peixe, ou seja, retirar pele e vísceras, estas geralmente são descartadas, desperdiçando outra possível fonte de renda, que seria a produção de ração para animais, por exemplo.

A propaganda para consumo de peixe nacional contribuiria para alavancar o setor, pois outros subprodutos seriam ofertados em maior quantidade por impulsionar a indústria de beneficiamento do pescado, a qual tenderia a investir também no processamento de peixes de menor valor econômico, transformando-os em filés e hambúrgueres.

Propor uma cultura voltada para o consumo de peixes impulsionaria toda uma cadeia produtiva que começa na venda de petrechos para a atividade, passa pelos insumos necessários para a embarcação, aquisição de equipamentos e embarcações maiores para suportar as ondas de inverno e períodos maiores no mar, passando também pela utilização racional de cada parte do pescado, o que ativa uma indústria que lucra e agrega valor a produtos que antes nem valor teria.

Mas para além de uma cadeia produtiva linear, que entende a pesca artesanal apenas como o circuito econômico por onde se desloca o pescado, se faz necessário refletir sobre outras possibilidades de renda para o pescador e seus familiares, considerando que, como pessoas que empreendem tempo e técnica em determinado espaço poderiam acrescentar a sua renda passeios náuticos voltados para o lazer de turistas e banhistas, como também voltados para atividades culturais e educacionais, o que implicaria ajuda técnica e financeira do Estado, pois o pescador e seus familiares demonstram fragilidade para conseguir estes feitos, considerando sua escolaridade, baixo rendimento e baixa autoestima.

Mesmo após mais de 05 séculos de Brasil, por onde ocorreram sistemas de governo como monarquia, regência, império e república, a pesca artesanal permanece marginalizada. Sua única evolução tecnológica significativa foi a passagem da jangada a vela para o barco a motor na década de 1960. Num primeiro momento isto foi bastante vantajoso para os pescadores, mas já está ultrapassado.

Com a possibilidade de mudar de categoria de pesca artesanal para industrial, o pescador artesanal se encontra em outra encruzilhada histórica, onde o avanço tecnológico deve ocorrer para gerar capacidade de diversificar sua atividade econômica, considerando o espaço em que está inserido, ou seja, urbano. Pois o urbano oferece empregos mais estáveis e menos arriscados e que remuneram bem.

Seja a pesca artesanal, seja industrial, questões de segurança alimentar nacional, a proposição da pesca industrial para os pescadores artesanais e parentes que se interessem pelo ofício, com acompanhamento técnico e financeiro, como também fiscalização eficiente, poderia contribuir para garantir emprego, renda e produtividade.

Quanto à classificação do pescador artesanal, isto serve mais para dizer atualmente o que não é pesca lucrativa do que desenvolver políticas econômicas voltadas para alavancar a qualidade de trabalho e vida das pessoas que trabalham na atividade, inclusive, possibilidades de diversificar a atividade econômica com outras ligadas ao mar, melhorando a renda da família do pescador e garantindo rendimentos para quem quer viver do mar, porém não da pesca de forma direta, como passeios náuticos acompanhados de refeições, que agrega valor, como também mergulhos, pesca amadora, maricultura, passeios educacionais, etc.

Desta forma, pesca artesanal deve ser vista como uma das portas de entrada para atividades ligadas ao mar. A pesca artesanal não pode e nem deve ser vista ou incentivada como forma única de atividade de toda uma vida, pois o contexto espacial, social e econômico se alterou e as reflexões a cerca da pesca e do pescador devem mudar também, notadamente sobre a forma de se debruçar sobre as comunidades de pescadores tradicionais que agora são urbanas.

4.7. Referências Bibliográficas

- 1 - ARAÚJO, Ismael Xavier de; LIMA, Eduardo Viana; SASSI, Roberto. **Pescadores Artesanais e pressão imobiliária urbana: Qual o destino destas comunidades tradicionais?** - Gestão Costeira Integrada. nº 3, V 14: 429-446. 2014. doi: 10.5894/rgci482
- 2 - BRASIL. Lei Federal Nº 11.959, de 29 de julho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as**

atividades pesqueiras e dá outras providências. Disponível on-line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

3 - BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011.** Departamento de Monitoramento e Controle – DMOC. Brasília, Brasil, 2011. Disponível on line em: www.mpa.gov.br/...e_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

4 - BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura.** Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2012. Disponível on-line: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%C3%ADstico%20MPA%202010.pdf. Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

5 - CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle. **Cadeia Produtiva: Marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica.** XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Salvador – Bahia – Brasil – 6 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1197031881.pdf. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

6 - FERGUSON, Niall. **A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental.** Planeta, São Paulo (SP), Brasil, 2013. ISBN: 978-85-422-0110-9

7 - FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** edição comemorativa: 50 anos. Companhia das Letras, São Paulo, Brasil, 2009. p. 336. ISBN: 978-85-359-1518-1

8 - HERCKMAN, Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba.** Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife, Pernambuco, Brasil, 1886. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aherckman-1886-parahyba/herckman_1886_parahyba.pdf. Acesso em 25 de abril de 2014.

9 - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010.** Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 2013. ISSN 1517-1450

10 - PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 43ª ed., Brasiliense, São Paulo, Brasil, 2012. p. 362. ISBN: 851135008X.

11 - LOPANE, Anna Rosa Maria. **Bacalhau no Brasil: um Mercado sob o Impacto da Globalização.** In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Anais: Mercados Contestados - As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei. Rio de Janeiro, Brasil. 24, 25 e 26 de setembro de 2014. p. 1-18. Disponível em: http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT04-Lopane-Bacalhau_no_Brasil.pdf

12 - MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Martins Fontes, São Paulo (SP), Brasil. 1998. p.119. ISBN: 85-336-0820-9.

13 - MIURA, Maximiliano. **Importações e Exportações de Pescado do Estado de São Paulo** entre os Anos de 2000 a 2009. In: Análises e indicadores do Agronegócio, V. 7, nº. 6, junho/2012. ISSN: 1980-0711.

14 - MOCHÓN, Francisco. **Princípios de economia**. Pearson Prentice Hall, São Paulo (SP), Brasil, 2007. p.328. ISBN: 978-85-7605-082-7.

15 - SILVA, José Cornélio da. **Pesca artesanal no Litoral Norte da Paraíba: contradições e pobreza** - Recife (PE). 140p. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), Brasil, 1986.

16 - TEIXEIRA, David Romão; DIAS, Fernanda Braga Magalhães. **Filosofia e Educação**. Revista Digital do Paideia Volume 2, Número 2, p. 120-140. Outubro de 2010 – Março de 2011. ISSN 1984-9605.

CAPÍTULO V

A MARICULTURA NOS OLHARES DOS PESCADORES ARTESANAIS DA PARAÍBA

5.1. Introdução

A aquicultura é um termo que caracteriza o cultivo de vários tipos de animais e vegetais de espécies, famílias e ordens diferentes. Os ecossistemas nos quais ocorrem esta atividade podem ser distintos, marinhos, continentais e estuarinos, podendo ocorrer de forma natural ou artificial. Entretanto, do ponto de vista geográfico, os espaços estuarinos são considerados marinhos na classificação aquícola. O que há de específico para as diversas atividades neste setor é o meio, que deve ser aquático para que haja o cultivo, embora não precise ser apenas aquático, mesmo que este seja o determinante, como é o caso da ranicultura, ou seja, criação de rãs.

De acordo com a Lei 4.894/2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, esta compreende “o cultivo ou a criação de organismos cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático”. O artigo 1º desta lei expressa que os espaços físicos em corpos d'água da União poderão ter seus usos autorizados para fins da prática de aquicultura, “observando-se critérios de ordenamento, localização e preferência, com vistas ao desenvolvimento sustentável; ao aumento da produção brasileira de pescados; à inclusão social; e à segurança alimentar”.

De forma geral, além da ranicultura, a aquicultura se divide em Malacocultura, que consiste no cultivo de moluscos como ostras, vieiras e mexilhões; a Carcinicultura, que compreende a criação de camarões de água doce ou salgada; a Piscicultura, que pode ser continental ou marinha, e que implica na criação de peixes para vários fins, como ornamento, alimento humano, ração, óleos e etc.; e há também o cultivo de lagostas e siris.

Actualmente, se criam unas 600 especies acuaticas en cautividad en todo el mundo en diversos sistemas e instalaciones de cultivo de

diferentes grados de utilizacion de insumos y complejidad tecnologica, utilizando agua dulce, salobre y marina. Asimismo, la acuicultura contribuye notablemente a la produccion de la pesca de captura basada en el cultivo, en particular en las aguas continentales, gracias al material de repoblacion producido en viveros (MATHIESEN, 2012).

Assim, a aquicultura continental, desenvolvida em rios, tanques rede, açudes e barragens é a mais popular no mundo e no Brasil. Mas é na aquicultura marinha que os esforços para o desenvolvimento tecnológico vêm se ampliando, por basicamente dois motivos relevantes: os pacotes tecnológicos da piscicultura continental já são conhecidos há algumas décadas; e a sobre-exploração dos peixes e frutos do mar tem despertado o Estado e empresas para uma forma alternativa à pesca, que é a aquicultura, que mais do que alternativa, deve ser encarada como atividade produtiva capaz de desenvolver de forma sustentável comunidades que desejem se especializar neste setor econômico e em suas subdivisões quanto ao tipo de organismo cultivado.

A aquicultura tem uma natureza técnica e de prazo mais longo para obter retorno financeiro do que a atividade pesqueira. E aquela, de forma geral, por séculos foi negligenciada no Brasil, pois esta produzia o suficiente para uma demanda interna que em sua maioria era formada por pessoas de baixo poder aquisitivo.

Quando se tratava de consumir seres aquáticos, a pesca vinha sendo a principal preferência para se atingir este fim. Todavia, a tendência de aumento da procura por pescado demonstra que a atividade pesqueira está no seu limite e que as proteínas advindas dos peixes marinhos, continentais, e frutos do mar devem ser adquiridas através de cultivo.

Isto porque, de acordo com a organização não-governamental Avaliação Ecosistêmica do Milênio (Millennium Ecosystem Assessment - MEA), que produziu em 2005 um relatório discorrendo sobre o diagnóstico dos ecossistemas do planeta, a tendência é que diminuam os ecossistemas adequados para esta atividade por todo o mundo e, por consequência, dos estoques pesqueiros:

Superexploração, especialmente pesca predatória: em alguns sistemas marinhos, a biomassa de peixes procurados pela atividade pesqueira (incluindo a de espécies-alvo e a de espécies capturadas acidentalmente) diminuiu 90 a 99% em relação aos níveis do período pré-industrial, e os peixes capturados atualmente são, cada vez mais, provenientes de níveis tróficos inferiores e de menor valor, enquanto as populações de espécies em níveis tróficos superiores estão se esgotando (MEA, 2005, 30).

Esse fenômeno alarmante pode ser revertido em parte se os poderes públicos derem a devida atenção para esta problemática, a preservação ambiental, assim como através da expansão da aquicultura marinha, considerando as potencialidades nacionais relacionadas à extensão das águas territoriais.

O Brasil possui dimensão linear litorânea de 7.367 km. Sua Zona Econômica Exclusiva - ZEE possui uma faixa marinha de 200 milhas náuticas, ou seja, 370,4 Km de largura, compreendendo uma área de 2.728.736,8 km², com direitos exclusivos de exploração econômica de seus recursos. Com relação à água doce superficial, no país tem uma área de 12% equivalente ao seu território deste bem, em relação ao planeta, localizada em rios, lagos, lagoas, barragens e etc. Todos estes dados favorecem o avanço da aquicultura no país. O Brasil tem condições humanas e financeiras de, em algumas décadas, se tornar exportador de pescados, ao invés de importador como é na atualidade. Sendo assim, todos estes dados favorecem a aquicultura no país.

Com relação a questão alimentar, peixe é a proteína animal de maior consumo no mundo. Em 2011 foram produzidas cerca de 170 milhões de toneladas de pescado considerando a pesca e a aquicultura, sendo 130,8 milhões de toneladas para consumo humano, enquanto a produção de bovinos foi de 56,8 milhões de toneladas e a de frangos de 89,3 milhões de toneladas. Entre 1991 e 2011, a produção mundial de bovinos aumentou 13%, praticamente a mesma taxa de expansão do consumo humano de pescado, 14,4% registrada num período quatro vezes menor, entre 2006 a 2011. Ao todo, o setor de pescado movimentou US\$ 217,5 bilhões em todo o mundo (CARLSON, 2014).

O avanço da aquicultura no mundo e no Brasil contribui para o acesso à proteína animal de qualidade nutricional mais adequada para o consumo humano que as demais supracitadas. Isto também deve contribuir para que as águas marinhas e continentais brasileiras sejam mais e melhor exploradas, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional nacional a partir de potencialidades latentes que o país possui, contribuindo para que comunidades tradicionais que se alimentam historicamente de proteínas animais através do pescado possam manter esta ingestão, considerando a tendência de colapso da pesca em algumas décadas. Salientando-se que o colapso da pesca para algumas décadas está diretamente relacionado às atuais formas de exploração pesqueira, sem políticas de gestão regionais, microrregionais e locais.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) democraticamente construído no Brasil, reflete uma visão abrangente e integrada. A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em

quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (KEPPLE, 2014).

A aquicultura e a pesca devem contribuir para a segurança alimentar e para a inclusão social. Com a diminuição ou estabilização dos estoques pesqueiros, garantir ao pescador artesanal que diversifique sua produção com o cultivo aquícola, no sentido de ampliar as perspectivas deste trabalhador, como também de sua família, buscando manter os vínculos com o mar, tende a contribuir com profissionais que já trabalham com pescado, assim como aumenta a quantidade de oferta de pescado.

Regiões com grande potencial para aquicultura e que já são grandes produtoras de pescado, a partir da pesca artesanal podem encontrar na produção aquícola o caminho para crescer de forma sustentável em atividades econômicas aquícolas. A diversificação econômica, e dentro da diversificação, especializações, tem sido o caminho histórico para o crescimento econômico dos mais diferentes tipos de empreendimentos.

Nesse sentido, este capítulo discorre sobre os olhares dos pescadores artesanais da Paraíba sobre a aquicultura, com destaque para a maricultura, ou seja, a produção aquícola no mar, na intenção de encontrar caminhos que venham contribuir com a inserção do pescador artesanal no ramo da maricultura. Busca-se entender o panorama da aquicultura no mundo, no país e como os pescadores artesanais paraibanos se veem diante à possibilidade de diversificarem sua atividade econômica com a inserção da aquicultura.

A lógica entre os tópicos concatena-se da seguinte forma: a análise da aquicultura no mundo possibilita a interpretação da situação nacional neste contexto, inclusive no tocante à balança comercial e oportunidades comerciais. Já o tópico que trata da aquicultura no Brasil busca discorrer sobre o quadro do setor frente a questões culturais de consumo, participação estatal e também desenvolvimento de tecnologias. O tópico seguinte trata da maricultura, entendendo sua atual conjuntura e estrutura. O último tópico busca discutir sobre a inserção de pescadores artesanais marinhos na produção aquícola, tarefa esta que deve considerar fatores relacionados à cultura, assistência técnica, aspectos geográficos e segurança.

5.2. A aquicultura no mundo

A produção mundial de pescado proveniente tanto da pesca extrativa quanto da aquicultura atingiu aproximadamente 168 milhões de toneladas em 2010, representando um

incremento de aproximadamente 3% em relação a 2009. Os maiores produtores foram a China com aproximadamente 63,5 milhões de toneladas, a Indonésia com 11,7 milhões de toneladas, a Índia com 9,3 milhões de toneladas e o Japão com cerca de 5,2 milhões de toneladas. Neste cenário, o Brasil contribuiu com apenas 0,75% (1.264.765 t) da produção mundial de pescado em 2010, ocupando o 19º lugar. Considerando-se apenas os países da América do Sul, fica evidente que a produção de pescado dos países que pescam no oceano Pacífico é bem superior à produção brasileira. O Peru registrou uma produção em torno de 4,4 milhões de toneladas, seguido pelo Chile, com aproximadamente 3,8 milhões de toneladas. Nesta sequência, o Brasil aparece em terceiro lugar, logo à frente da Argentina, com cerca de 814 mil toneladas de pescado (HAZIN, 2011).

A produção mundial de pescado continua crescendo em ritmo compatível com o crescimento populacional graças à aquicultura, que já responde praticamente por metade de todo pescado consumido no mundo. Um estudo do Instituto norte-americano Earth Policy mostra que pela primeira vez no mundo, o cultivo de peixes e frutos do mar ultrapassou o de carne bovina em 2012: 66,5 milhões de toneladas de frutos do mar contra 63 milhões de toneladas de carne vermelha. No Brasil, de acordo com a FAO, entre 2000 e 2009, o consumo de peixe per capita aumentou cerca de 30%, enquanto o de carne bovina cresceu 10% (CARLSON, 2014).

É importante assinalar que, com relação à pesca artesanal, esta não é uma característica exclusiva de comunidades pobres do Nordeste brasileiro. Em nível mundial, estudos da FAO demonstram que mais da metade da produção pesqueira do planeta é realizada por pescadores artesanais. Sua importância em alguns continentes como Ásia e África é fundamental, pois se constitui uma das principais fontes de renda das populações rurais. Acredita-se que as dificuldades por que passa o setor, devam-se muito mais à desorganização do setor, do que propriamente às suas características artesanais (PONTES, 2002), de forma que a força de trabalho desses profissionais e de suas famílias é subutilizada, quando se considera a capacidade produtiva desses sujeitos sociais, no sentido da diversificação das atividades que poderiam desenvolver.

A relevância da afirmação do final do parágrafo anterior está em inter-relacionar às atividades ligadas a produção de peixes e frutos do mar dentro de uma gestão da pesca e aquicultura, considerando que estas atividades se complementam, ou seja, uma contribui para a produtividade da outra, desde que haja em qualquer parte do mundo, planejamento e gestão.

A pesca artesanal marinha no Brasil vai perdendo produtividade e disponibilidade de mão de obra, que vai se ocupando em outras atividades produtivas sem relação com o mar, ao

mesmo tempo em que as autoridades ao redor do mundo demonstram interesse em desenvolver a produção aquícola em suas respectivas regiões e países.

A apropriação tecnológica por parte da aquicultura em vários países do mundo, tanto marinha quanto continental, vem se desenvolvendo na esteira do vácuo que vai surgindo pelo aumento da falta de expectativas otimistas para a pesca extrativista, colocando à disposição da demanda o peixe e frutos do mar cultivados.

Quanto à aquicultura, se pode considerar que há uma subdivisão que deve ser mencionada: a dos peixes e frutos do mar usados para a alimentação e produção de ração, que são objeto deste trabalho, e a aquicultura voltada para a ornamentação dos mais diversos ambientes, onde se destaca a piscicultura de peixes ornamentais, mais conhecida como aquariorfilia.

Mesmo sem ser objeto desta pesquisa, cabe aqui mencionar que a piscicultura ornamental pode ser definida como a criação de “organismos predominantemente aquáticos, em qualquer um dos seus estágios de desenvolvimento e que alguém deseje manter em aquários, tanques, lagos para fins estéticos, diversão e educação” (RIBEIRO; LIMA; FERNANDES, 2010, p. 02).

Neste sentido, a piscicultura pode contribuir para a preservação de espécies e seguir num caminho diferente do atual processo de caça e destruição de ecossistemas para a captura desses organismos. O processo educativo envolvido na criação de peixes ornamentais deve estar sempre seguindo em consonância com a estética e a diversão relacionadas com essa atividade.

Ainda sobre piscicultura, os números do mercado mundial desses organismos, e dos principais produtores e consumidores, segundo o IBAMA (2008, 08), são:

Estima-se que esse número seria de 15 bilhões de dólares... ...sendo 90% de peixes de água doce e cerca de 10 por cento de peixe de água salgada. Os maiores fornecedores de peixes ornamentais são países do sudeste asiático como Cingapura, Filipinas, Tailândia, Sri Lanka, Indonésia e Hong Kong. A América do Sul também tem uma participação considerável nessas exportações, principalmente a Colômbia, O Brasil e o Peru. Os maiores importadores são EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra e França.

Assim, se pode perceber que a criação de peixes em aquários sempre foi bastante praticada na Ásia e tem o nome de aquariorfilia, sendo também bastante apreciada nos países europeus que importam diversos exemplares. O Brasil tem como principal ambiente de produção a Amazônia, na pesca, e o Sudeste, na piscicultura.

Com relação à aquicultura voltada para alimentos, os maiores produtores mundiais são China, Indonésia, Índia, Vietnã, Filipinas, Bangladesh, Tailândia, Noruega, Myamar, Japão e Chile, com clara prevalência dos países asiáticos. Das cinco maiores empresas do mundo nesse setor, Marine Harvest, a Cermaq, a Leroy, a Pacific Andes e a Aquachile, apenas uma se encontra na Ásia. As três primeiras são Norueguesas, a quarta é de Hong Kong e a quinta é Chilena. Isto porque exportar gera um rendimento maior, e a Noruega se preocupou em se voltar para o mercado externo, assim como o Chile, que buscou na Noruega parceria para se transformar num grande produtor e exportador mundial. A empresa localizada em Hong Kong está no maior centro comercial da Ásia, sendo uma importante localização para negociar com o continente e com o mundo.

Desses países, os principais exportadores para o Brasil são a China e o Vietnã. Dos onze países primeiros produtores aquícolas, apenas dois deles não são asiáticos. O nono colocado, a Noruega, e o décimo primeiro, o Chile. Ambos também exportam pescados para o Brasil.

Na China, grande parte da produção se dá por meio de pequenos produtores familiares. Cerca de um terço de toda a força de trabalho mundial envolvida no setor de pesca e aquicultura encontra-se nesse país, que implica em 13,3 milhões de pessoas, das quais 8,5 milhões com dedicação exclusiva a essa atividade. Esses pequenos produtores relacionam-se com o mercado de duas formas: por meio de grandes empresas processadoras ou por meio de indústrias de insumos. Em ambos os casos, há uma relação contratual forte e a produção é apoiada na oferta de insumos, assistência técnica, investimentos e capacitação (SIDONIO, 2013). A produção está alicerçada na criação de espécies de carpa para alimento, sendo cultivadas em associação com o plantio do arroz nos arrozais.

Atualmente o Vietnã é um dos países que mais exportam peixes da aquicultura para o Brasil. Sua principal espécie para exportação é o pangasius, também conhecido como panga, ou catfish. É um bagre de hábito alimentar onívoro, natural do Rio Mekong e chega a atingir 60 kg. Pelos volumes atuais de produção, o pangasius já pode ser considerada a 4ª espécie de peixe mais cultivada no mundo, com cerca de 1,8 milhão de toneladas, superado apenas pelas carpas, tilápias e salmonídeos. Depois da União Européia e dos Estados Unidos, o Brasil é o terceiro maior importador de catfish do Vietnã (KUBITZA, 2013).

Na Noruega, em termos de valor, os produtos da aquicultura correspondem a quase metade do total das exportações de peixe desse país. O salmão do Atlântico e a truta arco-íris são as espécies predominantes no setor da aquicultura norueguesa, mas está em curso um extenso desenvolvimento tendo em vista a piscicultura de várias novas espécies, como o

bacalhau, o alabote comum, o peixe-lobo e o marisco. Embora a aquicultura não seja subsidiada pelo governo desse país e possui grande importância para o emprego em algumas regiões rurais costeiras, inclusive contando com apoio técnico e tecnológico.

As características apresentadas pelo salmão contribuíram para que se transformasse na principal espécie a ser desenvolvida na Noruega nas últimas três décadas. O êxito dos esforços de reprodução, a adaptação do salmão à domesticação e a grande procura existente no mercado levou o salmão a atingir a enorme percentagem de 89,3% da quantidade total de peixe de viveiro abatido em 2005 (AMADO, 2008).

No Chile a produção de salmão foi se intensificando a partir da década de 1980, e contribuiu para alavancar o setor aquícola com empresas estruturadas, que primeiro buscaram tecnologia na Noruega, de onde importaram os primeiros salmonídeos que cultivam, e depois passaram a desenvolver seus próprios pacotes tecnológicos. Os três principais compradores do Chile são o Japão, o Brasil e os Estados Unidos. No sentido de incentivar o desenvolvimento tecnológico na cadeia produtiva, o Chile conta com a entidade sem fins lucrativos denominada Fundación Chile (FCh).

A missão dessa instituição é de promover o aumento dos recursos humanos e dos setores produtivos e de serviços, através do desenvolvimento de inovações tecnológicas e de gestão. Quando um projeto apoiado por essa fundação passa a ser viável financeiramente, a FCh vende sua participação para aplicar os recursos em novos projetos.

Esses países tem tradição na pesca, e à medida que suas populações humanas foram aumentando e o pescado escasseando, foram desenvolvendo atividades aquícolas, desenvolvendo pacotes tecnológicos há décadas ou repassando saberes seculares no caso de criações familiares tradicionais. Neles, a cultura voltada para o consumo de proteínas de carne branca vem fortalecendo sua produção no cenário econômico internacional como produtores e exportadores de produtos frutos do mar e de águas continentais, cada vez mais procurados, tanto pelo aumento da população, como pelo aumento da circulação de informação, que contribui para que mais pessoas busquem hábitos alimentares mais saudáveis.

5.3. A aquicultura no Brasil

A produção de pescado nacional no ano de 2011 foi de 1.431.974,4 t, registrando-se um incremento de aproximadamente 11,6% em relação a 2010. A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por 553.670,0 toneladas (38,7% do total de pescado), seguida pela aquicultura continental

(544.490,0 t; 38,0%), pesca extrativa continental (249.600,2 t; 17,4%) e aquicultura marinha (84.214,3 toneladas; ~6%). Em 2011, a região Nordeste continuou registrando a maior produção de pescado do país, com 454.216,9 toneladas, respondendo por 31,7% da produção nacional. As regiões Sul, Norte, Sudeste e Centro-Oeste registraram 336.451,5 toneladas (23,5%), 326.128,3 toneladas (22,8%), 226.233,2 toneladas (15,8%) e 88.944,5 toneladas (6,2%), respectivamente (PONTES, 2002).

O potencial do Brasil para o desenvolvimento da aquicultura é muito alto, uma vez que possui 7.367 km de costa marítima, aproximadamente 12% da água doce disponível no planeta em diferentes bacias hidrográficas, podendo canalizar uma mínima parte desta para tanques aquícolas. Há também clima favorável para o crescimento dos organismos cultivados, terras disponíveis, mão-de-obra abundante e crescente demanda por pescado no mercado interno.

O Brasil possui cerca de 3 mil espécies de peixes, dos quais um grande número com potencial para utilização na piscicultura, como dourado, jaú, matrinxã, piau, pintado, pirarucu, jundiá, e etc. A participação das espécies nativas na piscicultura fica abaixo dos 20%, enquanto na Ásia, onde está concentrada a maior produção mundial de peixes, cerca de 95% dos cultivos estão baseados em espécies nativas daquele continente. As principais espécies criadas em cativeiro no Brasil são exóticas (tilápias, carpas e bagres americanos). O principal estímulo para a produção dessas espécies está relacionado à existência de informações básicas para a criação do que com características das espécies (CARLSON, 2014), ou seja, a predominância da escolha está relacionada aos pacotes tecnológicos bem desenvolvidos.

Os principais organismos, em termos de volume, cultivados no Brasil, são os peixes (principalmente tilápia, carpas e o tambaqui), o camarão branco do Pacífico (*Litopenaeus vannamei*) e o mexilhão (*Perna perna*) (figura 23). Os principais cultivos emergentes na aquicultura brasileira são os peixes marinhos (basicamente bijupirá, *Rachycentron canadum*), e as macroalgas. O cultivo de pirarucu, de água doce, tem se desenvolvido, mas ainda apresenta problemas técnicos na produção de alevinos.

Figura 23 - Mapa do Brasil com as principais culturas aquícolas



Fonte: Borges, 2014

A região Sul liderou a produção da aquíicultura continental em 2004 com 34%, baseada principalmente no cultivo de carpas, tilápias e trutas. Na segunda colocação, apareceu a região Nordeste, com 22%, focada no cultivo de tilápias. A seguir veio à região Centro-Oeste, com o equivalente a 18% da produção nacional, alavancada pela produção do tambacu, pacu, tilápia e tambaqui. Com uma produção de 17%, baseada na produção de tilápia, carpa, truta, tambacu e o tambaqui, a região Sudeste ficou com a quarta posição. A região Norte, por sua vez, contribuiu com 10% da aquíicultura continental, ancorada basicamente pelo cultivo do tambaqui (Ostrensky, 2007).

De acordo com o mapa da figura 23, a regionalização da aquíicultura no Brasil demonstra duas características básicas: é geralmente continental e a piscicultura predomina. A criação de crustáceos aparece logo em seguida, tendo como espaço de cultivo os manguezais. Em terceiro lugar está o cultivo que, mais que promissor, já é realidade, que é o de moluscos no mar, principalmente em Santa Catarina.

Em 2004 a aquicultura continental foi responsável por 67% (180.731 toneladas) da produção aquícola nacional, fortemente ancorada no cultivo de tilápias, carpas e tambaquis que produziram juntos 140 mil toneladas (78% da produção continental e geração de US\$ 647 milhões). Os 33% restantes (89 mil toneladas) foram produzidos em águas marinhas ou estuarinas, basicamente com o cultivo do camarão marinho na região Nordeste, responsável por 85% do total produzido pela maricultura brasileira, com 76 mil toneladas e geração de US\$ 318 milhões (BOSCARDIN, 2008).

Quanto à opção pelo cultivo de uma determinada espécie, a preferência dos criadores está mais inclinada para capacidade produtiva da espécie a ser cultivada, sem levar em consideração, ao menos na maior parte do Brasil, se o animal a ser cultivado é nativo ou exótico. Neste sentido, a opção dos carcinicultores foi pelo Camarão do Pacífico, originário da costa Oeste do México, EUA e países asiáticos, como também ostra (*Cassostrea gigas*). A Tilápia vem da África, mais especificamente do rio Nilo. A Truta Arco-íris vem da Noruega. As Carpas são nativas da China. As espécies nativas do Brasil são os peixes Surubim, o Pacu, o Tambaqui e o Pirarucu. E o molusco mexilhão *Perna-Perna*.

O principal camarão marinho cultivado atualmente no Brasil, representando 80% da produção nacional, é o *Litopenaeus vannamei*, sendo um crustáceo decápoda, ordem que inclui as lagostas, caranguejos e camarões; pertence à família dos peneideos, cujos membros diferem dos outros decápodas porque eclodem no estágio de náuplios e suas fêmeas liberam os seus ovos, ao invés de mantê-los até o momento da eclosão. Apesar de o Brasil ter espécies que podem ser usadas comercialmente, foi feita a escolha pelo *Litopenaeus vannamei*, em função dos seguintes motivos: baixo requerimento proteico; resistência a doenças; boa taxa de crescimento; larga tolerância a variações ambientais.

Normalmente as empresas do Nordeste do Brasil trabalham com três ciclos de produção ao ano, tendo, cada ciclo, duração de 120 dias no máximo. A produção de camarão ocorre entre 90 e 120 dias, quando estão prontos para a despesca. Os 20 a 30 dias restantes são reservados para limpeza, desinfecção e preparo dos viveiros para novo ciclo (AZEVEDO, 2006).

O peixe tilápia se destaca devido às características favoráveis como: rusticidade; resistência ao manejo; precocidade; adaptação a elevadas densidades de estocagem; boa aceitação pelo mercado; tolerância a águas salobras; grande oferta de alevinos (CARRIÇO et al, 2008). Podem atingir 600g em 05 meses e 15 dias, sendo um peso adequado para a venda. Podem chegar a produzir cinco toneladas de carne por hectare ao ano sem muito investimento tecnológico.

Essas duas produções aquícolas se destacam no Nordeste brasileiro e, por conseguinte na Paraíba, que tem características específicas e podem ser analisadas da seguinte forma: do ponto de vista econômico são bastante rentáveis e a demanda do consumidor continua crescendo; do ponto de vista geográfico, o camarão possui mais restrições do que a tilápia, pois aquele se adequa bem apenas em ambientes com fundos lamosos e salinidade compatível a de um manguezal, enquanto que a tilápia pode ser cultivada em diferentes tipos de ambientes aquáticos, inclusive em tanques redes que não precisam estar próximos ao fundo do rio, barragem, reservatório, lagoa, manguezal, etc.

Embora os cultivos do camarão e tilápia já estejam consolidados, é de suma relevância destacar seus efeitos danosos para o ambiente. Em primeiro lugar o fato de serem exóticos e se multiplicarem com facilidade prejudicam a fauna e flora local, por gerar desequilíbrios ambientais. Para o camarão marinho, seja nativo ou exótico, há um agravante, pois sua produtividade está relacionada historicamente ao desmatamento e degradação dos manguezais onde são cultivados. Esses dois cultivos, já consolidados e em escala comercial no Nordeste Brasileiro começaram a se desenvolver com maior rapidez a partir da década de 1970, para o camarão, no litoral, e na década de 1990, para a tilápia, no interior, sem um acompanhamento de políticas públicas sistematizadas para o setor.

Todavia, não se pode deixar de levar em consideração a boa estrutura oficial de assistência técnica e extensão rural existente no país, e que envolve 27 entidades estaduais, sendo 15 empresas públicas de direito privado, cinco autarquias estaduais, três empresas públicas por ações, duas sociedades civis de direito privado, duas de administração direta dos estados. A extensão rural conta ainda com 19,5 mil empregados, 12,5 mil técnicos, 260 escritórios regionais, 4.240 escritórios locais, 4.500 municípios atendidos, 37 mil comunidades assistidas, 1,3 milhão de produtores assistidos (OSTRENSKY, 2007).

Desde a década de 1980 esta estrutura de apoio técnico para atividades rurais tem se somado ao trabalho de centros acadêmicos no campo da pesquisa e extensão, sendo tanto no setor de pesca como de aquicultura. Com destaque para a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal de Pernambuco, com centros de pesquisa mais antigos nessa área de pesquisa e, por conseguinte com mais acesso a investimentos financeiros. As universidades de São Paulo, Rio Grande do Norte e Paraíba também possuem profissionais envolvidos com a temática.

O surgimento do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2009, todavia extinto em 2015, veio reforçar o conjunto de pessoas e entidades que buscam desenvolver o potencial aquícola brasileiro, embora as ações do ministério sejam pontuais e a estrutura pesqueira paraibana é

artesanal, enquanto que, por exemplo, a piscicultura de porte comercial em águas marinhas ainda se mostra uma pretensão um pouco distante, e com decisões importantes a serem tomadas no sentido de desenhar um modelo de desenvolvimento aquícola para os próximos vinte anos.

A aquicultura tem um caráter empresarial bem desenvolvido no tocante a produção de camarão nos estuários, todavia, a produção de tilápia apresenta várias situações distintas pelo estado, ocorrendo desde formas de criação para consumo da família produtora, à organizações de cultivadores que produzem para a venda, notadamente no interior da Paraíba.

Quanto a produção piscícola em tanques redes, dentre as principais preocupações por parte de acadêmicos e técnicos que trabalham neste setor produtivo, no sentido de que a produção seja bem sucedida, estão a capacidade de carga para rios e reservatórios, o contínuo avanço na melhoria da ração, para que seja produzido a menor quantidade possível de resíduos, e o monitoramento constante das águas a jusante e montante onde está localizado o cultivo (EMBRAPA, 2009; CARVALHO et al, 2013; YAMASHITA; BARROS; MALLASEN, 2008)

5.4. A realidade socioambiental da Aquicultura

Embora haja a necessidade de se ampliar a discussão sobre a relevância da aquicultura para o aumento da ingestão de proteínas e para a geração de emprego e renda, se torna relevante destacar como a aquicultura, notadamente a criação de camarão foi e está sendo conduzida de forma a promover prejuízos ambientais e desigualdades sociais.

Este modelo de concentração fundiária de ambientes alagados de mangue, adotado pelos criadores de camarão, com devastação das matas de manguezais, transformando-os em inúmeros tanques de carcinicultura, contribuiu para o pauperismo social de pescadores estuarinos e para a degradação ambiental dos estuários e para a diminuição da capacidade de reprodução de inúmeras espécies aquáticas marinhas que usam os estuários para se reproduzir.

Em todos os ambientes de manguezais que foram inseridos cultivos de camarão, segundo Azevêdo (2006, p. 43) foram observados os seguintes problemas socioeconômicos: “perda de produtos e serviços dos manguezais; privatização e expropriação de terras; marginalização, desemprego rural e migração, insegurança na disponibilidade de alimentos; distúrbios e conflitos sociais”. Embora os manguezais sejam protegidos pelo Código Florestal, considerados Áreas de Preservação Permanente (APP), vêm sendo devastados sistematicamente pela carcinicultura.

Soma-se a esses problemas sistematizados pelas elites latifundiárias, que estenderam seu poderio fundiário sobre áreas que até então (década de 1980) só interessavam a pessoas de baixo poder aquisitivo, a saber, aos pescadores artesanais de todo o mundo, a situação de ameaça e insegurança por parte dos fiscais ambientais, que passaram a ser ameaçados pelos donos das fazendas de camarão a medida em que procuraram fazer trabalhos de fiscalização e ordenamento territorial, como também da aplicação de normas técnicas sustentáveis.

A Environmental justice Foundation - EJJ (2003, p.11), ao elencar os principais problemas causados pelas fazendas de camarão pelo mundo, destacando conflitos, corrupção e desrespeito aos direitos humanos de pessoas pobres que foram acometidas pela chegada destes empreendimentos em suas terras tradicionais, destaca que “tanto no Brasil como nas Filipinas tem ocorrido a morte de caranguejos e peixes por causa das fazendas de camarão”.

Uma discussão sóbria sobre a possibilidade de estimular a maricultura deve levar em consideração a preferência dos pescadores artesanais em suas comunidades, no sentido de evitar que suas praias e mares sejam também expropriados pelo capital, como ocorreu e ocorre em todo o planeta nos manguezais, áreas que antes eram exploradas apenas por comunidades de pescadores e que depois passaram a ser de interesse do capital.

Para além dos problemas fundiários, ao se desenhar um panorama do cultivo de peixes, algas, moluscos e crustáceos no mar, o que se percebe é a dificuldade de produzir em escala comercial, embora algumas tecnologias produtivas para alguns organismos aquáticos, como para peixes (CARRIÇO, 2008), (MANZELLA JUNIOR, 2011), (SANCHES, 2015), algas (BMLT, 2003) moluscos (BMLT, 2003) e crustáceos (EMBRAPA, 1996), dentre outros, já existam.

5.5. Panorama da maricultura no Brasil e na Paraíba

A análise da produção da maricultura por Unidade da Federação para o ano de 2011 demonstrou que o Ceará é o maior produtor (por causa da produção de camarão), com 29.095,4 toneladas, seguido pelos estados do Rio Grande do Norte com 22.299,7 toneladas e Santa Catarina com 18.621,5 toneladas (figura 24). Entre os 16 estados produtores de pescado de origem aquícola marinha, Ceará, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro registraram um aumento da produção em 2011, em relação a 2010 (HAZIN, 2011).

Figura 24 – Quadro da produção de pescado da aquicultura marinha por espécie

Produção marícola nacional de cultura em 2011	Em toneladas
Total	84.212,3
MALACOCULTURA	18.541,7
Mexilhão	15,989,9
Ostra	2.538,4
Vieira	13,4
CARCINICULTURA	65.670,6

Fonte: Hazin, 2011

De acordo com a figura 24, pode-se observar e refletir sobre uma problemática relevante no cenário da maricultura brasileira: a maricultura está alicerçada na produção de moluscos bivalves e do camarão. A produção piscícola em escala comercial, no mar, ainda não tem relevância no cenário nacional.

Quando se trata de desenvolver de forma rápida a produção de algum tipo de peixe na maricultura, o que existe na atualidade é o cultivo da tilápia em áreas estuarinas, cuja água chega a apresentar uma salinidade de até 25 ‰, ou seja, cerca de 70% do teor de sal encontrado na água do mar (CARRIÇO et al, 2008), o que ainda não satisfaz quando o assunto é cultivar no mar, pois os estuários estão sendo degradados e por conseguinte devem ser preservados.

Quanto ao beijupirá há estudos no sentido de desenvolvê-lo comercialmente no país. A empresa Marinha Itapema possui fazenda marinha voltada ao cultivo desse peixe (figura 25). Está localizada na praia de Itapema, porção Nordeste da ilha, no litoral paulista. A temperatura da água do mar varia de 19°C nos meses de inverno e chega aos 30°C no verão. O regime de temperatura é bastante parecido com o de Taiwan, país Asiático com tradição no cultivo da espécie. A profundidade do local de cultivo varia dos 10 aos 16 metros. A densidade fica em torno de 5 kg/m³ em todas as fases do cultivo para evitar os problemas ocasionados pelas altas densidades, como doenças, não uniformidade e baixo crescimento. A empresa já domina todas as fases do cultivo do beijupirá, mas ainda há problemas em adquirir ração de qualidade (MANZELLA JUNIOR, 2011), considerando que as empresas nacionais de ração ainda veem dificuldades em investir neste tipo de ração. O crescimento rápido e índice de sobrevivência fazem do beijupirá, na atualidade, o peixe com maior potencial de retorno financeiro para o produtor marinho que tem condições de construir fazendas nestas profundidades.

Figura 25 - Manutenção de gaiola flutuante de cultivo de beijupirá, na fazenda marinha de Itapema/SP



Fonte: MANZELLA JUNIOR, 2011

Quanto ao peixe cióba, este tem sido largamente estudado devido ao seu preço elevado no mercado brasileiro, notadamente no Nordeste do país, onde é muito apreciado. Sua cor avermelhada e carne branca e macia fazem dele um dos peixes mais procurados pelos consumidores nordestinos.

Dentre as várias espécies do peixe vermelho cióba, se destaca para cultivo o *Lutjanus analis*, que alimentado com uma ração com 45% de proteína bruta, os alevinos obtiveram um ganho de peso de 372,9g em 118 dias (ganho de peso diário de 3,16g) com uma sobrevivência de 97,6%. Considerando os valores de crescimento de outras espécies de lutjanídeos alimentados com diferentes fontes alimentares, o desempenho produtivo de *Lutjanus analis* apresentou resultados superiores, demonstrando sua aptidão para cultivo intensivo (SANCHES, 2011). Estudos voltados à inseminação artificial do vermelho cióba também são bem sucedidos (SANCHES et al, 2013).

Outro peixe que demonstra condições favoráveis para a aquicultura é o ariacó (*Lutjanus synagris*). Este é do mesmo gênero do cióba, sendo também avermelhado e tendo sabor e aspectos bastante parecidos, embora ao atingir a fase adulta possua tamanho inferior ao cioba. O ariacó já é largamente pescado no litoral paraibano e muitas vezes vendido como substituto do cioba. O ariacó ainda apresenta a vantagem de surgir como uma das primeiras espécies de peixes na formação de pesqueiros, ou seja, quando os pescadores afundam materiais diversos para formar ambiente onde os seres marinhos se aglomeram. O ariacó pode chegar a 60 cm de comprimento e 3,5 Kg de massa (SILVA, 2007).

Em pesquisa realizada em nível de mestrado sobre o ariacó, objetivando analisar a viabilidade do cultivo do ariacó (*Lutjanus synagris*) em cativeiro e desenvolver técnicas de criação desta espécie para posteriormente transmiti-las à população pesqueira, visando com

isso reduzir a pressão predatória, contribuindo para a conservação da espécie no ambiente e promover uma melhoria na qualidade de vida dos pescadores da localidade, Silva (2007) teve como uma de suas conclusões que este animal possui alta adaptabilidade e resistência ao manejo e as condições de estresse, o que demonstra sua viabilidade.

Estudos sobre a desova induzida hormonalmente e qualidade dos ovos do Ariacó demonstram que a espécie se adapta bem ao cultivo e responde de forma positiva à indução hormonal. Embora haja a necessidade de se aperfeiçoar a técnica que usa o hCG na reprodução induzida de exemplares da espécie (NETO, 2010).

5.6. A aquicultura marinha nos olhares dos pescadores artesanais da Paraíba

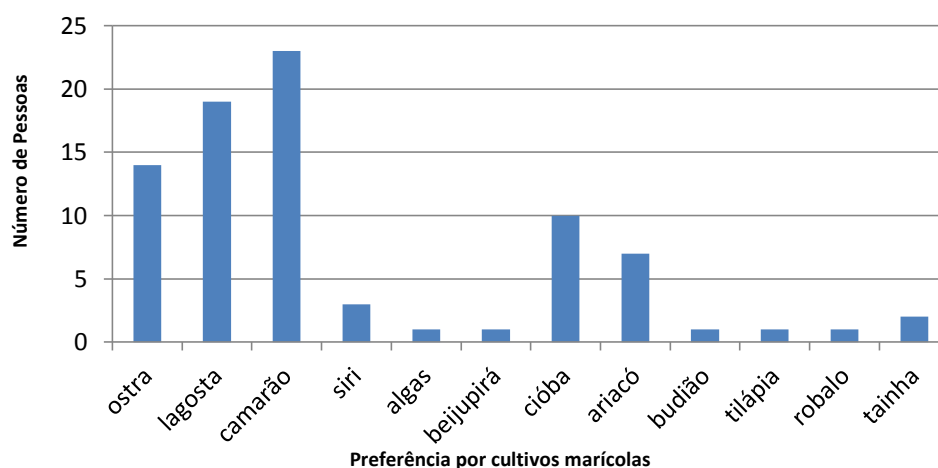
Os processos de adaptação a mudanças são geralmente lentos, sendo que as mudanças geralmente são mais rápidas que os processos adaptativos por quais passam as comunidades. Em alguns casos, as mudanças podem levar décadas, o que por vezes passam despercebidas, só se tornando, por vezes, perceptíveis quando o fenômeno em questão, que pode ser social, econômico, ambiental, dentre outros, se encontra em estágio avançado, tornando os valores econômicos das possíveis reparações de danos gerados, bem mais elevados.

Assim sendo, a dinâmica das relações sociais e destas com o ambiente deve ser analisada a partir das tendências e suas configurações socioeconômicas. Neste prisma, o planejamento se torna condição indispensável para a busca por enveredar pelas melhores oportunidades. Estas devem contemplar as pessoas que fazem parte das comunidades tradicionais que historicamente usufruem ou deveriam usufruir dos serviços ambientais produzidos no espaço, também denominados serviços ecossistêmicos, que são produzidos pela natureza e que devem ser mantidos por contribuir para a qualidade de vida do ser humano.

Para tanto, o caminho a ser encontrado para a melhoria da qualidade de trabalho e renda de uma determinada comunidade tradicional deve ser desenvolvido junto com os sujeitos que trabalham e vivem na comunidade tradicional. Saliente-se que aqui se entende por comunidade tradicional o conjunto de pessoas que habitam em um determinado espaço, onde trabalham, vivem e se identificam, possuindo sentimentos de pertencimento tanto com a atividade que desenvolvem como com o ambiente em que vivem. Daí surge à necessidade de conhecer o interesse dos pescadores artesanais da Paraíba sobre a aquicultura marinha, ou seja, a maricultura.

Para saber qual o tipo de cultivo aquícola que interessa aos sujeitos da pesquisa, foi feita a seguinte pergunta aos pescadores artesanais, que teve como função iniciar um diálogo sobre o tema: quais cultivos em maricultura você se interessa? Os resultados da figura 26 ultrapassam o número de 58 entrevistados, porque muitos deles, 36 entrevistados, mostraram interesse por mais de um cultivo, o que sobrepôs o número de respostas.

Figura 26 - Preferência por cultivos marícolas dos entrevistados envolvidos com pesca artesanal



Fonte: dados da pesquisa

No gráfico da figura 26, seguindo a sequência da esquerda para a direita, percebemos de forma mais clara a preferência pelo camarão, terceiro tipo de organismo da esquerda para direita e primeiro em preferência pelos sujeitos da pesquisa. O segundo cultivo de preferência é a lagosta, representado pela segunda barra da esquerda para a direita.

Todavia, se levar em consideração estas 05 maiores preferências de cultivo pelos pescadores artesanais, e considerando-se também as praias pesquisadas, estas escolhas vão trazer características distintas. Sendo assim, analisando as preferências dos pescadores por praias pesquisadas, de Norte a Sul do litoral paraibano, perceber-se-á a relação entre preferências de cultivo e as experiências com os organismos em tela.

No caso dos entrevistados na Baía da Traição, dos sete pescadores questionados, as principais preferências foram, na sequência de prioridade, lagosta, camarão e siri. Para os pescadores, a aceitação destes animais no mercado nacional e internacional e a experiência com a pesca da lagosta e do siri, e o trabalho em viveiros de camarão em estuários da região, desenvolveu o interesse nestes animais marinhos.

O pescador Reginaldo, da Baía da Traição, mesmo sem apoio governamental, vem desenvolvendo estudos de observação de animais marinhos (figura 27), principalmente a lagosta, onde tenta desenvolver a condição de dominar o ciclo produtivo da lagosta (figura

28). Segundo Reginaldo, ele já consegue diminuir pela metade o tempo para que uma lagosta chegue a 350g. O que demoraria três anos e meio, com a alimentação que ele desenvolveu e alguns cuidados diferenciados, reduziu o tempo de crescimento para um ano e meio. Reginaldo possui um viveiro no mar, onde apenas ele sabe a localização. De onde retira algumas lagostas para fazer suas experiências.

O senhor Reginaldo diz que o mais importante com relação à lagosta é saber como alimentá-la na fase larval. Ele diz que trabalha com lagosta há 32 anos e já sabe como fazer isto, mas o seu interesse é de, principalmente, repovoamento, e ainda não há um projeto governamental que o ajude a conseguir desenvolver esta ideia. Ele também deseja estruturar com tanques uma propriedade de 22 hectares para a criação da lagosta, mas ainda não tem condições financeiras pra isso.

Também diz que já recebeu propostas de empresários do Brasil e do Canadá para dizer qual o segredo para a reprodução em cativeiro da lagosta que ele diz dominar, e de seu crescimento acelerado, mas ele considerou que não haveria continuidade para seus projetos de repovoamento na natureza se passasse o conhecimento para os empresários brasileiros. Quanto aos empresários canadenses, ele falou que se fosse para ensinar aqui no Brasil teria aceitado a proposta de dois milhões de dólares, mas temeu por sua vida quando as pessoas que o procuraram disseram que só queria que ele ensinasse no Canadá.

Ele também realiza estudos com cavalos marinhos para repovoamento dos manguezais. Também tem acompanhado o crescimento e reprodução de peixes como o robalo, também conhecido por camurim, além de estudos empíricos com a tainha e o tucunaré. O senhor Reginaldo deseja ser reconhecido como pesquisador pelas observações e leituras que faz por décadas, e assim conseguir apoio de instituições que financiam pesquisas, para que possa continuar pesquisando a partir de apoio financeiro. O senhor Reginaldo também faz arte em forma de quadros com os exoesqueletos de lagostas e cavalos marinhos (Figuras 29 e 30).

Figuras 27, 28, 29 e 30 - Ambiente de engorda e estudos do pescador Reginaldo, em Baía da Traição





Fonte: Ismael Araújo

Quanto ao município de Cabedelo, a praia visitada foi Ponta de Matos, próxima ao centro da cidade. Lá foram inquiridos sete pescadores, que possuem interesse de trabalhar com o cultivo de lagosta e ostra. O interesse pela lagosta tem relação com a pesca deste crustáceo por toda a vida profissional, e o alto valor no mercado. Quanto ao interesse pelo cultivo de ostras, os pescadores entendem que seria mais fácil o cultivo deste molusco do que a criação de peixes, inclusive pelo fato de não precisar de ração, e também levaram em consideração o bom retorno financeiro com relação à ostra.

Em Tambaú, na cidade de João Pessoa/PB, os cultivos que mais interessam aos pescadores são o de lagosta e do vermelho cioba. Estas preferências se dão pelo histórico de trabalho com a pesca da lagosta e também o aumento dos rendimentos que eles tem quando capturam o cioba, considerando seu alto valor no mercado.

Na praia do Seixas, os pescadores entrevistados tem preferência pelo cultivo do ariacó, da ostra e do camarão, nesta sequência. Isto ocorre porque os pescadores tem conhecimento que na praia vizinha, ao Sul, a praia da Penha, a professora de Ecologia Aquática da UFPB, Campus I, Cristina Crispim, vem desenvolvendo estudos no terreno da Associação de Pescadores da Penha, mostrando a viabilidade do cultivo do Ariacó.

Segundo a professora Cristina Crispim, “o peixe ariacó tem sabor parecido com o sabor do cioba, se desenvolve em menor tempo que este e por ter menor tamanho que o cioba, o ariacó pode ser criado em tanques menores e de menor profundidade”.

A professora Cristina Crispim também orienta pesquisas com relação ao camarão na sede da Associação dos Pescadores da Praia da Penha. Por estarem mais próximos de compreender os pacotes tecnológicos deste crustáceo e deste peixe, os pescadores se imaginam no futuro trabalhando no cultivo destes animais.

De acordo com o pescador Zeca, da Praia da Penha, ele compreende que o camarão trás algumas vantagens para a realidade deles: “o camarão pode ser cultivado até no quintal de

casa, em tanques, e dependendo da quantidade produzida, pode servir tanto para venda com para isca de pesca”. Quanto ao ariacó, Zeca tem acompanhado as pesquisas de professora Cristina Crispim e vê o ariacó como “animal bem promissor ao cultivo”.

Nas praias do Amor e Jacumã, as preferências são pela lagosta e pelo camarão. A lagosta pelo fato de trabalharem com a pesca deste crustáceo e por saberem do seu alto valor de mercado, tanto no mercado nacional como no internacional. Todavia ainda não há técnica para o cultivo da lagosta. Já a preferência pelo camarão tem a ver com os rendimentos elevados relacionados com a venda deste crustáceo, como também por servir de isca para a pesca.

Já para os pescadores da Praia de Pitimbu, a preferência é pelo cultivo da ostra, por ter baixo custo e boa aceitação no mercado. Os pescadores já fizeram curso para o cultivo de ostras, todavia, assim como para os demais pescadores, das praias de Norte a Sul do estado da Paraíba, o maior problema relacionado à maricultura, na atualidade, não é necessariamente o acesso às técnicas de cultivo, e sim a falta de segurança para os viveiros e para os pescadores.

Os saberes populares entre os pescadores os fazem buscar respostas de suas necessidades a partir de suas experiências. Ao apontarem suas preferências com relação à aquicultura, estas aparecem relacionadas às suas histórias de trabalho e vida. Todavia, as experiências negativas também surgem em suas observações, de forma unânime, como a questão da segurança no cultivo, criando um imaginário de impossibilidades quando eles observam a forma desinteressada com que os governos historicamente os tratam.

5.6.1. A segurança e a aquicultura

A produção marícola exige cuidados que vão além do domínio do pacote tecnológico da espécie a ser cultivada. Ela também está diretamente relacionada à segurança das fazendas marinhas. Historicamente, a maricultura tem ocorrido em áreas de manguezais, ambientes mais fáceis de ser vigiados por pessoas contratadas pelos donos dos tanques, porque os tanques de carcinicultura são rasos e os manguezais são destruídos para que o cultivo de camarão seja implantado.

A produção no mar exige vigilância também no mar, gerando a necessidade de manter ao menos uma embarcação 24 horas por dia guarnecendo o cultivo. Nas palavras do pescador Joselito Silva, da praia de Ponta de Matos, no município de Cabedelo, “nós não temos condições de manter um barco 24h tomando conta de um cultivo. Sem isso vai ter muito tubarão de duas pernas. E também não podemos ficar armados”.

A preocupação com o furto da produção é uma fala recorrente em todas as entrevistas. No sentido de diminuir as chances de serem furtados ou roubados, os pescadores tem geralmente como solução para a viabilidade aquícola para eles a produção em estuários, zonas mais fáceis de serem vigiadas, e a produção em tanques em seus quintais. Todavia, a maioria não possui quintais, pois moram em pequenas casas em meio urbano.

Valenti (2003), ao discorrer sobre produção de camarão em pequenos espaços, escreve que quanto ao estágio de larvas do camarão, há tecnologia disponível para a instalação de larviculturas até em fundo de quintal, que podem ser implantadas com cerca de R\$ 6.000,00, mas também é possível até grandes laboratórios comerciais. Também salienta que o monocultivo de camarão pode ser lucrativo em propriedades de um a dois hectares. Neste último caso, um espaço que os pescadores geralmente não possuem.

Por este motivo, dentre os demais motivos já citados ao longo do texto, o cultivo com maior preferência entre os pescadores é o de camarão. Pois pode ser cultivado até nos quintais das casas dos pescadores, minimizando os riscos de furto. Para se produzir em escala mínima, neste caso, os quintais, a produção pode ser destinada a fins de iscas, tendo em vista a necessidade do pescador deste tipo de produto.

Uma solução proposta pelos pescadores de Pitimbu para a instalação de tanques-rede no mar seria o revezamento entre famílias de pescadores, em número de três famílias, na vigília dos cultivos, que teriam espaços marícolas compartilhados. Todavia, eles mesmos chegam à conclusão negativa de que não acreditam que as três famílias teriam a mesma responsabilidade com o cultivo, embora este modelo de organização social na criação poderia garantir mais tempo livre para cada pescador, num sistema de dois dias livres por um de trabalho no cultivo, ou até mais dias livres, se o pescador resolve enviar para o trabalho alguém da família que reveze consigo.

Quanto ao revezamento de famílias de pescadores na vigilância de tanques aquícolas, Rocha; Silva & Freitas (2012), ao analisarem a transformação socioeconômica da comunidade de Pedra D'água, município de São Mateus/ES, descreveram que a escala de vigilância com relação aos tanques-rede é de cinco a seis dias por mês, enquanto que nos outros dias estão envolvidos com a pesca.

Os pescadores de Cabedelo salientaram que já experienciaram muitos furtos com relação ao modelo de pesca denominado de curral, onde os peixes entram na maré alta e de onde não conseguem sair. Na maré baixa o pescador dono do curral vai até o local e realiza a despesca.

Saliente-se que o modelo de pesca de curral, como o termo aponta, é uma arte de pesca e não aquícola. Todavia, os pescadores usaram este exemplo porque os peixes aprisionados no curral passam o período de uma maré, ou seja, 6h e às vezes mais tempo para serem despescados. Isto contribui para que pessoas oportunistas se desloquem até o curral e façam a despesca antes que o dono do curral a faça, caracterizando furto.

De acordo com Nascimento (2014), ao dissertar sobre pesca artesanal em currais, tendo como local de estudos o próprio município de Cabedelo, a autora identificou três categoriais de pescadores artesanais a partir da existência da armadilha de pesca curral: o dono do curral; os pescadores que trabalham para o dono do curral na despesca e na vigilância; e os piratas. Estes piratas furtam os peixes e frutos do mar capturados nos currais, geralmente durante a noite.

Os pescadores artesanais também costumam chamar as pessoas que furtam peixes pelo termo “tubarão de duas pernas”. Por estas experiências, os pescadores consideram inviável na atualidade conseguirem desenvolver atividades marícolas com sucesso, o que os fazem se interessarem por formas históricas de cultivo marícola na Paraíba, numa espiral de pressão ambiental sobre os ambientes de manguezais.

Devido à forma que historicamente os pescadores são vistos e tratados pelo poder público e pela sociedade, eles entendem que não seriam beneficiados por programas e projetos marícolas na Paraíba, tendo como principal motivo a insegurança, causada pela falta de mecanismos na atualidade que garantissem aos pescadores uma maneira de evitar que seus cultivos fossem subtraídos por furto ou roubo.

5.7. Considerações finais

O defeso de determinada espécie está geralmente associado ao pagamento de um seguro, o que ao longo prazo se torna um equívoco. A proposição de defeso deve estar relacionada a programas de produtividades alternativas com projetos específicos e metas a serem cumpridas. Neste contexto pode ser inserida a aquicultura como uma forma de geração de renda parcial ou total que pode coincidir seus lucros com os períodos de defeso.

Com estudos que propiciem maiores rendimentos mensais do que um salário mínimo, valor pago atualmente pelo governo ao pescador impedido de pescar quando da reprodução das espécies protegidas, é possível tornar a fase de defeso em uma fase que também seja produtiva, a partir do momento em que haja investimento em aquicultura.

Para tanto, o investimento no desenvolvimento de pacotes tecnológicos deve ser apenas parte do processo de produção aquícola. Tal processo também deve considerar a necessidade de formação dos pescadores interessados na produção aquícola, como também na valorização deste profissional que possui sua alta estima abalada devido a séculos de exclusão social, mesmo sendo sua profissão importante para o consumo de proteínas no mundo, como também em território nacional e estadual.

Com relação à preferência dos sujeitos da pesquisa por um determinado cultivo, o camarão aparece como principal cultivo de interesse, isto porque historicamente os pescadores viram os manguezais sendo ocupados pelo cultivo deste animal. Todavia, os pescadores sabem que atualmente o cultivo pode ocorrer até no quintal de casa, o que garante mais proteção à produção, que tanto pode estar relacionada ao consumo humano como para servir de isca de peixes.

Após o interesse por camarão, lagosta e ostra, surge o interesse por peixes, sendo o vermelho cioba e o ariacó, que pode substituir em paladar o cioba. Isto indica uma evolução no pensamento dos pescadores no tocante à questão do cultivo, tendo em vista que demonstram interesse em cultivar seres que podem gerar mais mortalidade e necessitar de mais espaço para seus cultivos, como necessitam os peixes.

Todavia, o maior limitador para um possível avanço da maricultura, de acordo com os pescadores, seria a questão da segurança, ou melhor, a insegurança, por causa dos possíveis assaltos e furtos. Mesmo uma área marinha que seja cultivada por duas ou três famílias de pescadores, com presença das famílias 24 horas por dia em revezamento, gera receio por parte dos pescadores, pois sabem que o fato de não estarem armados implicaria em condição desfavorável em relação a pessoas de má índole.

Uma maricultura baseada em mão de obra de pescadores artesanais interessados no ofício, como complemento de renda ou como atividade econômica que venha a propiciar renda principal, poderia ser incentivada a partir de duas possibilidades, onde uma não anula a outra. O melhor é que se complementem.

São elas: a criação de uma polícia do mar. De certa forma esta polícia até já existe. É a polícia ambiental, que tem a função de guarnecer as praias e unidades de conservação marinhas do ponto de vista da poluição em suas múltiplas possibilidades. Esta polícia poderia ser ampliada para fazer a guarda das fazendas marinhas, ao mesmo tempo que inibe a geração de problemas ambientais. As polícias também tem a função de guarnecer patrimônios.

A outra possibilidade é o que ocorre na China, com relação à aquicultura, e o que ocorre em várias zonas rurais do Brasil, como o que ocorre com laticínios, fumo e cana-de-

açúcar, onde as empresas que compram a produção fazem pactos com os produtores para fornecer insumos e assistência técnica em troca da compra com antecedência da produção.

5.8. Referências Bibliográficas

- 1 - AMADO, Ana Oliver. A Pesca na Noruega. **Departamento temático:** políticas gerais e coesão Bruxelas, Parlamento Europeu, PE 405.384, 2008. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2008/405384/IPOLPECH_NT%282008%29405384_PT.pdf. Acesso em: 12/02/2015
- 2 - AZEVÊDO, Verônica Cristina Silva. **Carcinicultura:** parâmetros integrativos como instrumentos de prevenção de impactos. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo) - Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, Salvador-BA, 2006. Disponível em: http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/dissertacoes/dis_veronica_cristina.pdf. Acesso em: 03/02/2016
- 3 - BORGES, Adalmyr. **Aquicultura e desenvolvimento sustentável:** cenário brasileiro. Disponível em: http://fenacam.com.br/pdf/fenacam2014/aquicultura/4-aquicultura-desenvolvimento-sustentavel-cenario-do-brasileiro_adalmyr-borges.pdf. Acesso em: 15/12/2014
- 4 - BOSCARDIN, Nádia Rita. **A produção aquícola brasileira.** In: Ostrensky, Antônio et al. Aquicultura no Brasil, o desafio é crescer. Secretaria da Pesca e Aquicultura, Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasília, Brasil, 2008. ISBN: 978-85-60930-00-5
- 5 - BMLP. Manuais de maricultura: **Cultivo de ostras.** Brazilian Mariculture Linkage Program. 2003. Disponível em: [http://web.uvic.ca/~soed/documents/manual%20ostras_2005\(b\).pdf](http://web.uvic.ca/~soed/documents/manual%20ostras_2005(b).pdf). Acesso em 10/10/2016
- 6 - BMLP. Manuais de maricultura: **Cultivo de moluscos.** Brazilian Mariculture Linkage Program. 2003. Disponível em: [http://web.uvic.ca/~soed/documents/manual%20ostras_2005\(b\).pdf](http://web.uvic.ca/~soed/documents/manual%20ostras_2005(b).pdf). Acesso em 12/10/2016
- 7 - CARLSON, Victor (org). **1º anuário brasileiro da pesca e aquicultura.** Associação Cultural e Educacional Brasil – ACEB, São Paulo, Brasil, 2014. Disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf. Acesso em: 05/01/2015
- 8 - CARRIÇO, José Milton Moreira. **Manual do Piscicultor:** produção de tilápia em tanque rede. Sebrae. Aracacú/Sergipe, Brasil. 2008. Disponível em: <http://www.emater.go.gov.br/intra/wp-content/uploads/downloads/2013/08/Manual-Produ%C3%A7%C3%A3o-Til%C3%A1pia-em-tanque-Rede.pdf>. Acesso em: 05/01/2015.
- 9 - CARVALHO, Sérgio Luís de. et all; MACHADO, Angela Aparecida; TORRES, Nádia Hortense; AMÉRICO, Juliana Heloisa Pinê. **Piscicultura em Tanques-rede:** impactos e

consequências na qualidade da água. Revista Científica ANAP Brasil. V. 6, n. 7. p. 137-150, jul. 2013. ISSN 1904-3240

10 – EJF. **Smash & Grab: Conflict, corruption and human rights abuses in the shrimp farming industry.** Environmental justice Foundation. London, UK, 2003. ISBN: 1.904523-02-1. Disponível em: http://ejfoundation.org/sites/default/files/public/smash_and_grab.pdf Acesso em: 05/04/2016

11 - EMBRAPA. **Piscicultura em tanques-rede** / Embrapa Amazônia Oriental. – Brasília, DF: 120 p. (Coleção Criar, 6). 2009. ISBN: 978-85-7383-450-5

12 - EMBRAPA. **Camarão-da-malásia:** cultivo. Brasília, Brasil. 1996. ISBN: 85-85007-84-2. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/100642/camarao-da-malasia-cultivo>. Acesso em: 12/07/2015

13 - HAZIN, Humberto Gomes (org). **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura.** Coordenadoria Geral de Monitoramento e Informações Pesqueiras. Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasília, Brasil. 2011. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol_bra.pdf. Acesso em: 23/01/2015

14 - IBAMA. **Diagnóstico geral das práticas de controle ligadas a exploração, captura, comercialização, exportação e uso de peixes para fins ornamentais e de aquariofilia.** Diretoria de uso sustentável da biodiversidade e florestas. Brasília, Brasil. 2008. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/recursos_pesqueiros/diagnostico_completo.pdf. Acesso em: 05/11/2016

15 - KEPPLÉ, Anne W. (org). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil:** um retrato multidimensional. Relatório agosto de 2014. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). Brasília, Brasil, 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf Acesso em: 15/10/2015

16 - KUBITZA, Fernando. **As Lições do Vietnã:** um país que sabe a importância da aquicultura. Panorama Aquícola. Vol. 23, nº 140. Novembro/Dezembro-2013. ISSN: 1519-1141. Disponível em: http://www.panoramadaaquicultura.com.br/paginas/paginas/05_fale/expediente.asp Acesso em: 10/10/2015

17 - MATHIESEN, Arni M. (org). **El estado mundial de la pesca y la acuicultura.** Departamento de Pesca y Acuicultura de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). Roma, Itália, 2012. ISSN: 1020-5500. ISBN: 978-92-5-307225-5. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/i2727s/i2727s.pdf> Acesso em: 12/05/2015

18 - MANZELLA JUNIOR, João Carlos. **Cultivo de beijupirá no Litoral Norte-SP.** In: Beijupirá News, Ano II, nº 7. p. 3. [http://web.uvic.ca/~soed/documents/Beijupira%20News%20Ano%202%20No%20207%20\(2\).pdf](http://web.uvic.ca/~soed/documents/Beijupira%20News%20Ano%202%20No%20207%20(2).pdf). Acesso em 30 de dezembro de 2011.

- 19 - MEA. **Relatório-Síntese da Avaliação Ecossistêmica do Milênio**. Minuta Final. 2005. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>. Acesso em: 01/11/2016
- 20 - NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do. **Pesca artesanal em “currais”**: um enfoque etnoecológico. Dissertação de mestrado. PRODEMA, UFPB. Campus João Pessoa, Paraíba, Brasil. 2014. Disponível em: <tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4564/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 10/11/2016
- 21 - NETO, Oscar Pacheco Passos. **Avaliação da desova induzida hormonalmente e qualidade dos ovos de ariacó, *Lutjanus synagris* (LINNAEUS, 1758)**. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Ciências Marinhas Tropicais. Instituto de Ciências do Mar. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000008/000008FA.pdf>. Acesso em: 07/07/2016
- 22 - OSTRENSKY, Antonio; Borghetti, José Roberto; Soto, Doris. (editores). **Estudo setorial para consolidação de uma aqüicultura sustentável no Brasil**. Grupo integrado de aqüicultura e estudos ambientais. Curitiba, Brasil. 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/wairdocs/ap870p/ap870p.pdf> Acesso em: 10/12/2015.
- 23 - PONTES, Keila Maria. **Arranjos produtivos da aqüicultura**. Consultec Estudos e Projetos Ltda SEBRAE-MA, São Luís, Brasil. 2002. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/aquicultura.html> Acesso em: 17/07/2015.
- 24 - SANCHES, Eduardo Gomes. **Criação do vermelho-cioba (*Lutjanus analis*)** submetido a diferentes dietas. In: Revista Bioikos, Campinas, 25(1):33-40, jan./jun., 2011 Disponível em: periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/bioikos/article/download. Acesso em 30 de abril de 2015.
- 25 - SANCHES, Eduardo G. et al. **Cryopreservation of mutton snapper (*Lutjanus analis*) sperm**. In: Anais da Academia Brasileira de Ciências. 85(3):1084-1091. 2013. ISSN 1678-2690. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0001-376520100004&script=sci_issuetoc Acesso em: 12/12/2015
- 26 - SILVA, Lidyane Lima da. **Estudo da Viabilidade da Produção em Cativeiro do Peixe Ariacó (*Lutjanus synagris*)**: Proposta de Conservação Marinha e de Desenvolvimento Local para os Pescadores da Praia da Penha – PB / João Pessoa. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Ambiental (PRODEMA), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. 2007. 106p.
- 27 - RIBEIRO, Felipe de Azevedo Silva; LIMA, Marco Tulio; FERNANDES, Carlos João Batista Kochenborger. **Panorama do mercado de organismos aquáticos ornamentais**. 2010. Disponível em: [http://www.ablimno.org.br/boletins/pdf/bol_38\(2-3\).pdf](http://www.ablimno.org.br/boletins/pdf/bol_38(2-3).pdf). Acesso em 10/11/2016.
- 28 - Rocha, Keuwy Sousa; SILVA, Rayane Vieira da; FREITAS, Rodrigo Randow. **Uma análise da percepção ambiental e transformação socioeconômica de uma comunidade de pescadores artesanais em região estuarina no Sudeste do Brasil**. Revista de Gestão Costeira Integrada 12(4):535-543 (2012)

29 - SIDONIO, Luiza. Et al. **experiências internacionais aquícolas e oportunidades de desenvolvimento da aquicultura no brasil:** proposta de inserção do bndes agroindústria bndes setorial 36, p.179-218. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3605.pdf. Acesso em: 03/02/2015

30 - YAMASHITA, Eduardo Yogo; BARROS, Helenice Pereira de; MALLASEN, Margarete. **Produção de peixes em tanques-rede e a qualidade de água.** Revista Tecnológica & Inovação Agropecuária. P. 47 - 51, Junho de 2008. Disponível em: www.apta.sp.gov.br. Acesso em: 07/11/2016

31 - VALENTI, Wagner Cotrini. **Situação atual, perspectivas e novas tecnologias para produção de camarões de água doce.** 2003. Disponível em: <http://www.aquicultura.br/gtcad/Artigos/NovasTecnologias.PDF>. Acesso em: 18/11/2016

CAPÍTULO VI

GESTÃO DA PESCA ARTESANAL OU GESTÃO DO MAR?

6.1. Introdução

Modelos de planejamento e gestão pública cada vez mais eficientes têm sido buscados com certo afincamento pelos governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento. O planejamento e a gestão têm sido vistos como os instrumentos capazes de reverter situações caóticas em vários cenários nacionais, regionais e locais.

As empresas privadas têm emprestado aos setores públicos mecanismos de gestão que cada vez mais vem sendo incorporados ao serviço público, resguardado o interesse público nas tomadas de decisões. Essas decisões seguem princípios do planejamento estratégico, capaz de focar na eficácia, eficiência e efetividade de seus interesses.

Neste sentido, a exploração de recursos pesqueiros e seus mecanismos de gestão estão em discussão em países com larga tradição na pesca, como também em países que ainda não conseguiram evoluir o suficiente nesta área. Países como Noruega, Portugal e Chile têm muito a ensinar ao Brasil no tocante à gestão da pesca, todavia sem desconsiderar as características peculiares que chegam a mudar de região para região.

Para discutir elementos fundamentais que venham a compor diretrizes para um sistema de gestão eficiente para a realidade da Paraíba, este trabalho é fruto de diálogos com os pescadores artesanais, professores universitários e técnicos relacionados com a temática, para então, a partir dos principais interessados nesta discussão, encontrar um caminho que discuta a pesca artesanal, sua gestão e a possibilidade da materialização desta gestão ao considerar a necessidade da gestão do mar, considerando sua complexidade, assim como veem os pescadores artesanais e setores públicos que deveriam estar interessados.

Para tanto, a discussão sobre planejamento e gestão pública neste estudo, é feita considerando o fato de que são necessárias políticas públicas satisfatórias para a atividade pesqueira continuar existindo, dadas às dificuldades enfrentadas pelo setor pesqueiro e pelas comunidades tradicionais alcançadas pelo urbano.

Logo após isto, fazer uma análise sobre os principais instrumentos de gestão pesqueira em países com longa tradição nesta área contribui para perceber como se pode situar o Brasil e, mais especificamente, a Paraíba nessa discussão.

A partir desta análise, considerando a situação da pesca no estado, segundo os pescadores e demais sujeitos envolvidos com a pesquisa, e segundo observações realizadas durante os estudos, como também a partir de dados qualitativos e quantitativos fornecidos pelos sujeitos da pesquisa, foi possível traçar um panorama das ausências da gestão da pesca no estado, como também identificar uma linha de raciocínio, um caminho a ser percorrido no sentido de montar um modelo de gestão que venha a contribuir de forma eficaz para a pesca marinha na Paraíba.

6.2. Planejamento e gestão

Uma atividade, seja qual for, necessita ser planejada para então ser executada. Após sua execução se faz necessária sua avaliação e melhoria no sentido de flexibilizar as atividades seguintes à luz do que foi vivenciado, da experiência. Este processo, repetido várias vezes, tende a gerar a qualidade de um determinado empreendimento.

Neste sentido, planejar se torna o ponto de partida para que se possam executar ações ou atos que venham a produzir os melhores resultados esperados num determinado espaço de tempo, estipulado pelas pessoas, grupos sociais ou movimentos sociais que planejam, no sentido de investir tempo e dinheiro de maneira eficaz, eficiente e efetiva.

Pode-se entender eficácia como aquilo que está relacionado com o que se deseja alcançar em forma de objetivos, de acordo com metas estipuladas. Já a eficiência significa a forma como se executa as atividades adotadas para alcançar a eficácia, os custos disto e os recursos humanos utilizados para tal, de acordo com projetos previamente pensados. A efetividade implica em continuidade, ou seja, em atividades permanentes, duradouras, que sejam capazes de dar à sociedade segurança no que concerne a realização do que se espera.

De acordo com Estrada & Almeida (2007, p. 149), “planejar significa criar, elaborar um esquema para agir e alcançar algo que se deseje, contrapondo-se à improvisação, que é a ação do acaso”. O planejamento tem a função de nortear qualquer atividade empreendedora, devendo ser observado tanto no campo das atividades privadas como também das atividades públicas.

O avanço da discussão sobre planejamento nas instituições privadas e públicas aprimorou a forma de se debruçar sobre as reflexões perante a realidade, surgindo daí o termo

planejamento estratégico, o que vem a ser a forma de “pensamento participativo, utilizada para determinar a direção que a organização irá seguir, por meio da descoberta de objetivos válidos e não-subjetivos” (Estrada & Almeida, 2007, p. 150).

Saliente-se que objetivos válidos e não-subjetivos significa ter uma finalidade que possa ser mensurada, embora o que se deva considerar nesta mensuração, para além dos números, seja a satisfação da sociedade diretamente relacionada com a temática. Em outras palavras, as metas alcançadas devem ter cunho qualitativo, considerando as necessidades humanas mais relevantes, ao invés de apenas números.

Para Galindo (2004, p. 27), o termo estratégia está sempre relacionado ao “planejamento, modelo, posicionamento, perspectiva ou até armadilha. O termo estratégia vem responder a seguinte pergunta: o que fazer para se chegar a um determinado ponto?”.

Assim, a estratégia é algo complexo e tem que ser vista de forma responsável, pois considera o planejamento, entendido como pensamento a ser adotado, considera também o modelo, entendido como método, caminho, assim como também considera a filosofia sobre si e a realidade, assim como a perspectiva, entendida como aquilo que se busca alcançar, e por questão de bom senso, também se deve considerar as armadilhas, ou seja, aquelas possibilidades e situações que podem gerar problemas ao invés de soluções.

Embora estes conceitos pareçam distantes de uma discussão que objetive resolver os problemas relacionados à gestão pública de recursos naturais e também das atividades econômicas que estão diretamente relacionadas a tais recursos, assim como também com relação a gestão da atividade pesqueira como um todo, deve-se considerar pertinente uma discussão entre os conceitos e aplicações mais comuns das empresas privadas nos campos de atuação públicos, obviamente levando em consideração o interesse público, ao invés do interesse restrito das empresas privadas. Lembrando que isto já ocorre entre os especialistas em gestão pública.

Desta forma, discutir planejamento, planejamento estratégico, gestão pública e suas possibilidades de gestão estratégica, emerge da necessidade de mirar na direção da organização de atividades econômicas que visem o interesse público e que por tal motivo mereça maior ênfase e perspicácia em sua condução.

Neste sentido, realizar a gestão pública de atividades econômicas que gerem emprego, renda e que garantam a permanência de comunidades tradicionais em seus locais históricos, assim como proceder de forma planejada uma gestão capaz de entender a realidade e solucionar problemas reais com alternativas possíveis, trás à discussão a necessidade de se abrir novas formas de pensar em benefício do maior número de pessoas possível.

Nesta perspectiva, pode-se considerar gestão como a maneira que se executa ações previamente planejadas, de preferência planejadas de forma estratégica. Neste sentido podemos também reconhecer a existência da gestão estratégica. Esta, de acordo com Fernandes (2012, p. 25), é “um conjunto de atividades planejadas, estratégicas e organizacionais, que visa integrar a capacidade interna ao ambiente externo”.

Esta capacidade interna, no setor público, por vezes não acompanha a demanda dos ambientes externos que estão em constante mutação. O resultado desta apatia na capacidade de planejar e gerir por parte do poder público contribui para estagnar algumas atividades econômicas, permitindo até mesmo o seu colapso, como ocorre atualmente no setor pesqueiro tradicional da Paraíba.

É nesta busca pelo novo na gestão pública brasileira que Osório (2005), ao discorrer sobre os novos rumos a serem tomados nesta área, elenca algumas características indispensáveis ao gestor público atual no Brasil, como se preocupar com resultados sem desprezar a ética, dever gozar de autonomias funcionais para desempenho de suas atribuições, como também ser técnico, ou seja, capaz de desenvolver de forma estratégica a execução de suas atividades.

Objetivando demonstrar aspectos relevantes para o gestor público na atualidade, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do governo brasileiro, aborda sobre excelência em gestão pública considerando os fatores básicos para se desenvolver modelos que contribuam de forma efetiva, eficiente e eficaz para a gestão pública. São eles: a cultura da população em estudo; reorientação da estrutura executiva para atender demandas atuais; se propor a buscar resultados; promover a inclusão social; promover a participação cidadã; relacionar as experiências internacionais com as do país (BRASIL, 2014).

Quanto aos fatores básicos considerados pelo Ministério do Planejamento para fazer a gestão pública de um determinado território, pode-se observar que tais fatores possuem fundamentos indispensáveis a uma gestão estratégica, pois propiciam uma forma ampla de apreender a complexidade da realidade.

Assim sendo, a cultura de um povo, ou mais especificamente, as diversas culturas que pode haver em um país, ou mais especificamente ainda em uma unidade da federação, mesclada por comunidades tradicionais ou grupos específicos, denota a relevância de saber lidar com o público alvo para ouvir deles e contribuir com aquilo que a eles realmente interessa, pois a burocracia cercada por paredes e temperada por ar-condicionado não satisfaz ao interesse público.

Após a análise da cultura do público alvo, o Ministério do Planejamento orienta a reestruturação da estrutura da gestão para poder atender as demandas atuais. Este aspecto tende a tornar a gestão pública dinâmica. Esta característica depende das capacidades, habilidades e competências dos agentes públicos em cumprir agendas governamentais voltadas de fato para a sociedade.

Quanto à proposição para buscar resultados, aí está um fator intrínseco à iniciativa privada que deve ser incorporado à gestão estratégica pública, tendo em vista que historicamente a busca por resultados na esfera pública tem ficado sempre marginalizada, como se os resultados não alcançados fossem meros números e que nada significam quanto às necessidades da população diretamente afetada.

Quanto ao fator promoção da justiça social, este tem a ver diretamente com o fator anterior, pois os resultados, ou seja, as metas a serem alcançadas por uma gestão pública devem buscar sempre a justiça social, ou seja, promover qualidade de vida e trabalho para todos, melhorando as condições da sociedade em geral para alcançar estas finalidades gerais, de acordo com as necessidades específicas.

Já o fator participação cidadã implica em promover a interação do público alvo diretamente e indiretamente envolvido para que a gestão pública possa dialogar com a sociedade, empoderá-la e garantir que a população possa contribuir para o atingimento das metas pretendidas.

Quanto ao fator relacionar às experiências internacionais, devemos considerar que deve haver uma preocupação em verificar os elementos a ser comparados para ver até que ponto é possível a convergência de ideias e experiências aplicadas por outros países, ou seja, em outras realidades, com culturas distintas. Todavia este fator contribui para refletirmos sobre algumas possibilidades que por vezes ainda não fazem parte da realidade do ambiente onde a gestão pública está se debruçando.

Para Keinert (1994, p. 46), enquanto gestor, “o novo papel do Estado parece ser o de catalizador de energias e potencialidades governamentais e comunitárias”. Isto posto, a gestão pública deve promover a participação popular para fortalecer a democracia e poder garantir os melhores resultados possíveis para a população alvo, no sentido de, junto com a população, que ao participar subsidia com informações e produção de conhecimentos, possa alcançar os objetivos propostos pela gestão e população.

A gestão pública pode ocorrer em diferentes frentes, tanto no contexto federal, como estadual e municipal. Dentro deste contexto, nos interessa aqui a gestão da pesca, que remete a gestão do espaço de forma mais abrangente, ou seja, o próprio mar. Nesta perspectiva, a

análise desta gestão parte da necessidade de se observar o que alguns países com tradição em pesca vêm adotando com relação à gestão da pesca e, por conseguinte, dos seus mares, ao mesmo tempo em que outros espaços como o cenário brasileiro, cenários regionais e o cenário estadual da Paraíba merecem ser considerados.

6.3. A gestão da pesca nos cenários internacional, nacional e estadual

Segundo a Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO (2010), “é provável que a pesca de captura nos oceanos do mundo tenha alcançado seu potencial máximo e que 80% das populações de peixes em geral do mundo estão explorados ou sobreexplorados”. Este dado mostra a necessidade de se começar a perceber a pesca como uma atividade que merece cada vez mais atenção por parte dos governos, no sentido de prevenir problemas ligados a extinções de espécies aquáticas, como também o agravamento de problemas socioeconômicos no setor pela escassez dos recursos naturais.

Para evitar um colapso na pesca mundial, países e grupos de países vem adotando várias medidas de gestão da pesca, como se pode ver em Portugal, Noruega e Chile, três países tradicionais nesta atividade econômica e, por este motivo, são levados em consideração neste trabalho. Desta feita, pode-se comparar como o Brasil tem se comportado para dar sua contribuição na gestão da pesca e avaliar seu desempenho, como também gerar proposições, ao mesmo tempo em que aqui se considera aspectos que são características endógenas do setor pesqueiro do Brasil, como também, mais especificamente, da Paraíba.

Atualmente, Portugal tem buscado seguir as regulamentações do Parlamento Europeu com relação às atividades relacionadas à pesca, como a questão da pesca sustentável, quando se procura respeitar o limite mínimo de captura em relação à dimensão de um exemplar, como também os tipos de apetrechos usados para a captura de espécies de peixes e crustáceos. Há também a observância no tocante à despesca, ou seja, ao desembarque do pescado em portos cadastrados que possuem barcos e lotas cadastradas (PORTUGAL, 2015). As lotas são infraestruturas montadas nos portos para a fiscalização do pescado, assim como seu acondicionamento adequado e venda.

Em Portugal, as embarcações com mais de 10 metros de proa a popa tem obrigação de fazer anotações, cuja responsabilidade é do mestre da embarcação, sobre a quantidade de peixes capturados, assim como também a quantidade de peixes devolvidos ao mar por terem dimensões menores do que a lei permite manter na embarcação. Como há limite de captura por quotas, as anotações feitas pelos mestres de pesca tendem a ajudar a Direção-Geral de

Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos de Portugal a calcular a quantidade de pescado que poderá ser pescada no ano seguinte.

O Plano Estratégico Nacional para a Pesca em Portugal, com vigência entre 2007 e 2013, salienta a necessidade de produzir mais com menos custos, o que implica em produzir melhor, ao invés de aumentar a captura, no sentido de aumentar o valor agregado dos produtos e fortalecer a cadeia produtiva (PORTUGAL, 2013).

A Noruega também é um país com fortes tradições na pesca. Possui uma das frotas mais equipadas do mundo, assim como um sistema de gestão organizado, capaz de definir questões técnicas com relação a embarcações e petrechos, como também pesca clandestina. Para isto, tem acordos internacionais com todos os países vizinhos e controla as pescarias desde quando o pescado é embarcado até sua venda em terra e posterior exportação.

Na Noruega os pescados também possuem destinos bem específicos. Os peixes demersais geralmente são usados para o consumo, servidos em pratos. Já os peixes pelágicos geralmente são destinados à produção de óleo e farinha para ração. Os ambientes marinhos onde se localizam os berçários oceânicos são protegidos a partir de medidas proibitivas que impedem a prática do arrasto nesses ambientes. (PARLAMENTO EUROPEU, 2014).

As quotas anuais são fixadas pelo Ministério da Pesca, após estudos técnicos, histórico dos últimos anos, acordos com os países ao redor e após diálogos com um conselho consultivo constituído por lei para este objetivo.

Além dessas medidas para a continuidade de forma satisfatória da pesca norueguesa há forte investimento no setor científico, com a “ciência pesqueira recebendo grande prioridade” (FAO, 2001, p 04). A FAO ainda salienta que a Noruega tem despendido esforços para aproveitar partes do pescado que geralmente não são bem aproveitadas, como as cabeças de peixes e as espinhas, aumentando assim a capacidade de produção.

O Chile apresenta como grande avanço no tocante ao ordenamento da pesca a delimitação das zonas de pesca. Assim, há uma faixa de 5 mil milhas náuticas exclusivas para a pesca artesanal, a partir da linha de costa, o que representa 9,3 Km de faixa exclusiva. Outro aspecto positivo foi a suspensão dos arrastos nessa faixa, desde 1996.

Cardoso (2008, 187), ao analisar as experiências territoriais relacionadas à pesca no Chile, expressa que a presença dos pescadores artesanais na “gestão desta área permite a mudança em alguns eixos de ação, como recursos pesqueiros, manejo de áreas ao invés de manejo de espécies, co-administração de recursos comuns e comércio”, fortalecendo a participação dos trabalhadores no processo de produção, assim como contribuindo para a melhoria na qualidade de vida.

O autor citado acima destaca a relevância de se manejar áreas ao invés de se manejar espécies. Isto implica demarcações de zonas marinhas que podem ser melhor aproveitadas, no sentido de se estar impedido de exercer algumas atividades, mas também se poder exercer outras que só podem ser melhor compreendidas quando se analisa o conjunto.

Em análise realizada pelo Centro para Desenvolvimento Humano (CENDEC), ONG com sede em Santiago, capital do Chile, foram apontados como objetivos para a pesca artesanal a “diversificação da produção e agregação de valor, infraestrutura portuária, comercialização, fortalecimento organizacional, desenvolvimento de recursos humanos e institucionalidade setorial” (CENDEC, 2010).

Dentre os objetivos apontados no parágrafo anterior, pode-se destacar a diversificação da produção e agregação de valor aos produtos como fator salientado em todos os países pesquisados, tendo em vista que para a gestão de um determinado setor econômico, a utilização dos produtos e subprodutos deve buscar a maior eficiência possível no sentido de gerar emprego e renda e eliminar desperdício, aumentando a produção.

Com relação à gestão da pesca no Brasil, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que confeccionou o IX Plano Setorial para os Recursos do Mar, vigente entre os anos 2016 e 2019, alerta:

A ausência de continuidade de pesquisas que possibilitem a avaliação das principais pescarias, nos últimos anos, representa um impeditivo para uma informação precisa da situação atual de uso dos principais recursos pesqueiros em exploração no Brasil. (CIRM, 2015, p. 09).

Esse monitoramento, que ocorre de forma parcial, tendo em vista que alguns tipos de pescarias são monitoradas e outras não dispõem ainda de qualquer sistema de monitoramento, como é o caso da pesca artesanal na Paraíba, vem a prejudicar qualquer tipo de gestão que seja implantada, tendo em vista que se precisa saber o que se tem para saber como gerir.

Quanto às iniciativas propostas pelo IX Plano Setorial para os Recursos do Mar, se destaca o interesse da CIRM por desenvolver um imaginário social nacional que vise o mar e seus recursos, assim como sua navegação, como bens de domínio nacional que devem ser mais e melhor utilizados pela sociedade brasileira. Desta feita:

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) criou o PROMAR com o objetivo de estimular o interesse da população brasileira pelo mar, por meio da realização de projetos que abordam a preservação e o uso, racional e sustentável, de suas riquezas. Um desses projetos é a exposição itinerante dos Programas vinculados à CIRM, na costa Brasileira, na

Amazônia Azul, nas águas além da jurisdição nacional e na Antártica. Outras iniciativas são a distribuição de publicações sobre o mar, exibição de filmes institucionais sobre as atividades da CIRM e a realização de palestras em colégios, universidades e eventos científicos e culturais (CIRM, 2015, p. 26).

A busca por uma mentalidade do mar, pela construção de um imaginário social que promova a utilização do mar em suas múltiplas dimensões, de forma produtiva e ao mesmo tempo sustentável, tem sido buscada pelas autoridades políticas e intelectuais do país, mas as atuações ainda são localizadas.

Para o enfrentamento desses problemas, o Ministério do Meio Ambiente, em seu Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, publicado em 2015, acredita que o caminho para promover o mar e as comunidades tradicionais deve considerar:

Políticas setoriais, que permitam a efetiva implantação de políticas públicas pela perspectiva de gestão integral da zona costeira: transformação de um modelo setorial de gestão pesqueira, ambiental, turística, etc. em um modelo integral organizado no entorno do território. Para a atividade pesqueira e aquícola é importante verificar que o ordenamento é a peça chave para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, principalmente se agregado a ele o Conhecimento Ecológico Tradicional – CET, fortemente incorporado em diversas comunidades pesqueiras ao longo do litoral (BRASIL, 2015, 89).

Neste sentido, o que os órgãos públicos relacionados à pesca e a aquicultura buscam, é uma fórmula, uma metodologia de interrelacionar as diversas possibilidades de empreender no mar a partir da referência território tradicional de pesca. Esses espaços de onde devem irradiar as políticas setoriais, nesta perspectiva, possuem em si o germe ou mesmo os germes, por regionalidade e outras características geográficas, que contribuiriam para a guinada que as atividades relacionadas ao mar precisam para acontecer e serem articuladas.

Isto porque, no Brasil, as iniciativas mais estruturadas em forma de gestão pública da pesca são difusas, ou seja, estão esparsas e são frutos de necessidades regionais ou locais, e possuem dois grandes campos de atuação quando o assunto é a pesca formal: um campo é o manejo de espécies através de Planos de Gestão, como são os casos dos Planos de Gestão da Tainha e da Sardinha, ambos tendo como principal responsável pelas elaborações o Ministério do Meio Ambiente. Ainda dentro de uma política em relação à pesca de cunho formal, o Brasil desenvolve, como segundo campo de atuação, as restrições espaciais na pesca, criando unidades de conservação para proteger espaços pesqueiros ou espaços berçários da vida marinha.

Quanto ao primeiro campo de gestão da pesca no país, que aqui se consideram os Planos de Gestão de espécies marinhas, estes estão direcionados principalmente para o setor pesqueiro industrial localizado nos litorais do Sudeste e do Sul do país, onde este tipo de atividade é mais intensa, inclusive por causa das condições oceanográficas.

Parte das embarcações de médio porte e a maioria das embarcações de grande porte vem sendo monitoradas desde 2006 por regulamentação da Marinha do Brasil e principalmente do Ministério do Meio Ambiente, que tem buscado sistematicamente ordenar essas atividades. Com esse monitoramento se busca alcançar objetivos como identificar as variações ocorridas nas atividades pesqueiras por ano, estimar a frequência de pesca realizada em áreas proibidas para traineiras, que estão até 10 milhas náuticas no Rio Grande de Sul e 5 milhas náuticas da costa de Santa Catarina ao Rio de Janeiro (BRASIL, 2015).

A temporada de pesca, a dimensão do peixe que pode ser pescado, as áreas com restrições a pesca, a dimensão das embarcações, o monitoramento por satélite das embarcações, a fim de identificar os percursos das embarcações e anotações de bordo feitas pelos comandantes das embarcações industriais são formas adotadas pelo Brasil para promover a gestão da pesca pelos órgãos nacionais, notadamente o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2011).

Com relação ao segundo campo formal de gestão da pesca no Brasil, surge de forma generalizada no país as Unidades de Conservação da Natureza. Estas, especificamente com relação a algum tipo de atividade pesqueira, geralmente são denominadas de Reservas Extrativistas.

As Reservas Extrativistas tem por finalidade controlar o uso sustentável de uma determinada área que precisa de ordenamento para exploração econômica de recursos pesqueiros. Após ser criada deve ter plano de manejo, documento este que serve para ordenar os tipos de uso da unidade de conservação, tanto qualitativamente quanto quantitativamente. Geralmente são criadas após anos de lutas e resistências promovidas por grupos de pescadores ou pescadoras artesanais. Todavia, geralmente as Unidades de Conservação não chegam a ter seu plano de manejo porque o custo financeiro para a elaboração é alto. Por vezes a solução para o ordenamento surge de medidas desenvolvidas pelos próprios pescadores ou pescadoras balizadas em seus saberes acumulados historicamente e pelas contribuições acadêmicas de estudiosos que possuem nessas unidades seus locais de estudos técnicos e científicos.

Além desses dois campos de gestão da pesca em que o governo nacional busca fazer a gestão, e por isto são considerados campos oficiais de gestão, há também o campo não oficial da gestão da pesca, sendo o mais comum e disseminado no país.

Na visão de Cardoso (2008, p. 191), no Brasil, o que se pode considerar como práticas de gestão pesqueira que surgem em escala local são práticas informais, “onde os pescadores delimitam seus pesqueiros por regras definidas socialmente”. Em escala regional, este autor entende que a forma de gestão que se concretiza, mesmo insuficiente, considerando a falta de plano de manejo e o pequeno número de unidades de conservação em relação à dimensão do país, é através das citadas Reservas Extrativistas Marinhas.

Com relação aos pescadores artesanais marinhos, embora haja algumas diferenças em suas formas organizacionais, seja no Sudeste, no Sul, no Norte do país, Nordeste brasileiro, o traço que marca suas características mais expressivas é a relativa pobreza, mais acentuada no Nordeste, e as regras sociais desenvolvidas por eles próprios no sentido de garantir uma forma mínima de gestão dos recursos pesqueiros.

As principais diferenças entre os pescadores do Sul e do Nordeste residem basicamente em três pontos distintos. O primeiro está relacionado à colonização. Neste ponto se pode destacar o processo de colonização do Nordeste que remonta ao século XVI e que começou a ser exercido basicamente pelo branco português pobre que aprendera com os indígenas da região que praticavam cotidianamente. Já a pesca na região Sul, notadamente Santa Catarina, principal produtor nacional, remonta à chegada dos açorianos, no século XVIII.

A segunda diferença está relacionada ao tipo de trabalho realizado durante a semana. No Nordeste, por causa dos latifúndios canavieiros, os pescadores se transformaram basicamente em trabalhadores do mar. Neste sentido, faziam quase que exclusivamente pescar. Quanto aos açorianos, estes possuíam pequenas possessões de terras, minifúndios, e dividiam suas atividades semanais entre a pesca e o roçado.

A terceira diferença marcante é a relação de vizinhança. Os pescadores nordestinos viram na pesca uma forma de se desconectar das relações sociais que ocorriam no continente, como o coronelismo com base no latifúndio. A atividade pesqueira passou a ser uma forma de negar o modelo sociopolítico executado em terra para que o pescador nordestino se sentisse livre, no mar, da opressão coronelista. Este tipo de relação sociopolítica não ocorreu e não ocorre no sul, onde as relações sociais forjadas no processo de colonização fizeram dos açorianos colonos dispostos a se relacionar entre si e construir relações sociais mais densas e sofisticadas, contribuindo no processo de produção do espaço de forma mais complexa, isto no comércio do pescado, dos produtos agrícolas, nos produtos beneficiados e nas tomadas de decisões políticas.

Na Paraíba, mais especificamente, as relações entre os pescadores artesanais, no mar, se dão a partir de dois tipos de embarcações que vão tecer as relações contratuais. Os botes que geralmente têm entre 6m e 9m, que suportam uma tripulação de até quatro pescadores, e os caícos, que são canoas que tem em média 7m e dependendo do tipo de pescaria geralmente comporta dois pescadores. A tripulação é escolhida pelo pescador dono da embarcação por relação de confiança e o sistema de partilha é o de meia, ou seja, metade para a embarcação e metade para o pescador, conforme sua produção.

Segundo os pescadores marinhos paraibanos, cada um pesca, em média, em 15 pesqueiros, ou seja, ambientes marinhos onde os pescadores lançaram objetos, carcaças de eletrodomésticos, pneus e até latarias de veículos para formar ambientes para a colonização de recursos naturais a partir da criação de uma cadeia trófica. Segundo os pescadores, isto é prática comum entre eles, tendo em vista que o mar da Paraíba tem assoalho calcário, não propiciando muitos ambientes para que os peixes possam encontrar refúgio e habitar.

Do ponto de vista da gestão destes espaços pelo poder público, não há nenhum controle. Quanto aos pescadores, cada um busca evitar que a tripulação de outro barco, ao se aproximar, saiba a localização do pesqueiro que um pescador tenha feito, pois na prática um pescador não respeita o pesqueiro do outro. Nem mergulhadores que pescam de arpão, o que afugenta os peixes.

Na Paraíba, que tem como característica a pesca artesanal por parte da população pescadora do estado, a gestão da pesca feita pelo poder público se dá a partir do controle ineficiente do número de pescadores, ou ao menos do número de pessoas que se dirigem à Superintendência Federal da Pesca, localizada no Terminal Pesqueiro de Cabedelo, que por sua vez não funciona.

A Guarda Costeira, órgão da Marinha do Brasil, fica responsável por verificar as condições das embarcações de acordo com a finalidade que lhes são dadas. Todavia, a fiscalização é ineficiente, como também a do IBAMA, que possui poucas pessoas para fiscalizar questões relacionadas ao defeso do pargo e da lagosta, como também a dimensão mínima que peixes e crustáceos podem ser capturados.

Nesta perspectiva, o que se pode perceber é que falta um programa de gestão voltado para a pesca na Paraíba capaz de desenvolver duas linhas de trabalho. A primeira linha de trabalho deve buscar uma gestão eficiente da pesca e a maneira como se fará para incentivar uma atividade pela qual os profissionais demonstram cada vez menos interesse em executá-la. A segunda linha de trabalho é identificar mecanismos institucionais de Estado capazes de tornar a atividade pesqueira algo que possa ser gerido.

6.4. Fatores para pensar a gestão da pesca na Paraíba

6.4.1. A questão Urbana

O primeiro fator que se deve considerar está relacionado ao onde morar. O pescador precisa estar próximo à praia, ou melhor, na praia para poder facilitar seu trabalho de locomoção ao mar, como também a venda do produto de seu trabalho e manutenção e transporte de seus petrechos.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2015, considera atenção especial sobre os espaços costeiros por serem áreas com muitas “ocupações irregulares, seja de baixa ou alta renda, de forma a garantir as dimensões urbana, social, econômica, ambiental e cultural, assegurando o processo justo de urbanização e a gestão democrática” (BRASIL, 2015, p. 79).

Desta feita, a expansão urbana e o urbano vão atingindo as comunidades tradicionais de pesca. Num primeiro momento o urbano surge com loteamentos e condomínios. Como consequência surge o adensamento populacional e o aumento dos produtos e serviços comercializados no lugar, assim como seus preços.

Posteriormente esses fenômenos urbanos tendem a causar a sensação de incômodo entre os mais velhos e por vezes desejo de se mudar. Este interesse de se mudar também pode ocorrer a partir da oferta em dinheiro pela compra da moradia do pescador, por pessoas ou grupos econômicos que têm interesse de morar ou investir na área de praia.

Neste sentido, um questionário foi montado com 04 alternativas para serem hierarquizadas pelos pescadores. As perguntas foram elaboradas a partir dos contatos anteriores durante os estudos, sendo considerados anseios das comunidades de pesca. Assim, foi utilizada uma amostra de 58 sujeitos, sendo 53 pescadores, 02 professores universitários e 03 técnicos que no momento trabalhavam com pesca artesanal, perfazendo uma amostra de 58 pessoas envolvidas com a pesca, o caminho para solucionar problemas urbanos em comunidades tradicionais de pesca artesanal deve considerar as alternativas por prioridade dispostas na tabela 2, onde:

As alternativas, dispostas na primeira coluna da tabela 2, foram respondidas a partir da seguinte pergunta: com relação à comunidade tradicional de pesca, em ordem de prioridade, qual a sequência destas alternativas pra você?

A alternativa 1 significa: Construir um mercado de peixes

A alternativa 2 significa: Construir equipamentos urbanos que identifiquem a comunidade como de pescadores (museu, estátuas, mercado de artesanato e etc.)

A alternativa 3 significa: Decretar que a comunidade seja de pescadores, evitando que outras pessoas comprem as casas ou removam a comunidade

A alternativa 4 significa: Melhorar a moradia atual do pescador

Tabela 2 - Alternativas por prioridades para a questão urbana em comunidades tradicionais de pesca artesanal

Alternativas	Prioridades em %
01	27
02	00
03	65
04	08

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a tabela 02, a primeira prioridade para 65% dos sujeitos da pesquisa é a alternativa número 03, que compreende decretar que a comunidade seja de pescadores, evitando que outras pessoas comprem as casas ou removam a comunidade. A segunda prioridade compreende a alternativa 01, que significa construir mercado público para os pescadores, de acordo com a preferência de 27% dos sujeitos da pesquisa. A terceira prioridade é a alternativa 04, que implica em melhorar a moradia atual do pescador, escolhida por 08% dos sujeitos da pesquisa. A Alternativa 02, que significa construir equipamentos urbanos que identifiquem a comunidade como de pescadores (museu, estátuas, mercado de artesanato e etc.), embora seja algo comentado por eles durante as entrevistas, não surgiu como prioridade para os pescadores e demais entrevistados.

De acordo com os pescadores, há uma sequência lógica nestas demandas, que estão diretamente relacionadas aos seus problemas historicamente enfrentados, ora com relação aos pretensos donos dos latifúndios costeiros, ora em relação aos incorporadores imobiliários, como também em relação à omissão do Estado, nos níveis federal, estadual e municipal. A pobreza, a falta de visibilidade social e a preocupação com a venda da produção também aparecem na lógica dessas prioridades.

Assim, ao indicarem que a prioridade 01 é a alternativa 03, ou seja, decretar que a comunidade seja de pescadores, evitando que outras pessoas comprem as casas ou despejem a comunidade tradicional, está se propondo a criação de territórios tradicionais de pesca, o que tende a garantir a permanência da população tradicional mesmo que esta venha a se urbanizar,

como também já esteja urbanizada e que esta característica não seja considerada fator que sirva para o entendimento de que a comunidade não seja tradicional.

Quanto à prioridade 02, que corresponde à alternativa 01, ou seja, construir um mercado de peixes, por comunidade de pesca, implica que os sujeitos da pesquisa considerarem que o pescado deve ser vendido por eles mesmos ao invés de ser passado para um atravessador. Os pescadores entendem que já estão cansados para vender pescados quando estão em terra, mas que esta atividade poderia ser executada de maneira familiar havendo um espaço destinado para este fim. Muitos pescadores criam carteiras de clientes para garantir a venda de seus produtos ao consumidor final, evitando os atravessadores.

Ao propor que a prioridade 03 seja a alternativa 04, sendo esta melhorar a moradia atual do pescador, os sujeitos demonstram que necessitam, segundo suas falas no decorrer das entrevistas, de programas governamentais de crédito para melhorias de suas moradias, tendo em vista que historicamente os pescadores sempre tiveram dificuldades de fazer melhoria em suas residências devido aos baixos rendimentos por causa, dentre outros motivos, da falta de gestão do setor, o que contribui para a situação de pobreza.

Quanto à prioridade 4, identificada pela alternativa 2, trata de construir equipamentos urbanos relacionados à pesca, como museu, estátuas, mercado de artesanato e etc.), ou de forma mais abrangente, equipamentos urbanos que garantam a visibilidade social do pescador, como também da complexidade de suas manifestações culturais específicas, ritmo de vida e trabalho, assim como a demarcação visual, por parte de tais equipamentos urbanos, que aquele ambiente é diferenciado, pois nele existe uma comunidade tradicional.

Estas necessidades históricas dos pescadores artesanais têm se transformado cada vez mais urgentes à medida que o tempo passa. Assim, identificar o caminho do processo de territorialização das comunidades tradicionais de pesca artesanal pode inverter este processo histórico de desinteresse pelas atividades relacionadas à pesca e ao mar, em sua complexidade.

Essas prioridades implicam dizer que as ausências em relação a esta categoria profissional têm contribuído sobremaneira para o desinteresse pelas atividades ligadas à pesca e outras atividades ligadas ao mar. Pode-se considerar essas outras atividades como o turismo no que ultrapassa o turismo de “sol e mar”, onde se deve levar em consideração aspectos ligados a um turismo voltado para a natureza em sua complexidade e também um turismo cultural, que atualmente está relacionado geralmente a centros históricos das zonas antigas das cidades. A maricultura também pode ser melhor explorada em comunidades tradicionais que possuam territorialidade definida.

Neste contexto também existem outras ausências ligadas à gestão da pesca, sendo que como o contexto é mais complexo, é melhor usar o termo gestão do mar, pois assim é possível considerar suas interrelações, como as ausências ligadas às instituições públicas e a descrença generalizada entre poder público e pescadores e entre pescadores e eles mesmos.

6.4.2. As ausências a serem consideradas numa possível gestão do mar

Ao aplicar os questionários e dialogar com os pescadores, professores e técnicos entrevistados, foram elencadas por todos os sujeitos da pesquisa algumas ausências na gestão da pesca que, de fato inexistem e se existisse um sistema de gestão, estas lacunas deveriam ser contempladas e preenchidas.

Dentre elas se destaca como primeira ausência a atual situação de descrença no setor pesqueiro, que aparece de forma triangular quando se considera os sujeitos e entes envolvidos. Ou seja, em primeiro lugar os pescadores não acreditam nas instituições, principalmente no poder executivo. Os pescadores entendem que tudo que vem dos poder executivo (prefeituras, estados e governo federal) sempre está saturado de corrupção, ineficiência, ineficácia e oscilação de programas e projetos ou mesmo suspensão das políticas públicas.

Em segundo lugar os pescadores não acreditam neles mesmos. Neste sentido, para os pescadores a organização em prol de um sistema de gestão da pesca não pode ser executado por colônias de pescadores, associações de pescadores ou por cooperativas de pescadores. O termo usado de forma unânime é: “isto não dá certo porque nunca deu certo”. Este sentimento de trauma está diretamente relacionado ao histórico de relações sociais entre os pescadores.

Para fechar este triângulo sociopolítico imaginário negativo, ainda há a descrença das instituições públicas nos pescadores marinhos. Estes são vistos como dispersos, desorganizados e desinteressados. Um burocrata do alto escalão federal da pesca no estado da Paraíba, que preferiu não se identificar, disse que “preferiria entregar tudo à iniciativa privada” (Anônimo. entrevista realizada em 07/03/2015), demonstrando sua incredulidade na capacidade de organização e produção dos pescadores.

A segunda ausência aqui observada e que também é bastante crítica é a falta de efetivo institucional nos níveis federal, estadual e municipal. Com relação à questão federal, o Ministério da Pesca e Aquicultura, criado em 2009, foi extinto em 2015 e suas atribuições passaram para o Ministério da Agricultura. Até o momento de sua extinção, a representação do Ministério da Pesca e Aquicultura na Paraíba se dava pela Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura, que funcionava no Terminal Pesqueiro, localizado ao lado do Porto de

Cabedelo/PB, que basicamente tinha a função de, na Paraíba dar autorização para pessoas que quisessem tirar a carteira de pesca.

Já o Terminal Pesqueiro, de competência federal, que deveria ter a função de servir como ambiente onde os pescadores poderiam manter seus peixes congelados e venderem a partir daí, não funciona devido ao projeto estar equivocado e o Terminal precisar ser reformado antes mesmo de começar a funcionar, para que de fato possa ser útil.

Quanto ao órgão estadual designado a trabalhar com pesca e aquicultura na Paraíba, existe a Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura, composta por um secretário estadual que tem formação em jornalismo, mais um engenheiro de pesca e um secretário técnico em pesca. Apenas três pessoas respondem pelas políticas públicas na pesca e aquicultura no estado da Paraíba.

De acordo com o senhor David Capistrano, engenheiro de pesca lotado na Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura do Estado da Paraíba, o órgão tem atuado nos últimos anos com o “estímulo à aquicultura continental, mais especificamente com o camarão *Litopenaeus vannamei* e a tilápia. Não há na atualidade projetos relacionados à pesca marinha” (Entrevista realizada em 02/04/2015).

Com relação aos municípios litorâneos do estado, alguns possuem ou possuíam diretorias de pesca, a exemplo do município de Cabedelo, que possui diretoria, mas não possui pessoas ocupando cargos. Em João Pessoa, capital do estado, havia duas pessoas trabalhando em sua diretoria de pesca, todavia, foram remanejadas e atualmente a diretoria de pesca deste município se encontra sem funcionários. No município de Conde, a diretoria de pesca foi extinta em meados de 2015. Situações como estas são detectadas ao longo de toda a costa do estado da Paraíba.

Para além das ausências, é preciso pensar pontos de partida para a estruturação do setor da pesca artesanal. Estes pontos de partida devem apontar para uma nova forma de interpretar a realidade das comunidades tradicionais, seu imaginário social, seu processo de urbanização e de forma essencial, suas demandas. Nesta perspectiva será possível encontrar pontos de partida para ordenar esta atividade e ampliar suas perspectivas.

6.5. Gestão da Pesca ou do mar?

Como se tem observado e analisado ao longo do trabalho, o Brasil, os estados da União, assim como os municípios costeiros não dispõem de um sistema de gestão da pesca

marinha, nem ao menos um sistema que seja ineficiente. Nem tão pouco este sistema deverá ser cunhado em um modelo centralizado.

Isto porque as tentativas de produção de um modelo de gestão que busque a eficiência a partir do Estado também já demonstrou sua ineficácia, como aponta o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em relatório que demonstra que é a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, o caminho mais seguro para um projeto de sucesso. Para tanto, o IBAMA faz um convite a uma reflexão, antecedendo a ação, no tocante a pesca artesanal marinha:

A gestão centralizada faz pouco ou nenhum uso da capacidade de os pescadores gerirem a si mesmos, e poucas consultas efetivas com os usuários dos recursos, sendo muitas vezes não adequadas para os países em desenvolvimento, como o Brasil, porque os recursos financeiros e a quantidade de informações são limitadas para gerir os recursos pesqueiros em áreas de pesca amplamente dispersas (BRASIL, 2009, p. 50).

Pensar um sistema de pesca artesanal que tenha como foco a preservação ambiental, assim como a eficiência para gerar ocupação e renda satisfatórios, passa, por entre outros fatores, dialogar com os sujeitos mais interessados, que são os próprios pescadores, contribuindo assim para que ocorra gestão participativa.

Neste sentido, um terceiro questionário foi montado com 8 alternativas para serem hierarquizadas pelos pescadores. Estas perguntas foram elaboradas a partir dos contatos anteriores durante os estudos. Assim, para os entrevistados, numa amostragem de 58 sujeitos, sendo 53 pescadores, 02 professores universitários e 3 técnicos que no momento trabalhavam com pesca artesanal, perfazendo uma amostra de 58 pessoas envolvidas com a pesca, o caminho para solucionar problemas ligados a pesca e a gestão do mar em comunidades tradicionais de pesca artesanal deve considerar as alternativas por prioridade dispostas na tabela 3, onde:

Quanto às alternativas, dispostas na tabela 3, na primeira coluna, de 1 a 8, foram feitas a partir da seguinte pergunta: com relação à pesca e ao mar, em ordem de prioridade, como deve ser a sequência de implementação pelo governo?

A alternativa 01 significa: Ter acesso a compra de barco industrial

A alternativa 02 significa: O governo promover Cursos de pesca

A alternativa 03 significa: Acesso ao subsídio do combustível

A alternativa 04 significa: Pequena empresa industrial para beneficiar as partes dos peixes que não se aproveitam, e fazer o filé de peixes espinhentos

A alternativa 05 significa: O governo comprar o pescado para escolas e creches, garantindo o escoamento da produção

A alternativa 06 significa: Inserir recifes artificiais

A alternativa 07 significa: Dar prioridade para que os pescadores explorem os passeios turísticos

A alternativa 08 significa: Fábrica de Gelo

Tabela 3 - Prioridades dos Pescadores artesanais paraibanos para a gestão da pesca marinha no estado da Paraíba

Alternativas	Prioridades em %
1	02
2	06
3	17
4	11
5	15
6	08
7	04
8	37

Fonte: dados da pesquisa

Para os sujeitos da pesquisa, há uma necessidade que se destaca em relação às outras, entre 08 alternativas, para a existência de uma fábrica de gelo por praias consideradas principais, ou mais povoadas, como também mais visitadas. Desta forma, a necessidade de uma fábrica de gelo por praias mais povoadas e visitadas surge como primeira prioridade, correspondendo a 37% das respostas.

Todavia, durante as entrevistas, nas 53 entrevistas com os pescadores marinhos, surgiu sempre a incredulidade na construção de fábricas que viessem a ser geridas por associações de pescadores. Para tanto, usaram exemplos de fábricas de gelo construídas na Praia da Penha, em Tambaú, em Lucena, dentre outras, que não prosperaram sob o comando dos pescadores associados.

Segundo os pescadores, a fábrica de gelo por praia, segundo sua densidade demográfica e movimento no período de estiagem, contribuiria para manter a fábrica aberta e dando lucro, ao mesmo tempo em que contribuiria para vender gelo por valores subsidiados aos pescadores. As praias que deveriam dispor deste empreendimento seriam Pitimbu, Jacumã, Penha, Tambaú, Praia de Ponta de Matos, em Cabedelo, Lucena e Baía da Traição. Câmaras frias, de investimento mais barato, também poderiam ser implantadas ao invés da fábrica de gelo, dependendo da quantidade de pescadores por praias.

Foi considerada prioridade 02, com 17%, a alternativa 03, que corresponde a outro implemento básico para a atividade pesqueira, o acesso ao subsídio de combustível. Para os pescadores, a proposta do governo federal, que é colocar uma bomba de combustível a disposição dos pescadores no terminal pesqueiro, em Cabedelo, não satisfaz, porque inviabiliza um pescador sair da Praia da Penha, por exemplo, para abastecer em Cabedelo e voltar para pescar em seus pesqueiros. Neste sentido, a demanda dos pescadores também está relacionada a uma bomba de combustível por praia mais densamente povoada para poder vender também aos pescadores assim como a população, sendo que aos pescadores a venda seria subsidiada.

A prioridade 03, com 15% das respostas, é a alternativa 05, ou seja, o governo comprar o pescado para escolas e creches, garantindo o escoamento da produção. Esta preocupação está diretamente relacionada à busca histórica de o pescador não necessitar de atravessadores. Atualmente os pescadores que melhor conseguem maiores retornos financeiros com sua produção, possuem peixarias ou restaurantes, ou seja, encontraram formas de agregar valor a seus produtos.

Para o pescador que apenas pesca e não tem como vender no varejo, ele teria apenas três opções: ou vender para um peixeiro sua produção, ou vender para um atravessador, que precisa atingir cotas para vender a clientes como restaurantes, por exemplo, ou terá que estar relacionado a uma cooperativa ou similar que compraria as partes dos pescadores e revenderia sua produção às escolas, creches, dentre outros. O maior interesse dos pescadores, ao vender para órgãos públicos, é garantir a permanência do escoamento de suas produções a preços satisfatórios, tendo em vista que por vezes não conseguem bons preços com os atravessadores e ou peixeiros.

A prioridade 04, com 11%, é a alternativa 04, sendo ela a construção de pequena empresa industrial para beneficiar as partes dos peixes que não se aproveitam, e fazer o filé de peixes espinhentos. Nesta alternativa entram também a produção de óleo de peixe. Os pescadores atualmente tem dificuldade de aproveitar cerca de 30% do pescado ou mesmo deixam de pescar peixes que possuem muitas espinhas pelo fato de não ter como beneficiar a produção, o que lhes obriga a se voltarem a pescar peixes considerados de primeira ou de segunda qualidade.

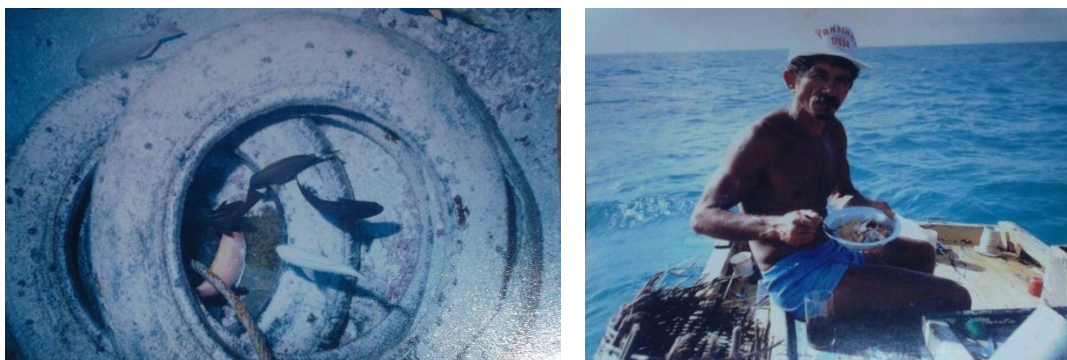
Deve-se salientar que mesmo estes peixes possuem partes que geralmente não se aproveitam, e os pescadores sabem que precisam deste equipamento. Os pescadores não conseguem fechar convênio com o caminhão do peixe do Ministério da Pesca e Aquicultura porque não tem como beneficiar antes. O caminhão comporta 300kg de peixe por dia. A falta

de câmaras frigoríficas para guardar o pescado não vendido que retorna no caminhão impede os pescadores de usá-lo. Esta câmara frigorífica faria parte da empresa beneficiadora de pescado, pois segundo os pescadores deveria estar tudo atrelado.

A prioridade 05 foi a alternativa 6, inserir recifes artificiais, o que implica em garantir maior quantidade de pesqueiros para os trabalhadores, aumentando o número de pontos de pesca. De acordo com os pescadores, o mar da Paraíba possui praticamente todo seu assoalho formado por sedimentos de calcário, ou seja, nem lamoso e nem rochoso. A consequência disto é que os peixes encontram poucos lugares para fazer habitats mais seguros contra predadores. Já nos ambientes marinhos de fundos rochosos, se formam abrigos para peixes, moluscos e crustáceos.

Segundo os pescadores entrevistados, cada pescador na Paraíba tem em média 15 pesqueiros construídos e aumentados ao longo da vida profissional. Esses pesqueiros são construídos pelos pescadores via de regra, com materiais inadequados para tal, como produtos que enferrujam, como carcaças de automóveis, carcaças de aparelhos de ar-condicionados, fogões, geladeiras, dentre outros eletrodomésticos. São usados também pneus, que com o tempo vão se esfarelando e poluindo o pesqueiro, o que afugenta os peixes (figuras 31 e 32).

Figuras 31 e 32 – Pescador sobre pesqueiro recém criado



A imagem da esquerda mostra o início de colonização em pesqueiro feito pelo Pescador João Targino – Tambaú. A imagem da direita mostra o pescador João Targino almoçando em sua jangada.

Fonte: Acervo do pescador João Targino (2012).

Os pneus são muito usados pelos pescadores para produzir pesqueiros. Após iniciar a criação de um pesqueiro, o pescador examina o lugar ao menos a cada quinze dias. Em cerca de dois meses o pesqueiro já começa a apresentar pequenos peixes. Em mais um mês já é possível pescar no local, tendo em vista que peixes maiores surgem para se alimentar dos pequenos.

A demanda por materiais adequados para fazer pesqueiros é antiga entre os pescadores. Para eles, a distribuição de blocos de concreto para que cada pescador possa aumentar seus pesqueiros ou criar outros pesqueiros contribuiria com o aumento de peixes por pesqueiros. Há mais de 10 anos estão embargados blocos de concreto (figura 33) ao lado do terminal pesqueiro em Cabedelo. Um processo parado no IBAMA impede que sejam dados os devidos destinos a esses blocos, que são arquitetados para servir de ambiente para lagostas, todavia, outros crustáceos e peixes também tendem a habitar um ambiente que simule solo rochoso.

Figura 33 – Imagem de blocos de concreto embargados ao lado do Terminal Pesqueiro da Paraíba, que serviriam para formação de pesqueiros para pescadores



Fonte: Ismael Araújo

Para uma gestão eficiente no tocante à distribuição dos pesqueiros pelo poder público aos pescadores, devem ser obedecidas, no mínimo, duas condições.

A primeira condição significa entregar aos pescadores os blocos para que eles afundem em pontos conhecidos apenas por cada tripulação de embarcação. Isto evita que uma tripulação pesque no pesqueiro de outra tripulação, o que por vezes acaba sobrecarregando o pesqueiro ou o danificando.

A segunda condição para inserir pesqueiros, na ótica dos pescadores artesanais, é criar mecanismos legais e de fiscalização que impeçam mergulhadores, ao descobrirem algum pesqueiro, atirarem de arpão ou outro mecanismo de tiro, pois isto afugenta os peixes devido aos seus instintos de autopreservação da vida.

A prioridade 06 para os sujeitos da pesquisa é a alternativa 02, o governo promover cursos de pesca. Esta demanda dos pescadores é bem direcionada, pois eles deixam claro que não querem perder tempo com o que já sabem. É unânime na fala deles “que já sabem pescar”, mas que o diferencial dos cursos, ou seja, a forma que seriam verdadeiramente úteis é

se os cursos enfatizassem o comportamento das espécies que pescam e também o aprendizado de novos equipamentos.

Há uma obviedade que precisa ser salientada: o nível escolar dos pescadores artesanais mais velhos é muito baixo. Inclusive muitos não sabem ler. Todavia, também há vários tipos de equipamentos que podem ser desenvolvidos e aplicados caso a caso, inclusive aparelhos de GPS simplificados para atender as necessidades de pesca que podem ser usados tanto pelos pescadores mais antigos, como também pelos mais jovens que sabem ler e escrever.

Neste sentido, a solução passa pela simplificação de equipamentos ao invés de entregar a um pescador com baixa escolaridade um instrumento de posicionamento global com a mesma complexidade de um GPS usado por um estudante de curso técnico ou superior. Esta poderia ser uma forma de evitar que os equipamentos fossem vistos de forma negativa por vários trabalhadores desta atividade econômica. Atualmente já existem, por exemplo, aparelhos celulares para idosos, com teclas maiores, painel maior e quantidade menor de funções para facilitar a manipulação pelos idosos.

A prioridade 07 é a alternativa 07, sendo ela dar prioridade para que os pescadores explorem os passeios turísticos. Esta atividade tem sido historicamente um complemento na renda dos pescadores, que tem sido cerceada pela falta de condições em suas embarcações denunciadas tanto por empresários que começaram a explorar este setor do turismo, como por turistas que veem o despreparo dos pescadores para a atividade.

Neste prisma, podemos aqui desenvolver duas reflexões que surgem na lógica desta atividade desenvolvida pelos pescadores: a primeira reside no fato dos pescadores entenderem que tem o direito de continuar exercendo a atividade com primazia em relação aos empresários que vem com preparo e organização explorar os bancos de areia e recifes de corais objetivando o lazer do turista.

Isto implica em considerar o território como sendo de pesca artesanal e que os pescadores tem o direito de permanecerem exercendo as atividades que desenvolvem há décadas, todavia, considerando o atual desenvolvimento do turismo, seus padrões de qualidade e sua evolução, de forma que o Estado contribua para inserir os pescadores artesanais dentro deste atual contexto do turismo contemporâneo. Um exemplo seria a adequação dos pescadores que desenvolvem passeios de barco, a receberem cartão de crédito.

A segunda reside no fato de os pescadores não terem ainda percebido que o perfil dos turistas que estão sendo atraídos pelas propagandas dos empresários, é diferenciado. Anteriormente as pessoas que frequentavam os corais e bancos de areias usando como transportes as embarcações dos pescadores, não se importavam com a falta de equipamentos

de segurança e formas de recepção e tratamento mais rude, por vezes marcada pela falta de capacidade por parte dos pescadores no trato com as relações interpessoais com os turistas.

Com a mudança neste perfil dos passageiros, surge a necessidade de adequar a embarcação para os dias de passeios e também oferecer cursos de relações interpessoais capazes de melhorar a interação entre pescadores que se tornam agentes turísticos e sua clientela que cresceu bastante nos últimos anos em várias praias da Paraíba.

Todavia, os pescadores demonstram claramente que não tem como fazer isto sozinhos, e que precisam de ajuda através de políticas públicas ou por meio de termos de ajustamento de conduta entre empresas e governos, como também como formas de compensação social ou ambiental em estudos de impactos ambientais. Seja qual for o caminho, ou de preferência, sendo todos estes caminhos, o que se deve perceber ainda no tocante a temática, passeios conduzidos por pescadores, é que estas atividades tendem a contribuir com a diminuição da necessidade da pesca predatória em época de defeso de lagosta ou pargo, que coincidem com o verão, momento em que há mais turistas nas praias.

A prioridade 08 é a alternativa 01, que propõe o incentivo a pesca industrial para os pescadores artesanais que tenham interesse de adentrar neste setor da atividade pesqueira. É ponto comum entre os pescadores, discorrerem que a atividade de pesca industrial é relevante e deve ser explorada no estado, mas que isto não se aplica a eles, que possuem outro ritmo de pesca, mas que a atividade industrial tende a ser interessante para a próxima geração, pois segundo eles, há jovens que se interessam em trabalhar no mar, mas não como pescadores artesanais. Assim como os pescadores artesanais não se interessam, em sua maioria, em mudar seus ritmos de trabalho e vida, e toda cultura aí engendrada.

Quando olhamos para as necessidades dos pescadores, podemos perceber que são urgentes e que estão diretamente relacionadas com a labuta diária que o ofício necessita. Das prioridades, entre 08 alternativas, a necessidade de manter o pescado preservado com o gelo, por isto a escolha da alternativa fábrica de gelo, ao mesmo tempo em que na sequência das prioridades, surge o próprio ambiente de trabalho multiplicado, que compreende a inserção de recifes artificiais, o que implica em diagnóstico e zoneamento do mar para ver quais são os melhores locais para inserção de arrecifes.

Ao observarmos também a alternativa que trata sobre passeios marítimos, vemos a preocupação dos pescadores em poder participar do crescimento do turismo em suas comunidades tradicionais.

Ao elencarmos, neste momento do trabalho, dois fatores preponderantes para a pesca e outro que contribui para a melhoria da renda, e ao considerarmos que para se pescar, fazer

turismo ou mesmo implantar recifes artificiais, se precisa entender o mar de forma mais complexa e por conseguinte entender a pesca artesanal dentro desta complexidade, considerando que a pesca artesanal depende de uma gestão do mar.

6.6. Em busca de uma gestão integrada do mar para além da pesca artesanal

Em primeiro lugar, se faz necessário fazer uma observação: o mar do Nordeste é pouco explorado economicamente, se considerarmos sua complexidade. É um mar tropical, de águas mornas, é límpido e excelente para mergulhos. Ao mesmo tempo em que uma maior quantidade de pesqueiros aumentaria o número de peixes para os pescadores em curto prazo, devido ao aumento de ambientes favoráveis a criação de habitats.

Dizer que o mar é pouco explorado não nega a sobrepesca da maioria das espécies de peixes encontrados em nossos mares. Entender sua exploração ineficaz, ineficiente e não efetiva consiste em ver o mar, notadamente o mar paraibano, de forma complexa, ao invés da forma como o mar sempre foi visto, ou seja, de forma dualista e distorcida.

A partir de uma visão complexa sobre o mar da Paraíba, podem ser analisados os pescadores artesanais, que atualmente possuem uma realidade de pobreza porque historicamente estão inseridos em uma situação de falta de gestão pública da atividade pesqueira, assim como do mar, pois a pesca artesanal deveria ser apenas uma das possibilidades de relacionamento econômico com o mar, tendo como pontos convergentes o turismo, o beneficiamento de pescados de forma eficiente e também o acesso a implementos de maneira adequada e satisfatória, considerando uma sequência de necessidades, o que atualmente não ocorre por parte das políticas públicas.

Assim, de acordo com Azevedo (2012, 313), em tese de doutorado sobre a política pesqueira no Brasil, dentre suas conclusões, entende que:

A política pesqueira atual, em termos das dimensões do desenvolvimento sustentável, privilegia principalmente a econômica, visando o crescimento da produção pesqueira. Isso também implica privilegiar aos setores produtivos escolhidos para protagonizar esse crescimento, fundamentalmente os empresários industriais, pesqueiros e aquícolas. Secundariamente, o governo atende a dimensão social, visando melhorar a renda e os direitos dos pescadores artesanais. Mas isto fica subordinado ao primeiro objetivo, de forma que o privilégio dado aos setores empresariais prejudica aos artesanais, direta e indiretamente. Diretamente, limita os recursos e esforços públicos disponíveis para eles. Indiretamente, no contexto da concorrência, a pesca artesanal perde competitividade no mercado e sofre, mais que a industrial, a crise dos recursos.

Inverter as prioridades das políticas públicas no setor pesqueiro, ou seja, dar preferência à pesca e pescadores artesanais ao invés de priorizar o setor industrial, é possível e pode ser planejado levando em consideração instrumentos eficazes de gestão de ordenamento territorial, sendo o instrumento zoneamento, componente central nesta perspectiva.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente, Brasil (2015, p. 63), enfatiza a relevância do zoneamento costeiro, considerando que:

O planejamento e ordenamento dos usos múltiplos da zona costeira permite a resolução de conflitos de interesses ao promover o zoneamento eficiente do litoral e áreas marinhas adjacentes. Por intermédio deste planejamento, é possível acomodar os diversos setores, com vistas a manter os bens e serviços prestados pelos ecossistemas estuarinos, costeiros e marinhos, considerando os princípios de sustentabilidade e manutenção do funcionamento e da resiliência dos ecossistemas, e promovendo, por fim, melhores condições de vida para as populações costeiras.

Objetivando considerar fatores que contribuam de forma eficiente para a atividade pesqueira, assim como, de forma mais específica, melhorar o trabalho e renda dos pescadores artesanais, uma política de gestão da pesca, ou melhor, do mar, deve considerar como elementos fundamentais:

I – Diferente dos mares da Noruega, ou de Portugal, ou do Chile, o mar da Paraíba pode ser ambiente de mergulho praticamente o ano todo. Todavia, como foi expresso pelos pescadores, os ambientes de mergulho devem ser separados dos ambientes de pesca, isto porque os mergulhadores afugentam os peixes e crustáceos. Isto traz a luz da discussão a necessidade de se subdividir o mar da Paraíba em ao menos 4 partes: 1. Zona exclusiva para a pesca artesanal; 2. Zona exclusiva para mergulhos exploratórios contemplativos e de pesca com arpão; 3. Zona exclusiva para passeios náuticos; 4. Zona exclusiva para a maricultura. Em todas elas os pescadores artesanais devem ser protagonistas e assim diversificar suas atividades e renda. Neste sentido, a pesca artesanal deve deixar de ser considerada atividade única para uma camada de pescadores que passam por várias privações, seja alimentar, seja cultural, seja de acesso a espaços bem definidos para o trabalho e vida, para ser atividade entre outras atividades, contribuindo para evitar o pauperismo do pescador artesanal, pois passa a diversificar suas atividades.

II – Quanto às contribuições internacionais aplicáveis na Paraíba, é possível perceber que, guardadas as devidas proporções, um sistema de lotas, assim como ocorre em Portugal,

onde no porto de embarque e desembarque ocorre a fiscalização, pesagem e venda de pescados, adaptado à realidade estadual, poderia contribuir para estruturar a pesca com relação aos locais de embarque e desembarque das tripulações, garantindo, principalmente, um controle que pode ser feito no tocante a cotas e dimensões de pescado por espécie a ser explorada, como atualmente já se faz com a pesca do Tambaqui, no Norte do país, a tainha e a sardinha no Sul e Sudeste.

No caso da Paraíba, os pescadores, ao longo da costa, deixam suas embarcações próximas umas às outras e próximas às praias que moram ou historicamente moraram. Nestas localidades geralmente também se encontram o mercado de peixe ou uma feira próxima onde ocorrem as vendas, como também a presença dos atravessadores, figura esta que os pescadores desejam evitar negociar, mas por falta de políticas públicas eficazes, muitos pescadores vendem por baixos preços o fruto de seu trabalho a estes agentes especuladores.

Em algumas praias, como é o caso de Tambaú, em João Pessoa, os pescadores, além de atracarem as embarcações próximas umas das outras e bem próxima à praia, ainda dispõem de mercado de peixes e de uma fábrica de gelo que por problemas administrativos não funciona. As associações de pescadores e as colônias de pesca, até a atualidade, na Paraíba, não foram capazes de organizar estes trabalhadores.

III – A solução para os problemas relacionados à administração de empresas que venham a produzir gelo, a beneficiar pescado e armazenar o excedente até que seja vendido, pode estar na criação de OSCIPs para estas finalidades. Quanto ao subsídio ao combustível, isto poderia ser negociado a partir de licitações com postos de combustíveis localizados nas praias. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público podem ficar responsáveis pelo conjunto da parte empresarial necessária para dar suporte a pesca e a aquicultura, até que haja maturidade administrativa entre os pescadores para que assumam o controle das atividades empresariais. Esta maturidade pode demorar uma geração, mas deve ser buscada.

As Oscips podem ser criadas para diversas finalidades. No caso da Oscip Instituto de Tecnologia Socioambiental do Baixo Sul da Bahia, conhecia pelo nome fantasia Instituto Terraguá, tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento local e sustentável de territórios, considerando a participação e o fortalecimento de pessoas e grupos sociais nos processos políticos, econômicos e culturais, com práticas de economia solidária” (IBAM, 2010, p. 14).

Segundo o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, a Oscip Terraguá vem desenvolvendo atividades relacionadas ao empoderamento social, através da promoção de parcerias e mobilização social, voltada para o público jovem, objetivando desenvolver o

protagonismo social dos filhos de pescadores e agricultores dos municípios de Igrapiúna e Camamu, no Litoral Sul da Bahia. Para tanto, as práticas estão convergindo para a aquicultura.

Todavia, os panoramas e rumos propostos e produzidos por uma Oscip, junto com a comunidade local, podem ser bem variados, sendo que a Oscip sempre terá como função ajudar no processo de condução da comunidade na direção da organização social, de forma que com passar do tempo, a partir das experiências adquiridas, a comunidade possa se alto gerir.

Uma OSCIP poderia ser responsável por pequenos terminais pesqueiros por praias com maior concentração de pescadores. Haveria também a necessidade de trapiches para organizar melhor os embarques e desembarques dos pescadores e pescados, assim como de pessoas que estejam fazendo passeios turísticos, dando mais de uma função aos trapiches, o que justificaria suas construções. Neste sentido, o elemento II se aplicaria a partir do elemento III.

Além da possibilidade de OSCIPs contribuírem temporariamente no processo de gestão dos territórios pesqueiros e do mar, podemos também levar em consideração a experiência do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF). O CECAF não é uma OSCIP, e sim um setor da Prefeitura Municipal de João Pessoa, capital da Paraíba, que através de uma iniciativa inovadora por parte de um secretário de desenvolvimento urbano municipal, que aceitou e assumiu uma demanda dos agricultores familiares, principalmente da microrregião do Litoral Sul da Paraíba, composto pelos município de Conde, Pitimbu, Alhandra e Caaporã de construir um mercado público para a comercialização dos produtos destes agricultores e de pescadores artesanais da grande João Pessoa, que tenham interesse de negociarem no local.

O CECAF Fica localizado no bairro José Américo, na cidade de João Pessoa. O CECAF se constitui numa alternativa porque é uma obra da Prefeitura de João Pessoa e é gerido pela própria prefeitura, com recursos municipais. Se fossemos aqui tratar de competências, este órgão deveria ser estruturado pelo estado da Paraíba, e não pelo município de João Pessoa, tendo em vista que se apresenta como um espaço de mercado público para a agricultura familiar dos municípios supracitados.

Pela experiência do CECAF, e considerando uma alternativa às OSCIPs, se vê a possibilidade de as prefeituras assumirem, a partir de verbas federais, os pequenos terminais pesqueiros por praias mais densamente povoadas, capazes de oferecer a estrutura necessária para, a partir daí ocorrer uma gestão do mar, onde os pescadores artesanais seriam

beneficiados e poderiam se transformar em protagonistas dentro de uma perspectiva de gestão compartilhada.

IV – Os territórios de pesca devem ser criados para reforçar a relevância desta atividade econômica e a partir daí, criar o ambiente fértil necessário para empoderamento e governança das comunidades de pesca. Com isto será possível construir uma imagem sobre a pesca e suas possibilidades com relação ao mar capaz de gerar visibilidade social destas comunidades tradicionais que devem ser percebidas de forma clara pelo imaginário urbano.

O Decreto federal Nº 5.300/2004, ao regulamentar a Lei Federal Nº 7.661/1988, que Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, no tocante a uso e ocupação da zona costeira e critérios de gestão da orla marítima, expressa que as comunidades tradicionais são consideradas, em seu artigo 2º, inciso XIV, parte de “trecho da orla marítima de interesse especial”, ou seja, deve ser percebida e mapeada pelas autoridades competentes, que neste caso é, principalmente, a prefeitura municipal. O mapeamento depende da auto-declaração da comunidade quanto aos limites e confrontantes do território.

Este Decreto ainda expressa, com relação às comunidades tradicionais em meio rural e urbano, em seu artigo 26, que quanto à “caracterização socioambiental, classificação e planejamento da gestão, a orla marítima será enquadrada segundo aspectos físicos e processos de uso e ocupação predominantes”. E neste sentido, havendo comunidades tradicionais, devem ser consideradas, estudadas e fortalecidas.

6.7. Considerações finais

Enquanto os países que possuem costa marítima e tradição na pesca vem desenvolvendo formas para garantir a produção e o emprego dos trabalhadores da pesca, assim como aumentar a produtividade sem aumentar a produção, o Brasil está desenvolvendo apenas ações pontuais quando o assunto é gestão da pesca, assim como também vemos a ausência de prioridade por parte do Estado em políticas públicas ligadas a pesca artesanal.

O planejamento e gestão pública têm evoluído em discursos, textos, leis e regulamentos, como também na forma de entender as atribuições dos poderes públicos em suas esferas. Todavia, a realidade da pesca artesanal na Paraíba é decadente e o maior destaque entre as falas dos gestores públicos e os pescadores é a descrença em uma solução viável.

Todavia há possibilidades de criar um ambiente favorável para a pesca artesanal, desde que sejam consideradas as falas dos principais interessados, os trabalhadores do mar. Estes

trabalhadores do mar são historicamente pescadores e guias turísticos há décadas, e estas duas atividades vem se perdendo por falta de uma gestão do mar, que rebateria também em terra, na costa.

Há algo a se levar em consideração de forma central. A pesca artesanal não precisa ser a única atividade relacionada ao mar para um pescador. Ela também não precisa ser sempre vista como uma atividade que remunera muito pouco. Uma gestão da pesca deve procurar equacionar as atividades que um pescador pode exercer em relação ao mar, considerando sua complexidade, como também seus períodos de defesos.

O diálogo entre o poder público e os pescadores artesanais consiste em situação *sine quo non* para a tomada de uma corrente de desenvolvimento social para as pessoas que trabalham com a pesca e toda a cadeia produtiva que com ela se relaciona, ou ao menos que deveria se relacionar, pois podemos perceber a sobriedade dos trabalhadores do mar com relação às suas prioridades quanto ao trabalho e ao cotidiano, inclusive sendo este ambiente urbano.

Sendo assim, garantir a territorialidade dos pescadores artesanais a partir de comunidades tradicionais de pesca decretadas pelo executivo, seja em qual esfera federativa for, como também garantir a melhoria de suas moradias e ambientes adequados para a venda de seus produtos é uma questão relacionada à permanência de uma atividade econômica que gera emprego e renda, como também contribui para a segurança alimentar.

Quanto às necessidades mais iminentes dos pescadores, eleitas como prioridades, surge a necessidade de pensar em pequenos terminais pesqueiros por praias que devem conter fábrica de gelo ou câmara fria, pois também pode produzir gelo em menor escala, de acordo com as necessidades por praia, o que implica em reforçar que as praias que receberiam os terminais pesqueiros voltados para a pesca artesanal, teria um projeto específico, considerando dimensão do cais e capacidade de produção da fábrica de gelo em relação à demanda.

O acesso ao subsídio do combustível deve ser visto também como prioridade, considerando que o deslocamento no mar, por vezes por longas distâncias, é essencial para que os pescadores possam chegar até os seus pesqueiros, que geralmente são em torno de 15 pontos de pesca, naturais ou artificiais, ou seja, construídos pelos trabalhadores ao longo do exercício da profissão.

A garantia do escoamento da produção por um preço justo também é prioridade para os pescadores, assim como poder contar com o governo para inserir no mar pesqueiros

ambientalmente viáveis, diferente dos materiais e carcaças que geralmente os pescadores tem acesso e por causa disso geram menor produtividade.

Os cursos de pesca também interessam aos pescadores. Todavia, estes devem ser ministrados a partir do nível de condições de interpretação deles, assim como trazer tecnologias que possam ser manuseadas por eles. Neste sentido, aqui se entende que o problema não está no pescador que não sabe manusear a tecnologia, por ter baixa escolaridade, e sim o problema reside em trazer para os pescadores tecnologias que eles não alcançam, que não sabem lidar com elas, sendo imprescindível trazer aos pescadores tecnologias complexas, porém simplificadas. Os pescadores ainda salientam que não querem aprender o que já sabem, mas sim aprender mais sobre a rotina dos peixes para facilitar a pesca.

A gestão da pesca artesanal deve ser englobada por uma gestão do mar. Esta gestão do mar deve ser pautada em diretrizes que considerem a atividade pesqueira como uma das opções de trabalho no mar, em períodos curtos ou longos para os pescadores, sem os pescadores deixarem de se ocupar com outras atividades relacionadas ao mar. Neste sentido, as políticas públicas devem auxiliar os trabalhadores do mar em diferentes atividades relacionadas ao mar, pois isto tende a garantir renda satisfatória o ano todo para os pescadores artesanais e sua cadeia produtiva, além de dar visibilidade social à comunidade tradicional de pesca.

6.8. Referências bibliográficas

- 1 - AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política Nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003 – 2011)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Brasil. 2012. Disponível em: acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29268+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 17/08/2014
- 2 - BRASIL. **Modelo de excelência em Gestão Pública**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Gestão Pública. Brasília; MP, SEGEP, 2014. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/pasta.2014-06-12.8013949452/Modelo%20de%20Excelencia%20em%20Gestao%20Publica%202014%20vs%2005062014.pdf>. Acesso em 02/01/2015.
- 3 - BRASIL. **Plano de Gestão para o uso sustentável da Tainha, *Mugil Liza Valenciennes*, 1832, no Sudeste e Sul do Brasil**. Ministério do Meio Ambiente. 2015. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/files/docs/Planos_e_Politicas/Plano_de_Gestao_da_Tainha_MPA-MMA.pdf. Acesso em 10/02/2015

4 - BRASIL. **Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Sardinha-verdadeira do Brasil** / Maria Cristina Cergola; José Dias Neto, organizadores. – IBAMA, Brasília, 2011. ISBN: 978-85-7300-343-7

5 - BRASIL. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro: 25 anos do gerenciamento costeiro no Brasil**/ Flávia Cabral Pereira e Márcia Regina Lima de Oliveira, organizadoras. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/publicacoes/gerco/gerco.pdf>. Acesso em: 05/12/2016

6 – BRASIL. **Gestão Compartilhada do Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros**: refletir para agir. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Brasília, 2009. ISBN: 978-85-7300-288-1

7 - CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Território e pescarias**: notas sobre as experiências chilena e brasileira. In: Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 185-196, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/2177-5230.2008v23n46p185/11732>. Acesso em 20/10/2015.

8 - CENDEC. **Situação do fomento produtivo na pesca artesanal em Chile**. Centro para o Desenvolvimento de Capital Humano. Licitação Pública: 585 – 126 – LE09. Santiago, 2010. Disponível em: <http://www.cendec.cl/documentos/INFORME%20PESCA%20ARTESANAL.pdf>. Acesso em: 04/12/2015

9 - CIRM. **IX Plano Setorial para os Recursos do Mar**. 2015. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/publicacoes/psrm/IXPSRM.pdf>. Acesso em: 07/12/2016

10 - ESTRADA, Rolando Juan Soliz; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **A eficiência e a eficácia da gestão estratégica**: do planejamento estratégico à mudança organizacional. Revista de Ciências da Administração. V. 9, n. 19, p. 147 – 178, set/dez. 2007. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5164334.pdf>. Acesso em: 17/11/2015.

11 - FAO. Naciones Unidas. **Conferencia de Revisión continuada del Acuerdo Relativo a la conservación y Ordenación de Poblaciones de Peces Transzonales y las Poblaciones de Peces altamente migratorios**. New York, 24 – 28 de mayo 2010. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/reviewconf/FishStocks_SP_E.pdf. Acesso em 19/09/2015

12 - FAO. Resumen **informativo sobre la pesca por países**: el Reino de Noruega. 2001. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/fi/DOCUMENT/fcp/es/FI_CP_NO.pdf. Acesso em: 07/12/2014.

13 - FERNANDES, Fernando do Carmo. **Inteligência e gestão estratégica**: uma relação sinérgica. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: Abin, n. 7, jul. 2012. Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_506463a7980d1.pdf. Acesso em: 17/07/2015.

- 14 - GALINDO, Alexandre Gomes. **Introdução aos fundamentos do pensamento estratégico empresarial**. Macapá, 2004. ISBN: 85-904123-1-8. Disponível em: <http://www.ceap.br/artigos/ART27082009164925.pdf>. Acesso em: 10/10/2015.

- 15 - IBAM. **Estudo de Caso: Organização socioproductiva de lideranças jovens em áreas rurais e estuarinas do território do Baixo Sul da Bahia**. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. Relatório, junho de 2010. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estudo_terragua.pdf. Acesso em: 01/01/2017.

- 16 - KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92)**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, V. 34, n. 3, p. 41-48. Mai/Jun. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n3/a04v34n3.pdf>. Acesso em: 04/01/2016.

- 17 - OSÓRIO, Fábio Medina. **Novos rumos da gestão pública brasileira: dificuldades teóricas ou operacionais?** *Revista Eletrônica Sobre a Reforma do estado – Revista Rede*. Número 1 – março/abril/maio de 2005 – Salvador – Bahia – Brasil. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-1-MAR%C3%87O-2005-FABIO%20MEDINA%20OSORIO.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

- 18 - PARLAMENTO EUROPEU. **A pesca na Noruega**. Departamento Temático de Políticas Estruturais e de Coesão, Bruxelas, Áustria, 2008. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/supporting-analyses-search.html>. Acesso em: 12/12/2014

- 19 - PORTUGAL. **Plano estratégico nacional para a pesca 2007-2013**. Programa Nacional da Pesca. 2013. Disponível em: http://www.promar.gov.pt/Download/PROMAR/PEN_Pesca.pdf. Acesso em: 10/01/2016

- 20 - PORTUGAL. **Aplicação da obrigação de descarga**. Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). 2015. Disponível em: http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=5134841. Acesso em: 12/12/2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS:

O QUE FAZER E COMO FAZER?

A pesca artesanal está seriamente comprometida na Paraíba. Este fenômeno histórico e cada vez mais em declínio está diretamente relacionado ao descaso pelo qual os pescadores são tratados pelo Estado e pela sociedade em geral, o que gera nos trabalhadores da pesca um feedback calcado no desinteresse pelo Estado e pela organização social. Para explicar este fenômeno de decadência desta atividade econômica e propor uma tese que considere estratégias e ações que venham a contribuir no processo de reorientação desta atividade e dos trabalhadores que nela labutam, se faz necessário considerar alguns fundamentos que se subdividem em dimensões do estudo socioespacial, ao mesmo tempo em que se imbricam dentro da complexidade da realidade.

As dimensões que podemos considerar aqui são aquelas que aparecem discutidas ao longo do trabalho, sendo elas a econômica, a cultural, a política e a ambiental. Podemos considera-las dimensões da sociedade porque cada uma delas explica, dentro de suas áreas de conhecimento, parte das relações sociais e, quando procuramos analisar fenômenos sociais, ao procurarmos usar um prisma que enxergue por elas, de forma inter-relacionada, amplia nossa capacidade de visão da realidade posta.

Para determinar os diferentes padrões espaciais e seus processos de territorialização nas comunidades tradicionais de pesca artesanal, atingidas pelo urbano, e desenvolver proposições viáveis, devemos considerar que:

...elementos em diferentes dimensões são definidores desta diferenciação pela estrutura urbana, localização e uso do espaço, representados pelas forças hegemônicas na formação capitalista do espaço urbano e na determinação de políticas públicas que objetivam cristalizar e ou superar as condições objetivas destes sujeitos sociais e que avançam sobre tudo nos elementos sociopolíticos capazes de engendrar novas práticas espaciais (SILVA; SOUZA & LEAL, 2012, p. 37).

Para estes autores, a análise do território, da territorialização e desterritorialização através do prisma das diferentes dimensões sociais contribui para uma visão mais complexa, mais próxima da apreensão daquilo que o pesquisador entenderá como verdade. Para tanto, considerar que os fenômenos sociais estão embebidos no modelo de economia de mercado contribui para manter a visão da realidade sóbria, no sentido de manter a habilidade de interpretar a realidade de forma lógica e sem perder de vista o que é possível fazer em meio às relações sociais excludentes.

Isso considerando o Estado, que ao mesmo tempo existe para garantir a fluidez da economia de mercado, também pode ser o agente de transformação social, fortalecendo as comunidades tradicionais e suas territorialidades. Neste sentido, se deve salientar que, como Franco (2002, p. 54) expressa, as transformações sociais são uma questão “política”, e portanto o Estado tem grande relevância em fomentar o desenvolvimento social.

A partir destas considerações iniciais, visando desenvolver um pensamento complexo que proponha mudanças contundentes, podemos então interpretar a realidade das comunidades tradicionais de pesca artesanal a partir de uma base espacial, o território, e a partir de dimensões sociais, sendo: política, economia, cultura e meio ambiente.

1. As dimensões sociais

I. A dimensão política:

Ao se diagnosticar a situação política das comunidades de pesca artesanal da Paraíba, podemos concluir que há uma forte desarticulação entre os pescadores artesanais. Este fenômeno é histórico e está diretamente relacionado a forma que sempre foram vistos e tratados pelos Estado e sociedade civil, ou seja, nunca foram vistos como prioridade nas discussões municipais, estaduais ou federais, nem ao menos foram escutados para participarem das tomadas de decisões de seus destinos.

A ausência dos pescadores nas tomadas de decisões sobre suas vidas e trabalho gerou um feedback negativo entre os pescadores com relação ao trato com o Estado, que pode ser traduzido pelo termo incredulidade por parte dos pescadores no que tange ao Estado e a sociedade. Tal incredulidade é histórica e por isto bem reforçada no imaginário destes sujeitos, que se percebem incapazes de se organizarem e assumirem o protagonismo de suas histórias.

Neste sentido, forma-se um círculo vicioso que tem como base a falta de participação política dos pescadores que, por sua vez, ficam desacreditados pelos funcionários do Estado, que por falta de interesse de dialogar com os pescadores, preferem ignorá-los. Dentro desta perspectiva, surge o maior problema ai posto, que ocorre no seio da própria comunidade tradicional, sendo o descrédito entre eles mesmos no tocante ao surgimento de lideranças que não possui formação formal para se organizarem e lutarem ou resistirem por seus interesses, pois eles acreditam que as lideranças precisam ser bem instruídas na educação formal para que possam representa-los, o que contribui para gerar lideranças exóticas, alienígenas, que por serem de “fora” não os representam.

Após este diagnóstico, surge a necessidade de um ponto de partida para resolver esta situação. Para tanto, a solução aponta no sentido de, em primeiro lugar, perceber a fragilidade política que o sujeito pescador foi posto pelos coronéis e seus herdeiros políticos e incorporadores imobiliários. Neste sentido, a interpretação sobre como se tornaram apenas massa de manobra contribui para uma nova forma de entendê-los enquanto excluídos em espaços rurais e urbanos.

Após tal constatação, surge a necessidade de encontrar mecanismos de formação cidadã para que se empoderem e possam se tornar sujeitos de suas histórias. Isto será possível a partir de trabalhos comunitários voltados para credulidade deles neles mesmos, em espaços voltados para a discussão e interpretação de suas reais necessidades, de forma sistemática, considerando que a participação é possível e que se apresenta como melhor caminho para que a comunidade atinja seus objetivos de forma coletiva.

Para as comunidades tradicionais já inseridas em espaços urbanos, ou que estão em vias de urbanização, por estarem nos vetores de crescimento urbano da cidade, um fundo econômico de financiamento para que as comunidades tradicionais possam, em tempo hábil, se adaptar ao urbano, pode contribuir de maneira imprescindível para fomentar financeiramente as oficinas políticas, econômicas, culturas e ambientais, trazendo as comunidades tradicionais para fazerem parte do urbano considerando sua emergência social. Estes recursos podem ser compostos de percentagens de Termos de Ajustamento de Conduta por empresas públicas e privadas, os chamados TACs; também podem advir de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assim como verbas advindas do Ministério da Cultura, do Ministério das Cidades e do Ministério da Educação. Os pescadores também podem participar de projetos de aprisionamento de carbono a partir de replantio de algas em corais e de matas ciliares.

Este tipo de trabalho de empoderamento contribuirá para que surjam lideranças entre eles mesmos, e que passem a acreditar, de forma conjunta, que é possível dialogar entre eles mesmos, entre eles e a sociedade civil e entre eles e o Estado, em suas esferas.

II. A dimensão econômica

Há pescadores que ainda conseguem retirar uma renda que alguns consideram satisfatória. Renda esta que gira em torno de R\$ 1.300,00. Isto se o pescador passar cerca de 4 dias por semana no mar. Todavia poucos tem interesse atualmente de abdicar de estar próximo da família e do cotidiano urbano para passar cerca de 4 dias no mar por semana.

Pescadores que possuem bares ou peixarias conseguem renda superior a este valor pelo fato de receberem mais dinheiro quando não têm que venderem seus produtos a atravessadores. A renda aumenta mais se o barco for do pescador, pois ao meio de produção é destinada metade da pesca praticada por aqueles que o utilizam.

A produção diminui no inverno porque as ondas elevadas por vezes tornam o mar hostil para os pescadores, que saem menos para pescar, diminuindo o rendimento. Equipamentos com tecnologia que possa ser compreendida pelos pescadores contribuiriam para otimizar a pesca neste período do ano.

Todavia, além da queda na produção no inverno, há também o defeso no verão. Isto gera dois gargalos na renda do pescador e onera os cofres públicos, como também diminui a quantidade de proteínas disponibilizadas para o consumo dos pescadores. Isto gera a necessidade de se encontrar outras formas de gerar ocupação e renda, como também disponibilidade de proteínas para consumo.

Há três atividades econômicas mencionadas pelos pescadores que podem gerar renda, diversificando as suas atividades. São elas: a aquicultura, os passeios de barco para os bancos de areia e recifes de corais, e a condução do público interessado a pontos de mergulho.

Enquanto a primeira tem a ver com a produção de proteína animal o ano todo, as duas últimas estão diretamente relacionadas à manutenção da territorialidade do pescador e também da sua cultura. O pescador pode inclusive ensinar ao turista sobre o mar e sua complexidade à medida que conduz os interessados por fazerem turismo e lazer nos mares de suas comunidades tradicionais.

Neste sentido, a pesca artesanal tem que ser entendida como atividade econômica que possa ser diversificada, pois as pessoas que empreendem nesta atividade podem obter melhores condições de renda e a família ou outras pessoas que venham a se associar podem

ter opções de acordo com as estações do ano ou de acordo com a dinâmica dos ciclos de marés, turismo e mercado de peixes e frutos do mar.

III. A dimensão cultural

A riqueza da cultura imaterial embebida em uma comunidade tradicional geralmente passa despercebida até mesmo pela própria comunidade, que teve seu imaginário forjado pelas elites, no sentido de valorizar apenas o que destas elites provém como coerente e propiciador de status.

Nesta perspectiva, a comunidade tradicional passa inclusive a relacionar seu estado de pobreza às suas formas de manifestação cultural, passando a querer negá-las e se apartar delas de acordo com as oportunidades que surgem no urbano, inclusive negando a si mesma.

São poucos os pescadores que percebem a complexidade cultural de sua atividade econômica e modo de vida, e que por verem o belo no que fazem, desejam permanecerem na atividade. Estes entendem a pesca de forma mais complexa, pois enxergam além do simples ato de pescar um peixe ou fruto do mar. Estes veem a possibilidade de estar em um tipo de ocupação que lhes dá a oportunidade de viver em outro ritmo que não seja o da cidade e nem o do campo, e sim o do mar. Inclusive veem, contemplam e trabalham no mar, sendo este, o mar, seu ambiente de trabalho preferido, o mar e a praia como sua extensão.

O *modus vivendi* na pesca, sendo uma cultura *sui generis*, atrairia um número maior de profissionais se estes vissem seu trabalho, seu modo de vida ser devidamente respeitados e valorizados pelo Estado e sociedade civil. Embora seja uma atividade profissional árdua, há interessados no ofício, que também poderiam estar aumentando sua renda se houvesse programa governamental e projetos específicos para estimular as pessoas a conhecerem a cultura da pesca, perfazendo algo bem mais complexo do que o turismo de “sol e mar”, este que para ser implantado geralmente passa por cima das comunidades tradicionais de pesca artesanal. Saliente-se que isto ocorre de forma calculada pelo capital, que precisa desqualificar, tornar desinteressante e desimportante quem está em seu caminho e que de acordo com suas intenções, deve ser desterritorializado.

Do ponto de vista cultural, o processo de emersão cultural das comunidades tradicionais, neste caso, tem dupla finalidade. Serve para que o Estado e a sociedade civil possam entender a riqueza cultural material e imaterial da pesca artesanal, como também para que os próprios pescadores percebam que tem pelo que lutar e se orgulhar.

IV. A dimensão ambiental

Atualmente podemos considerar que o pescador possui boa compreensão sobre a relevância da preservação ambiental. Todavia, alguns fatores preponderantes para a prática de sua atividade fogem ao seu controle. Destes, os mais significativos são: a destruição dos manguezais pela carcinicultura e setor imobiliário, e falta de inserção de arrecifes artesanais pelo Estado.

No primeiro caso, a força destes empresários, que também geralmente são políticos regionais e locais, tem tornado os mangues do Brasil e da Paraíba em ambientes inabitáveis para peixes, moluscos e crustáceos, tendo em vista a quantidade de produtos químicos lançados neste ecossistema, assim como sua devastação, o que rebate também na produção de pescado marinho, tendo em vista que o mangue responde por ser o ambiente natural de procriação de muitas espécies oceânicas.

Com relação aos recifes artificiais, estes tem a função de aumentar a quantidade de ambientes submarinos para que os peixes possam se reproduzir e uma maior quantidade chegue à vida adulta. Há vários blocos para formar arrecifes artificiais no Terminal Pesqueiro de Cabedelo, há mais de 9 anos, que não foram afundados por falta de interesse público e falta de capacidade de exercer pressão por parte dos pescadores artesanais da Paraíba sobre o Estado, devido a sua falta de mobilização social.

A criação de recifes artificiais contribui para gerar novos ambientes para a proliferação de espécies marinhas. Atualmente isto é feito de forma desordenada pelos pescadores que, inclusive constroem seus pesqueiros afundando objetos e carcaças que tendem a se deteriorar e poluir o mar.

Há também outra questão ambiental que merece uma atenção relevante e depende de um sistema de gestão da pesca. Trata-se da pesca predatória, que prejudica os próprios pescadores e que tem como principal característica a captura de seres com dimensões inferiores às que devem ser capturadas.

Estas questões ambientais, consideradas aqui as mais relevantes, precisam de um ambiente fecundo de discussões e de aplicação das tomadas de decisões a partir das discussões, o que implica no empoderamento político das comunidades tradicionais, como também na fiscalização, que pode ser, para além da fiscalização estatal, que é imprescindível, a fiscalização cidadã, considerando a relevância da parceria entre poder público e os praticantes da atividade pesca artesanal, assim como mergulhadores e condutores de passeios náuticos.

Esta fiscalização cidadã surgirá a partir da participação dos pescadores em ambientes de discussão sobre a comunidade tradicional e sobre a cidade, assim como também sobre o mar. Isto será possível desde que haja uma preocupação em trazer a discussão às diferentes gerações da comunidade, em seus ambientes sociais de discussão, seja a escola, sejam as igrejas, sejam as associações, sejam os possíveis pequenos terminais pesqueiros, voltados para atender a demanda dos pescadores artesanais.

2. Em busca de uma solução viável para a pesca artesanal a partir da compilação das dimensões sociais

Após analisar as variáveis expostas, e antes de refletirmos sobre o caminho a ser tomado para solucionar a questão da pesca artesanal na Paraíba, se faz necessário fazer algumas perguntas, sendo as primeiras: o que é e o que representa a pesca artesanal na Paraíba?

Atualmente, para a maioria da sociedade e também para a maioria dos pescadores, a pesca artesanal é uma atividade desenvolvida por filhos de pescadores pobres que não quiseram estudar. Ela representa cerca de 15% do pescado produzido no estado.

Já para uma minoria de pescadores, a pesca artesanal representa atividade prazerosa, trabalho digno e ocupação desejada para toda a vida. Neste caso, para estes, a pesca artesanal representa trabalho gerador de satisfação pessoal, em contato direto com a natureza. Trabalho realizado com a sensação de quem faz o que gosta por gostar de estar em contato com o mar.

Para o Estado a pesca artesanal marinha é uma atividade que gera emprego e alimenta muitas pessoas ao longo da costa, mesmo que de forma precária. Digo muitas porque ninguém sabe ao certo quantas pessoas de fato são pescadoras e quantas pessoas tem apenas a carteira para outros fins. Para o Estado, a pesca artesanal representa uma grande incógnita, pois não possui dados e nem projetos para este setor em nível estadual ou municipais.

Estas duas perguntas e suas três respostas sugerem outra pergunta: o que deveria ser a pesca artesanal? a pesca artesanal deveria ser uma das portas de entrada para quem deseja trabalhar em alguma atividade no mar, para quem gosta de estar no mar. Ou seja, ao invés de estar relacionada com pobreza e baixa escolaridade, a pesca artesanal deveria ser uma de várias atividades que um trabalhador do mar deveria ter o direito de exercer com linhas de crédito, respeito e dignidade.

E quais seriam estas atividades? Além da pesca podem compor o trabalho no mar; a maricultura; os passeios para as piscinas naturais, bancos de areia e recifes de corais; guias

para mergulhos contemplativos e de pesca; pesca esportiva. Estas são algumas atividades que o pescador poderia executar a partir das comunidades tradicionais de pesca artesanal, em associação com a família ou com outros colegas de trabalho, para compor a renda e garantir uma fluidez econômica durante o ano.

Como consequência, surge outra pergunta: como articular isto? Considerando a pesca artesanal como uma das portas de entrada para o trabalho relacionado ao mar, tratemos então de estimular esta atividade econômica a partir de pequenos terminais pesqueiros nas praias de maior concentração populacional, que contemplem as verdadeiras necessidades dos pescadores artesanais.

Tais necessidades podem ser priorizadas, sendo: fábrica de gelo; bomba de combustível; acordo com empresas e Estado para compra da produção; beneficiamento do pescado; inserção de recifes artificiais para aumentar a fauna e flora marinha; promoção de cursos de pesca que ensinem de forma mais detalhada a rotina das espécies de peixes e tecnologia da pesca, considerando os horários que os pescadores podem estudar.

Outra pergunta então se faz necessária: quem sistematizaria isto? A princípio, duas poderiam ser as respostas. Seriam elas: o Estado ou os pescadores através de cooperativas, associações ou colônias. A primeira resposta seria mais plausível, tendo em vista que o Estado geralmente é o provedor de várias relações econômicas e sociais no país.

Todavia, historicamente o Estado tem se mostrado inoperante quanto à mobilização de funcionários para articulações que venham a organizar a pesca artesanal via órgãos voltados para esta temática. As diretorias municipais de pesca geralmente só existem no papel. Outras têm sido extintas. A secretaria de pesca do estado da Paraíba possui apenas três funcionários para todo o estado e não possui nenhum projeto para a pesca marinha.

Diante disto, surge então mais uma pergunta: quem irá organizar os pequenos terminais pesqueiros compostos por fábrica de gelo, ou câmara fria; bomba de combustível; e pequena beneficiadora para o processamento de pescado? Em primeiro lugar, uma constatação: um terminal pesqueiro industrial, onde foram investidos mais de 30 milhões de reais para uma pesca industrial que de fato não existe na Paraíba, não satisfaz ao interesse do tipo de pescador característico do estado, que é o pescador artesanal.

Outro fator marcante para pensar a gestão de pequenos terminais pesqueiros é que os pescadores não acreditam que uma empresa destas deveria ser coordenada por uma colônia ou por uma associação de pescadores, tendo em vista os traumas históricos que estes sujeitos têm em relação a estes entes no trato desses recursos físicos e financeiros. Aos pescadores não

interessa nem ao menos o modelo de cooperativa, desde que sejam eles os responsáveis pela gestão de um pequeno terminal pesqueiro.

A possibilidade de se fazer a gestão de pequenos terminais pesqueiros que venham a prosperar, sendo implantados em praias mais movimentadas, pode estar na gestão por OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público). Isto acompanhado de uma política de empoderamento das comunidades que receberem os pequenos terminais pesqueiros, no sentido de que as comunidades assumam os terminais num período de tempo que será observado a partir do processo de organização e participação de cada comunidade. Período de tempo este que pode ultrapassar uma década, pois este tempo depende do empoderamento de cada comunidade tradicional.

A estrutura destes terminais pesqueiros poderiam ser usadas para, ao mesmo tempo em que fomentam a pesca com infraestrutura básica, servir para, a partir daí, fiscalizar os pescados quanto a sua dimensão e sua sanidade, assim como funcionar como ponto de partida para formação dos pescadores, visando o empoderamento destes em uma linha temporal definida a partir de objetivos e metas.

Nestas perspectivas, podemos considerar que uma comunidade mais complexa, como ocorre no espaço urbano, com sua urbanidade, exige do Estado atos mais complexos, inclusive maneiras de planejamento e gestão que estejam compatíveis com a atual situação das comunidades tradicionais, dando-lhes oportunidades, ao invés de continuar negando-lhes a possibilidade de se desenvolver em seus territórios de trabalho e vida.

Para tanto, os diálogos que visem o desenvolvimento de comunidades tradicionais, mais especificamente, as comunidades de pesca artesanal, devem considerar uma nova forma de se debruçar sobre as verdadeiras necessidades destas comunidades de pesca marinha, que aqui podemos apontar duas que se subdividem em suas complexidades: a primeira é a garantia do território costeiro, mais especificamente o espaço terrestre no qual a comunidade habita e se identifica, o que garantiria segurança no habitar e viver. A segunda é a gestão do mar, que garantiria ao pescador artesanal sair da condição de pobreza a partir da diversificação da sua atividade, dando-lhe a possibilidade de garantir a geração outras perspectivas.

Nestas duas perspectivas, tanto a da terra quanto a do mar, um instrumento de ordenamento territorial se faz imprescindível. É o zoneamento em ambos os espaços terra e mar. Isto porque será necessário zonear a comunidade tradicional em seu espaço urbano, dando-lhe maior visibilidade e direitos, assim como deveres. O mar também deverá ser zoneado em: Unidades de Conservação; zonas de mergulho contemplativo e para pesca de arpão; zonas de pesca esportiva; zonas marícolas; zonas de banho que coincidem com as

praias e os bancos de áreas no mar e zonas de pesca artesanal considerando os pescadores dos pescadores.

É neste contexto que se pode pensar no desenvolvimento humano das comunidades tradicionais de pesca artesanal da Paraíba, ou seja, num contexto de gestão da pesca através da gestão do mar, que implica em zoneá-lo, assim como propiciar ao pescador artesanal as condições necessárias para a prática do ofício. Tais condições consistem nas prioridades elencadas por eles mesmos no tocante aos equipamentos urbanos, ao mar, aos insumos, ao modelo de gestão da pesca e do mar, assim como suprir as ausências históricas.

Expressando esta lógica em um esquema prático (Figura 34), podemos entender que a gestão da pesca artesanal deve estar atrelada a gestão do mar, inter-relacionando-a ao ordenamento costeiro e sistematização do trabalho pesqueiro, numa perspectiva de entrelaçar sistemas eficientes de informação que já existem, para assim criar um sistema de informação que dê suporte a realidade vulnerável da atividade pesqueira, dos pescadores e das comunidades tradicionais.

Este processo de articulação pode começar a partir das prefeituras municipais, nas suas secretarias destinadas à área da pesca, ou em suas coordenações voltadas para tal finalidade. Estando a municipalidade articulada com as comunidades tradicionais de pesca, como também contratando, via editais públicos, Oscips para contribuir no empoderamento político e na administração dos pequenos terminais pesqueiros, dos quais fariam parte um espaço para negociação do pescado.

Na área ambiental com ênfase na pesca, há o Instituto Nacional de Meio Ambiente, o IBAMA, que pode contribuir com sua experiência para que junto com as comunidades, Oscips e prefeituras municipais, promover o modelo de gestão. Os municípios também dispõem de um sistema bastante avançado de informações em nível domiciliar, organizados em micro-áreas e áreas locais de saúde, aglutinando dados dos bairros municipais e, conseqüentemente, das comunidades tradicionais, que podem, junto com os dados censitários do IBGE, contribuir na produção de um sistema de dados voltado para às comunidades tradicionais de pesca artesanal, bem mais eficiente do que o atual, que era controlado pelo antigo Ministério da Pesca, e que hoje é atualizado pelo Ministério da Agricultura.

Neste cenário de realidade da pesca e desafios para as instituições que tem por obrigação legal, ética e moral, encontrar estratégias de ação para sistematizar a pesca artesanal marinha no estado da Paraíba, o que está imbricado às comunidades tradicionais de pesca, que atualmente são urbanas e, por isto, mais complexas, podemos perceber que os municípios precisam se posicionar e dar os passos na direção da construção de um sistema de gestão do

mar, onde estão inter-relacionadas as comunidades tradicionais, no sentido de propiciar trabalho, renda e qualidade de vida, pois o potencial nacional que propicia as comunidades costeiras se voltarem de fato para o mar é muito expressivo, todavia o planejamento e a gestão destes espaços devem ocorrer de forma evolutiva e progressista, sistemática, sob pena de o país continuar fracassando em uma de suas maiores potencialidades, as atividades marinhas.

Assim como o país pode ainda continuar fracassando em relação a uma população pobre, praticante da atividade pesqueira tradicional que, hora aumenta seu número de indivíduos, hora diminui seu contingente, mas que sempre existirá, tendo como um dos motivos de existência sempre haver pessoas pobres buscando ocupação e renda, como também sempre existir pessoas que independente de quanto irão receber numa atividade, farão com satisfação. Seja qual for o motivo, a pesca e as comunidades de pesca, ao recebem a devida atenção do Estado, poderão contribuir com o desenvolvimento humano municipal, estadual e federal.

3. Referências bibliográficas

1 - FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local**. ARCA Sociedade do Conhecimento, Brasília, 2002, 336p.

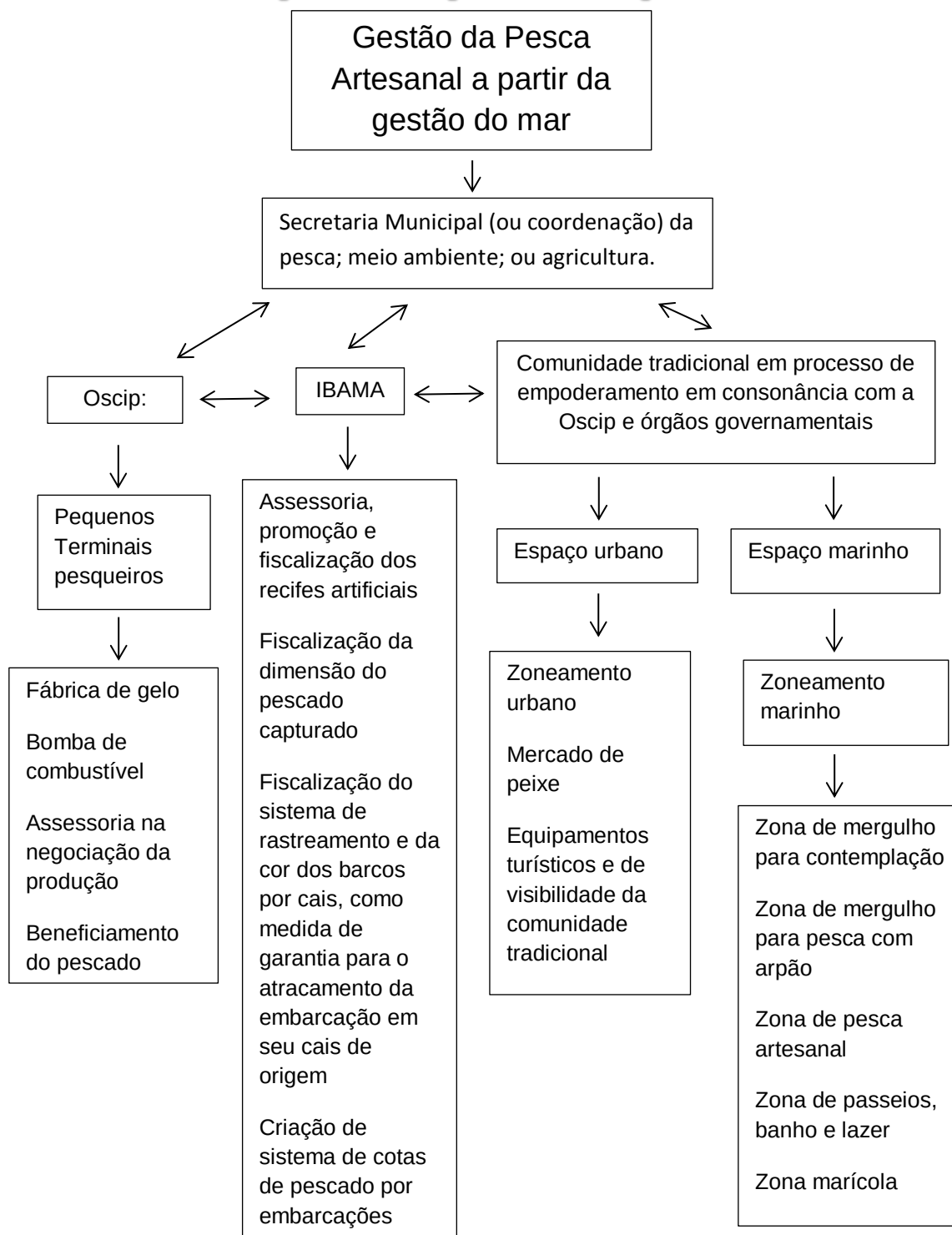
2 - SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. **A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p.22-42. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/1724/sergiosilva>.

Acesso em 21 de março de 2016.

Figura 34 -

Esquema prático para a



Observação:

Em parceria com as comunidades de pesca artesanal, as prefeituras municipais, as Oscips e o IBAMA, elaborariam um sistema de acompanhamento das comunidades tradicionais e da atividade pesqueira tendo como base o SIAB (alimentado pelas secretarias municipais de saúde), o IBGE, e dados das capturas coletados nas lotas em diários de bordo escritos ou orais.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista aplicada nas Praias da Penha, Tambaú e Lucena

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Doutorado em Geografia
Professor Orientador: Roberto Sassi
Professor Coorientador: Eduardo Lima
Estudante: Ismael Xavier de Araújo

Entrevista aplicada nas praias da Penha, Tambaú e Lucena

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------|
| 1 - Nome: | 2 - Estado Civil: |
| 3 - Idade: | 4 - escolaridade: |
| 6 – quanto tempo reside no domicílio | 5 - Anos de Pesca: |
| | 7 - N° de famílias/domic: |
- 8 – Atividades econômicas:
- 8.1 - Atividade principal/remuneração:
- 8.2 - Atividade secundária/remuneração:
- 9 – Benefício:
- 10 – Como é seu trabalho com a pesca?
- 11 – Você vê de forma positiva ou negativa a chegada dos loteamentos fechados e dos hotéis ao redor da comunidade? Por quê?
- 12 – O que os pescadores dizem sobre isso?
- 13 – Qual sua religião ou qual doutrina você segue?
- 14 – O que o mar e a pesca representam para você?
- 15 – Com as várias opções de trabalho que estão surgindo, você pensa em deixar de ser pescador? Se a resposta for sim, você pensa em trabalhar com que? Pensa em morar em outro lugar?
- 15.1 - Qual o valor sentimental que este lugar tem para você?
- 15.2 – Você sabe o valor econômico que tem esta casa?

16 – Qual seria a solução para garantir que os pescadores atuais continuassem tendo renda a partir da pesca?

17 – Você acredita que trabalhar com cultura da pesca seria uma solução?

18 – Como você vê estas novas embarcações que vem explorar o passeio nos corais, que antes só vocês faziam?

19 – Você considera a comunidade organizada politicamente?

19.1 – Você acha que a associação de moradores, a associação de pescadores e a Colônia de Pescadores são atuantes? Por quê?

19.2 – Você participa de alguma destas organizações sociais?

19.3 – Com qual regularidade?

19.4 – Atualmente, vocês lutam por algum interesse comum?

19.5 – Você reconhece alguma liderança na comunidade?

20 – Como você vê o futuro desta comunidade?

21 – Na sua opinião, qual será o impacto econômico que trarão para esta comunidade os loteamentos de luxo e os hotéis?

22 – Na sua opinião, qual seria o investimento econômico que contribuiria para a melhoria no trabalho de vocês?

23 - Características do imóvel:

23.1 - Quanto à propriedade:

Próprio () cedido () alugado ()

23.2 - Estado de conservação:

Ruim () Bom () ótimo ().

2. **Ocupação:** se é dono de embarcação, ou pescador, ou ajudante de pesca, ou cortador de peixe, ou atravessador, ou vendedor...
3. **Ocupação principal ou secundária:** a pesca é a atividade que dá mais renda ou é a segunda? Estes tópicos devem ser preenchidos com um X.
4. **Tempo que reside:** quanto tempo mora na Penha, em anos?
5. **Idade:** quantos anos tem?
6. **Escolaridade:** analfabeto; Fund I Inc; Fund I Comp; Fund II Inc; Fund II Comp; Médio Inc; Médio Comp; Superior Inc; Superior Comp.
7. **Renda:** valor que a pessoa recebe pelo seu trabalho, medida em salário mínimo. Até ½ salário; 01 salário; 02 salários...
8. **Benefício:** Valor que a pessoa recebe sem estar trabalhando: Aposentadoria, pensão, bolsa família... (especificar o tipo de benefício e o valor).

DADOS POPULACIONAIS GERAIS DO BAIRRO DA PENHA

1. Quantidade de habitantes do bairro da Penha, divididos por gênero:

HOMENS – _____

MULHERES - _____

2. Quantidade de pessoas e habitações do bairro, divididas por:

Penha de Baixo:

Pessoas: _____

habitações: _____

Penha de Cima:

Pessoas: _____

habitações: _____

Quadra Mares:

Pessoas: _____

habitações: _____

Vila dos Pescadores:

Pessoas: _____

habitações: _____

APÊNDICE C – Entrevista sobre rendimentos com a pesca aplicada aos pescadores da Penha

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Doutorado em Geografia
Professor Orientador: Roberto Sassi
Professor Coorientador: Eduardo Lima
Estudante: Ismael Xavier de Araújo

Entrevista sobre rendimentos com a pesca

- 1 – O pescador ainda consegue viver da pesca?
- 2 – Quais os principais problemas enfrentados para pescar atualmente?
- 3 – Quais os equipamentos e insumos mais importantes?
- 4 – Vocês reconhecem alguma liderança na comunidade atualmente? Por que?
- 5 – Como vocês veem o trabalho de turismo realizado hoje nas piscinas naturais da Penha?

**APÊNDICE D – Preferência a cerca da maricultura dos pescadores,
técnicos e professores entrevistados**

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-graduação em Geografia
Curso de Doutorado
Orientador: Roberto Sassi
Professor Coorientador: Eduardo Lima
Estudante: Ismael Xavier de Araújo - 98847 0397

Entrevista

Preferências na maricultura

Nome:

Idade:

Praia:

Quais cultivos em maricultura você se interessa?

Como fazer para que a produção possa acontecer de fato?

APÊNDICE E – Entrevistas sobre a priorização da tomada de decisões no espaço urbano

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-graduação em Geografia
Curso de Doutorado
Orientador: Roberto Sassi
Professor Coorientador: Eduardo Lima
Estudante: Ismael Xavier de Araújo - 98847 0397

Entrevista

Priorização na tomada de decisões

Nome:

Idade:

Praia:

Infraestrutura urbana:

1. Construir um mercado de peixes
2. Construir equipamentos urbanos que identifiquem a comunidade como de pescadores (museu, estátuas, mercado de artesanato e etc.)
3. Decretar que a comunidade seja de pescadores, evitando que outras pessoas comprem as casas ou removam a comunidade
4. Melhorar a moradia atual do pescador

APÊNDICE F – Entrevista sobre a priorização com relação às necessidades dos pescadores artesanais da Paraíba

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-graduação em Geografia
Curso de Doutorado
Orientador: Roberto Sassi
Professor Coorientador: Eduardo Lima
Aluno: Ismael Xavier de Araújo - 98847 0397

Questionário:

Hierarquia na tomada de decisões

Nome:

Idade:

Praia:

Observação: Responder na ordem de prioridade:

Na sua opinião, o que precisa para melhorar a pesca, em ordem de prioridade?

1. Ter acesso a compra de barco industrial ()
2. O governo promover Cursos de pesca ()
3. Acesso ao subsídio do combustível ()
4. Pequena empresa industrial para beneficiar as partes dos peixes que não se aproveitam, e fazer o filé de peixes espinhentos ()
5. O governo comprar o pescado para escolas e creches, garantindo o escoamento da produção ()
6. Inserir recifes artificiais ()
7. Dar prioridade para que os pescadores explorem os passeios turísticos ()
8. Fábrica de Gelo ()